

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Douglas Pavoni Arienti

**Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia: trajetórias intelectuais,
projetos políticos e função social da inteligência**

Dissertação de mestrado
apresentada como requisito parcial
para a obtenção da titulação de
Mestre em História Cultural pela
Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de
Fátima Fontes Piazza

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Arienti, Douglas Pavoni
Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia : trajetórias
intelectuais, projetos políticos e função social da
inteligência / Douglas Pavoni Arienti ; orientadora, Maria
de Fátima Fontes Piazza - Florianópolis, SC, 2014.
330 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Intelectuais. 3. Cassiano Ricardo. 4.
Menotti Del Picchia. 5. Projetos políticos. I. Piazza,
Maria de Fátima Fontes. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Eis que chega um dos momentos mais complicados de uma dissertação – agradecer as pessoas que de alguma forma foram importantes nesse percurso, sem injustiças ou esquecimentos.

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família, meu pai Leonel, minha mãe Dilva; minha irmã Louise e minha noiva Livia. Não há palavras para expressar o quão importante vocês são para mim e o quanto eu amo vocês.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos. As amizades que fiz em Florianópolis e os amigos de infância: guardarei nas minhas memórias os momentos de alegria que tivemos juntos e espero reencontrá-los em breve.

Aos professores presentes nessa banca. Primeiramente a minha orientadora, professora Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza, pela amizade que guardarei com carinho e que levarei para a vida inteira, pelos conselhos, orientações, discussões e sugestões.

Agradeço aos demais membros: professor Dr. Tiago Losso, pelas excelentes ponderações que fez na qualificação e pela leitura atenta do trabalho final; professor Dr. Danilo José Zioni Ferretti, historiador que conheci através de sua tese e que foi de grande valia para compreender algumas questões que abordo nesse trabalho; professora Dra. Letícia Borges Nedel, pelo interesse que demonstrou ao longo da realização dessa pesquisa, pela leitura e pelas excelentes aulas que tive a oportunidade de assistir. Também gostaria de agradecer ao professor Adriano Luiz Duarte, suplente, pelas excelentes aulas, pela orientação no TCC e pelas contribuições que deu na banca de qualificação, assim como pelas pulgas que colocou atrás das minhas orelhas.

Não poderia deixar de agradecer ao CNPq por ter financiado essa pesquisa e possibilitado que eu me dedicasse exclusivamente a ela nesses dois anos de mestrado. Também sou muito grato ao PET-História, instituição que possibilitou minha iniciação na pesquisa científica. Agradeço especialmente os professores João Klug e Hermetes Reis de Araújo, tutores do grupo no período em que eu participei. Aos funcionários das instituições que abrigam os acervos pesquisados, principalmente ao Sr. Donato Ribeiro, ex-funcionário da Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para que esse trabalho se concretizasse.

RESUMO

Esse trabalho se propõe a analisar a atuação intelectual de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, bem como suas aproximações com os poderes políticos estabelecidos ou em potencial ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940. Além disso, busca-se compreender o que entendiam, em seus projetos corporativos de sociedade, como função social a ser desempenhada pelos intelectuais, de que modo atuaram nos debates de seus tempos, seja através de seus ensaios políticos e sociológicos ou da imprensa periódica e como elaboraram uma narrativa histórica que atribuía ao estado de São Paulo um espaço proeminente frente ao conjunto da nação, assim como a sua adaptação ao discurso ideológico do Estado Novo.

Palavras-chave: Intelectuais; Projetos Políticos; Cassiano Ricardo; Menotti Del Picchia

ABSTRACT

This study proposes to analyze the intellectual activity of Cassiano Ricardo and Menotti Del Picchia and their approaches with the established political powers during the 1920s, 1930s and 1940s. Also, the objective of this research is to understand what they meant as the social function of intellectuals in their corporate projects about society. How acted in discussions of their times, from their political and sociological essays or periodical press and how elaborated a historical narrative which attributed to the state of São Paulo a prominent space in relation to the other states of the nation are de questions that this study will be discussed.

Keywords: Intellectuals; Political Projects; Cassiano Ricardo; Menotti Del Picchia

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Capas dos ensaios sociológicos publicados em formato livresco por Cassiano Ricardo	28
Imagem 2 - Capas dos ensaios políticos publicados em formato livresco por Menotti Del Picchia	29
Imagem 3 - Capas dos livros de memórias publicados por Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo	52
Imagem 4 – Alguns autorretratos de Menotti Del Picchia produzidos entre as décadas de 1960 e 1970	56
Imagem 5 – Capa da edição de <i>A Tribuna</i> , de 4 de maio de 1919	60
Imagem 6 – Presente de Menotti Del Picchia para Cassiano Ricardo	88
Imagem 7 – Capas de todas as edições da revista S. Paulo	106
Imagem 8 – Capa do primeiro número do jornal <i>Anhanguéra</i> , publicado em 26 de junho de 1937	108
Imagem 9 – Charge publicada no jornal <i>Anhanguéra</i> , em 30 de junho de 1937	110
Imagem 10 – Capa da edição de 1º de março de 1930 do <i>Correio Paulistano</i> e capa de edição de junho/julho de 1924 da revista <i>Novissima</i>	154
Imagem 11 – Encarte da partitura do <i>Hymno Anhanguéra</i> .	156
Imagem 12 – Publicações de Menotti Del Picchia para a revista <i>A Cigarra</i>	162
Imagem 13 – Capa da edição de 9 de julho de 1937 do jornal <i>Anhanguéra</i>	170
Imagem 14 – Capa da primeira edição do jornal <i>A Manhã</i>	236
Imagem 15 – Retrato de Menotti Del Picchia, por Pacheco	258
Imagem 16 – Capa da edição extraordinária do jornal <i>A Noite</i> , de São Paulo, publicada no dia do seu lançamento	260
Figura 17 - Ilustração de Lívio Abramo	288
Figura 18 - Ilustração de Lívio Abramo representando a organicidade da marcha, cada grupo ocupando sua função, conforme sua psicologia racial	289

LISTA DE ABREVIACÕES

AB – A Batalha
ABL – Associação Brasileira de Letras
AC – A Cigarra
AIB – Ação Integralista Brasileira
AL – Autores e Livros
AM – A Manhã
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ANSP – A Noite (Sucursal Paulista)
APL – Associação Paulista de Letras
AT – A Tribuna
BN – Biblioteca Nacional
CM – Correio da Manhã
CP – Correio Paulistano
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSP – Correio de S.Paulo
DC – Dom Casmurro
DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
FUP – Frente Única Paulista
IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IHGSP – Instituto Histórico Geográfico de São Paulo
JB – Jornal do Brasil
JC – Jornal do Commercio
MES – Ministério de Educação e Saúde
Novis. – Novissima
OESP– O Estado de São Paulo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PRP – Partido Republicano Paulista
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RA – Revista de Antropofagia
RAM – Revista do Arquivo Municipal
RIHGSP– Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo
TR – Terra Roxa e outras terras
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Introdução:	19
Capítulo 1 - Trajetórias literárias, políticas e intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia	51
1.1 Trajetórias individuais: vidas públicas e engajamento	55
1.1.1 Menotti Del Picchia: meio herói, meio santo	55
1.1.2 Cassiano Ricardo: literato acima de tudo	67
1.2 Projetos Coletivos	76
1.2.1 Grupo <i>Verdamarelo</i> : o modernismo em sua faceta político-autoritária	77
1.2.2 “Revolução” de 1930, Resistência Constitucionalista e Produção Literária	95
1.2.3 Grupo Bandeira: regionalismo paulista, projeto coletivo e propaganda política	103
1.2.4 Estado Novo: intelectuais a serviço da nação	112
Capítulo 2 - Proeminência de São Paulo: a tradição paulista e o Estado Novo	123
2.1 Breves considerações sobre o mito bandeirante na História e na Literatura	126
2.2 A nação aos olhos dos bandeirantes: Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e a proeminência paulista	136
2.3 Da arena cultural para a arena política: Menotti Del Picchia e a exacerbação do regionalismo após 1930	154
2.4 Grupo Bandeira: Armando de Salles Oliveira, paulista de nascimento, democrático por ser paulista	168
2.5 Estado Novo nos trilhos da tradição bandeirante	173
2.6 <i>A Manhã</i> e a sucursal paulista de <i>A Noite</i> : Regionalismo, nacionalismo e continentalismo	187
Capítulo 3 - A domesticação da vida intelectual: a função social de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia na condução da propaganda do regime autoritário	201
3.1 Defesa de uma arte engajada a serviço da nação	206
3.2 Estado Novo e imprensa: instituições, projetos editoriais e participação política	222
3.3 O Grupo A Noite: jornal <i>A Manhã</i> e sucursal paulista do jornal <i>A Noite</i> , entre os bastidores e a oficialidade	233
3.3.1 Jornal A Manhã: o porta-voz do Estado Novo	233
3.3.2 <i>A Noite</i> e sua sucursal paulista	255
3.4 Os limites da hegemonia estadonovista: as vozes dissonantes	273

Conclusão	297
FONTES:	306
BIBLIOGRAFIA:	317
LEGISLAÇÃO:	329

Introdução:

Ao longo dos últimos três anos tenho me dedicado a estudar a relação constituída entre o Estado Novo e os intelectuais, ciclo que se encerra com a produção desse trabalho. Primeiramente meu foco era no jornal *A Manhã*, porta-voz do regime e seu diretor, Cassiano Ricardo, cuja trajetória de vida me pareceu fascinante naquele momento. Foi estudando Cassiano Ricardo que descobri Menotti Del Picchia, dotado de um percurso literário e intelectual não menos sedutor, deparei-me com outra questão em comum entre os dois: Menotti Del Picchia também havia dirigido um jornal oficial do Estado Novo. E foi assim que surgiu esse itinerário de pesquisa, a partir das imbricações entre as abordagens propostas pelas correntes que discutem a História dos Intelectuais, História e Imprensa e História e Literatura.

O que chamou a minha atenção, em um primeiro momento, foi o engajamento desses literatos brasileiros durante o Estado Novo, assim como as suas guinadas pró-Vargas, uma vez que anteriormente haviam lutado ao lado dos constitucionalistas de 1932. Cassiano Ricardo, ao se referir a Menotti Del Picchia, mencionou que onde um estava, lá estava o outro – e ambos estavam em muitos lugares: na Academia Paulista de Letras, na Academia Brasileira de Letras, nas redações de periódicos, no Palácio dos Campos Elísios, em editoras, conferências, no gabinete de Vargas, entre outros. Essas aproximações entre os intelectuais e os círculos de poder no século XX – período que Michel Winock chamou de o século dos intelectuais (WINOCK, 2000) –, possibilita que se discuta não apenas quem se aproximou do Estado Novo, mas também compreender quais as funções assumidas por estes literatos no projeto do regime.

Pode-se dizer que entre os anos de 1937 a 1945 foi uma política governamental promover a aproximação entre o campo intelectual e o campo política. Dentre diversos trabalhos que se dedicaram ao recorte temporal aqui estabelecido, desenvolvidos sob a égide de variadas matrizes teórico-metodológicas e áreas de conhecimento, parece haver um consenso: durante determinado período, diversos intelectuais foram convidados a abandonar o debate estéril e passaram a se engajar na tentativa de criação de uma consciência nacional. Assim, colocando-se como elite dirigente (PÉCAUT, 1990) ou elite burocrática (MICELI, 2001), a intelectualidade, de maneira geral, ansiava por influir nos destinos do país e, longe de se limitar a uma atitude contemplativa,

buscou forjar políticas de ação, portando-se como interlocutora entre o Estado e o povo.¹ Segundo Altamirano,

a la profesionalización de la política corresponderá una creciente especialización del trabajo de los escritores y, más en geral, de la gente de saber. Dentro de cada sociedad nacional [do continente americano], aunque com ritmo diferenciado, que irán esbozando así los contornos de un dominio o una esfera que, con, las especificaciones del caso, puede describirse con el concepto acuñado por Pierre Bourdieu de ‘campo intelectual’. (ALTAMIRANO, 2010, p. 13)

Os usos políticos da imprensa colaboraram na redefinição do papel dos intelectuais. A compreensão do papel que o intelectual deveria desempenhar nos projetos de sociedade idealizados por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se tornam uma das questões a serem respondidas nesse trabalho, principalmente ao atrelarem esse papel a ser empreendido pelos homens de saber à imprensa em um período de crença na comunicação de massas como forma de promover uma comunidade espiritual. Nacionalistas que eram, é imperativo que se pontue que seus projetos sociais estavam intimamente relacionados com a atuação do Estado interventor, o único capaz de promover a felicidade e resolver os problemas da nação. Dessa forma, tais intelectuais não acreditavam na possibilidade de existir um projeto político internacionalista, uma vez que era necessário a compreensão das

¹ Ao longo de vários períodos, incluindo as ditaduras, os intelectuais brasileiros foram reconhecidos como portadores de um papel importante na construção da Nação. Daniel Pécaut divide em três gerações a história dos intelectuais brasileiros entre as décadas de 1920 e 1980: os pensadores da década de 1920 a 1940, os teóricos de 1950 a 1968 e os “profissionais” das ciências sociais dos anos 1974 a 1985, cujo papel consistiu na elaboração de categorias teóricas da política a partir dos seus conhecimentos da realidade brasileira. Para ele, o mundo intelectual brasileiro foi próximo da política e entre 1920 e 1940, a maioria dos intelectuais brasileiros professava uma visão explicitamente autoritária desta, alguns inclusive simpatizavam com as correntes de extrema direita. Para o autor francês, embora possamos notar diferenças regionais, emergiu, durante esse período, um consenso mínimo a respeito da constante responsabilidade dos intelectuais na construção da nação e na orientação do Estado, sendo que aqueles que se mantiveram as margens dos debates foram considerados adversários dos interesses nacionais (PÉCAUT, 1997).

especificidades de cada país para então adaptar suas instituições e organizações.

Para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, os intelectuais deveriam estar a serviço do poder e a imprensa era o modo de promover o debate entre o povo e o governo, papel esse a ser desempenhado pelos homens de saber. Assim, era imperativo que o poder público investisse na sua propaganda política não apenas para se legitimar perante seus governados, mas também para comunicar-lhes as intervenções políticas. Cabe ressaltar que essa ideia que prega a necessidade de órgãos de informação estatais sofreu duras críticas no momento do processo redemocratização, como bem pontuou o sucessor de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, que pelo Decreto-lei no. 8.313, de 7 de dezembro de 1945, considerava que “não é próprio dos governos, de índole democrática, manter jornais de doutrinação ou de informação” (SUPERINTENDÊNCIA, 1952).

Dessa forma questiona-se, qual a importância da propaganda política na sustentação de um governo? “Quanto pior o governo, mais ele vai se apoiar na propaganda de seus feitos reais ou irreais”? (CABRAL; CEOLIN, *Veja*, 3.4.13, p. 51) É realmente a propaganda política, por si, que garante reeleições e popularidade aos partidos, regimes, políticos e governos?

Foi lendo esses questionamentos relativamente atuais levantados pela revista *Veja* em relação ao Partido dos Trabalhadores e o marqueteiro João Santana que comecei a refletir sobre essas questões. Em tom semelhante ao apregoado pela oposição ao final do Estado Novo, esses dois órgãos políticos, União Democrática Nacional e revista *Veja*, instituições que se denominam sentinelas da democracia, atribuíram um poder sobrenatural a propaganda política e silenciaram sobre as mudanças reais experimentadas pelos brasileiros nesses dois momentos distintos. Destarte, esclareço que não confiro a popularidade de Vargas exclusivamente à sua propaganda política, embora a reconheça como importante no processo de legitimação do governo autoritário ao atuar como uma das engrenagens dessa complexa máquina que denominamos de política.

Análises acerca da propaganda política durante o Estado Novo não são novidades para quem estuda o período. Ademais, pesquisas que se propuseram a discutir a relação estabelecida entre intelectualidade nacional e regime autoritário também são recorrentes, não apenas na História como também na Literatura e na Sociologia. Todavia, alguns destes trabalhos que tomaram a intelectualidade de maneira geral pecaram por não atenderem as complexidades que englobam as tensas

relações entre Estado e a participação singular e individual de cada um dos que colaboraram com o regime, omitindo, assim, o quadro plural de atuações. Dessa maneira, um estudo focado nas personagens históricas sem que se perca de vista sua relação com as condições a que estavam inseridos se faz necessário para uma compreensão que fuja das generalizações e que permita a apreensão de tais relações a fim de considerar as expectativas, os projetos díspares e as possíveis inserções de temas e discussões no projeto político do regime.

Na percepção de Adriano Codato e Walter Guandalini Jr., a complexidade desse assunto implica uma abordagem que deve enfatizar diversos ângulos do problema para que se estude o circuito produção-difusão-recepção da ideologia oficial: para a eles, a compreensão satisfatória dessa temática só pode ocorrer a partir da análise dos objetos em suas dimensões complementares, relacionando os campos político e cultural (CODATO; GUANDALINI, 2003). Faz-se necessário, primeiramente, que se compreenda a heterogeneidade das diferentes agências do Estado comprometidas com a tarefa de criar uma mentalidade pró-regime, de modo a entender a natureza e a função de cada aparelho específico no interior do sistema institucional. Nesse caso, se faz imperativo analisar a função que o grupo *A Noite* assumiu dentro do projeto estadonovista.

Como veremos, essa organização que foi encampada pelo Estado Novo era composta por uma rede de periódicos e pela Radio Nacional, empreendimentos que colaboraram na difusão das bases ideológicas do regime instaurado em 1937 para as massas. Além disso, se faz necessário constatar a existência de diversos tipos de intelectuais que se relacionaram com o regime varguista - bacharéis, beletistas, sociólogos, economistas, industriais, etc. e compreender a inserção de cada um no projeto do governo, além da hierarquia do interior do campo. Restringir a atuação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia somente as funções do bacharelismo ou do beletismo é demasiadamente simplificador, uma vez que também realizaram análises sociais a partir de uma perspectiva política, sociológica e historiográfica.²

² Os outros pontos que Adriano Codato e Walter Guandalini Jr. enfatizaram foram: a necessidade de compreender o discurso ideológico propriamente dito a partir das fontes intelectuais, noções operatórias e racionalizações, assim como a identificação das instâncias especializadas de veiculação desse discurso, como rádio, teatro, cinema, jornal, revista, etc. e a sua tradução nas diversas linguagens, como música, peças teatrais, filmes, livros etc.. Por fim, para eles,

Interdisciplinar, a categoria intelectual é recorrentemente utilizada nas áreas de educação, sociologia, filosofia, literatura, geografia, comunicação, etc.. Na historiografia, a discussão sobre os intelectuais teve seu momento de inflexão principalmente a partir dos trabalhos de Jean-François Sirinelli. Segundo o autor, a história intelectual ou história dos intelectuais estaria se libertando de um ostracismo, tendo em vista que estudar os intelectuais significava estudar história política e, com a consolidação do grupo dos *Annales*, a política foi praticamente varrida das discussões historiográficas. Além disso, durante muito tempo o grupo de intelectuais foi numericamente bastante reduzido e a historiografia recente experimentou um entusiasmo pelas massas (SIRINELLI, 2003). Para ele, “a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232). A grande representatividade dos intelectuais na esfera pública durante o século XX também contribuiu para a valorização de estudos que focassem os intelectuais e suas políticas de ação. É durante os mil e novecentos que o intelectual passou a emitir sua opinião a partir de uma demanda social, foi chamado a dirigir periódicos, a participar de programas de televisão, a conceder entrevistas, etc.

A preocupação com a questão dos intelectuais na França, principalmente no decorrer do século XX nos remete ao *Affaire Dreyfus*,³ compreendido como marco fundador de uma história dos intelectuais e para alguns da própria definição mais corrente de intelectual, que relaciona ao termo a ideia de engajamento nas causas públicas (ZANOTTO, 2008).⁴ Apropriando-se do debate russo sobre o

se faz necessário compreender para qual público o discurso ideológico era endereçado (CODATO; GUANDALINI, 2003).

³ O Caso Dreyfus foi um escândalo político que dividiu a França no final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894, um oficial do exército francês de origem judaica. Dreyfus era inocente e a condenação baseava-se em documentos falsos. O caso se tornou público e os intelectuais tomaram posições: os *dreyfusards* denunciaram as injustiças cometidas contra o oficial e os *antidreyfusard* lutavam pela sua condenação.

⁴ Todavia, Carlos Eduardo Vieira, ao analisar os usos dos vocábulos *intelligentsia* e intelectuais nos cenários literários e políticos russo e francês dos séculos XIX e XX, argumenta que a palavra *inteligencia* teria se popularizado na Grande Polônia em 1844 com a obra *Em amor à pátria*, do filósofo Karol Libelt e que estaria associada a significados que atravessariam os séculos XIX e

papel da elite cultural, a discussão sobre os intelectuais veio à tona no cenário francês com o célebre manifesto *J'accuse: lettre au président de la république* (1898), de Émile Zola, embora o termo já circulasse no ambiente cultural na segunda metade do século XIX. Zola, Benda, Gide, Barrès e tantos outros intelectuais franceses povoaram as bibliotecas de intelectuais brasileiros, entre eles Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, que não se furtaram de citá-los em artigos, discursos, livros e conferências.⁵

No meu trabalho de conclusão de curso,⁶ ao esclarecer o que compreendia por intelectuais, assumi, assim como Rebeca Gontijo a partir da discussão de Sirinelli, que os entendia como produtores de bens culturais, pensando-os “como criadores e mediadores culturais e como atores do político, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção divulgação de conhecimento e promoção de debates” (GONTIJO, 2005, p. 261). Agreguei, naquele momento, as discussões de Daniel Pécaut, que considerou intelectuais os formuladores que se veem e são vistos enquanto tais (PÉCAUT, 1990).

Em relação à definição da palavra, Sirinelli assumiu que a noção e o termo evoluíram com as mutações da sociedade francesa e que seu significado pode desembocar em duas acepções: uma ampla e sociocultural que englobaria os criadores e mediadores (aí incluídos os

XX, ligados principalmente a sensibilidade e responsabilidade dos cultos no que se refere à educação do povo e à afirmação nacional. Já na Rússia, Dmitry, personagem da novela *Rudin* (1856), encarnou o protótipo da *intelligentsia*: homem culto, orador eloquente, nacionalista e defensor apaixonado por mudanças sociais. Em contraposição, na obra *Notas do subterrâneo* (1864), Dostoiévski ironiza o sentimento de distinção da *intelligentsia*, relativizando a crença de que ela possuía horizonte moral e político elevado (VIEIRA, 2008).

⁵ Dados extraídos a partir da consulta aos acervos pessoais de Cassiano Ricardo (Fundação Cultural Cassiano Ricardo, São José dos Campos, SP) e Menotti Del Picchia (Casa Menotti Del Picchia, Itapira, SP). Por mais que pregassem o afastamento de qualquer influência estrangeira em território nacional, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia não deixaram de recorrer a autores estrangeiros em diversos debates travados, inclusive sobre a função do intelectual no Brasil. Assim, nas produções de ambos a apropriação dos debates sobre o intelectual cosmopolita foi mobilizada de modo a legitimar suas atuações públicas, enquanto intelectuais membros da ABL e da APL, engajados em projetos de nação e na própria produção ideológica do Estado Novo.

⁶ A monografia foi defendida em 2011 no Departamento de História da UFSC e intitulada *Jornal A Manhã: aspectos e especificidades do porta-voz oficial do Estado Novo (1941-1945)*.

receptores) culturais e outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. Os intelectuais, para Sirinelli, são compreendidos como especialistas no processo de criação e transmissão cultural e por isso seres capazes de produzir visões de mundo (SIRINELLI, 2003). Devido a isso, podem despertar a atenção dos agentes envolvidos com o poder e, de acordo com a relação estabelecida, redefinem suas atuações intelectuais (GOMES, 1996).

As obras de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Norberto Bobbio também me ajudaram a refletir historiograficamente e teoricamente sobre tal categoria a partir de uma leitura heurística. Antonio Gramsci definiu os intelectuais como dirigentes e organizadores da cultura, agentes políticos determinantes e responsáveis pelas funções de domínio e de direção cultural, cuja atuação ocorreria a partir da ciência e da arte política.⁷ Os intelectuais, para Gramsci, longe de serem autônomos em relação às principais forças sociais, eram as expressões destas e, a partir dessa linha de raciocínio, o autor buscou discutir uma questão fundamental para a ciência e para a arte política: os mecanismos de domínio e de direção cultural.⁸ O intelectual orgânico gramsciano, que segundo o articulista italiano ocupa um papel central nos embates políticos, nos possibilita compreender as inserções de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia nos debates contemporâneos a partir das suas atuações nas disputas interoligárquicas, atuando organicamente em meio aos conflitos das elites políticas nacionais.

⁷ O conceito de intelectual nos cadernos de Gramsci reúne três sentidos principais: o intelectual tradicional, o orgânico ao projeto do Estado burguês e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas – os dois primeiros militantes aos interesses da hegemonia burguesa, o tradicional que despreza o sentimento popular e atua distante do povo e o orgânico-burguês que produz as condições ideológicas para a exploração capitalista. O intelectual orgânico aos interesses dos subalternos, por sua vez, visaria organizar uma nova forma de domínio e de direção política ligada ao projeto socialista.

⁸ O enfoque de Gramsci ao considerar as variadas dimensões do trabalho intelectual representa uma posição original a partir de uma concepção que amplia o conceito da atividade e reorienta a relação entre política e cultura. Para Gramsci, embora não seja possível falar em não-intelectual já que todos seres humanos fazem o uso do intelecto nas mais variadas atividades cotidianas, tal denominação é aplicada para definir um seletivo grupo cujo peso maior da função social da categoria profissional estaria ligada a elaborar e organizar intelectualmente, nos mais variados níveis e não a partir de um esforço muscular-nervoso.

Pierre Bourdieu, por sua vez, circunscreve os intelectuais como seres paradoxais, que se constituíram historicamente pela superação da oposição entre *autonomia-engajamento* e *cultura pura-política*: “os artistas e os cientistas afirmaram-se pela primeira vez como intelectuais quando [...] intervieram na vida política enquanto tais, isto é, como uma autoridade específica fundada na vinculação ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura” (BOURDIEU, 2002, p. 370). Assim, foram definidos como personagens bidimensionais que desempenham sua função em lutas políticas e que não existem como tais se não estiverem investidos de uma autoridade específica, conferida por outros intelectuais autônomos e independentes de poderes religiosos, políticos, econômicos. Dessa maneira, o intelectual não se encontraria nem totalmente apartado da política nem da esfera cultural, mas estaria transitando entre esses dois aspectos da vida pública.⁹

Norberto Bobbio também discutiu a questão da intelectualidade e sua relação com a política. Os intelectuais, segundo ele, não emergiram em nenhum período específico do fluxo histórico, ao contrário, sempre existiram, embora sem essa denominação, uma vez que ao lado do poder econômico, político ou militar sempre houve o poder ideológico que agia sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, símbolos, visões de mundo, ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra. Discutindo com Benda, Gramsci, Mannheim, Ortega y Gasset e Croce, Bobbio criou tipografias e dividiu os intelectuais em duas categorias: *ideólogos* e *expertos*, cuja distinção ocorre em relação às funções que eles são chamados a desempenhar no contexto político - *ideólogos*, segundo o autor, seriam aqueles que fornecem princípios-guia, precisamente as ideologias aos detentores do poder político atual ou em

⁹ O sociólogo francês adentra em um ponto fulcral da minha pesquisa: Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se reconheciam e foram reconhecidos como intelectuais, independente das estritas relações com a esfera política que historicamente os acompanharam. Como não se trata de um objetivo desse trabalho estabelecermos a distinção entre o bom e mau intelectual, nem apresentarmos uma cartilha de como deveriam se portar, não cabe aqui definir como intelectuais somente as personagens históricas engajados em projetos da esquerda e autônomos em relação à política, embora o aumento da autonomia e consequentemente da liberdade de crítica em relação aos poderes estabelecidos podem favorecer suas intervenções na sociedade. Portanto, independente das nossas expectativas em relação aos intelectuais, eles apoiaram e se definiram como porta-vozes de regimes autoritários, não existindo antinomia entre a busca da autonomia e a busca da eficácia política.

potencial e os *expertos* são aqueles que fornecem conhecimentos técnicos.

O intelectual bobbiano estaria intimamente ligado à produção ideológica. Assumo desde já que compreendo Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como intelectuais a partir de seus engajamentos na esfera política e cultural, de suas atuações como produtores e mediadores no debate acerca da cultura nacional e da definição do papel do intelectual durante o Estado Novo, regime político no qual se engajaram como ideólogos.¹⁰ Revisando a recorrente afirmação de que os ideólogos do regime seriam apenas Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos, analiso a participação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia de modo a observar como se deu a inserção destes intelectuais nos debates sobre a nação e busco identificar as contribuições destes que foram incorporadas ao discurso do regime. Sendo assim, assumo que suas participações se aproximam do que autores como Eagleton (1997) e Bobbio definem como a função dos *ideólogos*. Logo, não se trata da ampliação do conceito de modo a estabelecer que todo colaborador do regime tenha atuado na formulação ideológica, uma vez que entre os diversos literatos que escreveram em periódicos oficiais governistas encontrei a presença de nomes críticos ao Estado Novo que tiveram suas participações marcadas pela discussão de temas da esfera cultural, artística e folclórica.¹¹

¹⁰ Compreendendo Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como ideólogos do regime, ou seja, enquanto produtores culturais, as discussões propostas por Terry Eagleton me interessam sobremaneira. Em *Rumo a uma cultura comum*, quinto capítulo do seu clássico *A Ideia de Cultura*, o filósofo e crítico literário inglês discute a *cultura* a partir de dois autores: Thomas Stearns Eliot e Raymond Williams, abordando o caráter *elitista* e *populista* do primeiro em relação ao segundo. A partir das discussões de Eagleton acerca da cultura para T. S. Eliot, percebemos muitos pontos de contato com os projetos culturais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, principalmente no que diz respeito à separação entre produtores culturais, função atribuída aos intelectuais, segundo os poetas paulistas, e reprodutores culturais, que seriam as massas inconscientes, incapazes de reflexão e que apenas percorreriam os caminhos trilhados pelos produtores. Assim, na sociedade ideal dos poetas, haveria uma distinção entre as funções a serem desempenhadas na composição do corpo orgânico-social.

¹¹ Segundo Angela de Castro Gomes, “o Estado Novo não poderia ser caracterizado como portador de uma doutrina oficial e homogênea a ponto de afastar as diversidades toleráveis. Devido a isso, a presença de variações significativas que traduzem certo ecletismo em suas propostas, desde que não

Com o objetivo de analisar dialogicamente a produção de obras literárias e a inserção de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como propagandistas políticos, desde o início dos anos 1920 até o final do Estado Novo, busco compreender as inter-relações existentes entre suas produções literárias e os jornais que dirigiram de forma a empregar uma metodologia de análise que vise cruzar esses dois veículos distintos de difusão ideológica, sem privilegiar um em detrimento do outro, de modo a apreender de que maneira esses intelectuais divulgaram o modelo político que defendiam, ou seja, aquele que, segundo eles, era idealmente constituído conforme seus projetos de sociedade.

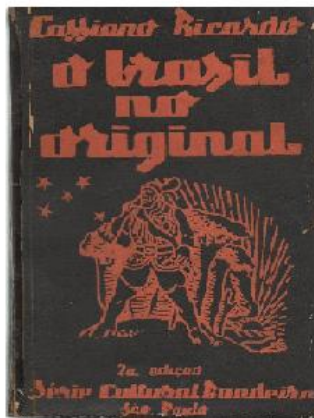
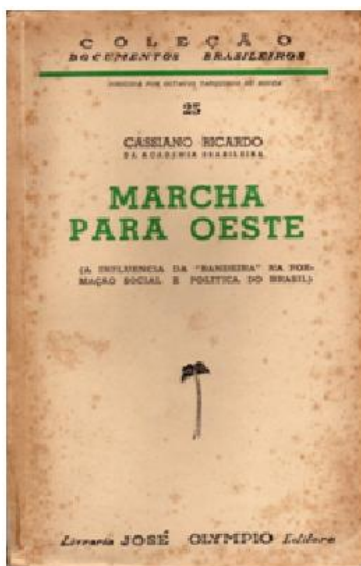


Imagem 1 - Capas dos ensaios sociológicos publicados em formato livresco por Cassiano Ricardo. *Marcha para Oeste*, de 1940 e *O Brasil no Original*, segunda edição, de 1937.

divirja das bases elaboradas, serve como legitimação do próprio sistema, tornando-o mais heterogêneo. No entanto, é possível encontrar, no seio das propostas, um conjunto de idéias capaz de formar um projeto político-ideológico.” (GOMES, 1982, p. 110)



Imagem 2 - Capas dos ensaios políticos publicados em formato livro por Menotti Del Picchia. Na ordem, *A Crise da Democracia*, de 1931, *A Revolução Paulista*, de 1932, *O Despertar de São Paulo*, de 1933, *Soluções Nacionais*, de 1935 e *Ensaio de Exposição do Pensamento Bandeirante*.

Para a realização desse estudo, analiso a produção literária dos intelectuais em questão e privilegio seus ensaios políticos e sociológicos por debaterem questões caras a essa proposta de pesquisa. Esses ensaios são analisados como fontes úteis para a produção do conhecimento histórico e, embora busquem o afastamento das subjetividades ao difundir ideias pragmáticas, também são fruto das subjetividades dos autores e que se cruzam com uma série de determinações sociais. Dessa

forma, essas fontes, além de serem analisadas como produtos dos contextos em que foram elaboradas, também serão discutidas a luz de questionamentos como: quem escreve, de onde, porque e para quem se dirigem – perguntas centrais para a compreensão alargada dos objetos. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, ao sistematizarem e publicarem esses documentos que hoje são por mim tomados como fontes, produziram um conhecimento específico e passível de análise por parte de sociólogos, críticos literários, historiadores, etc.

Compreendo que essa literatura produzida com o objetivo de detectar e apontar soluções para os problemas nacionais e que tinha a intenção de se afastar da ficção e das subjetividades, são caras para que se responda alguns dos meus principais problemas de pesquisa. De tal modo, proponho cruzar essa produção literária, tanto publicada em formato de livro como em artigos de jornais, com outras fontes como livros de memórias, correspondências, listas de pagamento, ofícios, legislação vigente, crítica literária, etc., para que seja possível discutirmos não apenas a produção dessas fontes, mas também analisarmos aspectos do agenciamento, da circulação e da recepção. Procurarei, na medida do possível e conforme os resquícios do passado que chegaram até nossos dias me permitirem, apreender a relação que esses poetas estabeleceram com a política, assim como as funções assumidas por eles, uma vez que as atribuições deles não se restringiam ao fazer literário já que, além disso, foram também administradores e gestores de empreendimentos editoriais e transitaram por diversos meios em busca de financiadores e colaboradores, por exemplo.

Fervorosos defensores de regimes autoritários, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia não figuram, na atualidade, entre os autores canônicos do campo literário brasileiro – o primeiro, como demonstrou Moreira, tem sido classificado de acordo com o analista e normalmente é definido como poeta de *Martin Cererê* ou ideólogo do Estado Novo. Menotti Del Picchia, por sua vez, tem sido considerado um poeta menor do modernismo e principal divulgador de evento de 1922, além de ser um dos cronistas da cidade de São Paulo (CASTRO, 2008).¹² Ambos,

¹² Segundo Luiza Franco Moreira, Cassiano Ricardo ocupa uma posição curiosa entre os escritores modernistas: ainda que sua poesia dos anos vinte encontre um público leitor até hoje, a crítica literária pouco se interessou por discutir sua obra. Em contrapartida, historiadores e cientistas sociais muito se preocuparam com a sua participação no Estado Novo. Dessa forma, para o público contemporâneo, Cassiano é o poeta de *Martim Cererê*; para os críticos, um escritor modernista de importância histórica e para os historiadores, um

todavia, são considerados por alguns críticos como dissidentes do verdadeiro modernismo ou falsos vanguardistas (PRADO, 2010).

Fugindo dessas rotulações, busca-se compreender a produção desses intelectuais de modo a não atribuir um juízo de valor aos seus produtos literários e, dessa forma, classificar a boa ou a ruim literatura. Perry Anderson, em entrevista recente, ao ser perguntado a respeito de conselhos para os estudantes do campo da história intelectual, respondeu advertindo para que estes não confundam julgamentos políticos e julgamentos intelectuais. Para o autor, “a qualidade dos pensadores sérios nunca é uma simples função de seus pontos de vista ideológicos. Pensamentos – à direita, ao centro e à esquerda – devem ser tratados com cuidado analítico e respeito crítico iguais.” (ANDERSON, 3.11.13, s.p.). A partir disso, busco realizar uma análise da relação desses intelectuais com a política sem desqualificá-los pelo fato de eu não concordar com os pressupostos políticos defendidos por eles.¹³

Resgatar aspectos da literatura de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia é, entre outras coisas, fazer uma incursão pelas tentativas frustradas de resoluções dos problemas nacionais e, como nos aponta Nicolau Sevcenko na apresentação de *Literatura como Missão*, compreender a “história dos desejos não consumados, dos possíveis não

ideólogo estadonovista (MOREIRA, 2001). Além dessa autora, Mônica Pimenta Velloso, em dissertação defendida em 1983, também estabeleceu uma aproximação interessante do Cassiano Ricardo literato e propagandista político (VELLOSO, 1983).

¹³ Busca-se analisar esses debates sem que se atribua juízo de valor pelo fato de não representarem ideias por mim compartilhadas. Além disso, não se pretende aqui fazer distinção entre o que considero a boa literatura e a literatura ruim, assim como não será considerado se esses projetos partiram de autores canonizados *a posteriori* ou se foram propostos por intelectuais classificados jocosamente de menores. Ou ainda, se eles se encaixavam ou não em um ideal de intelectual autônomo em relação aos poderes constituídos. Ao contrário, busca-se compreender os porquês dessa relação próxima com a política, assim como analisar qual era o papel a ser desempenhado pelos intelectuais em uma sociedade que deveria ser organizada corporativamente, além dos motivos da criação de pechas como intelectuais menores, falsos vanguardistas e cooptados. Ao que parece, a negatificação das atividades intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia estão relacionadas ao processo de canonização de escritores de esquerda possível graças ao que Roberto Schwarz denominou de “relativa hegemonia cultural de esquerda” (SCHWARZ, 1978, p. 62), processo esse que varreu escritores de matrizes conservadoras do campo literário a ser valorizado pelas instâncias de legitimação.

realizados, das idéias não consumidas” (SEVCENKO, 2003, p. 30). Todavia, mais do que isso, ler suas obras é mergulhar em projetos políticos e de nação que eles acreditavam ser possíveis e acompanhar uma leitura do mundo que era particular e ao mesmo tempo compartilhada por um grupo considerável de políticos e intelectuais que declarava a morte do liberalismo, acreditavam na possibilidade da existência de uma sociedade harmoniosa, cujo papel central cabia ao Estado, e defendiam uma organização social baseada em princípios corporativos e orgânicos. Essa sociedade utópica estava nas análises e nos projetos sociopolíticos de intelectuais e se apresentava de forma idealizada em seus escritos.

Assume-se, nesse trabalho, que a produção literária é um fenômeno social na medida em que resulta de convicções, crenças, códigos e costumes e que emerge de uma determinada realidade histórica sem, no entanto, ser seu registro fiel. Ao contrário, por mais próxima da literatura sociológica que estivessem das produções dos autores em questão, diversas vezes as análises sociais nelas contidas deram lugar ao mito, desviando do real histórico, insurgindo-se contra ele e apresentando uma imagem inverossímil e pouco familiar à sociedade a partir de um movimento de abstração e velamento da realidade (VELLOSO, 1983).¹⁴ Dessa forma, tanto a literatura como a imprensa periódica, como destacaram autores como Antonio Candido e Raymond Williams, não devem ser analisadas como campos isolados e que se referenciam em si mesmas. É necessário que se busque conexões e vínculos com os movimentos políticos, conjunturas e processos econômicos, culturas políticas, movimentos e formações culturais. A

¹⁴ Essas abstrações ocorrem, por exemplo, quando se emprega categorias como *democracia* no Estado Novo e *democracia racial* nas bandeiras. Atuando como porta-vozes ao falar em nome do regime, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia buscaram difundir suas ideias socialmente, legitimando e silenciando determinados episódios históricos que qualificavam o passado nacional como excludente e conflituoso. Dessa forma, a organização cultural, como nos demonstra Raymond Williams, não está apartada da elaboração e difusão de determinados valores que, por sua vez, estão atrelados a interesses de classe. O controle do campo cultural por parte do governo visava a reprodução do sistema, estratégia que se soma a outras para a manutenção da hegemonia, como, por exemplo, a lógica trabalhista, a conciliações entre capital e trabalho e a incorporação de reivindicações de classes subalternas para construir uma base sólida de sustentação. As históricas lutas dos trabalhadores organizados foram noticiadas pelas publicações do regime como concessões do chefe da nação, não como conquistas das classes trabalhadoras.

imprensa e a literatura não se situam acima do mundo ao falar dele – elas não são espelhos ou expressões da realidade, mas práticas constituintes da realidade social que, dentre outras coisas, buscam modelar ações e pensamentos, definir papéis sociais, generalizar posições e interpretações que pretendem ser compartilhadas e universalizadas.

A participação ativa de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia no campo intelectual e político e suas prolíficas produções, tanto no periodismo como na literatura influenciaram, em alguma medida, o processo político e intervieram na vida social. As discussões por eles propostas foram marcadas pela tentativa de difusão de modelos políticos e de sociedade que não eram imparciais e que estavam imersos em um debate mais amplo acerca do caráter nacional brasileiro em um momento em que outros intelectuais tupiniquins partilhavam entusiasticamente da ideia de que o Brasil, como nação sadia e jovem, alcançaria o sucesso após a decadência europeia pós-Primeira Guerra Mundial.

Colaborando ou dirigindo esses periódicos, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia trabalharam como funcionários de empreendimentos editoriais, oficiais ou não, e por isso, torna-se imperativo que se analise essas fontes como fruto de um projeto político amplo, limitador da proposta editorial. Equilibrando-se “numa corda bamba entre os ideários estéticos, as convicções filosóficas e as dificuldades de sobrevivência em um país onde suas atividades prosperam em torno do meio acadêmico, da mídia e de órgãos e apoios governamentais” (MORAES, 2004, p. 201), tanto Cassiano Ricardo como Menotti Del Picchia legitimaram e deslegitimaram governos na imprensa periódica, contribuíram na criação do mito Vargas e se dedicaram a um veio da produção literária que posteriormente foi valorizada pelo Estado Novo.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, entre as décadas de 1920 e 1940, exerceram atividades profissionais complementares, principalmente ligadas ao periodismo, à literatura e ao funcionalismo público. Sobre essa relação do intelectual com o poder, Sérgio Miceli se dedicou a avaliar as diferentes modalidades de relações que essa categoria social manteve com o Estado, diferenciando os escritores-funcionários dos funcionários-escritores.¹⁵ Cabe esclarecer que nessa

¹⁵ Nas proposições do sociólogo, embora entenda que os dois grupos foram cooptados pelo Estado e acabaram se submetendo ao regime que serviam, faz-se a diferenciação em relação às realizações literárias de uns e outros, uma vez que

análise não objetivo compreender essa aproximação entre intelectuais e regimes ou partidos políticos sob o signo da cooptação, categoria essa que sugere a existência de um maniqueísmo por parte do regime, assim como a ausência de agência por parte dos intelectuais. Busca analisar não apenas os posicionamentos políticos de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, mas também compreender as aspirações desses em relação à política, entender os meandros de suas publicações e debater a respeito das mudanças e adequações que as suas filiações exigiram e que, de alguma maneira, limitou a liberdade de exposição das suas ideias.

os primeiros produziram textos com a intenção de bajular os chefes e os segundos queriam apenas sossego e segurança para realizar suas obras. Segundo Carlos Drummond de Andrade, intelectual que trabalhou durante 11 anos no Ministério de Educação e Saúde e que foi classificado por Miceli como pertencente ao segundo grupo, “Sempre se falou mal de funcionários, inclusive dos que passam a hora do expediente escrevinhando literatura (...) O certo é que um e outro são inseparáveis, ou antes, o funcionário determina o escritor. O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto; sente o peso dos regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas. Retire-se tal rotina ao temperamento literário a que reperto, e cessará sua veia criadora. Instalado confortavelmente num escritório de capitão de indústria, já não se produzirá essa inconformidade entre o real e o individual, que tantas vezes gera a obra de arte. As forças de ação aplicam-se ao objeto imediato, e o homem fabricará coisas de uso cotidiano, planejará o assalto aos mercados, desprezará tanto o ofício das letras como as frágeis produções de seus oficiais. Cortem-se os viveres ao mesmo temperamento, e as questões de subsistência imediata, sobrelevando a qualquer outras, igualmente lhe extinguirão o sopro mágico. Há, é claro, os exemplares da boêmia ou da miséria fecundas, que nos legaram obras imperecíveis. Mas aqui se trata de certo tipo de criador literário, aquele que não ama velejar pelos mares lendários nem ancorar à sombra do botequim: o escritor-homem comum, despido de qualquer romantismo, sujeito a distúrbios abdominais, no geral preso à vida civil pelos laços do matrimônio, cauteloso, tímido, delicado. A organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o e inspira-o.” (ANDRADE, 1952, p.111-3)

Cabe ressaltar que os pensamentos políticos de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia entre 1920 e 1940 se alternam conforme, entre outras coisas, a conjuntura interna e externa. Entretanto, as ideias conservadoras permearam suas produções, independentemente de estarem defendendo um projeto democrático ou totalitário para o Brasil.¹⁶ Até chegarem à direção dos jornais oficiais do Estado Novo, demonstraram em suas produções que tinham projetos comungados com o regime, mesmo que não na sua integralidade, valendo-se disso para a ocupação desses cargos de suma importância no projeto do governo. Isso esclarece o porquê da não concordância com o uso da categoria cooptação para compreender as relações que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia estabeleceram com o regime, crítica já elaborada por Antonio Candido, autor que prefaciou a obra de Miceli.¹⁷

Embora a imprensa nas dimensões que a conhecemos hoje seja produto da modernidade, os jornais que estampavam os nomes de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como diretores ou colaboradores eram filhos de uma mudança ocorrida no final do século XIX nos centros urbanos, em um momento de crescente industrialização e concentração populacional. Foi nesse período que ocorreu “a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura

¹⁶ Conforme veremos adiante, em 1936, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se articularam em torno do grupo Bandeira, instituição cultural que aglutinou diversos intelectuais paulistas interessados na eleição de Armando de Salles Oliveira. Tal órgão, responsável pela propaganda de Oliveira, não mediu esforços para classificar o político como o candidato mais democrático para as eleições previstas para 1938. Todavia, dois anos antes, Menotti Del Picchia, em uma crítica que produziu sobre o livro de Antonio Ferro, *Salazar*, não olvidou em defender a imperativa necessidade de estabelecermos no Brasil um regime fascista, cujo papel de líder estaria destinado a Plínio Salgado.

¹⁷ Segundo Antonio Candido, o demasiado julgamento realizado por Miceli em uma análise que tudo decorre de cooptações generaliza de forma a agrupar todos envolvidos a mesma realidade. Utilizando-se do exemplo de Cassiano Ricardo, Candido rebate a tese generalizante de Miceli no prefácio da obra sob alegação de ter o regime adotado em 1937 correspondido com as expectativas políticas do diretor do *A Manhã* (CANDIDO, 2001). Para ele, a metodologia de análise mais segura para discutir categorias e biografias, é a relação existente entre elas, privilegiando ambas: “Se pensarmos na biografia de cada um, caímos na singularidade dos casos e chegamos à conclusão inoperante de que nenhum é igual ao outro; e, ao respeitar a integridade do indivíduo, desistimos de entender. Se subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria, podemos manipular a realidade total com certo êxito, mas atropelamos demais a verdade singular.” (CÂNDIDO, 2001, p. 73)

simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamentos gráficos necessários ao exercício de sua função” (SODRÉ, 1977, p. 315). Além disso, a imprensa da primeira metade do século XX, diferente da imprensa periódica contemporânea, não reivindicava ser um veículo imparcial, ao contrário, definia-se explicitamente como porta-vozes de grupos.

Essa imprensa que estava intimamente relacionada com as trajetórias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia também atuou social e politicamente ao delimitar espaços, demarcar temas do debate público, mobilizar opiniões, constituir adesões e consensos. Além disso, assimilou e difundiu projetos de diferentes forças sociais, mas também foi espaço privilegiado de articulação desses grupos, agindo como uma força que colaborou com a produção da hegemonia, articulou uma compreensão de temporalidade, propôs diagnósticos do presente e afirmou memórias de sujeitos, eventos e projetos com os quais pretendia articular as relações entre presente-passado e perspectivas de futuro.¹⁸

¹⁸ As revistas literárias tem sido, ao longo dos últimos anos, fonte de diversos historiadores para a compreensão das redes, projetos, pensamentos, posicionamento ideológico e sociabilidades intelectuais e da relação desses com o Estado, a sociedade, as instituições, a academia, a Igreja, as ideologias, os partidos políticos, o desenvolvimento das ciências e da cultura (GRANADOS, 2012). Podemos estender esse debate para a imprensa de modo geral, como nos possibilita análise da articulação gestada na redação do *Correio Paulistano*, que envolveu Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. Nesse periódico, porta-voz do Partido Republicano Paulista, entre os anos de 1917 e 1923, formou-se um grupo que partilhava projetos estéticos e políticos e que mais tarde foram identificados como a corrente verde-amarela do modernismo brasileiro. Esse grupo foi gestado no seio de uma redação de jornal e começou a ser formado quando, em 1917, Taunay, ao mesmo tempo em que passou a coordenar a reforma do Museu Paulista, começou a publicar artigos históricos no *Correio Paulistano*. A ele se juntou como colaborador do CP, em 1919, Cândido Motta Filho e, em 1920, no momento em que Alarico Silveira tornou-se Secretário do Interior do governo de Washington Luís, responsabilizando-se por todas as iniciativas oficiais na área de cultura e educação, Menotti Del Picchia assumiu o cargo de redator político do órgão perrepista. Já em 1921, Plínio Salgado também passou a trabalhar no periódico e, por fim, em 1923, Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr., o último por intermédio de Taunay, foram incorporados à equipe do jornal. Segundo Ferretti, além de lugar de sociabilidade da intelectualidade perrepista, a redação do *Correio Paulistano* acabou se tornando o principal foco de produção da historiografia sobre o bandeirante nos anos 20, substituindo o IHGSP em um momento em que esta instituição enfrentava forte crise interna que diminuía seu dinamismo (FERRETTI, 2004).

Como dito, a função de estabelecer o diálogo entre o governo estadonovista e o povo foi confiada aos intelectuais e o processo de refinamento ideológico do Estado Novo, ou seja, a produção do discurso do regime ocorreu paralelamente à sua difusão.¹⁹ Publicando tanto em revistas de acesso restrito, de modo a divulgar suas teses sociológicas a partir de uma linguagem pouco acessível ao universo popular, mas também em jornais de acesso amplo, que divulgavam não apenas aspectos da vida política nacional, mas também de temas de interesses gerais, como o futebol, por exemplo, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia atuaram como porta-vozes autorizados do regime autoritário, usufruindo para tal do capital cultural acumulado e do reconhecimento público.²⁰

Diversos intelectuais participaram do projeto estadonovista produzindo, coordenando e disseminando a ideologia do regime autoritário, mesmo que muitas vezes essa se apresentasse de maneira discrepante. Responsáveis pelas mediações necessárias para que a comunicação com as massas fosse satisfatória e causasse o efeito desejado pelo poder executivo, literatos de diferentes vertentes estéticas e políticas procuraram estabelecer o diálogo entre chefe e povo, criando o vínculo entre Estado e nação.²¹ Parece-me, nesse sentido, que a criação da “comunidade imaginada”, termo cunhado por Benedict Anderson, representava a função social a ser desempenhada pelos

¹⁹ Segundo Mészáros, “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma violentamente em todos os níveis, do mais grosseiro ao mais refinado.” (MÉSZÁROS, 1996, p. 15).

²⁰ Em relação a essa legitimidade, Pierre Bourdieu entende que os campos são redes de relações objetivas, de dominação ou subordinação, de complementaridade ou de antagonismo entre posições, uma das apostas centrais das rivalidades literárias é o monopólio da legitimidade literária: o poder de poder dizer com autoridade quem está autorizado a se definir como escritor e de dizer quem de fato é escritor, assim como o monopólio do poder de consagração dos produtores ou dos produtos. (BOURDIEU, 2002)

²¹ Diversos intelectuais participaram da construção dessa identidade nacional e publicaram nos periódicos oficiais do regime, mesmo que politicamente não estivessem alinhados ao Estado Novo. O regime estimulou a produção artística e literária nacionalista e abriu espaços em diversas publicações que estavam sob seu controle para a veiculação dessas. Além disso, dirigindo essas publicações estavam intelectuais bem articulados no campo e que devido às redes de sociabilidades estabelecidas previamente angariaram colaboradores consagrados nas artes e letras nacionais.

intelectuais e a comunicação de massas era o caminho para o sucesso dessa investida. (ANDERSON, 1989)

Para Jesús Martin Barbero, a modernização latinoamericana foi um movimento de adaptação econômica e cultural e não necessariamente de aprofundamento da independência. Os meios de comunicação, nesse caso, desempenharam um papel político no processo de nacionalização das massas populares.²² Para o autor, a comunicação assumiu um papel peculiar na América Latina devido ao descompasso entre Estado e nação e o modo desviado de irrupção política das massas, uma vez que,

se através do nacional-popular se fizeram ouvir no conjunto nacional reivindicações sociais e políticas das classes subalternas, foi num discurso de massa que o nacional-popular se fez reconhecível pelas maiorias. Entretanto, as histórias dos meios de comunicação continuam - com raras exceções - dedicadas a estudar a "estrutura econômica" ou o "conteúdo ideológico" dos meios, sem se propor minimamente ao estudo das mediações através das quais os meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural, e nas quais oscilamos entre parágrafos que parecem atribuir a dinâmica das mudanças históricas à influência dos meios e outros em que estes são reduzidos a meros instrumentos passivos nas mãos de uma classe dotada de quase tanta autonomia quanto um sujeito kantiano. (BARBERO, 1997, p. 228)

Dessa maneira, além de compreender o que foi difundido pelo Estado Novo, é necessário que se compreenda o modo pelo qual esse discurso foi propugnado, bem como quem eram os porta-vozes autorizados a falar em nome do regime. Além dos periódicos, muitos criados assumidamente para servirem aos interesses do executivo, a literatura também se mostrou sensível às oscilações políticas durante o regime autoritário e foi utilizada como área estratégica para divulgação do ideário estadonovista. O controle do campo cultural nacional foi uma

²² No Brasil, o Estado Novo se propôs a estabelecer uma unidade nacional, superando os conflitos regionais da Primeira República e tornando possível a comunicação entre várias regiões por meio da aviação, da construção de rodovias e estradas de ferro, além de telégrafos, telefones e rádio.

clara preocupação do poder público que atuou a partir de um mecenato estatal, refinando os dispositivos de intervenção na produção cultural de modo a possibilitar a divulgação ideológica, embora esse espaço tenha sido apropriado de maneiras distintas pelos artistas envolvidos²³ (MICELI, 2001).

A diretriz que rege esse esforço de pesquisa visa discutir esses veículos de difusão de crenças, ideias e valores como suportes de comunicação, de modo a compreender de que maneira esses intelectuais divulgaram, através dessas publicações tornadas ferramentas em suas mãos, determinado modelo político e em que medida este sofreu alterações provocadas pela proximidade com as instâncias de poder central e pelos trânsitos que marcaram suas trajetórias. Pode-se dizer, a partir dessas considerações, que a literatura produzida por esses intelectuais e os periódicos por eles dirigidos cumpriram funções semelhantes a partir de uma objetivação análoga, uma vez que “os valores e as ideologias contribuem principalmente para o *conteúdo*, enquanto as modalidades de comunicação influem mais na *forma*” (CANDIDO, 2006, p. 39).

Intelectuais ligados à esfera literária, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia publicaram um considerável número de escritos entre ensaios, romances, poesias, contos e crônicas, fazendo que incidisse o peso maior das suas atividades profissionais justamente no fazer literário, embora não se restringisse a isso. Com objetivo de analisar suas produções literárias no período correspondente ao Estado Novo, além de obras anteriores e que colaboram para a apreensão dos problemas a serem respondidos por esforço de pesquisa, utilizo-me dos seus escritos atentando para as mediações entre os literatos e o público leitor. Uma vez que a literatura não se limita as belas letras, sendo ela “tudo o que aparece fixado por meio de letras” (ROSENFELD, 1972, p. 9), trato como tal não apenas seus escritos publicados em formato de livro, mas também seus artigos assinados, publicados principalmente no

²³ O controle da informação foi uma das preocupações centrais do regime (GOULART, 1990); (CAPELATO, 1994). O crescimento da Editora José Olympio na década de 1940 também parece ser ilustrativo dessa intervenção do Estado na esfera cultural: a editora assumiu uma posição dominante no polo cultural do espaço editorial e “sobre ela cristalizaram-se emblemas essenciais à concepção de uma cultura nacional autêntica, em condições de igualar uma história literária nacional a outras e de disputar promoção de valores universais” (SORÁ, 2010, p. 359-360).

jornal *A Manhã*, periódico dirigido por Cassiano Ricardo e que se autoproclamava porta-voz oficial do Estado Novo.

Priorizando o tratamento *externo* das fontes, uma vez que meu interesse não incide sobre o valor estético da obra, discussão cara à crítica literária (CANDIDO, 2006), procurarei traçar um debate que fuja a uma perspectiva causal e que não desvincule as obras literárias dos seus contextos de produção, ou seja, que as encare como não apartadas de interesses socioeconômicos, políticos, culturais, religiosos, etc. Inegavelmente, o social desempenha certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, de certo modo, *interno*. Dessa forma, mesmo não se tratando de uma aplicação de tipologias pré-estabelecidas, há nesse esforço de pesquisa a clara aproximação da ideia proposta por Candido de estudar “a posição e a função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade”, além da investigação da “função política das obras e dos autores, em geral com intuito ideológico marcado.” (CANDIDO, 2006, p. 19-20) Partindo do pressuposto que existe relação entre fatores externos e internos da obra que se relacionam dialeticamente, ou seja, que existe uma relação dialógica entre texto e contexto, cabe uma investigação das influências concretas que os fatores socioculturais exerceram na produção literária de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, principalmente relacionando-as às estruturas sociais, aos valores, às ideologias e às técnicas de comunicação.²⁴

Nas obras publicadas, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia mobilizaram, como estratégia para a difusão de crenças e valores compartilhados, seus narradores para debaterem temas caros aos seus projetos e defenderem o que acreditavam ser o caminho correto para a resolução dos problemas da nação. Se o poeta para Fernando Pessoa era um fingidor, o poeta e o prosador para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia era um analista que realizava um trabalho de prospecção da cultura nacional e deveria atuar como instrumento da política, servindo aos interesses da nação. A língua e a linguagem, dessa forma, não

²⁴ Em relação às técnicas de comunicação, não é desprezível a importância da nascente e crescente comunicação de massas na propaganda política do Estado Novo. O cinema e a rádio, principalmente, mas também a imprensa periódica se tornaram aliados de Vargas na sustentação do regime autoritário e diversos intelectuais foram convidados a compor os quadros de direção desses veículos. A imprensa acabou por se tornar um instrumento de divulgação do regime e as informações passaram a ser vigiadas pelos órgãos de cerceamento estatais, assim como a produção literária.

serviram somente uma ferramenta de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas também de poder.

Todavia, afastando-me dos argumentos propugnados a partir da virada linguística que tomam a linguagem como lugar de acontecimento da história, entendendo que a estrutura de produção linguística depende da relação de força simbólica entre os locutores, ou seja, da importância de seu capital de autoridade em dada sociedade e que não se reduz ao capital propriamente linguístico. A partir disso, pode-se dizer que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, intelectuais responsáveis pela disseminação de valores, crenças, símbolos e signos caros ao Estado Novo, não buscavam ser apenas compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos, etc. Nesse aspecto, a competência implica não apenas na capacidade de se fazer escutar, como também no poder de impor a recepção (BOURDIEU, 2008) – o que nem sempre funcionou, conforme discuto no último capítulo a partir das querelas entre Cassiano Ricardo e Heráclito Sobral Pinto.²⁵

Essas publicações produzidas e difundidas pelos intelectuais em questão são compreendidas como agentes sociais por difundirem modelos políticos e de sociedade não neutros, influenciando, dessa forma, o processo político e intervindo nos interesses e na vida social. É necessário, todavia, atentar para a proporcionalidade da emersão das figuras dos intelectuais, dos jornalistas, dos escritores e dos diretores das publicações, ou seja, de sujeitos dotados de consciência, que se determina na prática política, como responsáveis pela difusão ideológica do regime, analisando suas trajetórias e seus escritos para melhor compreender suas inserções no projeto de Estado e de sociedade,

²⁵ Impossível é a tarefa de mensurarmos qual foi o grau de eficiência da propaganda política veiculada pela produção intelectual de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia e até que ponto ela garantiu a manutenção do regime autoritário, que sucumbiu após o fim da Segunda Guerra Mundial. O que nos compete é analisar os esforços do regime para se manter no poder e a participação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia na lógica empreendida pelo governo varguista, além de atentar para o modo como os poetas paulistas se apropriaram dos cargos a eles confiados. Assim, busco compreender a propaganda do Estado Novo a partir de uma perspectiva mais ampla, cuja participação inclui outros atores sociais e não somente o Departamento de Imprensa e Propaganda, uma vez que os jornais *A Manhã* e *A Noite* pertenciam ao grupo *A Noite*, encampado às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União pelo decreto-lei n. 2.073, de 8 de março de 1940 e que estavam atrelados diretamente ao seu superintendente, General Luiz C. da Costa Neto.

incluindo, dessa maneira, suas percepções do que seriam suas próprias funções como intelectuais.

Os diretores foram os principais responsáveis pela caracterização dos periódicos e foram chamados a desempenhar essas tarefas por apresentarem perfis compatíveis com os projetos a serem desenvolvidos. Todavia, a publicação é fruto de um projeto coletivo que envolve outros atores sociais, como os colaboradores, anunciantes, o superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, responsável pelos periódicos *A Manhã* e *A Noite* e os órgãos de propaganda, informação e censura. Ou seja, entende-se os periódicos aqui analisados como produto dessas relações, muitas vezes conturbadas, que a eles dão forma e assim buscam atingir suas funções sociais.

Por outro lado, não se pode restringir o universo de produção desses intelectuais a questões puramente ideológicas ou políticas, embora a carga de ideologia seja evidente, não apenas nos artigos assinados em periódicos situacionistas, mas também nas obras literárias. Mesmo as obras que possuem marcadamente objetivo político ou ideológico são dotadas de valor literário por se tratar de uma narrativa criativa e ficcional, embora objetivassem a verossimilhança. Além disso, é necessário que se tente perceber as múltiplas leituras possíveis de determinada obra, independente da tentativa do autor em impor determinada chave aos seus leitores. No entanto, de modo a contemplar meus objetivos, analiso as obras cujos conteúdos marcadamente políticos e ideológicos se evidenciam, para então compreender a função que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia atribuíram aos intelectuais no universo da política e de que modo mobilizavam uma narrativa que buscavam nas tradições nacionais as justificativas para o modelo de sociedade por eles proposto.

Altamirano denominou como “literatura das ideias” as produções em forma de ensaio que incluem proclamações e manifestos políticos, como *Facundo*, de Sarmiento; *Nuestra América*, de Martí; *Ariel*, de Rodó; *Evolución política del pueblo mexicano*, de Justo Sierra; *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, de Mariátegui; aos quais acrescento, *Marcha para Oeste* e *O Brasil no Original*, de Cassiano Ricardo e *Soluções Nacionais* e *A Crise da Democracia*, de Menotti Del Picchia. Denominada como zona fronteira, essa literatura das ideias não agrega apenas conceitos e valores, mas também elementos da imaginação e da sensibilidade. Torna-se, portanto, imperativo atentarmos para os traços ficcionais dos textos, para a retórica das imagens e para o tipo de condicionamento que se cultiva na crítica literária. No entanto, não se deve reduzir os textos da literatura

das ideias a esses elementos, como se o pensamento que animava os literatos fosse um assunto trivial e suas intenções e motivações fossem meramente literárias (ALTAMIRANO, 2007). A literatura não é pano de fundo ou moldura da história, mas uma modalidade de comunicação que se insere socialmente e dialoga de forma dialética com o contexto, influenciando e sendo influenciada pelas questões de ordem políticas, sociais, econômicas, religiosas, geracionais, de gênero, etc..

Embora a literatura produzida por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia seja fruto de vários fatores que passam pela personalidade dos autores, pela classe social que pertencem, por sua situação econômica, pelo momento histórico, pela sua filiação político-partidária, por suas crenças e valores, pela estrutura do campo literário, etc. a obra é autônoma e possui sua individualidade, ainda que formada por elementos externos a ela. Dessa maneira, não se pode encará-la como um reflexo da sociedade, ainda que seja possível identificarmos elementos da realidade social e que se transformaram em estrutura estética.

Literatos e jornalistas, as experiências acumuladas pelos poetas os credenciaram para ocupar a função de direção de duas importantes ferramentas de difusão ideológica do Estado Novo. Não é novidade que a imprensa e os jornais tornaram-se um lugar de afirmação na carreira literária ainda no século XIX, principalmente através do folhetim (MEYER, 1996), formato em que muitos romances foram veiculados ao grande público e posteriormente tornaram-se livros. A imprensa historicamente possibilitou a produção literária e a partir do século XX, com a profissionalização dos jornalistas, passou a empregar diversos romancistas, contistas, poetas, prosadores, etc., como já demonstrou Sevcenko ao entender que o jornal foi para muitos um meio de vida e uma forma de assegurar a própria sobrevivência.²⁶

²⁶ Denílson Botelho, ao discutir a participação de Lima Barreto na imprensa periódica, questiona-nos a respeito das influências da literatura na imprensa e no jornalismo e de que forma a presença dos literatos nas páginas e nas redações dos jornais fez surgir uma nova narrativa jornalística ou um novo fazer jornalístico. E mais, em que medida a literatura representou uma intervenção no texto dos jornalistas, tendo em vista que durante um bom tempo a figura do escritor-jornalista não era estranha nas redações dos jornais? Assim, parece que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia são emblemáticos da relação entre literatos e jornalistas e suas atuações se influenciam mutuamente – na obra literária há aspectos do jornalismo, assim como na produção jornalística percebemos nitidamente uma narrativa literária (BOTELHO, 2013).

Em relação ao papel desempenhado por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como articuladores do Estado Novo, é necessário que se façam observações baseadas na circulação entre ideologia e a cultura política.²⁷ Motta definiu como cultura política o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, tendo como objeto fenômenos políticos (MOTTA, 1996).²⁸ Uma vez que o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos e pela força da tradição, além de revelar como determinados comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo, não há lugar para o efêmero e passageiro.²⁹

²⁷ Percebemos que tal categoria se tornou uma importante ferramenta de análise no processo de renovação das discussões sobre política no âmbito da História e que é usualmente utilizada pelos que se dedicam a discutir o imbricamento entre cultura e política a partir de um paradigma culturalista, onde a cultura passou a ocupar o lugar central nas explicações dos processos históricos. Referência imperativa para quem se apropria dessa discussão sob a luz da nova história cultural, Serge Berstein define que o processo de elaboração e surgimento da cultura política no seio de uma sociedade ocorre a partir de respostas dadas a esta frente aos grandes dilemas, problemas e crises de sua história. Essas respostas são fundamentadas o suficiente para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações, sem, todavia, se tratar de um fenômeno imóvel – continuam a evoluir, enriquecendo-se com novas formulações e contribuições de outras culturas políticas a partir do momento em que estas trazem boas respostas aos problemas contemporâneos.

²⁸ E mais recentemente, como um conjunto de “valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

²⁹ A bibliografia que discute a relação entre a esfera política e cultural a luz do conceito de cultura política tem atribuído demasiado valor ao enfoque culturalista e, dessa forma, negligenciado ou dado pouca relevância a fatores de ordem sociopolíticos, como, por exemplo, a questão da hegemonia ou da ideologia no seio da cultura política. Segundo Motta, uma vez que os estudos que colocam ênfase no fator cultural desenvolveram-se num quadro de declínio da influência do paradigma marxista, que tradicionalmente colocou a cultura em posição secundária e dependente das estruturas econômico-sociais, houve a deflagração de polêmicas entre os estudos de cultura política e a tradição marxista, mesmo havendo algumas áreas de convergência. Antonio Gramsci, todavia, ainda na década de 1920 e 1930, nos oferece reflexões bastante

A questão da ideologia é um ponto fundamental das relações entre o marxismo e as pesquisas sobre cultura política – Motta nos expõe duas acepções principais do conceito: o primeiro caso relaciona ideologia à falsa consciência e implica o mascaramento da realidade, tratando-se do processo através do qual a classe dominante constrói uma falsa representação da realidade, escamoteando a sua dominação e garantindo a obediência dos grupos dominados. Se analisarmos a ideologia a partir da perspectiva de falseamento do real, passa a ser mais difícil, segundo o autor, combiná-la com a categoria de cultura política e sua fundamentação teórica.³⁰

Motta também nos apresenta o conceito de ideologia como um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele a luta pela conquista do poder. Essa acepção não apenas é compatível com o conceito de cultura política, mas também enriquece a nossa compreensão do fenômeno. Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui o seu cerne, todavia, é importante não resumirmos uma coisa à outra e analisarmos de modo a perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos, valores, representações e ao evocar a fidelidade a tradições. Ainda segundo o autor, a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo.

sofisticadas a respeito do papel da cultura, assim como Edward Thompson e Raymond Williams que nos brindaram com trabalhos renovadores e questionadores dos cânones do marxismo tradicional.

³⁰ Ao enfatizar a manipulação, essa acepção de ideologia vai de encontro à perspectiva que a categoria de cultura política a partir do viés culturalista aborda, ou seja, a partir da suposição de que as pessoas aderem a certas representações da realidade capazes de lhes oferecer uma compreensão do mundo e ao mesmo tempo lhes fornecem identidades para se filiarem. Dessa forma, se a compreendermos como falsa consciência, a ideologia pode excluir a possibilidade de que culturas políticas, armadas com representações fragmentárias e distorcidas, mas não deixando de estarem filiadas ao real, concorram entre si para a conquista de adeptos em meio aos diversos grupos sociais, conforme as conveniências. Todavia, isso não pode significar a negação da ocorrência de manipulação nas formulações ideológicas, uma vez que nem todo regime que se proclama democrático de fato é, por exemplo. Também não se trata de flexibilizar o conceito de democracia de modo a torná-lo um conceito subjetivo e aplicável a qualquer regime ou realidade política.

Terry Eagleton refletiu sobre o conceito de ideologia³¹ e elencou dezesseis possíveis significados, dentre esses muitos incompatíveis entre si.³² Para Marilena Chaui, “somente se levarmos em conta o advento e a natureza do Estado moderno, poderemos compreender a função implícita ou explícita da ideologia” (CHAUI, 2007, p. 31), cuja definição mais amplamente aceita é a que afirma “que ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante. ‘Estudar ideologia’, escreve John B. Thompson, ‘é estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação’.” (EAGLETON, 1997:19). Para Eagleton, o processo de legitimação pareceria envolver pelo menos seis estratégias diferentes, todas elas aparentemente instrumentalizadas por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia na divulgação do regime autoritário:

um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo idéias que possam

³¹ O conceito *ideologia* foi cunhado por Marx, um dos mais importantes na sua trajetória filosófica. Leandro Konder buscou compreender como a ideologia atua e como poderia ser superada a necessária distorção imposta pela divisão social do trabalho à construção do conhecimento. Assim, além de debater a construção conceitual gestada por Marx, analisa as produções de diversos outros intelectuais que se debruçaram sobre tal conceito ao longo do século XX, como, por exemplo, Lukács, Mannheim, Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Gramsci, Bakhtin, Althusser, Goldmann, Habermas, Roberto Schwarz, Sergio Paulo Rouanet e Marilena Chaui. (KONDER, 2003).

³² Dentre estes, três parecem se aproximar das funções assumidas por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia enquanto ideólogos do regime. Tanto “a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social”, como “c) idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante” e “d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante” se aproximam substancialmente das funções assumidas por eles durante o Estado Novo (EAGLETON, 1997, p. 15). Talvez sejam as três proposições em que o conceito de ideologia são definidos nos termos mais maniqueístas. De maneira irônica Eagleton trata da questão, analisando-a a partir dessa carga negativa que ela carrega uma vez que os ideólogos não se identificam enquanto tais. Para o autor “a ideologia, como o mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem.” (*Ibidem*, p. 16) É também irônico o comentário feito pelo intelectual inglês ao dizer que “Foucault e seus seguidores abandonaram por completo o conceito de ideologia, substituindo-o por um ‘discurso’ mais capaz.” (*Ibidem*, p. 21)

desafiá-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo. A ideologia se origina a partir da tentativa de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, como uma possibilidade de resolução imaginária das contradições reais. (*Idem*)

Nesse sentido, contrariando o exposto por Motta, não vislumbro como inconciliável a proposição de analisar a cultura política de uma época e compreender o conceito de ideologia como o falseamento da realidade.³³ Por outro lado, também não se trata de um esforço maniqueísta por parte de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia em defender o Estado Novo como democrático, mas sim parte da divulgação de um caminho compreendido por ambos como sendo a melhor opção para a nação e consequentemente para todos os brasileiros, embora o falseamento da realidade, os silenciamentos proposítios e a abstração fizeram parte das estratégias narrativas desses intelectuais. Compreendo que esses elementos participaram da divulgação de uma ideia ufanonacionalista, caro à propaganda de modo geral, que noticiaram a grandeza do Brasil nas mãos de Vargas. O otimismo dos autores não foi efêmero e divulgado apenas em épocas de entusiasmo inicial com o novo regime, ao contrário, esteve presente nos artigos assinados de ambos para os jornais governamentais até o momento em que a queda do Estado Novo era somente uma questão de tempo.

As produções literárias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia estavam inseridas em uma atmosfera antiliberal que o Brasil experimentava ao menos desde o final da Primeira Guerra Mundial,

³³ De modo a esclarecer meu ponto de vista: não acredito que precisamos crer na existência de uma verdade única que possa ser desvendada pela ciência para que se chegue à conclusão que a ideologia é uma espécie de falsa consciência, da mesma maneira que não precisamos saber o que politicamente o Estado Novo representou para concluirmos que não se tratou de um regime democrático, diferentemente do que foi amplamente divulgado por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. Seria ingênuo ou demasiadamente relativista comprar o discurso dos ideólogos do regime autoritário apartado de uma discussão crítica a respeito do significado do conceito de democracia ou atribuir à criação discursiva uma simples representação da realidade social, apartadas de interesses.

evento que teve forte impacto sobre a intelectualidade e que, somada à descrença com a República, colaborou para que os rumos da nação brasileira fossem repensados e que se elaborasse um projeto nacional. Os intelectuais brasileiros viram sucumbir o modelo de civilização europeu e se decepcionaram com o projeto republicano em andamento. Alberto Torres foi um dos principais expoentes desse movimento: a partir de uma matriz autoritária, Torres pregava a necessidade de diagnosticar os problemas da nação em suas origens para então propor soluções, inspirando uma geração de intelectuais, entre os quais figuram Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia.

Se na década de 1920 o Brasil passou por um processo de atualização cultural de viés nacionalista, tendo como base a cultura europeia; na década de 1930 o país foi palco para que diversos grupos, tanto da esquerda como da direita, propusessem seus projetos políticos, proporcionando que emergisse no cenário brasileiro o processo que estava em andamento na Europa desde o final da Primeira Guerra Mundial - o crescimento de movimentos de mobilização das massas, tanto de esquerda como de direita e que em comum tinham a intenção de eliminar o ideário liberal. Emblemático desses distintos projetos para a nação brasileira da década de 1930 foram os debates ocorridos na Assembleia Nacional Constituinte, entre os anos de 1933 e 1934, além dos projetos políticos da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira (SCHWARTZMAN et al., 2000).

Analisando os campos culturais e políticos a partir de uma perspectiva mais ampla e relacional, o conceito de hegemonia parece uma categoria de análise útil para atender algumas das necessidades de compreensão da propaganda política estadonovista e Gramsci parece colaborar de maneira satisfatória para a discussão, já que, segundo ele, hegemonia é uma combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação e está intimamente relacionada com a estrutura econômica de cada sociedade, embora não seja reflexo desta. Ela é obtida e consolidada a partir de embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem se legitimar e se universalizar.

Uma vez que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia atuaram como porta-vozes do Estado Novo, passaram a defender o regime mobilizando o capital cultural por eles acumulados de modo a criar estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Dessa forma,

colaboraram com o regime que buscava criar uma coesão a diferentes grupos sociais e buscaram, através da literatura, da direção e da publicação de textos em periódicos oficiais, transportar signos e ideias que garantissem a circulação das informações de modo a recolher, produzir e distribuir conhecimento e ideologia nos e pelos cenários onde as práticas sociais se fazem.

Assim, os ideólogos do Estado Novo buscaram construir e transmitir aos cidadãos nacionais uma imagem de harmonia social. Todavia, como se pode apurar a partir de um olhar mais atento sobre o regime, não eram incomuns os conflitos nem entre seus ideólogos, como exemplifica a discordância entre Azevedo Amaral e Cassiano Ricardo em relação à censura aos intelectuais (ARIENTI, 2012), assim como nas redações dos periódicos oficiais do regime (RICARDO, 1970). A ideologia corporativista veiculada pelo Estado Novo assumiu a função de oferecer a sociedade, que é baseada na divisão e na contradição interna, uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição – formulando uma representação desta como idêntica, una, indivisa, homogênea, coesa e harmoniosa.

A literatura garantiu notoriedade para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, intelectuais muito identificados com o regionalismo paulista, conforme ressalta o renomado crítico literário Alfredo Bosi (1977).³⁴ Na década de 1920, a frente do jornal *Correio Paulistano*, esses intelectuais já eram autores consagrados e suas obras figuravam entre as de maior tiragem do mercado editorial paulista, entre elas *Jardim de Hespérides*, de Cassiano Ricardo e *Flama e Argila*, de Menotti Del Picchia. Segundo Antonio Celso Ferreira:

O grande filão da literatura paulista, sucesso de público e crítica do momento, não fugiria à regra desses escritos regionais citados, compondo-se de contos, novelas, romances e versos ambientados sobretudo na roça ou em pequenas cidades do interior, tendo os caboclos como personagens ou meros figurantes, e alimentando-se de uma ótica folclorista, pitoresca, anedótica. Irrompia no palco da literatura caboclista, já vislumbrada em textos

³⁴ A crítica das obras, publicadas em formato livresco ou na imprensa periódica, serão tratadas como fontes de pesquisa uma vez que tão importante quanto à divulgação é a recepção destas. O crítico literário tem o poder de lançar ou evidenciar as obras para o público geral ou para seus pares, concomitantemente, o sucesso futuro da obra pode qualificar e prestigiar o crítico que a descobriu.

dos três últimos decênios do século XIX e inter-relacionada aos estudos etnológicos e históricos do IHGSP ou do Museu Paulista. (FERREIRA, 2001, p. 215)

Dividido o trabalho em três capítulos, busco em um primeiro momento abordar as trajetórias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, passando pelas suas reminiscências da infância publicadas nos seus livros de memórias, seus primeiros trabalhos literários permeados por um viés parnasiano, o modernismo da década de 1920, suas filiações ao grupo verde-amarelo e ao grupo Bandeira, suas resistências a Getúlio Vargas e suas atuações após 1937 para compreender seus projetos conservadores para a sociedade brasileira.

No segundo capítulo procuro discutir a relação que os autores estabelecem entre regionalismo, nacionalismo e continentalismo. Intelectuais identificados com o regionalismo paulista, a partir da década de 1930 passaram a sistematizar suas reflexões para os problemas da nação e, a partir da década de 1940, com a política da boa vizinhança, passaram a debater também com a questão continental. Todavia, mais do que divulgarem o panamericanismo sem perder o filão nacional e o nacionalismo sem perder de vista a tradição paulista, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia parecem ter contribuído para a oficialização de um projeto regional como nacional – uma vez que os bandeirantes foram eleitos pelos poetas como os formadores da nação e São Paulo passou a ocupar um lugar proeminente no discurso nacional nos periódicos por eles dirigidos e na literatura por eles produzida.

No terceiro capítulo, busco discutir a função social do intelectual e da imprensa, abordando especificamente a vinculação dos poetas com os periódicos que dirigiram durante o Estado Novo, os jornais *A Manhã* e *A Noite* (sucursal de São Paulo). Dessa forma, compreendendo Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo como ideólogos do regime, procuro discutir também com as vozes dissonantes que ecoaram, abordando especificamente o trabalho sistemático de crítica ao regime realizado por Heráclito Sobral Pinto, jurista católico que foi censurado pelo DIP após querela com Cassiano Ricardo.

Capítulo 1 - Trajetórias literárias, políticas e intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia

Mesmo não se tratando de um trabalho biográfico ou prosopográfico, acredito que recorrer ao estudo das trajetórias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se faz necessário para que seja satisfatória a compreensão das inserções dos poetas na propaganda política do Estado Novo. Embora se trate do capítulo mais descritivo do trabalho e, portanto, menos analítico, cabe discutirmos, a partir de uma perspectiva crítica, a histórica relação que esses intelectuais paulistas estabeleceram entre cultura e política ao passo que se aproximavam dos círculos de poder, assim como apresentarmos panoramicamente aos leitores suas trajetórias individuais e coletivas.

Com a finalidade de retomarmos aspectos das obras desses autores, busco introduzir as trajetórias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia ao leitor a partir de uma perspectiva que possibilite analisarmos as crenças e valores que os autores procuraram transmitir em suas obras, mesmo que de maneira introdutória, principalmente durante as décadas de 1920 a 1940. Esse movimento se faz necessário à medida que a participação de ambos no seio da propaganda política estadonovista foi influenciada sobremaneira pelas discussões e filiações anteriores, principalmente enquanto partícipes da vertente verde-amarela do modernismo brasileiro (VELLOSO, 1983) e do grupo Bandeira. Não se trata de traçarmos uma linearidade nessas trajetórias (BOURDIEU, 2008) – ao contrário, esses intelectuais se envolveram em escolhas paradoxais, o que também será abordado no conjunto do trabalho.

As reflexões aqui propostas são realizadas pelo fato de eu entender que tal movimento é imprescindível para a compreensão das atividades que viriam a exercer durante o Estado Novo.³⁵ Nesse

³⁵ Outros trabalhos já procuraram nas trajetórias desses intelectuais as respostas para seus problemas de pesquisa, como, por exemplo, a tese de Maria José Campos, defendida em 2007 sob o título de *Versões Modernistas do Mito da Democracia Racial em Movimento - estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*. Nas já citadas obras, Mônica Pimenta Velloso e Luiza Franco Moreira buscaram na trajetória de Cassiano Ricardo as respostas para suas problemáticas – a primeira discutiu a relação do poeta com os grupos que se vinculou, *Verde-Amarelo*, na década de 1920 *Bandeira*, na década de 1930 e *A Noite*, na década de 1940 e a segunda, a partir de suas obras que correspondem aos momentos de suas vinculação com os grupos discutidos a fundo por Velloso. Essa, por sua vez, nos demonstra como

capítulo, as biografias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia serão fios condutores para analisarmos e discutirmos a história de um ideário conservador que perpassou décadas e desembocou na defesa do regime estadonovista. Dessa forma, atendo-me às suas atuações na esfera pública, uma vez que minha problemática é analisar o engajamento desses literatos na arena política, sem, todavia, menosprezar a importância das subjetividades na construção dos seus ideários.



Imagem 3 - Capas dos livros de memórias publicados por Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. Na ordem, *A Longa Viagem – 2ª Etapa*, de 1972, *A Longa Viagem*, de 1970, ambos de Menotti Del Picchia e *Viagem no Tempo e no Espaço*, de Cassiano Ricardo, 1970.

O periodismo, a literatura e a política atravessam as trajetórias públicas de tais intelectuais e esse recuo cronológico serve para acompanharmos suas filiações institucionais, assim como suas crenças e valores explicitadas em suas publicações. Dessa forma é possível acompanharmos as permanências e mudanças das suas proposições acerca de diversos assuntos da esfera cultural e política à luz das transformações sociais ocorridas. Para traçar essas trajetórias, utilizo como fontes os livros de memórias publicados por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, artigos assinados em periódicos, críticas de suas

os preceitos do Estado Novo se aproximaram muito das expectativas políticas de Cassiano Ricardo na década de 1920, quando ainda figurava como intelectual ligado ao Grupo Verde-Amarelo.

obras, manifestos, publicações livrescas e editoriais de revistas e jornais que dirigiram e colaboraram.

Em seus livros de memórias, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia traçaram uma longa narrativa linear e buscaram explicar e justificar algumas das tomadas de decisões no trajeto de suas vidas de homens públicos.³⁶ As memórias dos autores, escritas e publicadas durante a década de 1970, narram experiências e leituras sociais de sujeitos que, falando de si, refletiram e escreveram sobre seus itinerários. Cassiano Ricardo escreveu um livro de memórias, publicado em 1970, pela Livraria José Olympio Editora sob o título *Viagem no tempo e no espaço (memórias)*; Menotti Del Picchia, por sua vez, escreveu três, mas somente dois foram publicados: *d'As longas viagens* que fez às suas reminiscências, a terceira etapa, que compreende as memórias do período entre a revolução de 1930 ao momento da escrita, em 1977, ainda não foi editado.³⁷

A partir desses textos autorreferenciais publicados pelos poetas, nota-se a ênfase na tentativa criar uma trajetória linear para suas vidas públicas, principalmente a partir do retorno às recordações de infância com o intuito de identificar a gênese das atividades que exerceram posteriormente. Assim, em uma perspectiva cronológica, os autores buscaram legitimar algumas das suas tomadas de decisões e promover suas estratégias de consagração, principalmente a partir de suas atuações literárias em detrimento de seus envolvimento com a política. Com o desejo de sobreviver à própria morte, eternizando-se pelas suas obras e lembranças, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia acumularam um vasto número de documentos pessoais, como correspondências, manuscritos de obras, fotografias, documentos oficiais, recortes de jornais, anotações, entre outros, e os retomaram para a feitura de escritas autobiográficas, criando assim um efeito de verdade, não somente para

³⁶ As narrativas dos textos memorialísticos são autodiegéticas, ou seja, há uma correspondência entre a identidade do narrador e a personagem principal, marcada pela presença do pronome pessoal *eu*. Colocando-se como autores, narradores e personagens de suas memórias, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia não se ausentam das suas reminiscências, embora prezem por uma construção memorialística que os cristalizem como poetas modernistas e intelectuais preocupados com os rumos da Nação.

³⁷ O original datilografado, organizado em formato de livro por Jácomo Mandatto, está em posse da Casa Menotti Del Picchia, em Itapira-SP. As outras duas publicações, *A longa viagem (1ª etapa)* e *A longa viagem (2ª etapa)* foram publicadas pela Livraria Martins Editora nos anos de 1970 e 1972, respectivamente.

os leitores, mas também para os próprios memorialistas.³⁸ Busca-se, ao longo do trabalho, problematizar o esforço de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo para ordenar, rearranjar e significar o percurso de suas vidas, compreendendo de que maneira deram sentido para suas trajetórias na vida pública.

Como metodologia de análise para esse capítulo, procuro apresentar os dois autores dissociadamente a partir de suas trajetórias individuais até suas participações no projeto editorial da revista *Novíssima* e do jornal *Correio Paulistano*, entre os anos de 1923 e 1924, momento em que suas trajetórias se cruzam. A partir de então busco analisá-los como partícipes de um projeto comungado, cuja defesa de um modelo de nação, de sistema político, de cultura e de engajamento se tornam explícitos e em certa medida compartilhados. Também prezo por uma análise cronológica, de modo a facilitar a compreensão do leitor em relação à participação desses sujeitos nos debates do seu tempo, o que não significa a impossibilidade de transgredir essa norma estabelecida, criando relação entre momentos distintos das suas vidas.

Tanto Cassiano Ricardo, quanto Menotti Del Picchia publicaram e dirigiram periódicos ainda na adolescência, quando não dispunham de experiência e técnica do fazer jornalístico. No que diz respeito ao início de suas trajetórias literárias em um período em que ainda não se assumiam como escritores modernistas, pode-se dizer que, apesar da postura parnasiana dos seus primeiros versos publicados, ambos não se limitaram estritamente à estética impessoal da arte pela arte propugnada pela escola parnasiana europeia. Menotti Del Picchia inseriu em seus poemas preocupações com o contexto da vida social de sua época. Cassiano Ricardo, por sua vez, apesar de imprimir em seus poemas um rigor técnico da escola parnasiana, projetou em sua obra uma melancolia próxima do romantismo, escola poética contra a qual os parnasianos europeus se insurgiram.

³⁸ Segundo Philippe Lejeune, um dos grandes nomes desse campo de pesquisa na contemporaneidade, o texto autobiográfico é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

1.1 Trajetórias individuais: vidas públicas e engajamento

1.1.1 Menotti Del Picchia: meio herói, meio santo

Autor de romances, contos, poesias, crônicas, novelas, ensaios, peças de teatro, esculturas, telas, estudos políticos e obras da literatura infantil, Menotti Del Picchia teve um papel fundamental na divulgação do modernismo brasileiro, além de ter sido eleito como membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Paulista de Letras. Filho caçula dos imigrantes italianos Luís Del Picchia e Corina Del Corso Del Picchia, provenientes da região da Toscana, Paulo Menotti Del Picchia assim foi batizado, segundo ele, “porque ao nome do meu registro, Menotti – nome de um herói libertário, filho da brasileira Anita Garibaldi – quis o piedoso padre juntar o de um santo” (DEL PICCHIA, 1970, p. 23). Menotti Del Picchia nasceu em 1892, mais precisamente na data de 20 de março, na cidade de São Paulo, na ladeira São João e batizado na demolida igreja da Sé. Devido às dificuldades econômicas que a família passava em São Paulo no ano de 1897, mudou-se para a pacata Itapira, cidade a qual Menotti Del Picchia se referiu com grande afeto até o final de sua vida. Seu pai, Luís Del Picchia, admirador de Dante, exercia atividades de pintor, arquiteto, construtor, jornalista e se arriscava na poesia (DEL PICCHIA, 1970).

As passagens da infância de Menotti Del Picchia foram narradas em seu livro de memórias intitulado *A Longa Viagem – 1ª etapa* (1892 – 1918) e foi dedicado aos seus netos, que “naturalmente interessados em saber por quais caminhos andou, no tempo, o vosso sangue” (DEL PICCHIA, 1970, p. 13). Ao retomar “os caminhos ora serenos como vales floridos, ora ásperos como escarpas grimando cimos onde estrondam tempestades”³⁹ (*ibidem*, p. 15), Menotti Del Picchia buscou resgatar nas suas memórias momentos da sua infância, como, por exemplo, o estímulo da mãe ao catolicismo, influência que permeou sua produção literária. Também lembrou o poeta e artista que foi com seu irmão José Del Picchia que aprendera as primeiras lições na arte do desenho.

³⁹ Optei, nesse trabalho, pela manutenção da grafia original para aproximar o leitor do universo linguístico de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia.

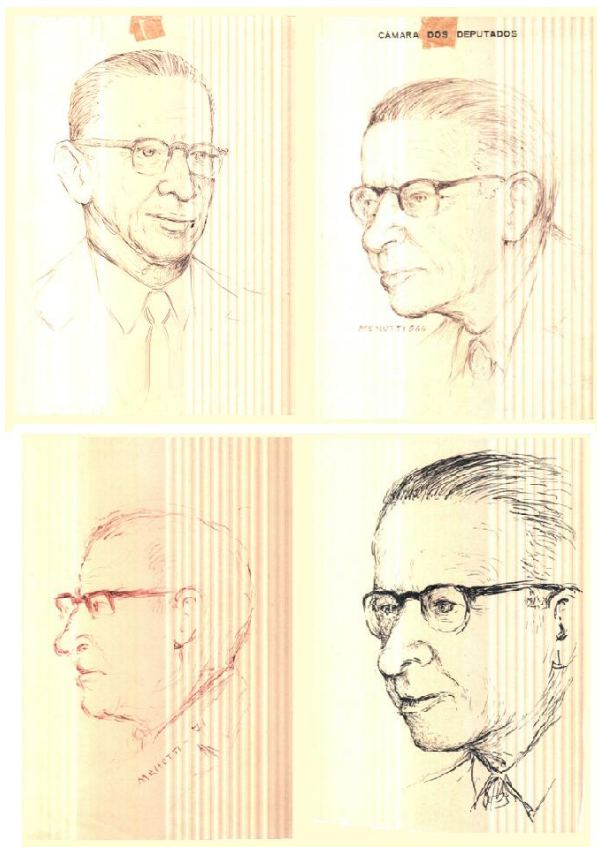


Imagem 4 – Alguns autorretratos de Menotti Del Picchia produzidos entre as décadas de 1960 e 1970. Estão salvaguardados na Casa Menotti Del Picchia, Itapira-SP.

Residindo em Itapira, Menotti Del Picchia cursou o primário entre os anos de 1900 a 1903 no Grupo Escolar Dr. Júlio de Mesquita. Posteriormente mudou-se com seu irmão José Del Picchia para Campinas, matriculando-se no curso ginásial do tradicional Ginásio Culto à Ciência. Sua estreia na imprensa periódica ocorreu ainda em 1904, com a crônica *Natal* no jornal *Cidade de Itapira*. Transferiu-se em 1906 para Pouso Alegre, sul de Minas Gerais, onde estudou no Ginásio

Diocesano São José, instituição que Guilherme de Almeida, Plínio Salgado e Marcelo Tupynambá⁴⁰ frequentaram. Foi durante a sua estada em terras mineiras que Menotti Del Picchia escreveu seus primeiros poemas. (DEL PICCHIA, 1970)

Periodista excepcional, já em 1908 fundou com outros alunos do Ginásio São José o jornal *O Mandu*, semanário que marcou o início de sua carreira jornalística e que era “impresso num pequeno prelo manual” (DEL PICCHIA, 1970, p. 91). *O Mandu*, assim denominado devido ao nome do rio que corta a cidade, quase lhe custou à expulsão da instituição, uma vez que o conteúdo publicado teria incomodado os padres. Um ano depois, já em São Paulo, trabalhou na secretaria do Mosteiro da Luz e se matriculou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, formando-se em 1913. Em 1912, casou-se com Francisca Avelina da Cunha Salles, carinhosamente chamada de Pitutica, herdeira de fazendeiros itapirenses, com quem teve oito filhos: Ulpiano, Hélio, Wanda, Astyris, Miriam, Mário, Fulvio e Sulamita.

Em 1915, Menotti Del Picchia retornou a Itapira para exercer a profissão de advogado, além de dirigir o jornal *Cidade de Itapira*, periódico situacionista afinado com as ideias do Partido Republicano Paulista. No mesmo ano fundou, com Antônio Carlos Chagas, o periódico *O Grito!* que no ano seguinte viria a se chamar *Tribuna Itapireense*. Em 1917 publicou o poema bíblico *Moisés e Juca Mulato*,⁴¹ este último que o tornou conhecido para além das fronteiras de São Paulo e cuja personagem principal do enredo seria eleita como um dos símbolos mestiços da época. A ele, por diversas ocasiões, Menotti Del

⁴⁰ Marcelo Tupynambá era o pseudônimo do músico Fernando Álvares Lobo, nascido em Tietê na data de 29 de maio de 1889. Filho do maestro Eduardo Álvares Lobo e da professora Maria Rodrigues de Azevedo Lobo, formou-se em Engenharia Civil em 1914 após curso preparatório na cidade de Pouso Alegre. Dedicando-se a música, compôs mais de mil e duzentas melodias, das quais cerca de seiscentas foram impressas e gravadas. Marcelo Tupynambá foi autor do *Hino Constitucionalista de 1932*, *O Passo do Soldado*, cuja letra era de Guilherme de Almeida e que foi interpretado por Francisco Alves.

⁴¹ O poema *Juca Mulato* foi originalmente editado numa tipografia em Itapira com uma tiragem de apenas quinhentos exemplares. Segundo Campos, “o poema Juca Mulato (1917) poderia ser associado simplesmente ao ingresso de Menotti na literatura de cunho regionalista, por via da temática da miscigenação se não fosse o fato de o pensamento de Menotti, já por essa época, constituir-se como a confluência complexa de uma mentalidade ao mesmo tempo romântica e parnasiana, realista e naturalista, que cultuaria as paisagens exteriores por uma via marcadamente místico-panteísta” (CAMPOS, 2007, p. 38).

Picchia atribuiu os méritos de suas vitórias na arena política e literária. Elogiado por consagrados escritores, como Coelho Neto e Olavo Bilac, *Juca Mulato*, dividido em nove partes, narra as desventuras espirituais de um caboclo que teimava em se aproximar da filha da patroa, obra que delinearía uma das temáticas hegemônicas do modernismo:

É bem conhecido o trecho da obra-prima de Menotti Del Picchia: o caboclo que ama a filha da patroa e sofre por desejar o impossível. Nesta situação já se delineia, no entanto, a diferença que a favorece relativamente aos demais poemas dramáticos e ao todo da poesia do autor: o assunto é brasileiro, antecipando-se ao que viria a ser o paradigma do Modernismo, transposição imaginária de uma conjuntura provavelmente observada pelo poeta no meio rural paulista. E, para realizá-lo, supõe o herói em diálogo com as coisas, num confronto panteístico que se mantém poético por nuclear-se ao redor do “eu”: em processo de autodesvendamento. (MASSAUD, 2001, p. 75)

Segundo Bosi (1977), o público recebeu entusiasticamente vários livros de Menotti Del Picchia, como *Poemas do Vicio e da Virtude*, “marcados pelo sentimento romântico e pela forma parnasianizante”, onde sua “dicção obedece aos estereótipos em voga no tempo” (MASSAUD, 2001, p. 74) e *Juca Mulato*, classificado pelo crítico como um “poemeto sertanista muito brilhante”, que devido ao ritmo fácil e o estofamento narrativo sentimental se tornou a sua obra mais lida e plenamente aceita até pelos medalhões da época, caindo “no gosto de toda casta de leitores” (BOSI, 1977, p. 413). Para Bosi, “era sinal de uma comunicabilidade fácil e vigorosa, não desmentida em Moisés, poema bíblico, e em Máscaras, ambos de 1917”, também “viciados pelo decadentismo retórico.”⁴² (*Ibidem*, p. 376).

Segundo as memórias do autor, *As Máscaras* foi concebido em Santos à época da sua ligação com o jornal *A Tribuna* e seu esquema mental foi levado para São Paulo. Segundo as reminiscências do literato, a narrativa do poema *As Máscaras*, alimentada a base de charutos cubanos *Partagas*, obedeceu a um processo normal de criação e o livro

⁴² *As Máscaras*, diferentemente do exposto por Bosi, foi publicado originalmente em 1920.

foi redigido no quarto de hotel que habitava na capital paulista, na Rua Libero Badaró. A obra nasceu de um ímpeto de ingratidão e teve uma inspiração festiva, ocorrida no extinto cassino Miramar, em Santos, em um “carnaval regurgitante de lindas santistas, jatos de lança-perfume, arcos coloridos de serpentinas” (DEL PICCHIA, 1970, p. 42). Segundo narra o poeta, em uma mesa, estava, além dele, “em tórno de uma jovem, linda e culta, Martins Fontes, Ibrahim Nobre, Assunção Filho, Armando Pamplona e Laio Martins”, bebendo “champanha” enquanto a linda mulher recebia “o culto cálido do comburente Martins Fontes e as baforadas do incenso romântico de Ibrahim. Talvez neste instante se instalasse no meu subconsciente: Arlequim, Pierrô e Colombina” (*ibidem*, p. 43). Estimulado a compor um poema sobre aqueles momentos que o grupo vivenciava no litoral paulista por Martins Fontes, nasceu a ideia de *As Máscaras*.

Menotti Del Picchia desconfiou que tivesse sido a fumaça do charuto que enchia o quartinho fechado do hotel que habitava que formou no poema a atmosfera de narcose do triângulo amoroso que processava a dicotomia do amor em sonho e desejo. A obra, produzida em três dias, contou com a dedicação de Pamplona que, para que o poeta não perdesse tempo, levava as refeições até o quarto do hotel esfumaçado – foi o “engenheiro fracassado” o primeiro a ler os versos, migrando, em seguida, para Santos, rumo à mansão do velho Dr. Fontes, na praia do José Menino. Lembra o poeta que, em período de anárquica liberdade da mocidade sedenta por aventura, a fumaça do quarto se esvaziava para levantar a poeira da estrada íngreme, cujo roteiro o “angélico Anchieta rasgara com seus pés de santo catequista da orla do mar ao cimo do planalto”. (DEL PICCHIA, 1970, p. 62)

Antes mesmo de se mudar para o litoral paulista, em 1918, Menotti recebeu o convite para trabalhar no *Correio Paulistano*, em São Paulo, periódico no qual atuava como colaborador. Diário mais antigo da cidade, cuja primeira edição datava de 1854, o *CP* era órgão governista e pertencia ao Partido Republicano Paulista, servindo de veículo oficial de expressão do pensamento oligárquico do estado. O convite para assumir o posto de chefe de redação – cargo mais alto e talvez mais bem remunerado do jornalismo paulista na época, foi realizado por Antônio Carlos da Fonseca, secretário do periódico: essa possibilidade faria Menotti Del Picchia saltar “de diretor do provinciano e politiquero ‘O Grito’, para o de redator político do porta-voz da Comissão do P.R.P – mercê da popularidade que haviam granjeado meus artigos assinados na primeira coluna dessa folha.” (DEL PICCHIA, 1972, p. 23).

Contudo, o cargo a ser assumido foi preenchido por Antônio Covello, um dos mais notáveis advogados paulistanos e proprietário do periódico *A Gazeta*. Menotti Del Picchia, por sua vez, transferiu-se para Santos onde permaneceu por dois anos, assumindo o cargo de redator-chefe do jornal *A Tribuna*, publicação até então desconhecida por ele. Esclarecido por Fonseca sobre a situação da folha santista, de propriedade do Sr. Nascimento e cuja receita com publicidade era invejada por quase todas as publicações paulistanas, com exceção, talvez, do *O Estado de São Paulo* e *Diário Popular*, Menotti Del Picchia aceitou o convite (DEL PICCHIA, 1972).

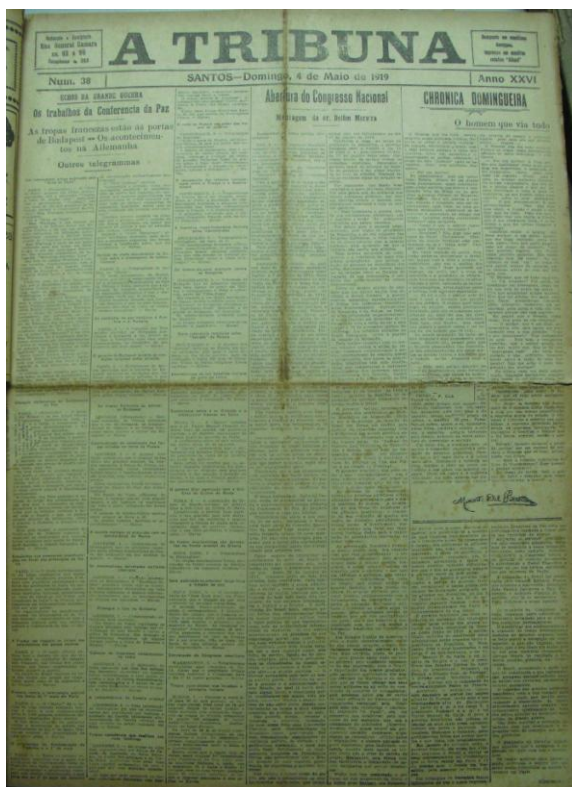


Imagem 5 – Capa da edição de *A Tribuna*, de 4 de maio de 1919. Nessa edição consta uma crônica de Menotti Del Picchia intitulada *O homem que via tudo*. (AT, 4.5.19, p. 1)

A família, na ocasião, permaneceu em Itapira, enquanto o poeta se aventurava na “grande cidade marinha”. Segundo Menotti Del Picchia, naquele momento ele estaria mais interessado nos ganhos financeiros do que na glória que alcançaria no *CP* pelo fato de ter que sustentar sua família.⁴³ Nesse período, residindo em Santos,⁴⁴ conviveu com escritores ligados ao parnasianismo e à literatura regionalista: o parnasiano, republicano e abolicionista Vicente de Carvalho, conhecido como “o poeta do mar” e membro da APL e ABL; Martins Fontes, médico de formação e escritor parnasiano e Ribeiro Couto, escritor, diplomata, jornalista, membro da ABL e que, assim como Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, posteriormente se engajou na propaganda política do Estado Novo. Durante esse período, Menotti Del Picchia publicou suas “Chronicas domingueiras” no “caldeirão” do comércio cafeeiro que, “através de hábeis notas, notícias e boatos, procurava-se dar cartas ao jogo dos mercados.” (DEL PICCHIA, 1972, p. 24)

O autor de *Juca Mulato* retornou a São Paulo, cidade em que nasceu, como diretor de redação do então deficitário jornal *A Gazeta*, posteriormente adquirido por Cásper Líbero, em 1918.⁴⁵ Segundo o memorialista, o jornal era politicamente independente, mas respeitado e temido pelo governo e de forte repercussão na opinião pública. Seu antigo proprietário, Antônio Covello, que ocupava o cargo pretendido por Menotti Del Picchia no *CP*, aceitou vender a folha para Cásper Líbero, seu desafeto, para “ter o gôsto de transferir para as mãos dele

⁴³ Segundo o autor, “era muito brusca a transição. De lavrador quase rico e advogado forçosamente ocioso dada a clientela escassa, de jornalista canhestro devendo mais sustentar com os próprios recursos um jornal político que tirar dele salário, devia passar a ser concorrente de outros profissionais – jornalistas e advogados – já fixados nos seus empregos e bancas. A luta prospectava-se dura a um poeta e a um fazendeiro fracassado. Meu destino não era Santos. Era São Paulo.” (DEL PICCHIA, 1972, p. 22)

⁴⁴ Segundo Menotti Del Picchia, em um primeiro momento morou em São Vicente com seu concunhado, o delegado João Queirós de Assunção Filho, mudando-se para Santos posteriormente (DEL PICCHIA, 1972).

⁴⁵ Segundo Campos, Cásper Líbero era filho de um dos fundadores do Partido Republicano Paulista, o médico Honório Líbero. Bacharel em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, assumiu o jornalismo como profissão, defendendo desde a década de 1920 um discurso ao mesmo tempo progressista, nacionalista e regionalista, que atribuía a São Paulo a frente no processo de desenvolvimento nacional. Na década de 1920, foi simpatizante do fascismo e, posteriormente, do integralismo (CAMPOS, 2007).

esta brasa. (...) Em suas mãos a ‘brasa’ virou estrela”, dobrando a sua tiragem no primeiro mês.⁴⁶ (DEL PICCHIA, 1972, p. 57). Nesse período, Menotti Del Picchia também escrevia crônicas para o *Correio Paulistano* que formavam uma miscelânea de notícias e impressões sobre variados temas, demonstrando sua enorme capacidade de persuasão.⁴⁷

Pode-se dizer que a sua carreira política se iniciou em 1920 ao assumir o importante cargo de redator político do *CP*, respondendo, em 1921, como porta-voz do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, para quem também redigia textos. No ano de 1919 conheceu seus companheiros da Semana de 1922: os escritores Oswald de Andrade, Mário de Andrade e o escultor Victor Brecheret, o último foi descoberto por Menotti Del Picchia, como afirma o autor em suas memórias e apresentado em sua crônica no *CP*, datada de 15 de janeiro de 1920. Nesse ano, período em que sua família já estava estabelecida na capital do estado, Menotti Del Picchia alugou um palacete na Rua da Consolação por trezentos mil-réis mensais, residência na qual concluiu os originais de *Lais*, esgotado pouco tempo após sua publicação.

O poeta lançou em 1921, ao lado de Monteiro Lobato, Oswald de Andrade e “um espanhol cujo nome não lembro” (DEL PICCHIA, 1972, p. 72), a revista *Papel e Tinta*, com logotipo de Brecheret e ilustração de

⁴⁶ Segundo Menotti Del Picchia, caminhando para o sucesso e para a fortuna, a publicação deu grande ênfase ao esporte, principalmente o futebol, descoberto por Cásper Líbero como o novo ídolo das multidões. Nicolau Sevcenko enfatizou a importância que o esporte adquiriu na cidade de São Paulo nos conturbados anos 1920, incluindo em sua análise a questão futebolística (SEVCENKO, 1983). Menotti Del Picchia também dedicou, em seu livro de memórias, um subcapítulo para mostrar seu interesse por esportes: ele e Oswald de Andrade eram atraídos por tudo que fosse moderno e renovador, como o automobilismo, Oswald a bordo de um “Moon” inglês, guiado por seu chofer por ser rico, solteiro e mão aberta, podendo se dar a esse luxo e Menotti Del Picchia dirigia um “Buick” americano. Cândido Mota Filho, apelidado pelo poeta de *Juca Mulato* de Motinha era mais novo, miúdo e inquieto, mas não menos companheiro na prática do remo no Tietê Club, nas geladas madrugadas paulistanas e no boxe – habilidades que serviram para Menotti Del Picchia nocautear “um atrevido jornalista” numa sessão da Câmara Estadual. (DEL PICCHIA, 1972, p. 70)

⁴⁷ Os artigos eram assinados pelos pseudônimos Helios e Aristhofanes, usados por Menotti Del Picchia.

Paim.⁴⁸ O periódico, dando “uma guinada no tratamento paroquial e ufanista do periodismo paulistano”, publicou, em seu primeiro editorial, reflexões sobre o “verdadeiro nacionalismo” e divulgou, com ênfase, “o quanto aquele estupendo São Paulo nababesco, brasileiríssimo, patriótico, era quase uma colônia estrangeira, conclamando: Oh! Reivindicuemos a ávida propriedade! Brasil, desnacionalize-se!” (MARTINS, 2008, p. 547). Segundo o memorialista, essa revista foi “citada na história literária como o primeiro órgão do qual partiu, no Brasil, a anunciação da Arte Moderna.” (DEL PICCHIA, 1972, p. 72)

Menotti Del Picchia publicou seu primeiro romance em 1920 e o intitulou de *Flama e Argila*, divulgado pelo CP como “um livro sério, quer como expressão literária, quer como estudo de caracteres, quer, finalmente, como reprodução de vida ambiente” (A.B., CP, 13.5.21, p. 1, c. 6). Parte escrita na fazenda, cuja paisagem é retratada, assim como a cultura das personagens “burgueses da civilização do café” (DEL PICCHIA, 1972, p. 70), a obra foi publicada nas edições seguintes sob o título de *Tragédia de Zilda*, merecendo a crítica de Tristão de Ataíde, que catalogou o romance como pioneiro na revolução modernista.

Em 1921, ano em que passou a figurar como colaborador do *Jornal do Commercio*, Menotti Del Picchia publicou o romance *Laís*, obra que condensava suas memórias e impressões de Itapira (DEL PICCHIA, 1972, p. 42) e que foi dedicada a Oswald de Andrade, seu futuro companheiro de Semana de Arte Moderna. Segundo o romancista, a primeira edição de *Laís* se esgotou em poucos meses – foi a primeira obra sua editada por Monteiro Lobato, “o verdadeiro pai do livro para as massas” (*Ibidem*, p. 72). O autor pouco inovou em relação ao seu romance de estreia - os dramas amorosos da vida interiorana foram enfocados por Menotti Del Picchia a partir da tediosa rotina de Piquiri, lugarejo próximo a Heliópolis – localidade onde se passou o enredo de *Flamma e Argilla*. Piquiri era uma localidade sujeita a uma política provinciana, imoral e desprezível.⁴⁹ No ano seguinte, em época

⁴⁸ A publicação “trazia nomes jovens no quadro redator: Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia”. (MARTINS, 2008, p. 523)

⁴⁹ Segundo uma crítica publicada no CP, “em seus contornos geraes, ‘Lais’ é, antes, uma novella, com um excellent estudo de meio villarejo, dos mais bem feitos que nos têm apparecido. Piquiri, com a sua exquisita flora maledicente e pequenina, com a sua política, os seus concandalos, o ‘talento classico’ do Dr. Guella, o grupo governista, o Canastra, com a opposição e a sua banda de musica, e, finalmente, esse esgrouvinhado Pavoroso, não é sinão a reprodução

de Semana de Arte Moderna, o autor de *Juca Mulato* dedicou o livro *A Mulher que Pecou* a Mário de Andrade, outro companheiro do evento modernista.

Ao assumir a função de redator político no *CP*, Menotti Del Picchia substituiu o advogado Antônio Covello que, segundo suas memórias, teria se ausentado nos debates sobre a reforma do ensino lançada por Washington Luís, pedindo demissão após ter se aborrecido com o artigo publicado pelo poeta de *Juca Mulato* no *CP*, sob orientação de Alarico Silveira, secretário de Educação à frente da reforma. Segundo o poeta, Antônio Covello o teria convidado para a criação e participação em uma sociedade de filhos de italianos, ideia rechaçada por Menotti Del Picchia por entender que seria um entrave ao processo de integração do nosso plasma étnico (DEL PICCHIA, 1972).

Foi a função de jornalista que possibilitou a Menotti Del Picchia o trânsito às representações de diversas classes e grupos sociais e seus modos de vida, questões essas que foram mobilizadas pelo autor em suas narrativas e que ganharam vida em seus romances e contos, onde o autor abordava alguns dilemas sociais vividos pela extática metrópole, a São Paulo dos anos 1920. Segundo diversas críticas,⁵⁰ Menotti Del Picchia teve a capacidade de retratar a realidade em suas obras:

fiel dos mil e tantos ‘piriquis’ que existem por esses Brasis adentro, referentes de ira partidária e de fogoso e irroquieta espírito aldeão, cheios de rivalidades e de odios grotescos.” (A.B., *CP*, 13.5.21, p. 1, c. 6-7)

⁵⁰ Menotti Del Picchia foi classificado como “uma surpreendente natureza de poeta, cronista, dramaturgo, etc., e, por conseguinte, uma das mais completas organizações de artistas da nova geração brasileira. Creador de *rhythmos*, surgiu victoriosamente, com um livro bem recebido pela critica mais autorizada do paiz, que foram os ‘Poemas do Vicio e da Virtude’, e veio affirmando-se depois, sucessivamente, com ‘Moysés’ poema bíblico, o ‘Juca Mulato’, poema de aspecto nativista. ‘Moysés’ era uma obra de arte e pensamento; ‘Juca Mulato’ um poema de arte de lyrismo. ‘Flama e Argilla’ é, sem favores, um dos melhores livros que se têm escripto recentemente em S. Paulo e no Brasil. O typo de Mattoso e a sua doença psychologica, que se manifesta como um caso pathologico dos mais graves, mereceu a atenção de um dos nossos maiores especialistas em doenças mentaes, e a creação do romancista, de estudo que era, passa a figurar como um curioso campo de observação neurologica, definindo-se, portanto, em seus contornos, como um vigoroso exemplar da nossa desvairada fauna sentimental dos apaixonados. Vem um poema, em seguida: ‘Mascaras’. Logo depois, ‘Lais’, romance. E, simultaneamente, uma peça theatral: a “Suprema Conquista”. (A.B., *CP*, 13.5.21, p. 1, c. 6-7)

Menotti Del Picchia não se deteve em crear typos: sente-se que elle quis, antes, fixar uma psychologia collectiva, num meio em que era perfeitamente possível fazel-o. (...) Menotti Del Picchia estudou, dentro do “Lais” verdadeiros typos, que reproduziu com grande vigor. Entre elles, sobressai o da protagonista, que é um typo fortemente gizado e de tal fórma relevante que a moldura lhe parece pequena. (...) No entanto, no romance de Menotti Del Picchia ella se ajusta ao meio, embora vivendo uma vida a parte (...) “Lais” é, assim, um romance lyrico-social, com um grande lastro de provincialismo, que o completa a maravilha. Por ser um livro sincero, é um livro de alto valor: reproduz a vida tal como ella é; e, si falhas lhe observarem os críticos pestanudos, estas serão, com certeza, as suas reaes virtudes: a falta de observação singulador dos typos, a rapidez em que a narrativa decorre e um bello fulgor verbal, em que é toda traçada a descriptiva dos seus scenarios, por menos pitorescos que elles sejam. (A.B., *CP*, 13.5.21, p. 1, c. 6-7)

Essas ponderações a respeito da obra de Menotti Del Picchia nos remetem a uma discussão feita por Antonio Candido no seminário publicado em livro *A personagem de ficção*, resultado do primeiro curso oferecido por Antônio Cândido no Departamento de Letras da USP, em 1961⁵¹ (DUARTE, 2012). Para o crítico, embora sendo uma criação da fantasia, a personagem ficcional, condensada e sintética, comunica a impressão da mais legítima verdade existencial, causando ao leitor a sensação de que alguns personagens fictícios são mais verdadeiros do que os reais. (CANDIDO, 1972)

Como veremos, diferentemente de Cassiano Ricardo que se assumiu como poeta modernista no final de 1923, Menotti Del Picchia, em suas crônicas diárias no *Correio Paulistano* militava a favor do movimento de vanguarda desde o início dessa década, embora criticasse os excessos cometidos pelo modernismo desmoralizante. Em 1921, mais precisamente em 10 de janeiro desse ano, os modernistas ou futuristas,

⁵¹ Também participaram do seminário: Paulo Emílio, para falar sobre cinema; Anatol Rosenfeld, para falar sobre literatura, e Décio de Almeida Prado, para falar sobre teatro.

como então eram chamados, e que, às vezes, assim se denominavam, já era um grupo que representava conscientemente uma força nova. Ao que parece, foi com o Manifesto do Trianon que o grupo declarou publicamente sua existência e revelou sua disposição em lutar a favor da renovação cultural.⁵²

Em 1922, Menotti Del Picchia também inaugurou, juntamente com seu irmão José Del Picchia e Armando Pamplona, o empreendimento cinematográfico *Independência Film*, empresa paulista escolhida pela comissão organizadora para produzir a documentação cinematográfica da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil.⁵³ Segundo recorda Menotti Del Picchia, com a mudança do seu irmão José, interessado na crescente indústria

⁵² Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia publicavam periodicamente artigos na imprensa exaltando uma arte nova e referenciando seus cultores brasileiros. Em 9 de janeiro de 1921, por ocasião de um banquete oferecido a Menotti Del Picchia no Trianon, cujo pretexto era a publicação de uma edição de *As Máscaras*, ilustrada por Paim, reuniram-se mais de uma centena de pessoas, entre políticos, escritores consagrados, cafeicultores, burgueses e artistas novatos. Oswald de Andrade falou em nome desses defensores da arte atual, “de meia duzia da artistas môços de São Paulo” (CP, 10.1.21, p. 3, c. 2), em um momento em que o eixo da vida, do pensamento e de ação se deslocava em um milagre lento e seguro para os países descobertos pela súplica das velas europeias. Nessa ocasião, presenteado com uma máscara de bronze esculpida por Victor Brecheret, Menotti Del Picchia agradeceu aos que compareceram e exaltou a função e a missão dos poetas de “enfeitar a vida de beleza” a partir da santa, mas dura missão do poeta na terra, onde a “S. Paulo do Centenario vos investe, por força da propria fatalidade historica do momento, de uma missão mais larga e mais prophetica. (CP, 10.1.21, p. 3, c. 2)

⁵³ A empresa foi criada no período em que o Brasil se preparava para celebrar o centenário da independência, comemoração que teve na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil um de seus momentos simbólicos mais significativos. Ocorrido no Rio de Janeiro, entre 7 de setembro de 1922 e 2 de julho de 1923, o evento mobilizou grandes recursos financeiros. Segundo Morettin, “no que diz respeito ao cinema, o Estado, por intermédio da comissão organizadora do evento, incentivou pela primeira vez a realização de documentários, isentando os produtores contratados para as filmagens do pagamento da taxa de importação dos negativos e dos materiais químicos para revelação. A intenção [...] era utilizar o cinema como veículo de propaganda, de expressão da nossa pretendida modernidade. A ocasião era considerada propícia, dada a presença de representantes de diversos Estados estrangeiros, oportunidade única para mostrar ao mundo o retrato de nosso desenvolvimento.” (MORETTIN, 2012, p. 77)

cinematográfica, para a capital paulista, vindo de Santa Rita do Sapucaí, instalaram a empresa na Rua Asdrubal Nascimento (DEL PICCHIA, 1972).

No mesmo ano, integrou o grupo responsável pela organização da Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, evento que marcou indelevelmente as suas memórias e a sua produção literária, constando sistemáticas referências ao evento que teria abalado a cultural nacional. Ao eclodir a Semana, o grupo modernista contava com o apoio não só do presidente de São Paulo como também no jornal do Partido Republicano Paulista, um canal aberto para suas manifestações e que pode ser analisado como um diário do evento já que divulgou não somente os acontecimentos dos três dias da Semana, mas também as expectativas e os desdobramentos deste. Foi na condição de redator político do jornal do partido que dominava a política brasileira que Paulo Menotti Del Picchia discursou como orador oficial do evento, em fevereiro de 1922, na segunda noite do famoso evento do Teatro Municipal de São Paulo.

Menotti Del Picchia dedicou, em suas memórias, um espaço considerável para dissertar a respeito da Semana de Arte Moderna de 1922, momento histórico que, para o autor, teria revolucionado o campo cultural brasileiro. Marcos Augusto Gonçalves conferiu a Menotti Del Picchia uma posição de destaque na divulgação da Semana, usufruindo do espaço a ele destinado no *Correio Paulistano* (GONÇALVES, 2012) para exaltar a arte moderna nacional gestada nos agitados anos 1920 (SEVCENKO, 1983). Esse período marcou a sua participação na primeira fase do modernismo brasileiro, momento anterior ao seu envolvimento com Plínio Salgado e Cassiano Ricardo.

1.1.2 Cassiano Ricardo: literato acima de tudo⁵⁴

Cassiano Ricardo foi bacharel em Direito, poeta, jornalista, ilustrador e ensaísta, membro da Academia Paulista de Letras e da

⁵⁴ Esclareço, nesse momento, o porquê desse título: em diversos momentos, inclusive em seu livro de memórias, Cassiano Ricardo buscou forjar uma autoimagem de literato acima de vinculação política. Sua atuação junto aos periódicos oficiais em que trabalhou foi recorrentemente descrita como essencialmente literária e seus envolvimentos na arena política suprimidos ou postos em segundo plano, atribuindo-lhes uma importância menor do que seu fervor poético.

Academia Brasileira de Letras. Filho de Francisco Leite Machado e Minervina Ricardo Leite, nasceu no dia 26 de julho de 1895,⁵⁵ em São José dos Campos, São Paulo e cresceu na pequena propriedade rural da família, na Fazenda Santa Tereza, Vargem Grande, distante do centro da cidade de São José dos Campos (MICELI, 2004). Segundo consta em suas memórias, além da fazenda, seus pais mantiveram uma residência urbana durante os anos iniciais de sua formação.

Cassiano Ricardo cursou o primário no Grupo Olympio Catão, inaugurado em 1892 e localizado numa travessa esquerda ao lado da igreja Matriz da cidade. Estimulado às artes e à poesia pela mãe e pelo tio Manuel Ricardo e ao jornalismo pelo primo Zezinho Monteiro, jornalista e dono do jornal *A Cidade*, Cassiano Ricardo cresceu em um ambiente que o possibilitou desenvolver habilidades nas letras ainda no período escolar. No período que frequentava a instituição de ensino referida, em 1904, com 10 anos de idade, editou um jornalzinho manuscrito, *O Ideal*, que se tornou o órgão dos alunos do grupo escolar. No mesmo ano publicou suas rimas no *Almanach de São José dos Campos* e em *O Caixeiro*, órgão dos empregados do comércio da cidade, onde assim versou:

Eu tenho apenas dez anos
Não posso muito saber,
Mas espero em meu bom Deus
Que ainda hei de aprender. [...] (O Caixeiro,
22.12.1904 *apud* CAMPOS, 2007, p. 73).

Assim como é possível apreendermos a relevância que a moralidade católica exerceu no processo de educação e letramento de Menotti Del Picchia a partir da leitura das memórias do poeta, também é possível encontrarmos aspectos dessa influência nas primeiras poesias de Cassiano Ricardo. Em 1906, mudou-se para Jacareí, cidade vizinha a São José dos Campos, onde concluiu o curso ginásial. Ainda jovem, em fevereiro de 1909, Cassiano Ricardo estreou como diretor da revista mensal *Íris*, cujo redator era Aristides Leite, seu irmão. Com o objetivo assumido de enobrecer a imprensa e contribuir para o progresso da terra,

⁵⁵ Há imprecisões em relação ao ano de nascimento de Cassiano Ricardo, constando nas anotações do pai do poeta e no seu registro de nascimento o ano de 1894. Amilton Maciel Monteiro reproduziu em seu livro uma série de documentos, entre estes os que constam as controversas datas. (MONTEIRO, 2003).

prezava o periódico por valores que definia como sagrados: “Deus, Pátria e Liberdade”, além de enaltecer “o BEM, o BELLO e a VERDADE” como virtudes a serem cultuadas pela juventude (CAMPOS, 2007, p. 73).

No ano de 1910, o pai de Cassiano Ricardo dirigiu o jornal *A Tribuna* e contou com a colaboração do filho escritor. Além disso, Francisco Leite Machado foi vereador em São José dos Campos no início da década de 1910, momento que demarcou sua decadência financeira⁵⁶ e que passou por grandes decepções com a política, “na luta em favor de Hermes da Fonseca, Pedro de Toledo e Rodolfo Miranda” (RICARDO, 1970, 23). Provavelmente a condição da cidade como instância sanatorial também contribuiu para algumas das tomadas de decisões da família Leite como, por exemplo, a mudança para São Paulo, questão essa que interferiu diretamente nos rumos profissionais de Cassiano Ricardo. Antes disso, em 1911, o incipiente periodista publicou seu segundo jornal, denominado *Quatro Paus*, impresso na oficina de *A Tribuna*.⁵⁷

Cassiano Ricardo narrou nas suas memórias o estímulo do pai para que ele e seus irmãos prosseguissem seus estudos, sendo que Aristides e Wanda optaram pela Medicina.⁵⁸ Já o poeta escolheu o curso de Direito, matriculou-se em uma embrionária escola, a Universidade de São Paulo, dirigida pelo médico Eduardo Guimarães e que funcionou

⁵⁶ A década de 1910 parece ter sido uma época difícil no que diz respeito à questão financeira para a família Leite. Após o término do curso de Direito, Cassiano Ricardo se mudou para o Rio Grande do Sul e narrou em suas memórias, com remorso por ter aceitado a condição, o empreendimento que seu pai iniciou em Vacaria: “uma espécie de tabuleiro para vender doces – os doces que entendeu fabricar – trabalhando por conta em risco com a ajuda de uma quituteira local. (...) Como fui admitir que meu pai – velho e rico fazendeiro em São José – tendo militado valorosamente em campanha memoráveis, abrisse em Vacaria uma tenda de doces e guloseimas? (...) Meu pai era impelido por um forte desejo de autoafirmação; quem fora senhor e proprietário rejeitava a idéia de depender inteiramente do seu próprio filho.” (RICARDO, 1970, p. 23)

⁵⁷ Cassiano Ricardo narrou em seu livro de memórias que, quando tinha cerca de 16 anos, em 1911, começou a escrever um jornal intitulado *4 Paus*, impresso na oficina de *A Tribuna*, periódico de propriedade do seu pai. Lembra Cassiano Ricardo que a publicação gerou uma série de confusões, uma vez que ele criticava publicamente algumas pessoas da cidade. (RICARDO, 1970)

⁵⁸ Segundo Cassiano Ricardo, Aristides conclui o curso em Belo Horizonte e Wanda abandonou no segundo ano.

durante poucos anos na capital paulista.⁵⁹ Com o fechamento da instituição, o poeta joseense se transferiu para a Faculdade Livre de Direito, no Rio de Janeiro, vinculada à antiga Universidade do Brasil, onde foi bacharelado em março de 1918. Sua estreia em livro foi em 1915, com os poemas *Dentro da Noite*, classificados como melancólicos no prefácio do acadêmico Garcia Redondo. Segundo o prefaciador, a obra não era o espelho da existência por não abordar a alternância entre riso e dor. Miceli, por sua vez, explicita que

O jovem Cassiano Ricardo, então com 20 anos, não se refere, nem sequer de passagem, a nenhuma figura próxima da família ou a seus amigos, não tendo incluído em seu livro de estréia nenhum poema de amor, nenhuma experiência erótica explícita. Os toques esparsos de misticismo não chegam a caracterizar um sentimento bem definido de religiosidade. Tampouco incorporou algum elemento das paisagens naturais de sua região, nem alusões a personagens do universo de experiências infantis e de primeira mocidade numa cidade do interior. Tudo se passa como se o poeta tivesse canalizado suas energias para o êxtase diante dos espetáculos sublimes de uma natureza européia. Ou melhor, talvez se pudesse dizer que as paisagens referidas em seus versos foram compostas com base em leituras e ilustrações de livros. O poeta transita no interior dessas paisagens livrescas, buscando infundir-lhes um sopro de sua própria experiência. (MICELI, 2004, p. 180)

Pouca relação é possível deduzir entre a realidade social do autor e a poesia de *Dentro da Noite*, que era permeada por tristeza e desânimo, contrastando com o receituário parnasiano. Segundo o próprio Cassiano Ricardo, essa obra pertenceu a sua fase lírica e que devido ao domínio da técnica do poeta, recebeu uma série de críticas elogiosas.

Em seu livro de memórias, Cassiano Ricardo alude às aulas de desenho com um professor que havia produzido em *crayon* o retrato de

⁵⁹ Para o poeta, sua extinção ocorreu devido aos conflitos políticos entre essa instituição financiada com recursos privados e a Faculdade de Medicina, mantida com recursos públicos. (RICARDO, 1970)

seus pais e que lhe ajudava na produção de mapas e de outros trabalhos escolares. Pode-se examinar alguns desenhos seus na elegante revista *Panoplia*, fundada em junho de 1917 em São Paulo, que não se vinculou a nenhum grupo literário e jornalístico e que foi dirigida por ele e por Pedreira Duprat, proprietário do periódico. Segundo Ana Luiza Martins, a revista *Panoplia*⁶⁰ inovou “no tratamento gráfico e na estética da diagramação” (MARTINS, 2008, p. 523), anunciando-se um “mensário de arte, ciência e literatura” e de diretriz apolítica.⁶¹ Cassiano Ricardo provavelmente trabalhava a distância, pois residia no Rio de Janeiro no período.

A publicação possuía colaboradores consagrados nas letras paulistas e de distintas posições em questões estéticas e políticas – divididos entre “Literatura”, “Sciencia” e “Arte”, figuravam os nomes do monarquista Afonso Celso, do parnasiano Olavo Bilac, do satírico Emílio Menezes, do cientista Franco da Rocha, do católico Benedito Calixto, além de uma única mulher, Gilka Machado. (MARTINS, 2008, p. 540) Também colaboraram com a revista André Carrazzoni, Amadeu Amaral, Afonso Taunay, Di Cavalcanti, entre muitos outros (*Panoplia*, 8.17, p. 74, c. 2). *Panoplia* também contribuiu para a divulgação da produção poética de Cassiano, como nas edições de julho e setembro de 1917, em que ao lado dos anúncios publicitários a revista publicou a “Novidade literaria – Evangelho de Pan - versos de Cassiano Ricardo – à venda em todas as livrarias” (*Panoplia*, 7.17, p. 82, c. 1). O poeta permaneceu no cargo de diretor do periódico até a quinta edição, sendo

⁶⁰ A revista parece ter sido bem recebida pela imprensa paulista da época, pelo menos foi essa a imagem que a própria publicação procurou difundir no seu segundo número ao compilar diversas críticas positivas. A produção plástica de Cassiano Ricardo também mereceu menções da imprensa periódica: o jornal *O Estado de São Paulo* faz comentários a respeito das ilustrações das páginas em verso, “que são uma surpreendente revelação, e devidas ao talento artístico de Cassiano Ricardo, que ainda firma uma sugestiva alegoria á ‘Noite’ (...)”, assim como o *Correio Paulistano*, que pintou Cassiano Ricardo como “o festejado poeta do ‘Evangelho de Pan’, [e que] mostra uma nova feição do seu temperamento artístico, estampando, além de vários desenhos, a bella allegoria d’A Noite”. (*Panoplia*, 7.17, p. 70, c. 1).

⁶¹ Segundo o editorial, “a política não a arrastará ao vortice perigoso das suas paixões; ‘Panoplia’ não a abomina, nem a acalenta: abstrae-se della pela simples razão de que as suas incoherencias e tropelias se não comportam nem nos domínios das letras, que a repduaim, nem no campo das sciencias, que Ella política desconhece e consequentemente desprotege, nem na esphera das artes, que não a aproveitam para os seus torneios. (*Panoplia*, 6.17, p. 6)

constantemente referenciado como autor do *Evangelho de Pan*. A revista, em editorial, apresentou sua nova fase com Homero Prates, Guilherme de Almeida e Di Cavalcanti, o último que teria se responsabilizado pelo senso estético da publicação. (*Panoplia*, 10.17, p. 110, c. 1).

O Evangelho de Pan foi uma obra poética publicada por Cassiano Ricardo em 1917, sua estreia como poeta parnasiano e que alcançou significativo sucesso, sendo, inclusive, elogiada por Olavo Bilac e Alberto de Oliveira. O *Correio Paulistano* anunciou a publicação, prestes a sair do prelo e descreveu Cassiano Ricardo como “o mais jovem dos nossos poetas e talvez o mais risonho futuro.” (*CP*, 19.11.16, p. 3, c. 6) Tanto a obra como o poeta foram elogiados na coluna *Através da Semana*, do mesmo periódico, em 16 de abril de 1917 (*CP*, 16.4.17, p. 3, c. 1-8). Segundo Campos, o mundo pintado por Cassiano Ricardo em *Evangelho de Pan* era melancólico e habitado por fadas e conchas saudosas: a noite sonhava, as flores desmaiavam, o céu fulgurava e a fuga da realidade social através da poesia parnasiana de expressão panteísta surgiu para o poeta como a saída mais honrosa para uma sensibilidade que aparentava pouca abertura para uma escritura mundana e reflexiva. Posteriormente, Gomes Junior, crítico literário do *Correio Paulistano*, ao refletir sobre a geração dos novos poetas, explicitou que:

os nossos mais jovens belletristas estão regressando às tradições clássicas, desdenhando os moldes que encontram triunfantes entre os contemporâneos. Três livros do mesmo mês – o “Evangelho de Pan”, de Cassiano Ricardo, o “Apollo”, de Teixeira Leite Filho, e o “Moysés”, de Menotti Del Picchia – são productos da mesma preocupação intellectuais da gente moça. É o sol do Oriente clássico, berço da civilização moderna, que aquece a imaginação da recente “couche” literária. (GOMES JUNIOR, *CP*, 9.6.17, p. 3, c. 4).

Nesse período, como ficou evidente com a publicação dessa obra, Cassiano Ricardo afirmou a importância dos mitos ligados a um imaginário greco-romano, ao classicismo e ao parnasianismo.⁶² Ainda,

⁶² Segundo Campos, a começar pelo título, o autor anuncia o caráter preceptivo e doutrinário da natureza na filosofia que adotou: “dentro dos mitos gregos, a ‘Lenda de Pan’ é selecionada por Cassiano como fórmula poética, força

foi justamente a geração que Gomes Junior esperava o regresso às tradições clássicas que, na década de 1920, rompeu com o que denominavam de passadismo, exaltando a arte moderna.

Residindo no Rio de Janeiro no período que cursava a faculdade de Direito, Cassiano Ricardo conheceu vários gaúchos, como Raul Bopp, Homero Vaz do Amaral, André Carrazzoni, Moisés Antunes Viana e Gonçalves Viana, com quem convivia na pensão do Coronel Albino Costa, na Rua Pedro Américo, n. 30, como recorda em suas memórias. É nesse livro que o poeta narra a saga da sua formação e seus primeiros anos de trabalho infrutífero como advogado em São Paulo e em São José dos Campos. Devido a esses problemas, estimulado pelo cunhado Arthur Caetano que se tornou seu amigo na universidade e era redator do *Correios Paulistano*, mudou-se para Vacaria, no Rio Grande do Sul, em 1920 juntamente com seu filho, esposa e pais, onde advogou a favor da oposição ao governador Borges de Medeiros.⁶³

Ao rememorar o período agitado que experimentou no Rio Grande do Sul, Cassiano Ricardo buscou esclarecer sua afiliação ao lado dos Maragatos como advogado do partido, onde teve que enfrentar um homem de grande prestígio, Firmino Paim Filho, um dos maiores fazendeiros da região nordeste do Rio Grande do Sul, coronel da Guarda Nacional e famoso por “mandar meter os adversários no lombo de um burro e largá-los do outro lado do rio Pelotas” (RICARDO, 1970, p. 10). Também relembrou a sua relação com o gaúcho e maragato André Carrazzoni, colega de faculdade em São Paulo, em 1916 e também morador na pensão do Coronel Albino, no Rio de Janeiro. André

omnímoda presente em todos os seres. Pan é o mito que personifica as forças naturais; é o deus das florestas e a expressão da terra, re-elaborado pelo autor joseense para exprimir o resgate de seus ideais, tanto humanos quanto poéticos. Na sua concepção, o homem compartilha da mesma unidade fundamental que anima todas as coisas. Homem e matéria seriam da mesma natureza. Daí a identificação do próprio autor com a terra, o mar, o céu...” De outro lado, as inquietações humanistas tomam lugar de pano de fundo na poesia, pois se percebe sua preocupação em formular e reafirmar uma orientação cosmológica naturista no contexto da Primeira Guerra Mundial. (CAMPOS, 2007, p. 82)

⁶³ Demonstrando uma grande simpatia e carinho pelo Rio Grande do Sul, principalmente pelo povo vacariano, Cassiano Ricardo recordou de maneira bem humorada a sua peregrinação por estradas pouco trafegáveis, sua relação com os indígenas locais, a gafe que cometeu ao pedir açúcar para adoçar o chimarrão, o barulho dos quero-queros que os saudavam em Lagoa Vermelha e a igreja de pedra de Vacaria, que mais tarde chamariam a atenção de José Lins do Rego e Gilberto Freyre. (RICARDO, 1970)

Carrazzoni foi convidado por Cassiano Ricardo para trabalhar junto com ele em Vacaria, onde publicaram um jornal de oposição a Borges de Medeiros, *A Pátria*. Outras histórias da vida de advogado são narradas, algumas que quase lhe custaram à vida e que o obrigava a andar sempre com a garrucha na cintura.⁶⁴

Foi nesse período que conheceu Getulio Vargas, então deputado estadual e responsável pela tentativa de anulação dos votos a favor dos maragatos que Cassiano Ricardo havia conquistado em Antônio Prado, cidade próxima a Vacaria. Data também desse período o envolvimento mais estreito de Cassiano Ricardo com as questões propriamente políticas, publicando seu primeiro jornal com esse caráter, função essa que viria a exercer posteriormente no *Correio Paulistano*, no *Anhanguera* e no próprio *A Manhã*, este último como diretor da publicação oficial responsável por difundir a propaganda política de Vargas.⁶⁵

Liderada pelo cunhado de Cassiano Ricardo, irrompeu a revolução de 1923 após a sexta vitória consecutiva de Borges de Medeiros no pleito estadual. Nascido em São Paulo, Arthur Caetano mudou-se entre 1918 e 1919 para o Rio Grande do Sul para imprimir novos rumos à sua vida pública, ingressando na política ao lado dos maragatos. Residia justamente no centro das atividades dos maragatos, que era a cidade de Passo Fundo e foi durante esse período que Cassiano Ricardo deixou o Rio Grande do Sul e retornou para São Paulo.⁶⁶

Apesar do seu envolvimento com assuntos políticos em Vacaria, Cassiano Ricardo trabalhou também em dois livros de poemas, *Jardim*

⁶⁴ Cassiano Ricardo, além de advogado do partido dos Maragatos, também trabalhou fervorosamente a favor do líder democrata Assis Brasil, cuja obra tinha lido, através do alistamento eleitoral e na propaganda através da coluna da *Pátria*, jornal criado por ele e por André Carrazzoni. Narrou também os elogios feitos a ele por Assis Brasil em visita a Vacaria e a sua atuação em favor do candidato em Antônio Prado, reduto pica-pau que viu de maneira inédita a vitória de Assis Brasil nas urnas. (RICARDO, 1970)

⁶⁵ Segundo Cassiano Ricardo em suas memórias, Getulio Vargas era um líder carismático que conheceu em 1922 no Rio Grande do Sul e viria a reencontrar o político são-borjense dez anos depois, em 1932, novamente como adversário. Já durante o Estado Novo, Cassiano tornar-se-ia seu “leal amigo e convicto admirador”. (RICARDO, 1970, p. 21)

⁶⁶ Antes de retornar às terras bandeirantes, Cassiano Ricardo passou por Florianópolis e proferiu um discurso anti-borgista, na presença do governador Vítor Konder, onde dizia a Borges de Medeiros, naquela oportunidade: “Maldito seja, em nome de Deus e da História!” (RICARDO, 1970, p. 24).

das Hespérides, de 1920, que contém alguns poemas do já publicado *Dentro da Noite*, além de grande parte dos poemas de *Evangelho de Pan* e outro tanto de inéditos e cujas constantes epígrafes nos sugerem a preocupação do autor em identificar e explicitar a base filosófica de seu pensamento.⁶⁷ Em *Atalanta, a Mentirosa de Olhos Verdes*, publicado em 1923, o autor joga com as cores que se acentuam nessa obra em metáforas que buscam traduzir os fenômenos naturais, principalmente por meio de analogias em relação a processos relativos ao corpo e a passagem do tempo: o dia que ia amanhecendo era o sangue que escorria e as montanhas que surgiam grisalhas era o embranquecer dos cabelos. Essa obra é amplamente divulgada pela imprensa em setembro de 1927, período em que é recitada no Trianon por Maria Sabina de Albuquerque, “artista do verso e artista do dizer, que anima a obra de seus irmãos de sonho”. (*JB*, 11.9.27, p.1, c.3)

A imprensa muito colaborou na divulgação da obra de Cassiano Ricardo. O *Correio Paulistano*, ao apresentar o livro *Borrões do Verde e Amarelo* e a segunda edição de *A Mentirosa dos Olhos Verdes*, pela Editora Helios, de propriedade de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, se referiu à obra, em 1926, como uma “phase anterior da arte do consagrado poeta paulista, mas como representa uma documentação de finíssima poesia brasileira, terá também a acolhida entusiástica que teve a ultima criação do seu brilhante autor”. (*CP*, 25.8.26, p. 3, c. 6)

Cassiano Ricardo, ao chegar a São Paulo encontrou em plena ebulição o que chamou de “a outra revolução” (RICARDO, 1970, p. 32), a revolução modernista. Nesse período, segundo narra, estava ele viciado pelos cacoetes da rima rica e da eloquência, inclusive sendo constantemente elogiado por figurões da poesia parnasiana: Martins Fontes, Veiga Miranda, Alberto de Oliveira e Medeiros e Albuquerque. (RICARDO, 1970)

Surpreendido pelo novo movimento que emergia em São Paulo, Cassiano Ricardo assumiu ter relutado em aceitar a quebra dos padrões solidificados, inclusive insuflando Galo Neto a desafiar Menotti Del Picchia, militante da arte moderna e que Cassiano Ricardo não conhecia pessoalmente, para um duelo à porta do *Correio Paulistano* em um momento em que o poeta de *Juca Mulato* travava batalhas com suas

⁶⁷ Segundo Campos, a concepção poética de Cassiano Ricardo se torna clara no conjunto da obra: a matéria era portadora de uma espécie de consciência, a terra era a mãe comum de todos os seres e o homem era a síntese do universo. A melancolia presente nas produções anteriores permanece em *Jardim das Hespérides*. (CAMPOS, 2007)

críticas ao moribundo parnasianismo. Segundo Cassiano Ricardo, foi apenas em 1925 ao lado de Francisco Pati e José Lannes na *Novíssima* que reveria seus conceitos a respeito da arte moderna.⁶⁸

1.2 Projetos Coletivos

Uma das facetas interessantes em estudos relacionado à história dos intelectuais consiste na análise das redes de sociabilidade constituídas entre eles. Esse campo de estudo nos possibilita apreendermos suas relações não apenas através dos inegáveis interesses sociopolíticos que os movem e os agrupam, mas também a partir da construção de laços pessoais de amizades duradouras ou afeições efêmeras. Além disso, pode-se mapear as ideias, tradições, comportamentos, projetos e formas de organização que relacionam os indivíduos aos grupos a partir das suas afirmações identitárias e seus esforços de reunião. (GOMES, 1996)

O meio intelectual constitui um pequeno mundo estreito onde os laços se atam em torno da redação de uma revista ou de um jornal, de um grupo literário ou de um conselho editorial (SIRINELLI, 1996). Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, ao se encontrarem na redação da revista *Novíssima* e do *Correio Paulistano*, criaram um espaço de sociabilidade que não estava apartado de interesses políticos. Assim, conforme Sirinelli,

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influencia que exercem- e de exclusões pelas posições tomadas (...). Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das idéias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 1996, p. 249)

⁶⁸ O autor se equivoca em relação às datas, sendo que o primeiro número de *Novíssima* foi publicado em dezembro de 1923, período em que o autor assume a sua mudança no que diz respeito à questão estética de seus versos.

Sirinelli nos explica que os grupos de intelectuais se organizam a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e a partir de afinidades difusas, mas que nem por isso deixam de ser determinantes.⁶⁹ Assim, a sociabilidade, como expõe Gomes, é “um conjunto de formas de conviver com os pares, como um domínio intermediário entre a família e a comunidade cívica obrigatória” (GOMES, 1993, p. 64). Logo, as redes de sociabilidade formam um grupo permanente ou temporário, independente do grau de institucionalização, no qual o indivíduo escolhe participar. Tanto os jornais quanto as revistas são empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos e agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

Todavia, esses projetos coletivos representam interesses variados, que por vezes se apresentam como contraditórios. Essas publicações são entendidas, então, como fruto das relações, por vezes conturbadas, da empresa proprietária, do diretor da publicação, dos colaboradores, dos anunciantes, etc., de forma que, acredito não ser prudente encará-las como órgãos dotados de uma vontade coletiva livre de contradições internas, de interesses pessoais e de conflitos entre os envolvidos.

1.2.1 Grupo *Verdamarelo*: o modernismo em sua faceta político-autoritária

Grande parte dos trabalhos que discutem as aproximações entre Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia enfoca o período correspondente entre os meses finais de 1923, momento da gestão da revista *Novíssima* a 1929, com a publicação do manifesto *Nhengaçu Verde-Amarelo*, em maio. Notadamente, devido a sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922, Menotti Del Picchia parece ter sido mais lembrado pela crítica literária e pela história da literatura em relação a Cassiano Ricardo, mesmo que muitas vezes rotulado jocosamente de falso modernista. O último, por sua vez, aparece recorrentemente nas discussões historiográficas como ideólogo do

⁶⁹ Outra ideia que corrobora para a compreensão dos vínculos entre os intelectuais é a proposta por Pierre Bourdieu. Segundo o sociólogo, a noção de campo intelectual é compreendida como um campo social que, embora possua suas especificidades, também é movido por lutas, estratégias, interesses, lucros. Esse campo estaria relacionado ao campo político que por sua vez atuaria na definição do estado do primeiro através da formação de um sistema de posições estéticas e políticas em relação aos intelectuais (BOURDIEU, 2002).

Estado Novo, além de poeta de *Martim Cererê*. Essas constantes aproximações entre Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia por parte dos analistas não ocorre por acaso: até chegarem à direção dos dois principais jornais de divulgação do regime, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia nutriram uma relação de longa data, iniciada, segundo o poeta de *Juca Mulato*, no período em que Cassiano Ricardo dirigia a revista *Novíssima* – momento que iniciam seus duradouros projetos coletivos.

Com trajetórias intelectuais próximas, ambos possuíam inclinações políticas e culturais que os atrelaram às mesmas instituições entre as décadas de 1920 a 1940. Essa amizade, segundo Cassiano Ricardo, poderia ser resumida em “onde eu estou, está Menotti. Onde está Menotti, estou eu.” Assim, na ABL, na APL, no DEIP, no grupo *A Noite*, Bandeira e verde-amarelo e em muitos outros lugares, “numa reciprocidade de admiração e afeto que só existe entre irmãos ou entre aqueles que sabem valorizar a amizade a qualquer hora. Sem hora certa. Porque ela é que é certa, quando verdadeira. Ela é que conta o tempo” (RICARDO, 1970, p. 138). Dessa forma, Cassiano Ricardo definiu Menotti Del Picchia, como seu “irmão mais próximo em poesia e brasilidade” (*Ibidem*, p. 252). Este, por sua vez, em 1956 para a Revista da ABL, assim se expressou:

Cassiano está ligado à minha vida mental de uma maneira íntima e absoluta, porque foi com ele que, em São Paulo, levantei, em 1923 e 1924, depois da Semana de Arte Moderna, a bandeira da revolução literária, iniciando o movimento de idéias que atingiu a todos os setores da vida intelectual brasileira (Rev. ABL, 1956, p. 170 *apud* CAMPOS, 2007, p. 103).

Essa aproximação entre os dois não se inscreve somente no plano literário e cultural, uma vez que para Menotti Del Picchia, a Semana de Arte Moderna de 1922 teria seu desdobramento político com o grupo verde-amarelo, formado entre o final de 1923 e o início de 1924: “O movimento literário de 1922 – gerador do grupo ‘verde e amarelo’ – tomou uma direção que não era de todo imprevisível para alguns dos seus criadores: uma direção política” (DEL PICCHIA, 1935, p. 5). Em suas memórias, relembando os acontecimentos que os separavam em meio século, o autor explica que

da nossa parte, formou-se a ala “verde-amarela” com Plínio Salgado, Cassiano, Cândido Mota Filho e Alfredo Elis Júnior. O movimento de início puramente estético, começava a fermentar um subconsciente político. Esse já estava programado, em linhas gerais, no discurso do Trianon de Oswald e no artigo que escrevi no dia seguinte a essa festa revolucionária, ou seja, no dia 24 de janeiro de 1921, na “Maré das Reformas” (DEL PICCHIA, 1972, p. 165)

Mesmo que a festa em questão tenha ocorrido em 9 de janeiro de 1921, conforme exposto, com esse artigo intitulado *Na Maré das Reformas*, publicado no *Correio Paulistano*, o poeta buscou delinear o rompimento com o passado, além de proclamar a independência mental brasileira e o consequente abandono dos ditames europeus a partir de uma nova técnica de representação da vida e de expressão verbal na criação literária. Em reação ao *status quo* da cultura nacional, a reforma seria o repúdio das velhas técnicas e temáticas e a renovação da linguagem e sentimentos anacrônicos diante do uso reiterado de modelos estrangeiros e fórmulas poéticas ultrapassadas (DEL PICCHIA, CP, 24.1.21, p. 1, c.1-2).

Foi na redação do *Correio Paulistano* que Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado,⁷⁰ intelectuais ligados ao verde-amarelismo, se aproximaram. Compreendida como a corrente mais nacionalista e primitivista da Semana de 1922, da qual é considerada um desdobramento, estavam associados ao grupo, além desses três intelectuais, Cândido Motta Filho⁷¹ e Alfredo Ellis Júnior.⁷² (DEL

⁷⁰ Plínio Salgado foi escritor, jornalista e líder político brasileiro. Fundador e líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de extrema-direita inspirado nos princípios do movimento fascista italiano, na década de 1920 compôs a vertente verde-amarela do modernismo. Em relação à sua condição social, talvez seja o autor do grupo verde-amarelo que enfrentou maiores dificuldades financeiras, por ter perdido seu pai aos 16 anos. Nascido no interior de São Paulo, em São Bento do Sapucaí, assim como Menotti Del Picchia e Guilherme de Almeida, ingressou no curso ginásial em Pouso Alegre, Minas Gerais. Desde jovem colaborou em diversos periódicos, sendo convidado por Nuto Santana, orientador da seção literária do *Correio Paulistano*, para trabalhar na capital, inicialmente como revisor. Membro da APL, Plínio Salgado foi fundador e colaborador de diversos periódicos. (CÁPUA, 2000)

⁷¹ Filho de advogado e professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Paulo, além de deputado, senador e Secretário de Estado dos Negócios da

PICCHIA, 1972, p. 165). Além desses nomes que assinaram o manifesto do grupo em 1929, Raul Bopp,⁷³ Francisco Pati⁷⁴ e Alarico Silveira⁷⁵

Agricultura do Estado de São Paulo, Cândido Motta Filho nasceu em 16 de setembro de 1897 em São Paulo e integrou o grupo do movimento modernista desde o período que antecedeu a Semana de 1922. Foi advogado, professor, magistrado, jornalista, escritor, ensaísta e político. Bacharelou-se em Direito em 1918, atuando em atividades ligadas ao Poder Judiciário e à imprensa periódica, principalmente. Na literatura, centrou seus trabalhos na área de crítica literária e foi redator-chefe do *Correio Paulistano*, além de diretor do *São Paulo Jornal*, empastelado com a Revolução de 1930. Também dirigiu o DEIP-SP. Na década de 1930, foi funcionário dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. (MOTTA FILHO, 1972)

⁷² Nascido em São Carlos, em 1896, Alfredo Ellis Júnior foi historiador, sociólogo, ensaísta e professor. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1917 e tornou-se promotor público. Por duas vezes foi deputado, ambas com o mandato interrompido pelos golpes de 1930 e 1937. Participou do Grupo Verde-amarelo, colaborou com a revista *Novíssima* e combateu Getúlio Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1939, por concurso público, tornou-se catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, da qual foi diretor entre 1939 a 1941. Alfredo Ellis Júnior também estava inserido no *Correio Paulistano*, provavelmente auxiliado pelos “préstimos” do seu ex-professor no Colégio de São Bento, Afonso D’Escragno Taunay. Suas principais pesquisas foram centradas na área da história de São Paulo. (EL-DINE, 2010)

⁷³ Nascido em Tupaciretã em 1898, o gaúcho Raul Bopp foi jornalista e diplomata. Descendente de imigrantes alemães, viajou por diversas regiões do país - na década de 1920 percorreu a Amazônia e em São Paulo se aproximou do grupo verde-amarelo após a Semana de Arte Moderna de 1922. Já em 1928, ligou-se a Oswald de Andrade e a Tarsila do Amaral. (BOSI, 1977)

⁷⁴ Francisco Pati nasceu em Amparo, São Paulo, em 18 de fevereiro de 1898 e foi jornalista, advogado, escritor e poeta. Formou-se na Escola Normal da Praça da República, em 1915 e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na turma de 1923. Foi redator da revista *XI de Agosto* e fundador da revista *Novíssima*, situação que acarretou a vinculação do seu nome com o grupo verde-amarelo, embora não se assumisse como partícipe dessa vertente modernista. Pati também foi redator-principal de *A Platéia* e do *Correio Paulistano*, sendo eleito para a Academia Paulista de Letras em 1941. (RICARDO, 1970)

⁷⁵ Alarico Silveira nasceu em 11 de janeiro de 1878 em São Paulo e era irmão de Valdomiro Silveira, considerado o pioneiro na literatura regionalista brasileira por vários paulistas. Colaborador de *Novíssima*, Alarico Silveira parece ter tido uma participação considerável na elaboração das diretrizes do Movimento Verde-Amarelo. Plínio Salgado o atribuiu um papel de precursor da Anta por

também são constantemente incluídos como interlocutores assíduos no período. Embora o manifesto do grupo fosse publicado somente em 1929, sabe-se que a organização do movimento modernista de defesa da cultura nacional articulado por Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado se iniciou entre o final de 1923 e o início de 1924.⁷⁶ Um caso interessante da relação entre os membros do verde-amarelismo e o *Correio Paulistano* foi a forma como Oswald de Andrade representou, com ironia, as redes de sociabilidade que unia os membros e a relação destes com o *Correio Paulistano*. Segundo o poeta modernista, na *Revista de Antropofagia*:

O sr. Presidente do Estado ordenou ao ‘Correio Paulistano’ que não inserisse mais artigos sobre a lepra e sobre o movimento verdamarelo. Dessa resolução foram devidamente notificados o Serviço Sanitário e os srs. Menotti Salgado, Plínio Ricardo e Cassiano Del Picchia. (RA, 1.5.29, n.7, p. 12, c. 3)

Unidos a mais de meia década, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia se consolidaram como partícipes de um movimento de defesa da cultura nacional e usufruíram o espaço destinado a eles no *Correio Paulistano* para divulgar suas convicções sobre a questão cultural. Sergio Miceli, se apropriando das discussões de Bourdieu, analisou a influência das questões sociais nos

tratar do tupi pré-cabralino, de sua influência no expansionismo bandeirista e na formação territorial e política do país (CUCCAGNA, 2004), além de relacionar a ideia de escrever *O Estrangeiro* a uma viagem feita com o secretário à zona de Araraquara, por volta de 1922 (CAMPOS, 2007).

⁷⁶ Eduardo Jardim de Moraes e Mônica Pimenta Velloso concordam que o modernismo brasileiro teve duas fases. Segundo Moraes, foi o ano de 1924 que marcou o início da segunda fase do modernismo brasileiro, quando o enfoque dos escritores ligados a esse movimento dar-se ia principalmente sobre o tema da brasilidade. (MORAES, 1978). Já a historiadora Mônica Pimenta Velloso, entende que o movimento modernista se dividiu em dois momentos, cujo primeiro foi marcado pela preocupação com a atualização artística brasileira em relação às vanguardas européias e o segundo pela ênfase na descoberta do Brasil e na sua divulgação para os brasileiros (VELLOSO, 2010). Essa ideia foi confirmada por Menotti Del Picchia, no artigo *Na Maré das Reformas*, publicado em 1921 no *CP*, momento em que o poeta compreendia o movimento modernista brasileiro ainda como um grupo unido em luta contra o passadismo das artes e da literatura.

comportamentos políticos desses intelectuais ligados ao verde-amarelismo.⁷⁷ Segundo o autor, na obra *Vanguardas em retrocesso*:

Cassiano Ricardo (1895-1974), Plínio Salgado (1895-1975) e Menotti Del Picchia provinham de famílias enraizadas em pequenas cidades e fazendas do interior do estado, o que decerto implicou a retração dos horizontes de escolaridade, plasmou as ocupações iniciais e o primeiro casamento, definindo a herança de um *hábitus* conformista, de repertórios e linguagens passadistas, de filiações doutrinárias e políticas retrógradas, estendendo-se à concepção de um universo caipira de criação literária. Em termos de posicionamento político e doutrinário, o conservadorismo impregnou, em tinturas de matizes variados, a postura dominante de quase todos, os mais destituídos de capital cultural tendo inclusive aderido aos movimentos de direita da época e, logo adiante, à coalizão executiva à esta do Estado Novo de Vargas. (MICELI, 2012, p. 34)

A chave de leitura sociológica de Miceli atribuiu um peso determinante às experiências ligadas à infância e adolescência nos rumos políticos desses intelectuais. Estes, nascidos ou criados em pequenas cidades do interior do estado de São Paulo como São Bento do Sapucaí, São José dos Campos e Itapira, com a decadência da economia rural e o consequente empobrecimento familiar, investiram parte dos recursos financeiros em capital cultural, provavelmente como estratégia para a manutenção de um determinado nível social. Foi esse investimento que os possibilitou de participarem ativamente dos debates sobre cultura e política no período. Além disso, essa decadência financeira por vezes exigiu que tais intelectuais, tanto na infância como na vida adulta, se mudassem de cidades, como, por exemplo, a ida de Cassiano Ricardo para São Paulo juntamente com sua família e, posteriormente, para Vacaria, em busca de emprego; ou a família Del

⁷⁷ Essa posição acompanha o intelectual brasileiro desde pelo menos 1979, momento da publicação do livro *Intelectuais e a classe dirigente do Brasil (1920-1945)*. Apesar das críticas, em *Intelectuais à brasileira* (2001), *Vanguardias literarias y artisticas en el Brasil y en la Argentina: un ensayo comparativo* (2010) e *Vanguardas em retrocesso* (2011), o sociólogo manteve a mesma postura frente à questão ao estabelecer uma relação direta entre os empobrecimentos familiares da juventude e as opções políticas conservadoras.

Picchia que devido à falta de emprego para o patriarca teve que deixar São Paulo e se mudar para a pacata Itapira.

Nota-se que em seu livro de memória Cassiano Ricardo faz menção a essa decadência familiar do seu pai, o que demonstra que de fato essa questão estava presente e possivelmente tenha influenciado seu fazer literário e suas filiações institucionais, mesmo que subjetivamente, já que a defesa de um ideário conservador não estava explicitamente relacionada ao declínio financeiro para os intelectuais em questão. Todavia, embora seja evidente que existam questões comuns que os conduziram a defesa de projetos conservadores nos campos da política e da cultural, cabe nos afastarmos da tentação que a ilusão biográfica exerce sobre o pesquisador.⁷⁸

Por mais que seja útil para a compreensão relacional entre três intelectuais dotados de uma perspectiva modernista conservadora ou da moderna tradição brasileira, compreendo que a análise do sociólogo uspiano peca por não possibilitar apreendermos os desvios dos fluxos que uma vida comporta e, dessa forma, soar determinista, como se não houvesse possibilidade de transgressão a tal norma ou que o acaso não

⁷⁸ Em relação à categoria de ilusão biográfica, Pierre Bourdieu compreende que o relato biográfico se ancora no pressuposto “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 1996, p. 184). Embora o gênero biográfico comporte outras narrativas que não se orientem por essa perspectiva, como bem demonstrou François Dosse em seu trabalho de fôlego intitulado *O Desafio Biográfico*, esse alerta do sociólogo francês me ajuda a compreender as opções de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia a partir das possibilidades plausíveis em cada tomada de decisão. Caso não fosse assim, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia jamais haveriam rompido relações com Plínio Salgado, o que demonstra as complexidades de vidas e trajetórias biográficas. Dessa forma, creio que o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que se manifesta desde os momentos mais remotos da infância dos personagens. Assim sendo, o elemento constituinte da narrativa biográfica é o nome próprio, pois “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (BOURDIEU, 1996, p. 187). Como visto, a maior referencia teórica de Miceli nos alertou sobre a ilusão biográfica e a sedução que ela exerce ao buscarmos compreender uma vida, além de compreender que as escolhas políticas não podem ser compreendidas simplesmente como reflexos das vontades individuais, tampouco macrodeterminações estruturais.

tivesse influência nos fluxos históricos. Por outro lado, Sergio Miceli oferece ao historiador, muitas vezes pesquisadores demasiadamente presos as suas fontes, uma leitura capaz de compreensão do processo que os levou para a defesa de um ideário estético e político ligado ao conservadorismo a partir de uma análise calcada na realidade e na experiência dos indivíduos.⁷⁹

Embora proporcione uma chave para a compreensão dos alinhamentos políticos dos intelectuais em questão, Miceli propõe o enquadramento estanque de Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, causando no leitor a impressão que suas trajetórias políticas estariam traçadas a partir das condições sociais das suas juventudes sem que houvesse a possibilidade de escolhas por parte deles, nem de subversão. Essas determinações, para o analista, eram inconscientes e, portanto, nem as personagens em questão estavam cientes que havia uma relação direta entre o empobrecimento de suas famílias ligadas a oligarquia interiorana e decadente com a defesa de projetos ligados à direita.

Se analisarmos a relação entre a realidade econômica familiar e a adesão a movimentos conservadores abordando a filiação de outros nomes aos projetos conservadores da vertente verde-amarela do modernismo, assim como a própria identificação com o Estado Novo, é possível nos depararmos com situações que fogem da regra estabelecida por Miceli. Assim procedendo, conclui-se que estavam envolvidos nesses grupos nomes de pessoas não ligadas a uma elite rural decadente, como, por exemplo, a figura de Cândido Motta Filho, intelectual muito próximo de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia durante as décadas de 1920 a 1940 e que era filho de um advogado e professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Paulo e que também exerceu as funções de deputado, senador e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo.

⁷⁹ As discussões propostas pela micro-história italiana me ajudam a compreender as atuações individualizadas das personagens históricos diante de uma realidade normativa, como no caso do moleiro Menocchio, em *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg (LIMA, 2006). Mesmo que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia não sejam personagens excepcionais como é o caso de Domenico Scandela, não podemos negligenciar as margens de autonomia possíveis, sem que isso signifique desconsiderar as influências das estruturas sociais e as bases materiais em que se assentam as relações sócio-institucionais.

Embora concorde que a questão social influencie sobremaneira os rumos dos indivíduos, não creio que seja possível mensurarmos seu peso nas orientações políticas destes intelectuais, muito menos atribuir a esse elemento a única influência para o surgimento de seus ideários conservadores.⁸⁰ Dessa forma, além do possível influência subjetiva que a condição familiar decadente exerceu sobre os indivíduos, moldando, de certa forma, suas concepções de sociedade, faz-se necessário que se considere outros elementos, como, por exemplo, as influências da cultura política autoritária brasileira do início do século XX, do catolicismo, das concepções políticas de seus familiares mais próximos, dos programas das instituições de ensino que frequentaram, das suas redes de sociabilidade, além do contato que tiveram com produções literárias, filosóficas e políticas, ou seja, outros elementos que também colaboraram com a construção dos seus ideários políticos e culturais e cujos papéis não podem ser desconsiderados. Por mais que seja tentador elegermos o que motivou o engajamento desses intelectuais a projetos autoritários para a sociedade brasileira, parece não haver um elemento que isoladamente explique essa filiação.

Assim, como bem ponderou Antonio Candido, é importante que o analista não incorra na “contaminação hermenêutica” e que não misture desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação (CANDIDO, 2001, p. 74). Por mais que Candido concorde que o papel social, a situação de classe, a dependência burocrática e a tonalidade política são questões decisivas na constituição do ato e do texto de um intelectual, defende que não seja possível compreender esses elementos como critérios absolutos na avaliação – que é uma segunda etapa e que não pode decorrer mecanicamente da primeira.

Esses intelectuais que se organizaram na luta por um projeto de cultura nacional conservadora começaram a se organizar institucionalmente a partir da década de 1920, na crescente São Paulo. Menotti Del Picchia e Plínio Salgado já se conheciam em 1923, talvez não da época de Minas Gerais, em Pouso Alegre, mas certamente do “desencontro literário” de 24 de janeiro de 1920. O livro neoparnasiano

⁸⁰ Como no demonstra Sabina Loriga, a margem de autonomia em relação à estrutura foi refletida por Johann Gustav Droysen, que, em 1863 escreveu que, se chamamos *A* o gênio individual, ou seja, tudo o que um homem é, possui e faz, então este *A* é formado por $a + x$, onde *a* contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, de sua cultura, de sua condição financeira, etc., e em que *x* representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade (LORIGA, 2011).

Thabor de Plínio Salgado recebeu uma crítica não muito elogiosa de Menotti Del Picchia no *Correio Paulistano* à época que o poeta de *Juca Mulato* acumulava as funções de redator político e crítico literário. Segundo explicações do crítico, em seu livro de memórias, as análises depreciativas foram provocadas pelo momento histórico em que “estava embalado na minha ojeriza pelo moribundo parnasianismo (...) [e] encontrei no volume mais uma oportunidade polêmica” (DEL PICCHIA, 1972, p. 112).

Cassiano Ricardo, por sua vez, após retornar a São Paulo depois da sua passagem por terras gaúchas, estabeleceu-se como advogado, juntamente com Francisco Pati e trabalhou no *Correio Paulistano* como redator, responsável pela seção judiciária, provavelmente por indicação de seu cunhado, Arthur Caetano, ex-funcionário do periódico.⁸¹ Diferentemente de Menotti Del Picchia, participante ativo da Semana de Arte Moderna de 1922, Cassiano Ricardo passou a se considerar modernista posteriormente, como podemos observar na apresentação da segunda edição da obra no *Correio Paulistano*, originalmente publicada em 1923, *A Mentirosa dos Olhos verdes*, que diz pertencer à fase anterior do poeta paulista, ou seja, de inclinação parnasiana.

Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo se conheceram na época da publicação do poema *Senhora do Manto de Treva*, durante o período em que o poeta joseense dirigia *Novíssima*, revista que Menotti Del Picchia classificou como “uma moderna revista literária” (DEL PICCHIA, 1972, p. 165), embora tivesse sido jocosamente denominada “Velhíssima” por Sady Garibaldi, em 9 de fevereiro de 1926 (LUCA, 2011, p. 25). Foi Cassiano Ricardo, já amigo de Plínio Salgado, que procurou Menotti Del Picchia para discutirem a respeito da revolução modernista em um período que Cassiano Ricardo “já se consagrara como um dos nossos grandes parnasianos, abjurou seus deuses e incorporou-se de corpo e alma na campanha modernista vindo a ser um dos seus altos expoentes” (DEL PICCHIA, 1972, p. 165). A partir desse período participariam de diversos projetos conjuntamente, muitos deles intimamente relacionados ao campo político.⁸²

⁸¹ Em suas memórias Cassiano Ricardo descreve sua entrada para o *Correio Paulistano*: “Como vim a ser redator do *Correio Paulistano*? Redigindo-lhe a secção judiciária, e sentando-me no Tribunal de Justiça, ao lado de Noé Azevedo que redigia a do *O Estado de São Paulo*. Encontro feliz esse.” (RICARDO, 1970, 35).

⁸² Por motivo desconhecido, Menotti Del Picchia redigiu um documento de interesse para Cassiano Ricardo, registrado em tabelionato, que assim descreveu

Emblemático dessa aproximação foi o presente que Menotti Del Picchia ofereceu a Cassiano Ricardo – uma tela que condensava elementos caros ao projeto do grupo verde-amarelo. Salvaguardada na Fundação Cassiano Ricardo, em São José dos Campos, a pintura dialoga com o contexto ufanista da crescente metrópole que foi apresentada a partir de suas chaminés, seus prédios, suas empresas, como a Ford e o café, o ouro verde que financiou essa modernização a ser evidenciada. No primeiro plano, um robusto imigrante, provavelmente de origem italiana, carregando uma cesta, o que representa sua força, sua prosperidade e seu *spirito di lavoro*.

a atuação do último no *CP*: “Posso assegurar, de ciência própria, que Cassiano Ricardo foi redator do ‘Corrêio Paulistano’ até 1930, inclusive. Isto, aliás, está na memória da imprensa de São Paulo, pois todos quantos frequentaram, naquela época, os nossos meios jornalísticos, podem atestar essa verdade. Como um dos diretores, que fui, do ‘Corrêio Paulistano’, não só me interessei pela sua entrada no corpo redatorial como fui testemunha de sua atuação, a princípio na secção judiciária e depois como redator efetivo e articulista de maior responsabilidade, em artigos editoriais. Lembro-me, por exemplo – e perfeitamente -, que Cassiano Ricardo foi um dos nossos companheiros na campanha da Semana de Arte Moderna que – como se sabe – se iniciou em 22 e teve como seu principal órgão, em São Paulo, o ‘Corrêio Paulistano’. É com prazer, pois, que firmo a presença declaração. S. Paulo, 25 de março de 1955.” (DEL PICCHIA, *FCCR*, cx. 3, 25.3.55)



Imagem 6 – Presente de Menotti Del Picchia para Cassiano Ricardo. s.d.
Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Embora não tenha participado da campanha da Semana de Arte Moderna, Cassiano Ricardo tomou parte nas discussões posteriormente. Em 1923, período que o poeta retornou para São Paulo, o Movimento Modernista já estava em andamento, inclusive tendo ocorrido a “semana que abalou o Brasil” (DEL PICCHIA, 1972, p. 130). No final desse ano, Cassiano Ricardo fundou, em parceria com Francisco Pati e José Lannes, outro advogado-jornalista do jornal do PRP, a referida revista *Novíssima*. Nesse período de aproximação entre o diretor Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, colaborador do periódico, a publicação permitiu o trânsito desses escritores entre variadas correntes literárias e marcou uma fase intelectual em que Cassiano Ricardo aderiu ao modernismo, revisando sua postura poética e permitindo, assim, a consolidação de seu envolvimento com o grupo verde-amarelo.⁸³

Os poemas publicados na revista *Novíssima* representavam as duas correntes nacionalistas do modernismo, o verde-amarelo, da qual a revista pode ser considerada um de seus órgãos difusores e do Pau-Brasil.⁸⁴ É nítido que a revista foi um ponto de encontro do grupo verde-

⁸³ Embora Cassiano Ricardo defenda em suas memórias que não havia aderido ao modernismo pelo fato de estar estabelecido no Rio Grande do Sul e desconhecer esse movimento de renovação da cultura nacional, Campos atribui “a resistência inicial de Cassiano ao modernismo [...] a sua visível preferência na época, pelas formas poéticas parnasianas e pelo perfeccionismo métrico que cultivava (provavelmente associado por ele às exigências de um certo ideal de “culto à pura beleza”), resultado do aprendizado sobre os ideais poéticos que desenvolvera desde a sua infância e adolescência com dificuldades, a despeito do contexto de decadência financeira de seu pai. A trajetória do autor se constitui como um caso paradigmático da transição de uma estética parnasiana para uma poesia modernista e nacionalista no Brasil. Seus poemas da segunda metade da década de 1920 situam-se exatamente nessa transição, momento sugestivo para apreciação dos problemas gerados pela crise do estilo poético parnasiano e de um saber associado às prerrogativas de padrões estéticos, que acabaram por ficar associados ao “passado” e a serem “substituídos” por formas mais livres de expressão. Essas serão convencionalmente ligadas ao chamado “modernismo renovador” e, por extensão, às necessidades de desenvolvimento de uma poesia nacionalista do período. (CAMPOS, 2007, p. 104)

⁸⁴ Cassiano Ricardo e Oswald de Andrade foram os poetas mais publicados: o primeiro com sete e o segundo seis poesias. Para Guelfi, a prosa e a poesia da *Novis* estavam mais preocupadas com a identidade nacional do que com a criação artística, talvez uma das características mais marcantes da corrente modernista verde-amarela (GUELFI, 1987). Ao que parece, apesar das discussões acirradas, não havia ainda uma cisão clara entre os grupos modernistas e a ausência de Mário de Andrade dentre os colaboradores do

amarelo, onde já eram elaborados seus ideários e planos de ação, mesmo antes de Plínio Salgado publicar seu manifesto que rompia com os demais grupos modernistas.

O modernismo agregou participantes de diversas correntes políticas e estéticas, configurando um quadro plural de atuações e expectativas dentro do movimento. Paralelamente à discussão da questão da brasilidade, a partir de 1924 ocorreu a ruptura do grupo paulista e a polarização entre os congregados à revista *Terra Roxa e Outras Terras*, do qual participava Mário e Oswald de Andrade e os verde-amarelos. Essa questão demonstra a heterogeneidade do movimento modernista paulista que, após ter acertado o relógio da cultura nacional, como se manifesta Oswald de Andrade no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, teria outros desafios, entre estes, a pesquisa da brasilidade. Segundo Monica Pimenta Velloso, o ingresso do Brasil na modernidade deixou de ser pensado como algo imediato e foi necessário considerar as mediações que iriam assegurar essa passagem. Nesse período, diversos intelectuais refletiram sobre o sentido do passado brasileiro e esse foi um dos pontos de divergência entre os modernistas: a articulação entre tradição e modernidade. (VELLOSO, 2010)

Foi durante esse período que diversos autores se reuniram em torno dos verde-amarelos para aprofundar as discussões e pesquisas em torno da brasilidade, entre eles Raul Bopp que, antes de se ligar ao grupo Antropofagia, formou com Plínio Salgado uma dupla para estudar a língua tupi com o objetivo de descobrir a essência da nacionalidade, os vínculos tradicionais e as raízes da cultural nacional. Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato, ocupantes das cadeiras números 29 e 39 da APL, respectivamente, considerados pioneiros do regionalismo paulista, foram relidos e discutidos pelos intelectuais que formavam, naquele momento, a Escola da Anta, “com um programa de estudos brasileiros e às voltas com a obra de Alberto Torres, Barbosa Rodrigues, Couto de Magalhães, Roquette-Pinto, Alarico Silveira” (RICARDO, 1970, p. 39). A anta, segundo Cassiano Ricardo, seria a “consentânea com nosso abrir caminhos e retomada do Oeste, com pesquisas etnográficas, aprendizagem (pela rama) da língua tupi, redescoberta de Anchieta, Brasil no original”, concluindo que “nosso neo-indianismo sempre teve um caráter de reivindicação social.” (RICARDO, 1970, p. 39)

periódico não se deve ao fato do rompimento com Menotti Del Picchia, ocorrido devido às críticas feitas a *Losango cáqui*, que deu-se apenas em fevereiro de 1926, ano em que o autor de *Macunaíma* entrou para o Partido Democrático, que faria oposição aos perrepeistas.

Nesse período, nas publicações dos membros do grupo, a nacionalidade foi compreendida como um retorno mítico ao passado e era evocada uma visão estática da tradição que, por sua vez, embora em constante movimento no tempo, não sofria alterações na sua essência. Não se tratava, para tais intelectuais, de uma concepção linear do tempo, o que, para Karl Mannheim, representa uma das características centrais do pensamento conservador, uma vez que faz parte de uma percepção de história que privilegia o espacial sobre o temporal, ou seja, o permanente em detrimento da ruptura (MANNHEIM, 1986). Para os verde-amarelos, esse retorno ao passado ocorria através da busca, compreensão e manutenção de valores essenciais para que o Brasil se mantivesse no caminho da tradição e, dessa forma, cabia a eles estimular a criação de instituições que estivessem em conformidade com a nossa tradição autoritária. Além disso, entendiam que qualquer desvio de orientação do fluxo histórico representaria um desequilíbrio em relação ao destino glorioso da nação.

Trabalhando juntos em diversos empreendimentos editoriais, inclusive fundando a empresa gráfico-editorial Hélios, estabelecida à Rua Asdrúbal do Nascimento, 100, São Paulo, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, publicaram, por essa editora, obras que procuravam delinear os fundamentos do nacionalismo e do projeto político que militaria o grupo nos anos seguintes. Com o objetivo de disponibilizar as publicações em livrarias do Brasil inteiro, a editora publicou, a partir de 1926, *A Outra Perna do Sacy e Toda Nua*,⁸⁵ de Menotti Del Picchia; *Vamos Caçar Papagaios*, de Cassiano Ricardo; *Raça de Gigantes*, de Alfredo Ellis Júnior; *Introdução ao Pensamento Nacional – O Romantismo*, de Cândido Motta Filho; em 1927, *A Anta e o Curupira* e *Discurso às Estrelas*, de Plínio Salgado; *O Curupira e o Carão*, de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado; *Por Amor do Brasil*, de Menotti Del Picchia e em 1928, *República dos Estados Unidos do Brasil*, de Menotti Del Picchia e *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo. A série *Novíssima* da editora foi quase que exclusivamente um monopólio dos membros do grupo.

Em 1924 foi publicado um pequeno volume de autoria de Menotti Del Picchia intitulado de *O Crime D'Aquela Noite* e anunciado pelo *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1923 como “outra interessante novella, escripta expressamente para o ‘Jornal do

⁸⁵ Em *Toda Nua*, Menotti Del Picchia faz referência a Freud ao focalizar as características psicológicas das personagens. Todavia, segundo Campos (2007), o destino dos autores são determinados por fatores de ordem biológicas.

Brasil’ pelo apreciado escriptor MENOTTI DEL PICCHIA com o título O CRIME DAQUELLA NOITE...” (JB, 21.7.23, p. 1, c.2, grifos no original). O enredo narra um drama familiar, cuja filha, uma jovem senhorita de família abastada, foi vítima de estupro em um dos pontos inabitados de São Paulo da época, a Praça Buenos Aires. Em 1925, Del Picchia publicou pela Editorial Hélios, como primeiro número da série Novíssima, *Chuva de Pedras*, obra de poesias considerada por Sergio Milliet, no primeiro número da revista *Terra roxa... e outras terras*, como um “bom livro passadista” (TR, 20.1.26, n. 1, p. 6 *apud* PICOLI, 1997, p. 136). Dirigida por Couto de Barros e António de Alcântara Machado, cujo secretário e administrador era Sergio Milliet, a revista abrigava artigos, propaganda e críticas da produção literária da vertente verde-amarela, sobretudo das obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo.

Menotti Del Picchia, que já há bastante tempo buscava se firmar como escritor futurista⁸⁶ e modernista, não logrou êxito nesse livro, conforme explicita a crítica literária: para Massaud, a obra pode ser classificada como pouco moderna, uma vez que Menotti Del Picchia em 1924 deu a lume os poemas de *Chuva de Pedra*, desejosamente modernista e que tanto escândalo teria feito por ocasião do seu aparecimento, como recorda o autor em nota introdutória à edição de *Poesias*, datada de 1947.⁸⁷ Para o crítico, todavia, estranha o livro ser representativo de uma rebelde falta de compostura literária para os leitores de *Máscaras* e de *Angústia de D. João*, pois na obra se recria, conquanto em poemas livres, o mesmo sentimento das obras publicadas anteriormente. De maneira geral, embora uma ou outra composição assimilasse o prosaísmo corrente em 1922, outras várias não eram nada modernistas, como *Saudade*. (MASSAUD, 2001)

⁸⁶ A respeito da alcunha futurista, Menotti Del Picchia, em um primeiro momento, pareceu defender a ideia de um futurismo à brasileira, ampliando tal conceito a ponto de defini-lo como representativo da arte inovadora. Mesmo criticando a arte doentia dessa escola enigmática e doida (DEL PICCHIA, CP, 22.6.20, p.1, c.1-2) ao responder o que é o futurismo, assumiu que: “ahi está um nome pavoroso, que arrepia a pelle ao conservar pacifico, bolschevismo athetico, aggressivo e iconoclasta, lembrando um camarello sonóro a estilhaçar a espinha vertebral da ordem e do bom senso.” Todavia, prossegue dizendo que “o futurismo, esse apocalyptic grito de guerra contra a rotina, não é tão feio como se pinta.” (HELIOS, CP, 6.12.20, p. 3, c.3-4)

⁸⁷ No ano de 1924 Menotti Del Picchia foi nomeado chefe do Ministério Público e, posteriormente, presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara Federal, sendo incumbido de arregimentar tropas no interior do Estado.

Segundo o poeta de *Juca Mulato*, ao lado da obra de sua autoria, “‘República dos Estados Unidos do Brasil’, os ‘Borrões de Verde e Amarelo’ e o ‘Vamos Caçar Papagaios’ de Cassiano Ricardo têm raízes espontâneas numa inédita concepção lírica sem modelos anteriores. São Brasil paisagem.” (DEL PICCHIA, 1972, p. 238). O livro de poesias *Borrões de verde e Amarelo*, de Cassiano Ricardo, foi impresso e publicado em 14 de janeiro 1926 pela Editorial Hélios e dedicado a Flaminio Ferreira, diretor do CP, a Menotti Del Picchia e a Plínio Salgado.⁸⁸ Segundo Sérgio Milliet, em crítica publicada em *Terra Roxa*, havia na obra, definida como “pleno simbolismo brasileiro” ou um “campo de batalha” entre vários estilos, influências de Guilherme de Almeida e de Menotti Del Picchia, as primeiras compreendidas como positivas e as segundas neutras. Todavia, as influências de Júlio Dantas e Martins Fontes foram consideradas negativas à composição dos versos. (CAMPOS, 2007)

Em 1926, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, a convite de Julio Prestes, se candidataram a deputado estadual pela sigla do PRP.⁸⁹ A comunicação do projeto estético verde-amarelo com o discurso político nacionalista foi confirmado com a publicação da coletânea, *O Curupira e o Carão*, lançada em 1927 pela Editora Helios Limitada e que reuniu artigos do CP escritos por Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia entre 1922 e o ano da publicação.⁹⁰ O Curupira, apresentado ao mundo na Semana de Arte

⁸⁸ O exemplar que acessei na FCRB possui uma dedicatória de Cassiano Ricardo a Andrade Muricy, “em testemunho de alta admiração”. Ao final do livro, impresso em 14 de janeiro de 1926, lemos: “Este é o segundo volume da série ‘Novíssima’, destinada a fixar o atual momento literário modernista, seguindo-se-lhe, em breve ‘O Estrangeiro’, de Plinio Salgado, e outros.” (RICARDO, 1926, s.p.)

⁸⁹ Destes, apenas Cassiano Ricardo não se elegeu na ocasião. Menotti Del Picchia e Plínio Salgado formaram na câmara a dupla *verdamente*. Cassiano Ricardo, por sua vez, após abandonar a advocacia, ingressou no funcionalismo público, ocupando cargos diversos. Em 1928, o “Bacharel Cassiano Ricardo” foi nomeado pelo Presidente do Estado, “nos termos do artigo 1º da Lei nº 2.296, de 8 de novembro de 1928, (...) para exercer o cargo de auxiliar de censor theatral e cinematographico do Gabinete de Investigações, da Repartição Central de Polícia” (FCCR, cx.5, 11.12.28), tomando posse em 12 de dezembro de 1928.

⁹⁰ Segundo a apresentação do livro, não se tratava de “um corpo ordenado de doutrina, nem foram systematizados, quer pela ordem chronologica, quer pela evolução do pensamento, ou ainda sob o criterio de uma methodização de

Moderna de 1922, foi o representante do espírito renovador do movimento, espírito novo, “agil, matinal, ironico, omnimodo” e o Carão, espírito velho, “com mais de duzentos annos, cinzento, encorujado, de penas hispidas e sujas”, representante do passadismo e dos incapazes de renovação e mudança de ideias (DEL PICCHIA; RICARDO; SALGADO, 1927, p. 11).⁹¹

O nacionalismo da fase verde-amarela de Cassiano Ricardo teve seu ápice nos poemas de *Martim Cererê*. Nesse livro o autor narrou a história de como as três raças – o índio, o negro e o branco – colaboram para a constituição de um menino brasileiro. Dedicado a Cândido Motta Filho, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, Cassiano Ricardo se apropriou de materiais díspares para contar a história do *Martim Cererê*, e utilizou-se de elementos do folclore como estratégia narrativa para explicar o surgimento de uma nova raça na América e episódios históricos reelaborados para explicar a formação da nação. Dessa maneira, o autor estabeleceu laços firmes entre folclore e história e criou uma narrativa que relaciona acontecimentos históricos desconectados. Nessa obra, o menino de nome Martim Cererê surgiu como alegoria para o Brasil, possibilitando um efeito de unidade formal e temática do poema.

Em 24 de outubro de 1930, dia do golpe liderado por Getúlio Vargas, o *Correio Paulistano* foi publicado pela última vez, retornando somente em 1º de julho de 1934 em forte oposição à candidatura do “dictador”, em nome dos “martyres queridos e gloriosos de 32” (CP, 1.7.34, p. 2, c. 5).⁹² Na última edição de 1930, quase que totalmente

assumptos ou argumentos” (DEL PICCHIA; RICARDO; SALGADO, 1927, p. 8) e objetivava contribuir para a formação “da consciencia nacional, tomada a Arte na sua alta função social”. (*Ibidem*, p. 9)

⁹¹ Em 28 de dezembro de 1937, em seu discurso na ABL, Cassiano Ricardo retomou Barbosa Oliveira que em *Poranduba Amazonense* contou a história do carão, o pássaro que vivia choramingando por não mudar de penas e que representava os que não mudam de idéias e são incapazes de renovação. Também faz menção ao Currupira, símbolo da mitologia indígena e que representa a vida que se inaugura e se renova todos os dias. Essas duas palavras representariam o passadismo e o futurismo a partir de uma matriz brasileira. (RICARDO, 1938)

⁹² Segundo a catalogação da Biblioteca Nacional, há um lapso de cinco números do periódico – entre a edição n. 24002 e 24007 os exemplares não estão disponíveis por motivo desconhecido. Minha hipótese é de que, apesar de impressos, esses exemplares foram impedidos de circular graças à intervenção dos revolucionários.

dedicada a criticar o golpe em curso, a publicação estampou em sua capa “o comunismo do sr. Getulio Vargas”, que “quer repartir com os soldados do Rio Grande os bens e a riqueza dos paulistas.” Segundo a reportagem enviada de Buenos Aires, Vargas seria uma ameaça aos proprietários, destruidor dos latifúndios e caracterizaria, em suas palavras, os princípios comunistas, uma vez que teria dito em discurso que repartiria com seus soldados os bens e a riqueza dos paulistas. (CP, 24.10.30, p. 1, c. 1) O jornal *Correio Paulistano*, porta-voz do PRP, fez intensa campanha para Júlio Prestes, candidato do partido que foi eleito presidente do Brasil em 1º de março de 1930 com mais de 90% dos votos válidos no estado de São Paulo. Como se sabe, no entanto, não tardou para Vargas articular um golpe e assumir a presidência.

1.2.2 “Revolução” de 1930, Resistência Constitucionalista e Produção Literária

Com o golpe de Estado de 1930, Menotti Del Picchia perdeu mais do que muitos dos seus conterrâneos que também viram sucumbir a hegemonia política paulista. Com tal acontecimento, o autor de *Juca Mulato* perdeu seu mandato de deputado estadual e viu o fechamento do jornal onde trabalhava, o *Correio Paulistano*, pelos revolucionários. A derrocada de Júlio Prestes fez com que o poeta procurasse emprego em outros órgãos da imprensa e se dedicasse à publicação de diversos trabalhos literários a partir de 1930, período em que buscou sistematizar suas discussões sobre política nacional e os problemas das diversas regiões do Brasil.⁹³

⁹³ Nesse período, Menotti Del Picchia também publicou obras para o público infanto-juvenil, como *Viagens de João Peralta e Pé de Moleque* e *No País das Formigas - Novas Aventuras de João Peralta e Pé de Moleque*, ambos pela *Edições Melhoramentos*, sem data, mas segundo Campos possivelmente, 1933 e 1936, respectivamente. Romances de aventuras relacionados à ficção científica também foram produzidos pelo poeta, como, por exemplo *A República 3.000*, publicado em 1930 e que a partir da segunda edição foi denominado de *A Filha do Inca*. No início da década de 1930, Menotti Del Picchia também publicou o romance *A Tormenta*, pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, onde criou uma república fictícia, a República Tropical, que poderia ser o Brasil ou qualquer outra democracia organizada “em curtos séculos sobre o tropico pela convergência de um cosmopolitismo no qual haja nítido predomínio da cultural ocidental.” Também esclarece que “as personagens que criam o drama são irreais. São sínteses de tendências típicas do dramático instante da Tormenta desencadeada pelos realcimentos sociais na fase pré-crítica da formação de uma

As experiências adquiridas por Menotti Del Picchia a partir do acúmulo das funções de cronista político do jornal *Correio Paulistano* e deputado estadual possibilitaram ao poeta a publicação do seu primeiro ensaio longo, com o objetivo de divulgar suas próprias ideias políticas: o livro *A Crise da Democracia*, publicado em 1931, mas escrito entre outubro de 1929 e fevereiro de 1930, foi apresentado como um mapa geral e panorâmico sobre o assunto. Nessa obra, permeada por expressões e argumentos oriundos da psicologia e da psicanálise, o autor objetivou contraditar as premissas que sustentavam o ideário democrático como orientação política adequada a quaisquer circunstâncias, independente das realidades específicas. Dessa forma, Menotti Del Picchia elaborou um balanço panorâmico sobre as teorias democráticas em vigor no mundo para analisar suas condicionantes e seus resultados. Nesse período, além de se dedicar à produção em prosa, Menotti Del Picchia também dirigiu, em fins de 1931, o jornal *A Razão*, de cunho nacionalista e fundado por Alfredo Egídio de Souza Aranha - a publicação foi empastelada, pouco tempo depois, nos tumultos constitucionistas de 1932. Plínio Salgado também foi redator do periódico após retornar da Europa em 1930, onde esteve em contato Benito Mussolini (CAMPOS, 2007).⁹⁴

nova etapa social.” (DEL PICCHIA, 1932, p.5-6). A obra tem como foco a revolução de 1924 em S. Paulo e tem por núcleo o encontro de uma “bandeira” com uma tribo desconhecida de silvículos. Para Leônidas Hegenberg, a obra deixa observações interessantes, enumerando-as: 1) A ironia é uma forma rebelde de sofrimento – modo de sofrer sem se conformar; 2) A humanidade acabará com as guerras ou é estado permanente de guerra? Eis um problema que Darwin disfarçou com a clássica seleção natural – legalização biológica do mais forte comer o mais fraco; 3) Vida: superposição de casos; 4) A volúpia não está nas coisas; está na intensidade que um nosso estado de alma lhe empresta; 5) A bíblia foi escrita em página de elástico: adapta-se a todas as teorias; 6) A mãe é o apelo supremo de toda criatura. (HEGENBERG, 2011, p. 44)

⁹⁴ Sobre sua viagem, data de 20 de junho de 1930 a carta que escreveu a Menotti Del Picchia, onde diz ter conversado longamente com líder italiano que o pegou pelo braço em um gesto de entusiasmo e desejou calorosamente o triunfo do movimento de ideias que ainda compartilhava com o poeta de Juca Mulato. A partir da correspondência disponível na instituição Casa de Menotti Del Picchia podemos averiguar ainda que o discurso de Plínio Salgado mobilizou elementos que confeririam um futuro promissor ao Brasil, cujo caminho a ser seguido era acabar com velha mentalidade ao implantar a juventude e a força na terra jovem brasileira.

Menotti Del Picchia publicou, em 1932, *O Despertar de São Paulo – episódios históricos*. Nessa obra, cujo subtítulo *Episódios do Sec. XVI e do Sec. XX na terra bandeirante* nos é esclarecedor, o autor apresenta ao leitor um paralelo entre dois momentos históricos que define como importantes para os paulistas: 10 de julho de 1562 e 10 de julho de 1932.⁹⁵ As prosas produzidas na década de 1930 por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia foram o caminho escolhido para a fuga das subjetividades e os ensaios sociológicos, principalmente, ganharam terreno durante o período por serem vistos como verdadeiros *lôcus* de interpretação realista da sociedade em um momento em que se discutia o saber mais adequado para a análise do Brasil. Entre os dois autores e suas produções em prosa política, todavia, parece ter havido uma distinção temporal – embora ambos tenham produzido na década de 1930, Menotti Del Picchia produziu suas reflexões entre os anos de 1931 e 1935, período entre a chamada Revolução de 1930 e o Estado Novo, já Cassiano Ricardo se iniciou nessa modalidade analítica a partir de 1936.

Nas obras *A crise da democracia* (1931), *A revolução paulista - Atravez de um testemunho do Gabinete do Governador* (1932), *O Despertar de São Paulo – Episódios historicos* e *Soluções Nacionaes* (1935), Menotti Del Picchia introduziu algumas discussões em prosa que mais tarde foram retomadas por Cassiano Ricardo, principalmente na segunda metade dessa década, período em que o poeta e romancista joseense também sistematizou seus argumentos políticos através dos livros *O Brasil no Original* (1936) e *Marcha para Oeste* (1940). Além dessas publicações, ambos contribuíram rotineiramente com artigos politicamente engajados para a imprensa periódica, principalmente quando à frente do grupo Bandeira, a partir de 1936.

⁹⁵ Os temas sacros também foram retomados pelo poeta que produziu e publicou, em 1933, a obra *Jesus - Tragédia Sacra*, inspirada no Evangelho de São Mateus. Embora tivesse uma prolífera produção de prosas políticas durante esse período e de diversos romances ao longo da sua trajetória literária, esses trabalhos não foram muito valorizadas pela crítica, conforme nos explica Massaud: “a notoriedade de Menotti Del Picchia não viria, entretanto, dessas obras, mas dos poemas longos: Moisés, Juca Mulato, As Máscaras, A Angústia de D. João, O Amor de Dulcinéia, Jesus.” Distantes 16 anos, *Moisés* e *Jesus* tratam de temas sacros, seguindo estritamente o texto bíblico: “de estrutura teatral, em versos rimados no caso de Moisés, definem-se como poemas dramáticos, tanto quanto os outros, destinados mais à leitura que à encenação.” (MASSAUD, 2001, p. 75)

Cassiano Ricardo, após a Revolução de 1930, tendo em vista os contatos estabelecidos com alguns revolucionários sulistas e por ser funcionário efetivo do governo de São Paulo, foi incorporado ao novo governo paulista constituído sem que isso acarretasse um sentimento de deslealdade em relação a Júlio Prestes, uma vez que exercia um “cargo efetivo, sem obrigação de me exonerar e deixar de servir a São Paulo por motivo de mudança de governo” (RICARDO, 1972, p. 45). O poeta perdeu, devido à instabilidade política, seu cargo de censor cinematográfico e teatral, sendo nomeado para tal função Di Cavalcanti, o ilustrador da primeira edição de *Martim Cererê*. A perda do cargo de censor, entretanto, não impossibilitou Cassiano Ricardo de continuar atuando no serviço público estadual.

Em seu livro de memórias, Cassiano Ricardo procurou refletir sobre o movimento de 1930 a partir do distanciamento temporal que permitiu ao poeta relativizar suas críticas ao líder que passaria a servir a partir de 1937. O poeta, em suas reminiscências, não negou sua resistência ao golpe liderado por Vargas, porém exaltou a postura crítica de Getúlio Vargas frente ao liberalismo, embora considerasse que os seus artigos e os de Plínio Salgado no *Correio Paulistano* eram mais revolucionários do que o movimento de 1930. Cassiano Ricardo presenciou a queda de Júlio Prestes e, devido aos rearranjos políticos e a criação de cargos burocráticos no estado de São Paulo, foi nomeado pelo interventor federal para o importante cargo de Diretor do Expediente da Secretaria do Palácio do Governo, em 23 de setembro de 1931 (FCCR, cx.5, 23.9.31).

A rotatividade do cargo de Interventor Federal no Estado de São Paulo nos primeiros anos da década de 1930 é ilustrativa da conturbação política da unidade da federação mais resistente em aceitar o golpe varguista. Após a deposição de Heitor Penteado, passaram pela chefia do estado, durante os quinze anos de presidência de Vargas, nada menos que dezesseis chefes do executivo estadual, entre interventores, delegados militares e governadores.⁹⁶ A nomeação de Pedro de Toledo

⁹⁶ A lista de nomes é composta pelo general Hastínfilo de Moura, de 24/10/1930 a 29/10/1930; José Maria Whitaker, de 30/10/1930 a 6/11/1930; Plínio Barreto, de 6/11/1930 a 25/11/1930; coronel João Alberto, de 25/11/1930 a 25/7/1931; Laudo Camargo, de 25/7/1931 a 13/11/1931; general Manuel Rabelo, de 13/11/1931 a 7/3/1932; Pedro de Toledo (interventor, de 7/3/1932 a 10/7/1932, e governador aclamado, de 10/7/1932 a 2/10/1932); coronel Herculano de Carvalho, de 2/10/1932 a 6/10/1932; general Valdomiro Lima, de 6/10/1932 a 27/7/1933; general Daltro Filho, de 27/7/1933 a

para o cargo de interventor no Estado de São Paulo, em março de 1932 (FCCR, cx. 5, 1.3.32), foi satisfatória para Cassiano Ricardo que em suas memórias assim se recordou do período: “ninguém melhor por seu passado ilustre e serviços ao país. Amigo que ele havia sido de meu pai, ao tempo de Hermes, recordei-lhe o fato, quando ele me designou pra Secretário da Interventoria” (RICARDO, 1972, p. 50).⁹⁷ Cassiano Ricardo acompanhou o desenrolar da Revolução Constitucionalista, período que seus poemas de *Martim Cererê* foram irradiados à população paulista (MONTEIRO, 2003), viu Pedro de Toledo ser aclamado governador e, posteriormente, sua queda.⁹⁸ Menotti Del Picchia, por sua vez, foi apresentado por Cassiano Ricardo a Pedro de Toledo (DEL PICCHIA, 1932, p. 29) e participou da Revolução Constitucionalista ocupando o cargo de auxiliar de gabinete do governador de São Paulo.⁹⁹ O evento foi documentado no livro *A Revolução Paulista através de um testemunho do gabinete do governador* que incluiu documentos de

21/8/1933; Armando de Sales Oliveira, interventor, de 21/8/1933 a 11/4/1935, e governador, de 11/4/1935 a 29/12/1936; Henrique Bayma, de 29/12/1936 a 5/1/1937; Cardoso de Melo Neto, de 5/1/1937 a 25/4/1938; general Francisco José da Silva Júnior, de 25/4/1938 a 27/4/1938; Ademar de Barros, de 27/4/1938 a 4/6/1941 e Fernando Costa, de 4/6/1941 a 27/10/1945.

⁹⁷ Cassiano Ricardo foi nomeado para o cargo em 1º de junho de 1932, passando de diretor de expediente para secretário da Interventoria. O documento que nomeou Pedro de Toledo como “Interventor Federal no Estado de São Paulo”, datado de 1º de março de 1932, também está disponível na documentação pessoal de Cassiano Ricardo, caixa 5, na FCCR.

⁹⁸ Em 24 de outubro de 1950 Cassiano Ricardo foi reconhecido oficialmente como participante do movimento de 1932. Foi sancionada uma lei que concedeu aos indivíduos que participaram da Revolução Constitucionalista como civis ou integrando a Força Expedicionária Brasileira, de São Paulo, preferências para ingresso no serviço público. Aos funcionários efetivos, a lei promoveu a elevação dos vencimentos e aos que preferiam se dedicar à agricultura, o estado doou lotes de terras do seu patrimônio, de área não superior a 50 hectares. Esse documento foi remetido em nome do “Govêrno do Estado de São Paulo” e da “Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado” e conferiu a Cassiano Ricardo, “nos têrmos do artigo 12 letra “d” da Lei nº 211 de 7 de Dezembro de 1948, que regulamentou o artigo 30 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado”, um certificado que declarava sua participação na “Revolução Constitucionalista de 1932, à prova constante do Processo nº 10-370.” (FCCR, cx. 3, 24.10.50)

⁹⁹ Segundo Cassiano, além de Menotti Del Picchia, trabalhou no gabinete de Pedro de Toledo, como colaborador, também por ele convidado, Cândido Motta Filho. (RICARDO, 1970)

época – telegramas, artigos de jornais e resenhas sobre os campos de batalha.

Foi no conturbado ano de 1932 que Cassiano Ricardo, atuando como secretário de Pedro de Toledo, foi preso por dois meses por apoiar a Revolução Constitucionalista juntamente com Silvio de Campos, Austregésilo de Athayde, José de Castro Carvalho, Prudente de Moraes Neto, Luís de Campos Vergueiro, Hilário Freyre, A. C. Pacheco e Silva, Cesário Coimbra, Oscar Machado de Almeida, Luis Américo de Freitas, Arnaldo Pacheco e Silva e Cap. Antônio Pietcher, episódio narrado em suas memórias. O poeta se engajou na luta ao lado dos seus conterrâneos paulistas, batalha pela “qual fui imediatamente solidário e cujas fases vivi com o máximo de intensidade, sofrimento e trabalho” (RICARDO, 1970, p. 71).

Passado o ápice do conflito de 1932, Cassiano Ricardo reassumiu o cargo efetivo de Diretor do Expediente com os novos interventores. No mesmo íterim, Menotti Del Picchia procurou atuar na imprensa alternativa, na capital paulista - desde o início da década de 1930, o poeta ficou à mercê dos altos e baixos que atingiam a imprensa em virtude dos conflitos políticos, tornando-se, partir de fevereiro de 1933, diretor da revista *A Cigarra*, pertencente aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, função que desempenhou até julho de 1939. Em julho de 1933, devido à homenagem que *A Cigarra* publicou em comemoração ao aniversário de um ano da Revolução Constitucionalista, Menotti Del Picchia e Assis Chateaubriand foram presos (CAMPOS, 2007).¹⁰⁰

¹⁰⁰ Estabelecida na Rua Libero Badaró, a mesma do quarto de hotel aonde a obra *As Máscaras* foi redigida, n. 42, 3º andar, *A Cigarra* foi uma revista ilustrada fundada por Gelásio Pimenta em 1914, sendo uma das mais tradicionais publicações paulistas. Menotti Del Picchia, antes de dirigir a publicação, foi um colaborador assíduo do periódico, publicando diversas crônicas e poemas. Cassiano Ricardo, por sua vez, também enviava suas produções para a revista. Em março de 1933, a revista publicou os nomes dos colaboradores. Constava os nomes de: “Affonso Schmit, Alfredo Ellis Filho, Antonio A. Machado, Abner Mourão, Armando Bertoni, Brenno Pinheiro, Brito Broca, Cláudio de Sousa, Cassiano Ricardo, Cornélio Pires, Correia Junior, Cleomenes Campos, Colombina, D. José Paulo de Barros, Fontoura Costa, Francisco Karam, Gustavo Barroso, Guilherme de Almeida, Galeão Coutinho, Godofredo Rangel, Gustavo Teixeira, Gabriel Marques, Helena Rudge, Hélios, Julio César da Silva, Judas Isgorogota, João Caldeira Filho, Luiz Amaral, Monteiro Lobato, Martins Fontes, Mario de Andrade, Motta Filho, Mello Nóbrega, Mario Gracciotti, Oswaldo Orico, Orígenes Lessa, Oliveira Ribeiro

Durante alguns meses de 1933, no período em que a publicação do periódico era semanal, Menotti Del Picchia dividiu a direção da revista com o poeta Guilherme de Almeida, também colaborador e, a partir de agosto de 1939, momento em que Menotti Del Picchia deixou o cargo, o redator-chefe da revista passou a ser Frederico Chateaubriand. Em junho de 1936, Del Picchia lançou e dirigiu, juntamente com Cesar Rivelli, a *Nossa Revista*, publicação que foi confiada à direção artística de Belmonte e gerenciada por Arthur C. Monteiro.¹⁰¹ Durante a década de 1930, Menotti Del Picchia também se tornou um colaborador do *Diário de S. Paulo*, onde publicou uma crítica ao livro *Salazar*, de Antonio Ferro,¹⁰² em que apoia a instauração de um governo forte e autoritário no Brasil, porém diferente governo de Getulio Vargas:

Qual ditadura? Do caudilho bestial ou do político ardiloso? Francia ou Getúlio Vargas? Não. O problema torna-se nítido: fascismo ou comunismo. A autoridade que ressurgue das nações não é mais individualista: é uma força de direção social, de coesão social, que dimana das suas próprias moléculas. É uma única direção. Em lugar de se permitir a evasão ou o aniquilamento da energia estatista pelo caos anárquico e libertário, dirige-se essa energia para um só rumo. É por isso que o comunismo não fala em ditadura de A ou de B, mas de uma classe: o proletariado.

Netto, Philemon Assumpção, Paulo Setúbal, Plínio Salgado, Rubens do Amaral, Raul Bopp, Sud Menucci, Viriato Correa, Veiga Lima, Veiga Miranda e outros”.

¹⁰¹ Segundo o jornal *O Momento*, de Caxias do Sul, a revista, de publicação quinzenal, “apresenta-se sob um aspecto atraentíssimo. Oito paginas em rotogravura com mais 16 em papel comum, ótimas ilustrações, caricaturas de atualidade, artigos, contos, reportagens variadas e interessantes sobre acontecimentos nacionais e internacionais.” (*O Momento*, 1.6.36, p. 1, c. 1)

¹⁰² Segundo o pesquisador Goffredo Adinolfi, a imagem de Antônio Ferro, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional entre 1933 e 1949, está indissociavelmente ligado à propaganda política salazarista, como não poderia ser diferente. (ADINOLFI, 2007) Em 1º de outubro de 1941, Menotti Del Picchia publicou no jornal *A Manhã* um pequeno texto em que valorizou as atividades políticas e literárias do autor de *Leviana* (DEL PICCHIA, AM, 1.10.41, p. 4, c 5)

É por isso que o fascismo fala na ditadura de outra classe: a elite.

“Salazar”, o livro admirável desse admirável Antonio Ferro – livro que deve ser lido por todos, pois é um evangelho de civismo – aponta a segunda. Portugal hoje está sob uma ditadura da elite: moral e intelectual. Portugal é hoje uma das nações econômica e politicamente mais bem organizadas. (DEL PICCHIA, 2.11.34, p. 6 *apud* CAMPOS, 2007, p. 215-6).

Embora a Constituição Brasileira de 1934 tivesse sido promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte apenas há alguns meses antes dessa digressão política de Menotti Del Picchia, especificamente em 16 de julho daquele ano, de modo a organizar um regime democrático e que assegurasse à nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, segundo o próprio preâmbulo da Carta Constitucional, o que percebemos a partir da leitura do fragmento é uma descrença nas instituições democráticas já delineadas no livro *A Crise da Democracia*, de 1931. Menotti Del Picchia apresentou o futuro político do Brasil a partir de duas perspectivas autoritárias: o comunismo e o fascismo, o primeiro governado pelo proletariado e o segundo pela elite. A partir de então, Menotti Del Picchia adentrou em aspectos da biografia de Salazar escrita por Antonio Ferro, apontando que Portugal optou corretamente pela via fascista, ditada por uma elite intelectual e moral. Graças a essa intervenção, segundo Menotti Del Picchia, o país ibérico era uma das nações econômica e politicamente mais bem organizadas do mundo. Completa o autor:

O “fascismo” pode ser essência de um regime, mas não é um processo uniforme. Si, para caracterizá-lo nas suas aplicações práticas, lhermos os nomes dos seus expoentes nacionais, podemos dizer que o mussolinismo, o hitlerismo e o salazarismo são três tipos de governo originário do mesmo espírito, mas diferentíssimos nas suas aplicações realísticas.

A ambiência econômica, a essência espiritual de cada povo determinam bizarros polimorfismos da reação fascista o que faz crer que o fascismo brasileiro, cujo advento é eminente, não terá os mesmos característicos que os citados. Não temos

aqui o problema judaico, como não parecem tê-lo Portugal e Itália. Não será um combate mortal ao capitalismo, pois o Brasil, país novo, necessita da tonificante fecundação de novos e copiosos capitais estrangeiros.

Não creio que seja pensamento de Plínio Salgado, o iluminado animador do integralismo dar combate aos moinhos de vento do judaísmo brasileiro, terra onde só a imaginação criaria um ausente conflito de preconceitos de cor, de credos e de raças. (*Idem*)

Defensor da originalidade nacional, Menotti Del Picchia não acreditava, em novembro de 1934, que o fascismo fosse uma ideologia forasteira, uma vez que ele era adaptável aos contextos específicos de cada nação que o abrigaria como regime político – no Brasil, segundo o autor, não teríamos o problema judaico, assim como não se atacaria ferozmente o capitalismo. O poeta apresentou o advento do fascismo no Brasil como a melhor alternativa para a nação e acreditava, naquele momento, na figura de Plínio Salgado como o animador brasileiro dessa revolução. Dentre as possibilidades abertas por Menotti Del Picchia, fascismo ou comunismo, optou pela primeira a partir da possibilidade de adaptação aos contextos nacionais.

Posteriormente, enquanto ligado ao grupo Bandeira a partir de 1936, Menotti Del Picchia buscou forjar uma imagem que não o atrelasse às tendências nazifascistas, embora o fragmento acima nos esclareça o entusiasmo do literato com um regime fascista à brasileira. Na obra *Soluções Nacionais*, de 1935, também são constantes os elogios às tendências autoritárias europeias, assim como o descrédito atribuído à democracia brasileira.

1.2.3 Grupo Bandeira: regionalismo paulista, projeto coletivo e propaganda política

Enquanto buscava desenvolver uma discussão e reflexão mais sistemática sobre o conjunto da nação, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia continuavam atuando na imprensa nos anos que antecederam as suas adesões ao Estado Novo. No período em que Armando de Sales

Oliveira¹⁰³ assumiu a administração estadual, primeiramente como interventor federal e, a partir de 1935, como governador, Cassiano Ricardo se tornou seu amigo e presença fundamental como chefe de gabinete. Menotti Del Picchia, por sua vez, foi chamado diversas vezes para auxiliar Cassiano Ricardo nas atividades jornalísticas em favor a Armando de Sales Oliveira como, por exemplo, no empreendimento editorial da revista *S. Paulo*, importante ferramenta de divulgação e propaganda política favorável ao líder político paulista.

A revista foi idealizada por um grupo que era próximo ao governador de São Paulo e foi dirigida por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Leven Vampré. Além desses, faziam parte do projeto editorial os fotógrafos Theodor Preising e Benedito Junqueira Duarte, o Vamp, além de J. T. W. Sadler, responsável pelos textos em inglês, conforme os créditos editoriais. Quanto à periodicidade, a publicação foi impressa mensalmente até seu oitavo número, passando a ser bimensal

¹⁰³ Armando de Salles Oliveira nasceu em São Paulo, em 1887. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica, iniciou bem-sucedida carreira como engenheiro e empresário. Casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de São Paulo*. Na arena política, participou ativamente das articulações que levaram à criação, em princípios de 1932, da Frente Única Paulista (FUP) e, em julho daquele ano, à deflagração do Revolução Constitucionalista. Com a derrota do movimento, assumiu por um ano a direção d'*O Estado de São Paulo*. No início de 1933, foi um dos articuladores da Chapa Única por São Paulo Unido e em agosto de 1933, por suas boas relações com as forças políticas do estado, foi nomeado por Vargas para o cargo de interventor do estado. Criou o Partido Constitucionalista, que absorveu o PD e uma dissidência do tradicional PRP e buscou aproximar-se do governo federal, o que levou Vargas a incluir em seu ministério dois nomes indicados pelo Partido Constitucionalista: Vicente Rao e José Carlos de Macedo Soares. Em outubro de 1934, comandou a vitória de seu partido nas eleições para a Constituinte estadual, cujos membros o elegeram governador constitucional em abril do ano seguinte. No final de 1936, comunicou a Vargas sua intenção de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, lançando sua candidatura em fevereiro de 1937. Vargas, contudo, apoiado pelos generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, em novembro de 1937 fechou o Congresso Nacional e cancelou as eleições, instituindo a ditadura do Estado Novo. Armando Salles de Oliveira passou, então, cerca de um ano em prisão domiciliar. Em novembro de 1938 exilou-se na França e posteriormente nos Estados Unidos, divulgando seguidos manifestos contra a ditadura. Em 1943 fixou-se na Argentina, retornando ao país em abril de 1945, após ser anistiado, já gravemente doente. Participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), falecendo em São Paulo, em 17 de maio de 1945.

nos dois últimos. Os redatores, Osmar Pimentel e Francisco de Castro Neves, estudantes de direito na época, faziam parte do corpo de redatores do periódico que circulou entre janeiro e dezembro de 1936.¹⁰⁴

Ao analisarmos o projeto gráfico da revista, concluímos que ela estava ligada a uma perspectiva modernista do que se convencionou chamar de vanguardas artísticas do início do século XX.¹⁰⁵ A publicação, composta por vinte e quatro páginas em formato grande, de 30 cm x 44 cm, era impressa nas oficinas da Graphicars, de Romiti e Lanzara, em rotogravura, o que permitia uma qualidade de reprodução de imagens fotográficas superior à média da imprensa. Segundo Menotti Del Picchia essa foi a primeira revista paulistana em rotogravura, apesar de existirem os suplementos quinzenais dos jornais *OESP* e *Diário de S. Paulo*. Segundo Cassiano Ricardo, a revista vendeu 40.000 exemplares em menos de uma semana e a sua publicação foi destaque na imprensa, como por exemplo, no jornal *Correio de S. Paulo*, em 13 de janeiro de 1936, que qualificou positivamente a revista destinada a fomentar a grandeza do Estado e a focalizar seus surtos progressistas.



¹⁰⁴ Segundo o jornal *Correio Paulistano*, em edição de 1º de janeiro de 1936, a revista começou a circular no dia 31 de dezembro de 1935. O artigo também destaca que todas as páginas da interessante revista são tomadas por fotografias de Theodor Preising e Vamp. (*CP*, 1.1.36, p. 5, c.4)

¹⁰⁵ A revista possuía uma feição estética muito bem elaborada. Ricardo Mendes, ao discutir a respeito do projeto gráfico do periódico, nos revela que sua autoria é uma incógnita. Os livros de memórias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia mencionam a presença de Livio Abramo como ilustrador da revista, apesar do seu nome não figurar na seção de expediente (MENDES, 1994).



Imagem 7 – Capas de todas as edições da revista S. Paulo. Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

De modo a sistematizar a propaganda em prol de Armando Salles, foi fundado o Grupo Bandeira, encabeçado por Cassiano Ricardo e que contava com intelectuais paulistas de várias vertentes. A ata de fundação do grupo foi assinada por, além de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, Affonso de E. Taunay, Alcântara Machado, Almeida Prado, Fonseca Telles, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Paulo Prado, Paulo Setúbal, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Reynaldo Porchat, Waldomiro Silveira e Vicente Rao.¹⁰⁶ Foi a partir da criação desse grupo que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia sistematizaram as críticas ao nazifascismo europeu, assim como o seu correspondente no Brasil, representado pela Ação Integralista Brasileira.

O Grupo Bandeira buscou combater os adversários políticos de Armando de Salles Oliveira, assim como a implementação de modelos políticos estranhos à realidade nacional. Se anteriormente a fundação do grupo a filiação de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo aos ideais nazifascistas era dúbia, com a institucionalização dessa organização de defesa do pensamento nacional as críticas aos regimes totalitários eram explícitas. Embora Menotti Del Picchia tivesse assumido em publicações periódicas e livrescas seu entusiasmo pelos governos nazifascistas, desse momento em diante, principalmente durante o Estado Novo, o autor negou qualquer simpatia com modelos políticos estrangeiros, criando uma linearidade na sua narrativa em defesa de regimes autenticamente nacionais. Tanto Menotti Del Picchia quanto Cassiano Ricardo fizeram questão de enfatizar, em seus livros de

¹⁰⁶ Em 31 de outubro de 1936, o jornal *A Batalha* divulgou os nomes de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Rubens do Amaral como “os chefes do patriótico movimento” (AB, 31.10.36, p. 2, c. 4). A comissão executiva inicial foi formada por Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Paulo Setúbal e Valdomiro Silveira - Cândido Mota Filho, por sua vez, também participou de forma ativa, apesar de oficialmente não estar inserido na comissão e não ter assinado a ata de fundação do grupo. Mário de Andrade rompeu com o movimento pouco tempo depois de assinar o manifesto, que foi publicado na imprensa em julho de 1936. Em relação à saída de Mário de Andrade do grupo, em seu livro de memórias, Cassiano Ricardo compilou o documento original de fundação do grupo com as assinaturas dos intelectuais envolvidos. Consta na ata a assinatura de Mário de Andrade, duas vezes, assinando por ele e por Paulo Prado. Cassiano Ricardo nos possibilita compreender que a saída do autor de *Macunaíma* ocorreu por acreditar que o movimento era “fascistizante”. Ao que parece, Monteiro Lobato também não se engajou no projeto da Bandeira, apesar de constar seu nome e sua assinatura no documento apresentado por Cassiano Ricardo. (RICARDO, 1970, p. 106)

memórias, que o grupo Bandeira foi um desdobramento do grupo verde-amarelo e que, diferentemente da AIB, de Plínio Salgado, optou por não se aproximar do integralismo.¹⁰⁷



Imagem 8 – Capa do primeiro número do jornal *Anhangüera*, publicado em 26 de junho de 1937. (*Anhangüera*, 26.6.37, p.1)

¹⁰⁷ Segundo Cassiano Ricardo, ele teria alertado Plínio Salgado, em conversas na casa do autor de *Martim Cererê* no Alto da Lapa, sobre a necessidade de criar para o Brasil um novo regime sem que isso acarretasse uma cópia dos fascismos europeus. Cassiano Ricardo, segundo suas memórias, falava isso como um amigo de longa data e que havia lutado contra os “ismos” literários com Plínio Salgado. Na ocasião, o líder da AIB prometeu pensar, mas não mudou sua orientação inicial. (RICARDO, 1970)

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se engajaram ativamente no grupo, publicando em diversos órgãos de imprensa e proferindo diversas palestras pelo interior do estado, de modo a divulgar suas considerações sobre o novo projeto, conforme divulgou a imprensa.¹⁰⁸ Os dois literatos dirigiram, na companhia de Cândido Motta Filho, o jornal que se intitulava órgão oficial do grupo - a primeira edição do periódico datou de 26 de junho de 1937 e foi estampado, em forma de epígrafe, “Por um Brasil nosso e original; por uma democracia social e nacionalista.” (*Anhangüera*, 26.6.37, p.1).¹⁰⁹

Muito rico no seu aspecto gráfico, Belmonte era o caricaturista e ilustrador da folha, publicando principalmente sátiras sobre a política contemporânea, seja nacional ou internacional, além de imagens caricaturais de políticos concorrentes ao pleito presidencial. Na publicação de 30 de junho de 1937, na sétima página do jornal, Belmonte satirizou os integralistas e comunistas brasileiros que se dirigiam aos brasileiros, esses representados pelo Jéca. O caipira era representante do Brasil autêntico e, nessa e em outras caricaturas de Belmonte, trajava chapéu de palha, andava descalço e fumava cachimbo – em respostas ao gestual integralista e comunista, Jéca respondeu: “Oie, moços, si ocêis continuá a fazê p’ra mim esses gesto do estranja, eu acabo fazendo prócei um gesto bem brasileiro...” (*Anhangüera*, 30.6.37, p. 7, c. 3-5) A difusão de um modelo nacionalista com inclinações regionalistas estava presente nas páginas do *O Corrupira – Suplemento Semanal do “Anhanguera”*, da seção feminina quinzenal, *Yara*¹¹⁰ e da “Página Infantil”, o *Bichano*¹¹¹ e a publicação contou

¹⁰⁸ Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia guardaram, entre seus arquivos pessoais hoje disponíveis aos pesquisadores, diversos recortes de jornais que divulgavam o grupo Bandeira e suas ações no interior do estado de São Paulo e no resto do Brasil.

¹⁰⁹ O periódico era gerenciado por Didio Valiengo e o redator principal era Osmar Pimentel, conforme consta nos créditos. Também consta como epígrafe, em outros números da publicação, a frase que identifica o posicionamento político do grupo Bandeira: “Por uma democracia social nacionalista. Contra as ideologias forasteiras que deformem o Brasil”.

¹¹⁰ Já em relação à página feminina, a primeira edição ficou sob responsabilidade de Maria Antonietta Silva Medeiros, apresentada como Diretora do Instituto “Sanitas” e membro do Departamento Feminino da “Bandeira”. Essa página de viés pedagógico buscava ensinar às mulheres comportamentos e cuidados compatíveis com as funções atribuídas às mães de família na década de 1930, como, a partir dos artigos “Da maneira de agirmos na educação physica, moral e intellectual de nossos filhos depende o amanha

também com uma seção de crítica literária, cujo título era sugestivo da distinção entre a boa literatura e a ruim: *Trigos e Joios*, por Guilherme Figueiredo.

Como parte da propaganda a favor de Armando de Sales Oliveira, em 1936, Cassiano Ricardo produziu *O Brasil no Original*, onde o autor buscou abordar as bandeiras paulistas como um fenômeno social e político. Em suas memórias, o poeta explicou que essa publicação despertou o interesse de Getúlio Vargas, que teria pessoalmente sugerido



Imagem 9 – Charge publicada no jornal *Anhangüera*, em 30 de junho de 1937. (*Anhangüera*, 30.6.37, p.7, c. 3-5)

seu nome para ocupar o posto de diretor do *A Manhã*, já durante o Estado Novo. Apresentando a obra, Cassiano Ricardo explicou que, “este ensaio, ora em segunda edição, nada mais é do que a interpretação social e política do ‘Martim Cererê’, aparecido em 1927.” (RICARDO, 1937, p. 5). Nessa obra, Cassiano Ricardo anunciou uma questão que

da família brasileira”, “O homem civilizado desconhece a boa alimentação – Uma grande missão a ser cumprida pelas donas de casa”, “Somos responsáveis pelo nosso aspecto – a importância da gymnastica no periodo da gravidez – como se desfazer das sobrecargas de gordura” e “Para a conservação do busto perfeito – A boa alimentação e as duchas frias – Extraordinario valor eugênico da vida regular” (*Anhangüera*, 24.7.37, p. 8, c.1-5) Além disso, noções de higiene, contos femininos e receitas culinárias “Para variar o ‘menú’ do nosso marido” também eram publicadas na página (*Anhangüera*, 21.8.37, p. 8, c.5)

¹¹¹ Esse suplemento era amplamente ilustrado e destinado ao público infanto-juvenil. A publicação disponibilizava conselhos no “quadrado da higiene”, realizava concursos, publicava passatempos, etc. Na edição de 11 de setembro de 1937, o *Anhangüera* publicou, em sua página infantil, uma história em quadrinho intitulada *O ouro de Anhangüera*, uma história com um viés nacionalista sem que o regionalismo paulista ficasse à margem.

norteou seu trabalho de maior fôlego, *Marcha para Oeste*, de 1940, momento em que o autor recuperou o papel das três raças na formação da nação a partir de uma democracia cristã. Foi através da simbologia bandeirante que Cassiano defendeu um modelo administrativo para o Brasil, que deveria seguir o exemplo da tradição paulista por ser verdadeiramente democrático e nacional.

Como sabemos, a propaganda favorável a Armando de Salles Oliveira em nada adiantou, uma vez que as eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938 não aconteceram por conta de um novo golpe de Vargas, instaurando o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Essa articulação foi possibilitada graças a uma manobra política do chefe da nação e de seus aliados que divulgaram a existência de um suposto levante comunista. Se aproveitando do momento de instabilidade e da comoção popular causada pelo Plano Cohen, foi praticamente sem resistência que Getúlio Vargas decretou, com apoio das forças armadas e através de um pronunciamento transmitido por rádio a todo o país, o Estado Novo.¹¹² Com uma história de resistência a Vargas que nos remete à Revolução Constitucionalista de 1932, o estado de São Paulo não se organizou para evitar o golpe de Estado e a renúncia de Armando de Salles Oliveira, em 29 de dezembro de 1936, justamente para se candidatar às eleições presidenciais parece ter enfraquecido a oposição a Getúlio Vargas.

Com a dissolução do congresso, nomeação de interventores de confiança e bem relacionados internamente para governarem os estados e a extinção dos partidos políticos, Vargas estabeleceu seu governo que durou até 1945. Armando de Salles Oliveira, assim como muitas outras possíveis ameaças, foi preso e posteriormente exilado na França. Já seus propagandistas, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, logo se

¹¹² Talvez o grande obstáculo enfrentado por Vargas no período anterior a 10 de novembro de 1937 tenha sido o grupo armando do interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que não resistiu ao cerco armado pelos varguistas e se viu obrigado a se refugiar no Uruguai antes do golpe do Estado Novo. Não foram raras as vezes que jornal *Anhangüera* se referiu de maneira simpática à oposição de Flores da Cunha ao seu conterrâneo Getúlio Vargas, disputa essa que nos remete à década de 1920 e que Cassiano Ricardo presenciou no período em que residiu em Vacaria. Além disso, posteriormente à instauração do Estado Novo ocorreu o Levante Integralista, em 11 de maio de 1938, promovido por membros da AIB que não concordavam com a extinção do partido. Os revoltosos invadiram o Palácio Guanabara na tentativa de depor Vargas, mas foram derrotados.

incorporaram ao novo regime, decisão que também procuraram justificar nos seus livros de memórias.

1.2.4 Estado Novo: intelectuais a serviço da nação

Durante o Estado Novo, o governo autoritário buscou promover a aproximação entre o regime e os intelectuais. Embora críticos de longa data à política de Getúlio Vargas, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se aproximaram do regime estadonovista logo após sua instauração. Com o legislativo dissolvido, esses intelectuais atuaram, segundo Francisco Campos, na condensação e interpretação dos sentimentos populares ao executivo, ao mesmo tempo em que, através da comunicação de massas, esclareciam o pensamento e a ação do governo ao povo, de modo a manter uma perfeita comunidade espiritual, condição elementar na vida de uma nação.¹¹³ (CAMPOS, *AM*, 9.8.41, p. 4, c. 6)

No início de 1938, Ademar de Barros, homem de confiança de Vargas e bem relacionado na terra de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia foi designado pelo presidente para ser o novo interventor em São Paulo. Antes opositores, datou ainda do final de 1937 e o início de 1938 a guinada pró-Vargas de tais intelectuais, que em 3 de junho de 1938 seriam qualificados pelo *Diário Carioca* como “elementos activos do Estado Novo” (*DIÁRIO CARIOCA*, 3.6.38, p. 2, c. 3), tendo sido, inclusive, recebidos pelo presidente Vargas em 3 de fevereiro de 1938. (*CM*, 3.2.38, p. 2, c. 8). Em entrevista ao jornal *A Nação*, na data em que ambos visitariam o Rio de Janeiro para serem recepcionados pelo presidente Vargas, Menotti Del Picchia avaliou que o golpe foi “júbilo pelas populações paulistas” e, ao analisar sua trajetória e a de Cassiano Ricardo, buscou recuperar o pensamento que uniu a dupla ainda na década de 1920: “dois homens de letras, duas sensibilidades diferentes animadas pelo mesmo pensamento político construtor” com o objetivo de realizar no Brasil uma democracia em seu “sentido brasileiro”. As palavras de Menotti Del Picchia, “corroboradas também pelo sr. Cassiano Ricardo”, foram as seguintes:

¹¹³ Segundo Marcondes Filho, “o papel a ser desempenhado pela imprensa no Estado Novo é [...] informar o governo das folhas e dos defeitos existentes na solução dos problemas de interesse público, pois, pode surgir, de emergência, um novo dado, que é necessário considerar na equação a ser resolvida. E aí a imprensa estará auxiliando o governo, ao esclarecê-lo sobre o que lhe importa conhecer.” (FILHO, *AM*, 18.10.42, p. 4, c. 4)

Desde 1924, um grupo de intelectuais paulistas procurava um sentido novo para uma “democracia”, dentro de um Estado que fosse, como o criado pelo golpe genial do presidente Vargas “nitidamente brasileiro”. Era a “marcha para o oeste”, a “renovação da mentalidade política” que ele pleiteava, quer pesquisando umas realidades no movimento “verde-amarelo”, quer preconizando o advento de um Estado-Forte, defensor de uma originalidade contra as ideologias forasteiras que procuravam deturpá-lo e entre o “liberalismo” desarmado e retórico, que era o caldo dentro do qual se desenvolviam os extremismos (*A Nação*, 3.2.38 *apud* CAMPOS, 2007, p. 235-6).

Esses intelectuais buscaram atar laços entre o regime recém-proclamado e a história do estado de São Paulo, discussão essa de grande valia para o governo autoritário. Percebe-se que, ao mesmo tempo em que o Estado Novo buscou se apropriar do modernismo como um todo, não fazendo distinção entre as distintas correntes do movimento, intelectuais como Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia também forjaram uma linearidade entre o movimento modernista e o regime autoritário e, dessa forma, atribuíram para si um papel fundamental na política nacional. Além disso, ao proferir essas palavras, Menotti Del Picchia buscou relacionar a instauração do Estado Novo com a tradição bandeirante, debate que o movia a dupla verde-amarela há anos. De modo a aproximá-los, em correspondência a Getúlio Vargas, em 18 de maio de 1938, o então interventor federal Ademar de Barros, para quem Cassiano Ricardo escrevia discursos (RICARDO, 1970, p. 86), elogiou o poeta joseense, que estaria à disposição do Estado Novo – regime já estabelecido em São Paulo, segundo o interventor.¹¹⁴

¹¹⁴ Em carta endereçada a Vargas, dizia Adhemar: “Dr. Getúlio: Cordial abraço. É portador, o nosso comum amigo dr. Cassiano Ricardo, que ahi vae por dois dias. Pedi ao Dr. Cassiano que lhe informasse da situação real de São Paulo, porém, não será um bom informante, pois, no curto espaço de tempo que aqui estou. Já se tornou meu amigo e um bom colaborador. Estou sentido necessidade de uma conversa com o meu presado amigo e querido Chêfe e é bem possível que eu logo vá até ahi. Tenho impressão que vae indo tudo muito bem. O Estado Novo está definitivamente instalado em S. Paulo e eu espero que

Ademar de Barros criou, em maio de 1938, o Serviço de Publicidade e Propaganda do Estado de São Paulo, nomeando para o cargo de diretor Menotti Del Picchia, para o de vice-diretor Francisco Pati e para o de redator-chefe Osmar Pimentel. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda,¹¹⁵ no final de dezembro de 1939, órgão que objetivou organizar pragmaticamente o controle sobre os órgãos de imprensa e divulgação, as unidades estaduais passaram por reformulações. A direção do órgão em São Paulo foi transferida das mãos de Menotti Del Picchia para as de seu companheiro Cassiano Ricardo, que, por sua vez, ao ser cedido pelo estado de São Paulo aos serviços do governo federal, deixou a direção de expediente para Jatyr Gonsalves.¹¹⁶

Em 1939, Cassiano Ricardo passou uma curta temporada no Rio de Janeiro para elaborar uma revista de cunho propagandista, a *Brasil Novo*. Financiada pelo Departamento Nacional de Propaganda, a publicação, com características similares a revista *S. Paulo*, enfocou, no panorama nacional, as realizações do Estado Novo. Para o articulista, esse projeto significou “uma contribuição de São Paulo para focalizar as realizações do Estado Novo, já no plano nacional, com as características de arte e técnica da *São Paulo*, porém em um formato um pouco menor e talvez menos sugestivo.” (RICARDO, 1970, p. 78) Segundo as memórias de Cassiano Ricardo, ele foi o supervisor da publicação, por designação de Lourival Fontes e se estabeleceu em uma sala da Câmara dos Deputados, dissolvida por Vargas, ambiente em que preparou o primeiro fascículo em 1º de junho de 1939,¹¹⁷ sendo seguido por mais

em breve, possa lhe convidar par vir nós visitar.” (GV c 1938.05.18 Carta de Ademar Pereira de Barros a Getulio Vargas apresentando Cassiano Ricardo que lhe dará informações sobre São Paulo. São Paulo GV. Vol. XXIX/75a.)

¹¹⁵ Sob a direção Lourival Fontes, tal departamento subordinava-se diretamente ao presidente, tendo órgãos filiados em vários estados do país (DEIPs) que, por sua vez, se subordinavam ao órgão da capital federal.

¹¹⁶ Em 13 de março de 1940, em nome do Estado de São Paulo, “O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE declarar em comissão, junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, no Rio de Janeiro, a contar de 1º de abril do corrente ano, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do seu cargo efetivo, o Sr. Dr. Cassiano Ricardo, Diretor do Expediente do Palácio do Govêrno”. (FCCR, cx.14, 13.3.40)

¹¹⁷ O primeiro fascículo de Brasil Novo foi editado em 10 de novembro de 1938, no primeiro aniversário do Estado Novo, como uma “publicação do Departamento Nacional de Propaganda com a colaboração do Departamento de

três, antes de ser assombrado pelas “dificuldades [que] cresciam e o remédio me foi, então, retornar a São Paulo e assumir a direção do DEIP” (*idem*).

Podemos notar que, com a criação desses departamentos estaduais, as tarefas antes atribuídas à iniciativa privada passaram a ser desenvolvida em âmbito governamental. Assim como na revista *A Cigarra*, que objetivava noticiar e propagar os acontecimentos e temas relevantes para a vida de São Paulo, os órgãos oficiais ligados ao Estado e por ele controlado, não só no âmbito estadual como no federal, passaram a cumprir essa função. Em 4 de abril de 1939, Menotti Del Picchia concedeu uma entrevista para o *Jornal da Manhã*, em São Paulo, onde declararia que o Estado moderno se tornaria inconcebível sem a propaganda, pois esta serviria para tornar conhecidos e transparentes os atos e o pensamento do governo, especialmente em um momento de ausência de parlamento. A agência por ele dirigida e que posteriormente passou para as mãos de Cassiano Ricardo controlou as publicações do interior do estado, preocupou-se com o turismo, além de ter sido uma redação de revista, uma agência telegráfica, uma estação de rádio e uma seção de propaganda com desenhistas e fotógrafos. O órgão preocupava-se também com a comunicação de massas, incluindo, nesse aspecto, o cinema, produzindo e orientando a produção de audiovisuais sobre São Paulo.

Pouco mais de um mês após o golpe do Estado Novo, o mais novo imortal, Cassiano Ricardo, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, sendo diplomado em 28 de dezembro desse ano (*FCCR*, cx. 3, 28.12.37). Em seu discurso de posse, o poeta apresentou uma reflexão sobre o problema da democracia em um país com as particularidades brasileiras e mobilizou a sua argumentação do livro *O Brasil no Original*, todavia não mais a partir de um discurso propagandístico a favor de Armando de Salles Oliveira, preso pelo Estado Novo, mas com traços de alinhamento ao projeto varguista. Guilherme de Almeida recebeu Cassiano Ricardo com calorosos elogios, como de praxe em eventos da ABL, onde o poeta joseense foi definido como portador de

Propaganda e Publicidade do Estado de S. Paulo”, com o objetivo de documentar “todas as resultantes materiais e espirituais” do “Novo Brasil”. Nesse primeiro número, o golpe de 1937 é comparado ao dia 13 de maio. A revista também descreveu a visita de Getúlio Vargas a São Paulo e focalizou as realizações e o cotidiano de Ademar de Barros, publicando diversas fotografias dos dois líderes, em dimensões grandes, além de discursos de personalidades do governo Vargas.

um firme perfil de sociólogo, de uma sensibilidade digna de um crítico vivaz e de uma inteligência política surpreendente, exposta em seu *O Brasil no Original*. Além disso, Cassiano Ricardo foi descrito como artista nacionalista dotado de um incontido e contagioso patriotismo e um poeta total. Cassiano Ricardo, por sua vez, proferiu um discurso que exaltava Paulo Setúbal, autor do “único livro que [lhe] fez chorar”, poeta comovedor, criador do romance histórico brasileiro e que proporcionou aos seus leitores conhecerem um Brasil puro e sem deformação, pintado por um autor cuja pena não escreveu uma página sequer que não fosse uma afirmação veemente de nacionalismo, nos obrigando a pensar brasileiromente (RICARDO, 1938, p. 10). Além disso, também tratou de temas como sua trajetória literária, a Semana de Arte Moderna, o parnasianismo, a infecção cultural europeia, a democracia, o bandeirantismo, entre outros.

Entre o golpe de 1937 e os primeiros anos da década de 1940, período em que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia assumiram a direção dos jornais de propaganda estadonovista, os poetas não deixaram de colaborar e dirigir outras publicações oficiais. A revista *Planalto*, por exemplo, foi um quinzenário de cultura dirigida por Orígenes Lessa, secretariada por Wilson Veloso e gerenciada por Carlos B. Teixeira. Segundo Nelson Werneck Sodré, essa revista foi lançada em um período que o governo se preocupava com a sua propaganda e foi editada pelo Departamento Estadual de Imprensa, circulando entre 15 de maio de 1939 e 1º de abril de 1942 (SODRÉ, 1998).¹¹⁸ A publicação buscava declaradamente integrar São Paulo ao conjunto da nação e o termo *Planalto* era uma forma de homenagear os homens que participaram das bandeiras. Como expõe Cassiano Ricardo em suas memórias, a revista foi uma iniciativa sua e foram convidados os escritores mais representativos naquela época, sem distinção partidária, recebendo colaborações de Galeão Coutinho, Menotti Del Picchia,

¹¹⁸ O periódico buscou recuperar e valorizar os expoentes do movimento modernista, tendo transcorrido quase vinte anos da Semana de Arte Moderna de 1922 e seu conselho diretor era composto de onze membros, muitos deles membros da APL: Cândido Motta Filho, Cassiano Ricardo, Cleomenes Campos, Francisco Patti, José Carlos Pereira de Souza, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Rubens do Amaral, Rubens Borba de Moraes, Sud Mennucci e Sérgio Milliet. A lista de colaboradores efetivos da publicação era composta por quarenta intelectuais, entre eles Mário de Andrade, que foi um colaborador assíduo, publicando vários estudos sobre história da música, além de poemas.

Rubens do Amaral, Mário da Silva Brito, etc. para colaborarem em uma revista “de alto nível intelectual” (RICARDO, 1970, p. 79).

Além de *Planalto*, com a colaboração de jornalistas e escritores, principalmente funcionários do DEIP, foi organizado o boletim mensal *São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã*, de distribuição gratuita e que circulou a partir da segunda quinzena de abril de 1941, durante o período em que Cassiano Ricardo dirigiu o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Essa publicação, assim como tantas outras empreendidas durante as trajetórias intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, exerceu papel relevante no debate e na seleção de temas importantes da agenda oficial. O primeiro semestre de 1941 foi um período movimentado para ambos em termos de organização, planejamento e lançamento de novos periódicos propagandísticos, sendo intensa a circulação desses autores nas redações de jornais e revistas de modo a organizar e difundir seus projetos políticos, formulando e divulgando representações, crenças e os valores que propagandeavam o Estado Novo e o estado de São Paulo.

Foi também no período próximo ao fim da década de 1930 que Menotti Del Picchia retomou a sua carreira de escritor com a publicação de seus romances. Em 1938, pela José Olympio, anunciou o “romance brasileiro” *Kummunká*, e que segundo Massaud pareceria remontar ao indianismo romântico, mas tratava-se de uma sátira a civilização urbana do século XX e as “grandes malocas dos caraíbas”, que seriam para os índios as nossas metrópoles incipientes da época (MASSAUD, 2001, p. 74). Já em 1940, Menotti Del Picchia publicou *Salomé*, livro que tentou dar forma durante oito anos e que somente no final de 1939, depois de abandonar alguns capítulos do projeto inicial, conseguiu concluir. Segundo o romancista, o livro não buscava retratar nenhuma personagem da vida real, mas sim construí-los a partir de observações tiradas de múltiplos tipos humanos. Inspirada na Bíblia, especificamente no evangelho segundo São Marcos, capítulo VI, versículo 21 a 28, a trama retratava a vida agitada de São Paulo entre 1928 e 1936 e de uma fazenda do interior paulista a partir da paixão sexual de uma mulher madura por um jovem e de seu marido por Salomé, a enteada.

Mário de Andrade, em crítica produzida em 28 de setembro de 1940, definiu *Salomé* como a melhor obra de Menotti Del Picchia escrita até então por conseguir realizar com maior integridade a personalidade vibrante, violenta, efusiva, brilhantíssima do escritor paulista. Para ele, a criação e fixação de caracteres psicológicos das personagens representativas da sociedade que quis descrever equilibrada com a sua concepção sintética das personagens na descrição do largo e

amargo painel da sociedade paulista contemporânea é digno de valorização. Embora a repercussão da obra tenha sido ínfima, a venda do romance foi extraordinária:

Não creio tenha havido, no caso, nenhuma campanha de silêncio, embora seja perfeitamente admissível uma certa indiferença da parte dos nossos intelectuais pela formidável popularidade de “Juca Mulato” e das “Máscaras”. Nem creio também haja Menotti del Picchia sacrificado os seus dons extraordinários de escritor em proveito de uma baixa popularidade. Menotti del Picchia, como artista, pode atingir até o requinte, si quiser; mas as suas disposições naturais, as suas tendências mais fortes e características, o seu brilho, a sua eloquência, a sua impressionante e tão atual coragem pra acreditar em suas próprias verdades, o seu apaixonado desprezo pela unidade evolutiva do espírito, fazem dele o escritor popular por excelência, o escritor que o público gosta de ler pra se convencer das possibilidades do progresso e da grandeza, o escritor que deslumbra e convence o grande público. (ANDRADE, 1972, p. 243)

Mário de Andrade também elencou os pontos fracos da obra que, para ele, eram dois: um se referia a Eduardo, a personagem da trama menos vigoroso, “tipo dêsse fracassado nacional, tão do gosto dos nossos romancistas e que já por várias vezes tenho indigitado.” Todavia, a crítica mais enfática recaiu sobre a postura ideológica que permeou o livro, talvez influenciada por sua carreira na imprensa periódica e que lhe garantiu, dois anos após a publicação da obra, um espaço na direção do jornal *A Noite*. Conforme Mário de Andrade,

Com Menotti del Picchia são oito ou oitenta; e foi isto que lhe deu a parte menos importante e menos apreciável a mim, do seu romance. As coisas que Menotti del Picchia deseja censurar, êle a transforma e caricaturas fáceis, e as que deseja provar, em discurso de câmara de deputados. O livro está às vezes prejudicado em sua vivacidade descritiva tão forte e probante, por diálogos de discussão ideológica e largas tiradas reflexivas de

bem menor interesse. É possível que, com elas, o escritor consiga convencer a massa comum dos seus leitores, desejosos de poder pensar um bocado e ter alguma opinião; mas, em parte levado pelas próprias exigências do romance, em parte pela sua facilidade pessoal, essas digressões de autor ficaram a meu ver bastante superficiais, sem aquela mesma força de verdade, com que o escritor descrever e fez viver a sociedade dissoluta, a politiquice rasteira, o individualismo vazio e progressista, caótica e brilhante civilização paulista do café. (ANDRADE, 1972, p. 245)

Ainda que o crítico tenha valorizado a obra de um escritor que para ele era perseguido pela celebridade e pelas suas qualidades naturais, foram definidas como desagradáveis e pueris as caricaturas com que o romancista quis atacar certos aspectos da vida paulista e universal. O autor retomaria nessa obra um eixo já presente no seu *O Homem e a Morte*, onde pretendeu ridicularizar as pesquisas e as possíveis extravagâncias das artes modernistas. Menotti Del Picchia, um dos expoentes da defesa da arte moderna e entusiasta da obra de Vítor Brecheret nas suas herméticas estilizações expressionistas teria sido insincero na década de 1920? - indagou o autor de *Macunaíma* antes de prosseguir -

Por que agora e com que direito de inteligência pode o escritor acoimar de falsos e sentir ridículos os artistas que tiveram o drama de querer levar essas mesmas pesquisas às duas últimas conseqüências? Não tem dúvida nenhuma que há muitos aproveitadores do confusionismo artístico atual, como há aproveitadores de tôdas as políticas e de todas as reviravoltas da bolsa como da moral, mas, levado pela sua falta de distinções, pela sua falta de “homour”, Menotti del Picchia generaliza com absurda infelicidade. A sua caricatura dos meios artísticos modernistas de São Paulo não chega sequer a ser mordaz, pela insinceridade, pela ausência de discrição com que não recua diante dos mais destemperados exageros. É nesses momentos que Menotti del Picchia fracassa em abusos da maior inconseqüência como aquêle de

inventar de sua própria invenção um bailado ridículíssimo. (ANDRADE, 1972, p. 346)

Talvez o que Mário de Andrade desvalorizou na obra seja justamente os pontos fortes de Menotti Del Picchia como propagandista político e uma das qualidades que lhe conferiu espaço na divulgação do Estado Novo: o maniqueísmo com que manipulava as narrativas a partir de suas crenças e se apropriava dos narradores para discutir, a partir de um olhar parcial, temas da sua agenda política e cultural. Foi dessa maneira que, não apenas Menotti Del Picchia como também Cassiano Ricardo, atribuíram valores caricaturais aos discursos divergentes às suas posições.

Poetas, prosadores e periodistas, ambos usufruíram da experiência adquirida ao longo dos anos frente a diversos veículos de informação e a utilizaram na direção de periódicos pró-governistas, além de publicarem, entre os anos 1937 e 1945, em periódicos subordinados diretamente ao regime. Amigos de longa data, não eram poucas as motivações que capacitavam Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia a exercerem essa função: ambos eram, naquele momento, periodistas experientes, favoráveis ao estabelecimento de um governo nacional forte, críticos à incorporação brasileira dos *ismos* políticos europeus (liberalismo, comunismo e totalitarismo), possuíam experiência como propagandistas na esfera política, participavam de uma ampla rede de sociabilidade política e intelectual que os cercavam, eram autores modernistas consagrados no campo das letras nacional e dotados de uma percepção otimista e ufanista, explicitada aos seus leitores a partir de uma linguagem simples, acessível inclusive e, sobretudo, às massas.¹¹⁹

Ambos eram, também, favoráveis ao controle da informação e defendiam que cabia ao Estado moderno promover a felicidade, não a liberdade (RICARDO, *AM*, 9.8.41), uma vez que “o conceito e a illimitação da liberdade [seria] outro elemento que falseia a democracia política tal qual é actualmente concebida.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 111) Por outro lado, alguns elementos os descredenciavam ou colocavam em dúvida seus nomes como confiáveis ao cumprimento de

¹¹⁹ A crítica literária costumeiramente os classificou como poetas menores do modernismo, além de serem adjetivados como “dissidentes” e “falsos vanguardistas” (PRADO, 2010). Compreende-se que as históricas relações que eles estabeleceram com projetos e ideias políticas autoritárias são fatores que ajudam a explicar a desqualificação deles frente aos críticos e a não canonização de suas obras. (ARIENTI; NEVES; PIAZZA, 2011).

tais tarefas como, por exemplo, o apoio à candidatura de Armando Salles de Oliveira, lançada em fevereiro de 1937 e amplamente divulgada pelo *Jornal Anhanguera*, as participações de ambos na Revolução Constitucionalista de 1932 e suas identificações com o regionalismo paulista.¹²⁰

Esse capítulo, mais do que apresentar elementos significativos em relação aos intelectuais em questão, serviu para compreender aspectos dos seus ideários conservadores e proporcionou que se fizesse um debate sobre as influências que os levaram a crer e a defender, principalmente por meio da literatura, um projeto de sociedade identificado com o autoritarismo. Além disso, foi possível identificar já na década de 1920 elementos que se manifestavam na produção desses intelectuais e que perpassaram as décadas seguintes, como as suas concepções de história, de espacialidade e de temporalidade. Além desses elementos que nos possibilitam relacionar as produções intelectuais desses literatos como um projeto conservador para a nação, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, em diversas oportunidades defenderam explicitamente a existência de políticas e instituições conservadoras para que o Brasil não se desviasse da sua essência. Assim, o autoritarismo e conservadorismo de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia não se manifestaram somente nas entrelinhas, mas eram assumidos em seus repertórios argumentativos como a única forma do Brasil encontrar sua verdadeira identidade.

Para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, o presente e passado coexistiam a partir de uma compreensão que a terra possuía uma essência capaz de irradiar aos seus contemporâneos valores dos antigos e heroicos habitantes daquele lugar, privilegiando, dessa forma, o aspecto espacial em detrimento do temporal. Em relação a essa questão, o segundo capítulo dessa dissertação objetiva acompanhar a trajetória dos projetos de nação paulista e da atuação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia na construção destes. Assim, vislumbra-se apontar algumas discussões sobre a relação entre regionalismo, nacionalismo e continentalismo na obra desses literatos, assim como a modernização da tradição bandeirante e a institucionalização e

¹²⁰ Conforme veremos no segundo capítulo, ao que parece, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia fizeram parte do projeto de nacionalização do discurso regional paulista. Na obra *História & Modernismo*, M. P. Velloso também nos apresenta os projetos pernambucano e mineiro, contemporâneos ao projeto paulista difundido pelos intelectuais em questão.

oficialização de um projeto regional que se sustentou devido a uma demanda do próprio governo.

Capítulo 2 - Proeminência de São Paulo: a tradição paulista e o Estado Novo

A análise das trajetórias intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, realizada no primeiro capítulo, me indicou a importância da questão regional nas suas proposições. Literatos ativos entre as décadas de 1920 a 1940 e atuando em contextos conturbados e de constantes transformações, tais intelectuais debateram sobre questões artísticas, políticas e sociais a partir de suas produções literárias que foram permeadas por uma questão: a proeminência de São Paulo frente ao conjunto da nação. Não apenas nas suas produções livrescas, mas também em editoriais de periódicos que dirigiram, em artigos que assinaram, em discursos que proferiram e em entrevistas que concederam, é possível analisarmos as elaborações de uma narrativa que garantia a São Paulo um papel central na formação da nação brasileira, principalmente através da recorrência ao mito bandeirante. Compreender esses meandros das suas proposições acerca da questão regionalista e a sua posterior adaptação ao contexto do pós 1937, momento em que os poetas assumem o papel de divulgar o ideário do Estado Novo, portando-se como intelectuais orgânicos do regime, é o objetivo desse capítulo.

Mesmo que o mito bandeirante não tenha sido o único referente à fundação do Brasil mobilizado por intelectuais ligados ao Estado Novo, ele é de suma importância para a compreensão da relação que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia estabeleceram com o regime.¹²¹ Dessa maneira, não se trata de um esforço para atribuir maior relevância a essa mitologia frente às outras, mas de compreender as estratégias dos intelectuais em propor essa aproximação entre regime e tradição paulista, assim como do regime varguista em se apropriar desse debate gestado anteriormente à instauração do Estado Novo. Além disso, não era intenção de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, assim como não era do Estado Novo, promover um ambiente de conflito entre as mitologias regionais – ao contrário, o mito dos bandeirantes veio a se

¹²¹ Apesar da importância conferida nesse trabalho ao mito bandeirante, nenhuma das fontes consultadas expressou que essa leitura da tradição brasileira foi a mais aceita por Getúlio Vargas e seus ministros, embora o chefe da nação, ao discursar sobre a necessidade de ocupar o sertão brasileiro, tenha mencionado a importância dos bandeirantes desbravadores do oeste.

somar aos outros, embora para os autores em questão ele se sobressaísse pela sua natureza e amplitude, uma vez que os bandeirantes alcançaram praticamente todo território nacional e por isso ele era adaptável a todas as regiões do país, diferentemente dos outros, como o mineiro, o gaúcho ou o pernambucano, restritos aos seus lugares de origem. De tal modo, devido à particularidade do bandeirantismo que se alastrou pelo interior e esticou nossas fronteiras, pode-se dizer que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, inimigos declarados dos quistos regionalistas e fiéis defensores da integração total da nação, combateram os regionalismos brasileiros usando como arma a tradição regionalista paulista.

Dessa maneira, questiono: a aproximação do Estado Novo com a tradição paulista e bandeirante fez parte de uma tentativa de dissolver a má impressão inicial de São Paulo em relação ao regime e a má impressão do regime em relação ao estado paulista? Embora não tenha se limitado a isso, pode-se dizer que esse estreitamento também serviu a esse propósito. Além disso, compreender o porquê da publicação de um jornal oficial do Estado Novo na cidade de São Paulo, tendo em vista que todas as outras publicações oficiais do regime estavam sendo empreendidas no Rio de Janeiro também se torna uma das questões que busco debater nesse capítulo. Busca-se também, dessa forma, compreender o poder de legitimar ou deslegitimar regimes que as narrativas de origem possuem, assim como os usos políticos que se faz do passado, seja pela intencionalidade do autor ou pela recepção do destinatário (FERRETTI, 2004).

Compreendo que grande parte da ideologia difundida pelo Estado Novo não foi produzida pelo regime, nem no período correspondente aos anos de 1937 a 1945, mas incorporada e alterada, conforme as necessidades de legitimação do governo autoritário. Pode-se dizer que o regime varguista foi habilitado ao intervir na esfera cultural e se aproximar da intelectualidade, que atuou na compreensão da cultura política brasileira, propondo planos de ação ao governo. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, enquanto intelectuais profundamente relacionados com os debates que a tradição literária paulista propunha, se inseriram na intermediação entre o regime estadonovista e os brasileiros nascidos em terras paulistas e elegeram o bandeirante como fundador da nação e do próprio Estado Novo.

Embora o debate em torno do bandeirantismo estivesse estritamente relacionado à tradição paulista, tais poetas não pouparam esforços para estabelecer que o movimento de entradas e bandeiras possuía um sentido mais amplo - para eles o bandeirantismo era

responsável pela criação do Brasil e, dessa forma, esse mito não deveria ser difundido somente aos paulistas. Em diversos artigos publicados ao longo das décadas de 1930 e 1940, esses literatos demonstraram entusiasmo com o surgimento de movimentos e organizações que cultuavam o bandeirantismo no interior do Brasil, locais desbravados pelos heróis paulistas que por onde passaram fundaram prósperas cidades. Ao mesmo tempo em que a tradição bandeirante era difundida para outros estados do Brasil, o Estado Novo, por encarnar o projeto político, social e psicológico das bandeiras era difundido para São Paulo, principalmente através da edição da sucursal paulista do jornal *A Noite*.

Ao analisarmos os debates travados por Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo sobre a questão regional e o papel conferido a São Paulo, percebemos que os constantes apelos ao bandeirantismo e ao seu papel na formação da nação e na originalidade do Brasil foram apropriados pelo Estado Novo. Cabe aqui analisar as articulações e mediações que possibilitaram que esse debate se estabelecesse na pauta de legitimação do regime autoritário e apreender como esses poetas se aproveitaram desse espaço conferido a eles no seio da propaganda política do regime para difundir um ideal de nação projetado por eles desde a década de 1920, quando ligados ao grupo verde-amarelo. Assim, trata-se de compreendermos essa inserção como uma política de oficialização de um projeto que perpassou décadas e serviu de aporte intelectual e ideológico para diversos governantes paulistas, de Washington Luís, no início da década de 1920 a Armando de Salles Oliveira, candidato da União Democrática Brasileira para as eleições de 1938.

Durante a década de 1920, imbuídos dos debates modernistas, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia faziam parte de um grupo de intelectuais que discutiam temas repletos de componentes simbólicos como raça, cultura, brasileiro, imigração, bandeirantismo, sertão, paulistanidade, sendo esse central e norteador dos demais.¹²² Já na década de 1930, passaram a trabalhar na oposição de Vargas, atrelados às instâncias de poder regionais, até o golpe de 1937, primeiramente na campanha constitucionalista e depois na propaganda política de Armando de Salles Oliveira. A partir de 1937 até 1945, trabalharam sob os auspícios do governo e adaptaram a tradição bandeirante às

¹²² Segundo Fabíola Picoli, a *paulistanidade* é compreendida como a afirmação da superioridade do paulista e por isso a autora opta pelo sufixo *dade*, uma vez que esse indica uma propriedade ou uma qualidade (PICOLI, 1997, p. 8).

necessidades do regime de modo a colaborar com a sua sustentação ideológica, principalmente a partir de 1942, quando as frentes de oposição a Vargas começaram a se manifestar de forma latente.

De modo a analisar como um debate regional na literatura se tornou uma tradição e de que maneira ele foi incorporado ao Estado Novo,¹²³ recuo até meados do século XIX para acompanhar, de forma panorâmica, a construção textual de uma identidade paulista, obra de algumas gerações de letrados da região que, a partir de variadas motivações, diferentes modos de expressão, ambiguidades, sucessos e descréditos, contribuíram para que na década de 1930 fosse erigida uma identidade que foi difundida pelos poetas em questão. Destarte, cabe analisarmos o histórico debate que moveu esses intelectuais e estudar os discursos empreendidos pelos poetas para elevar a tradição de São Paulo ao ideal de organização nacional e representativo da brasilidade.

2.1 Breves considerações sobre o mito bandeirante na História e na Literatura

Embora seja um debate longo e permeado por apropriações do passado que fogem ao problema elencado nessa dissertação, cabe recuperarmos panoramicamente os usos que se fizeram do passado bandeirante na historiografia e na literatura regionalista de São Paulo, principalmente a partir das obras de Antonio Celso Ferreira e Danilo Ferretti, autores que se dedicaram especificamente a compreender esse debate bastante complexo. Em sua tese de doutorado, Ferretti analisou a construção da identidade paulista não como algo dado e natural, mas sim como o resultado de um processo de edificação que lançou mão dos recursos simbólicos disponíveis, com destaque para a historiografia. Ao se voltar para a atuação dos historiadores, o autor percebeu não somente o paralelismo existente entre as práticas políticas nas quais estavam envolvidos em seu presente e os discursos sobre o passado que elaboravam, mas a mobilização destes últimos para legitimar as primeiras. Para tal autor, o passado bandeirante foi usado para legitimar

¹²³ Eric Hobsbawm nos mune com uma ferramenta analítica que colabora na compreensão dessa discussão, principalmente a partir das ponderações propostas na introdução da obra *A Invenção das Tradições* e do conceito de *tradição inventada* mobilizado pelo historiador inglês (HOBBSAWM, 1997). Dessa forma, busca-se compreender as intencionalidades de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia na tentativa de estabelecerem uma continuidade, que nos soa artificial, entre o Estado Novo e o passado bandeirante.

ações da elite governante paulista, que buscou apresentar o passado colonial regional diferenciado, específico dos paulistas e fonte de explicação do progresso e originalidade da terra que representavam (FERRETTI, 2004).

Ferreira, por sua vez, acompanhou os meandros textuais da invenção de uma tradição regional, entendendo-a não como uma espécie de falsa consciência, destinada a servir a propósitos estritamente funcionais e ideológicos, mas como expressão de um imaginário, este mesmo histórico. Segundo o autor, anteriormente à produção do IHGSP, nos compêndios de história pátria, São Paulo aparecia como um ponto de passagem e os heróis bandeirantes ainda não figuravam nas narrativas históricas nacionalistas. Apropriando-se da discussão que aproxima a narrativa histórica e a ficcional, o autor desenvolveu uma importante discussão sobre a estruturação do universo historiográfico paulista no período estudado e deixou para segundo plano a relação entre produção historiográfica e campo político. Ferreira defendeu que, em diversos casos, ouve uma submissão dos estudos históricos ao universo literário, deixando-se moldar pela imaginação literária (FERREIRA, 2001).

Se no século XVI os bandeirantes eram os homens que adentravam aos sertões em busca das riquezas do Brasil, no início século XX a expressão era usada como sinônimo de paulistas, embora essa relação não aparecesse nos dicionários antes de 1938 (MAGRI, 2011). Todavia, foi nas últimas décadas do século XIX que o mito do bandeirante foi retomado, colaborando na construção de um imaginário paulista - para Joseph Love, essa apropriação foi um interesse da elite paulista e estava relacionada à expansão da fronteira do café, dando à oligarquia cafeeira a confiança na ideia de superioridade de São Paulo dentro do Brasil (LOVE, 1982). Para Antonio Celso Ferreira, a recorrência aos bandeirantes estava em sintonia com a produção historiográfica do IHGSP que, às portas do novo século, buscou revisitar os marcos da nacionalidade com outros olhos e apresentar a história de São Paulo como a própria história do Brasil.

Ferretti, para compreender as apropriações que a política, a literatura e a historiografia fizeram do bandeirante paulista, retornou até o ano de 1856, data de publicação do jornal acadêmico *O Guaianá*, por Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.¹²⁴ De maneira breve, o

¹²⁴ Segundo Ferretti, essa publicação deu ensejo a um breve e incipiente debate entre seu autor e o médico irlandês Ricardo Gumbleton Daunt sobre o passado paulista que nos deixa apreender a visão deste mesmo passado regional difundida durante a monarquia. Outro aporte utilizado por Ferretti foi a obra o

autor também retomou as crônicas sobre história de São Paulo escritas no período colonial por Pedro Taques e Frei Gaspar. Já a data limite do seu recorte temporal foi 1930, uma vez que este foi o momento em que a elite republicana paulista foi destituída do poder político que assumiu com a república - a partir então, o discurso sobre a identidade paulista e o bandeirante ganhou um novo sentido.

Analisando primeiramente as visões monárquicas do passado paulista elaboradas entre os anos de 1856 e 1870, Ferretti abordou a produção historiográfica regional do passado colonial e imperial brasileiro, principalmente através da atuação de Machado de Oliveira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O autor em questão, além de estudar as apropriações do passado produzidas no período em que foi elaborado um discurso histórico que exaltava o elemento indígena, antibandeirantista e que defendia a existência de uma fidelidade paulista à Monarquia, também não deixou de analisar a posterior crise do indianismo, a reavaliação do bandeirantismo e o projeto de história sertaneja.

Durante o período monárquico, para o caso específico paulista, as tradições regionais se identificavam com o antigo colono que ao longo do século XIX passou a ser chamado de bandeirante. Na construção do padrão identitário indianista que estava sendo construído pela intelectualidade da corte que se congregada em torno do IHGB, o bandeirante, ambicioso e laico, não se ajustava por ter coordenado o extermínio indígena. Assim, o bandeirante teve, de modo geral, sua figura demonizada pela produção historiográfica de meados do século XIX, com a nuance do elogio à sua atuação como demarcador de fronteiras, um outro tema central para um Império que tinha como meta prioritária a definição dos incertos contornos territoriais do Estado nacional que pretendia consolidar. Dessa forma, diante da impossibilidade de louvação incondicional do bandeirante, o resultado foi a procura por outras figuras históricas mais afinadas com os valores da elite monárquica, como os índios guaianás e os jesuítas, representados sob luzes positivas. Todavia, segundo Ferretti, nenhuma figura foi tão unanimemente representativa da identidade regional monárquica do que Amador Bueno, o abnegado paulista que, em 1640,

Quadro histórico da Província de São Paulo, publicada em 1864 pelo brigadeiro Machado de Oliveira, trabalho que foi divulgado como a única história de São Paulo escrita no período monárquico anteriormente aos anos 1870.

desprezou os apelos da plebe e dos estrangeiros e abriu mão da independência de São Paulo por fidelidade à coroa bragantina.¹²⁵

No período de crise da monarquia e instauração do republicanismo no Brasil, elaborou-se um novo discurso de paulistanidade que difundia três principais vícios da formação brasileira: o absolutismo das instituições políticas herdadas da colônia e perpetuadas pela centralização monárquica, o meio tropical pujante e impositivo que impedia o desenvolvimento da civilização no Brasil e fazia com que o homem fosse menor que a natureza e a formação racial mestiça que, pela presença de tipos negros e índios, considerados inferiores pelo racismo científico vigente, inviabilizariam o progresso do país. No mesmo contexto em que essas ideias se consolidavam como instrumento de legitimação das propostas republicanas, territorialistas e imigrantistas, a província de São Paulo se transformava no setor mais dinâmico da economia nacional por conta da afirmação da agroexportação cafeeira que possibilitou à elite regional assumir um lugar dependente, porém privilegiado na divisão internacional do trabalho e se apresentar internamente, em período que se procurava romper com o atraso material brasileiro, como original exemplo de progresso material.

Esse foi o período em que os setores mais anticentralizadores da elite paulista aderiram ao republicanismo e esboçaram um projeto nacional que, mediante a defesa de ampla autonomia regional, propunha a transformação do estado de São Paulo em uma verdadeira utopia liberal, pautando-se no exemplo norte-americano. Esse ideal implicava o incentivo a uma política econômica de caráter agrário e territorialista e que objetivava ocupar o sertão, estabelecer ligações ferroviárias e povoar o território com imigrantes europeus. Além disso, era necessário, para essa elite dirigente, que se estabelecesse a liberalização do Estado brasileiro de maneira que fossem contempladas as formas republicana e federativa de governo. Ao mesmo tempo em que defendiam um projeto

¹²⁵ Ao analisar os projetos políticos republicanos, Ferretti estudou a identidade ianque e esboço de uma visão republicana do passado de São Paulo, elaborada entre 1870 e 1894, além do papel do IHGSP, a atuação dos paulistas no poder federal, as análises de Teodoro Sampaio e Orville Derby, autor que compreendia o bandeirante como conquistador do sertão. Na última parte do seu trabalho, analisou as críticas e afirmações da visão republicana do passado paulista, discussão que ocorreu entre os anos de 1916 e 1930 e da qual participaram intelectuais como Paulo Prado, Oliveira Viana e Alfredo Ellis Jr., entre outros (FERRETTI, 2004).

econômico e político que satisfizesse seus interesses, rompiam como a visão monárquica e elaboravam a própria identidade, apresentando o paulista de elite como o agente por excelência da modernidade americanista, uma espécie de ianque do Brasil.

As elites paulistas se apresentavam como uma exceção de progresso e fizeram uso do passado para tal. Dessa forma, mostraram que São Paulo estava livre dos entraves do progresso elencados, inventando uma origem livre e democrática para eles através da representação de eventos como a expulsão dos jesuítas, a Guerra dos Emboabas e a importância das câmaras municipais, provando, dessa forma, a existência de um *self government* em terras paulistas que minimizava os efeitos do absolutismo colonial ibérico. Alberto Salles defendeu a originalidade climática do planalto paulista que livrava São Paulo do efeito pernicioso da tropicalidade e que garantia ao homem paulista uma força maior do que a da natureza. Por fim, afirmavam que a ausência do negro e o caráter predominantemente branco do tipo tradicional paulista anulavam os efeitos negativos da mestiçagem.

Dessa forma, se o Brasil era arcaico por causa das suas instituições políticas absolutistas, pelo clima e pela formação étnica mestiça, São Paulo, ao contrário, era moderno e progressista devido a sua formação diferenciada. O estado emergente, para sua elite, se pautava nas noções de liberdade, independência, tinha um clima ameno e era constituído por uma população branca. Dessa produção que foi forjada no calor do debate político republicano e que visava contestar o sentido centralizador e monarquista da historiografia indianista, emergiu o esboço de uma nova imagem do colono paulista, do bandeirante. Foi no bandeirante que a elite paulista projetou os valores que se atribuía, apresentando-o não apenas como definidor dos limites territoriais, mas também como povoador do sertão e paladino da liberdade brasileira. Ele estava ligado a um processo mais amplo de criação de uma identidade regional que apresentava o paulista como que fadado à implantação da modernidade no Brasil (FERRETTI, 2004).

Assim, a elite paulista se colocava como caracterizada visceralmente pelos valores de uma certa modernidade: iniciativa individual, energia, movimento, espírito empreendedor e liberdade frente ao Estado e à Igreja e se apresentavam como os demiurgos da modernidade brasileira. Com a implantação da República e a elaboração de uma história brasileira escrita por olhos paulistas, institucionalizada em 1894 com a criação do IHGSP, se produziu uma visão paulista do passado nacional que se traduziu no veículo privilegiado de um destino manifesto paulista em que se ressaltava a

missão dos paulistas de se ocupar o território e levar a bandeira da liberdade para todo o país. É desse debate historiográfico, que pode ser entendido como suporte simbólico da hegemonia política, que desfrutava a elite regional e que definiu o estado como líder na construção da nação. Também foi dessa água que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia beberam nos anos 1920, período que a figura do bandeirante já estava consolidada como herói regional de dimensões nacionais.

Todavia, tais poetas, embora influenciados por essa construção advinda de duas ou três gerações que ancoraram o elemento bandeirante como representativo do que o Brasil possuía de melhor em termos de prosperidade econômica, convivência harmoniosa, espírito cívico e empreendedor, autogovernabilidade, independência, etc., a década de 1920 estava envolvida em uma conjuntura distinta daquela que elaborou essa pauta e que data do final do Brasil Monárquico e início do Brasil Republicano. A atmosfera política e intelectual dos anos 1920 era de descrença na funcionalidade das instituições liberais e republicanas e que elas pudessem resolver os problemas do Brasil já que a República dos sonhos de muitos defensores do regime não se concretizou.

O descontentamento com a organização política da república brasileira e com a forma de governo que as oligarquias regionais conduziram o Brasil foi explicitado já no início do regime republicano por intelectuais que colaboraram com a sua construção. Além disso, na medida em que os anos passaram, a desigualdade, a corrupção e as crises econômicas colaboram com a insatisfação e geraram mobilizações de setores de direita e de esquerda. A profunda regionalização do país que a Política dos Governadores estimulou, a miséria em que viviam os brasileiros, a ineficiência do Estado em atingir e atender as necessidades básicas do povo, os mandos e desmandos dos coronéis e os abusos a que estavam submetidos os operários que organizados em sindicatos que exigiam melhores condições de trabalho foram alguns dos elementos que a crítica interna ao modelo político brasileiro se apoiou para avaliar a estrutura política brasileira (AMADO, 1981).

Descrentes em relação às instituições republicanas, alguns críticos defendiam que no Brasil as ideias estavam fora do lugar e que os regimes europeus não se adequavam a nossa realidade. Dessa forma, uma geração profundamente influenciada por Alberto Torres se propôs a identificar os problemas brasileiros, descobrir as origens e criar soluções nacionais para eles. Entre os intelectuais da “geração que Alberto Torres sonhou” (PIAZZA, 2007) estava Oliveira Viana, antiliberal que apresentou sua representação original do bandeirante. Para ele, o

bandeirante era socialmente um aristocrata, racialmente um ariano e politicamente um caudilho turbulento. Oliveira Viana tomou o desbravador paulista como personagem central de uma interpretação da história nacional que tinha como propósito mostrar como as instituições políticas liberais e federalistas eram inadequadas à realidade nacional.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se apropriaram do bandeirante de forma diferente da elite paulista que elaborou o discurso propugnado às vésperas da proclamação da República. Para os intelectuais em questão, o bandeirante era um vigoroso brasileiro que, desrespeitando as ordens da Coroa já demonstrava seu espírito nacionalista, integrando as afastadas regiões do Brasil, desenhando nossas fronteiras e se miscigenando com as populações africanas e indígenas.¹²⁶ Cabe notar que no período em que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia produziram suas obras, as teses eugênicas não encontram mais ressonância no Brasil, embora a questão racial ainda fosse central nas produções dos poetas em detrimento da ideia de cultura. (CAMPOS, 2007). Segundo tais intelectuais, além de promoverem essas benfeitorias à nação, os astutos bandeirantes eram dotados de espírito cooperativo e de autogovernabilidade, sem que isso significasse um desprezo pela iniciativa individual que era o que movia esses heróis em busca das riquezas do solo, principalmente ouro e diamantes.

Segundo Ferreira, a temática do bandeirantismo ganhou terreno durante os anos de 1910 e 1920, momento em que os cronistas dos séculos anteriores foram relidos, além de um interesse coletivo, comungado por diversos estudiosos que se dedicaram a recolher e analisar documentos que compreendiam manuscritos, mapas e roteiros de deslocamentos, inventários, etc. Assim, os bandeirantes foram compreendidos por historiadores e romancistas desse período como artífices do progresso regional, que refletia na cafeicultura, nas locomotivas, na metropolização da capital e nas indústrias. Os membros do IHGSP, ao tomarem parte nesse processo, publicaram na revista da instituição e elaboraram uma história épica cujos ingredientes eles mesmo delinearam: a busca das origens, as fontes da tradição, o

¹²⁶ Se o Jeca Tatu de Lobato era degenerado pela sua origem mestiça, a partir da década de 1910 ele pode se regenerar já que não era mais o fator biológico que fazia dele um eterno doente, mas a falta de cuidados com a saúde, com a higiene, com hábitos alimentares, etc. Dessa forma, o Estado passou a intervir na esfera da vida privada criando mecanismos que garantisse o controle dos surtos de doenças, tanto nas zonas urbanas quanto nas áreas rurais.

enaltecimento do passado regional, o elogio às grandes personagens históricos, o culto ao bandeirantismo, a retomada do indianismo e a romantização da cultura popular, especialmente do mundo rural, simbolizando a permanência de valores antigos no fluxo contemporâneo.¹²⁷

O Instituto Histórico Geográfico de São Paulo foi fundado em novembro de 1894 no salão nobre da Faculdade de Direito. Buscando abalar a história da nacionalidade até então construída pelo IHGB, os membros dessa instituição ambicionavam reescrevê-la de ponta a ponta, tirando de foco os debates indianistas e regionalismos românticos a partir de novos patrocínios. No primeiro volume da revista do IHGSP, esse objetivo foi anunciado sem disfarces: "a história de São Paulo é a própria história do Brasil" (*RIHGSP*, 1895, p. I *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 126) e o mito bandeirante, por sua vez, surgido no final do século XIX, se coadunava sobremaneira às intencionalidades desses intelectuais ao ser compreendido a partir de uma conotação heroica, onde foi atribuído ao bandeirante o papel central na integração nacional e no reconhecimento da terra.

Na literatura, o caso de Júlio Ribeiro, autor da primeira leva de romances paulistas e que tinha como temática a sociedade regional nos interessa para discutirmos o papel do bandeirantismo na formação de uma identidade regional e a inserção desse debate em relação ao conjunto da nação. Ribeiro definiu um lugar privilegiado aos paulistas na formação da nacionalidade brasileira ao dilatar o território, descobrir riquezas, criar instituições e formas culturais próprias. Lançando as bases de argumentos que foram retomadas posteriormente pelos membros da vertente verde-amarela, esse autor contribuiu para a formulação de uma narrativa que articulou o isolamento no planalto e o desafio da procura do sertão, exuberante e monstruoso.

¹²⁷ A expansão bandeirante e o povoamento de São Paulo foram estudados de modo a compreender os processos de colonização do Brasil – e daí a importância dos levantamentos geo-históricos sobre as capitanias, seus donatários e sesmeiros, além dos roteiros dos bandeirantes, esses compreendidos como fruto da fusão entre o nativo e o europeu e aclamados como desbravadores do território nacional. Essa criação ocorria no interior das letras históricas, mais do que nos domínios científicos e muitas foram elaboradas como parte dos preparativos e na esteira das comemorações do centenário da Independência do Brasil, no auge do ufanismo paulista (FERREIRA, 2001).

Para o romancista, o sertanejo era o único tipo humano capaz de dominar o mundo selvagem devido aos seus conhecimentos, portando-se com robustez frente aos desafios cotidianos e mantendo vivas suas forças instintivas. Entretanto, embora encontremos nesses romances inaugurais da literatura de São Paulo as primeiras análises dos costumes locais e a fixação dos pilares de um enredo histórico paulista, foi somente a partir da metade da década de 1910 que ganhou corpo uma produção nitidamente propensa a enraizar e expandir o modelo de um imaginário regional (FERREIRA, 2001).

O grande filão da literatura paulista, sucesso de público e de crítica, estava justamente relacionado aos escritores regionais e era composto por contos, novelas, romances e versos ambientados na roça, sobretudo, ou em pequenas cidades do interior. As personagens dos enredos eram normalmente os caboclos e a obra se alimentava de uma ótica folclórica ou das culturas do povo, pitoresca e anedótica. A literatura caboclista, já vislumbrada em textos dos três últimos decênios do século XIX, se relacionava aos estudos etnológicos e históricos promovidos pelo IHGSP e pelo Museu Paulista, sendo impulsionada pelo olhar científico do homem letrado urbano que a irradiava em enfoques naturalistas, sem que isso acarretasse na eliminação de uma sensibilidade romântica, perceptível no fundo nostálgico e nos tons idílicos com que se descreviam as paisagens rurais. A obra *Juca Mulato*, de Menotti Del Picchia, publicada em 1917, foi comumente considerada pela crítica uma produção caboclista. Porém, foi na década de 1920, no auge do ufanismo modernista, que o poeta se inseriu definitivamente no debate regionalista iniciado meio século antes.

O caboclistismo foi uma das facetas da pregação patriótica e jornada da qual participavam diversos intelectuais paulistas, como Júlio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral e Monteiro Lobato, além de estudantes de Direito, políticos e outros membros da elite regional. Todavia, entre as décadas de 1920 e 1930 foi Paulo Setúbal o maior expoente desse gênero literário, publicando diversas obras que contavam a história do Brasil de forma romanceada e realizava, assim, um trabalho educativo, cultural e patriótico na divulgação de um saber anteriormente reservado a poucos. Promovendo uma história comovente a partir de análises documentais, Paulo Setúbal pretendia apanhar o leitor a partir de uma identificação afetiva com o passado brasileiro e paulista e, sucessivamente reeditados, seus livros foram sucesso de público e constantemente elogiados pela crítica especializada, pelo menos até a

década de 1940.¹²⁸ Cassiano Ricardo não poupou elogios à esteira de produção literária de Setúbal ao assumir sua cadeira na ABL, em 1937.¹²⁹

No Brasil, foi na segunda metade do século XIX que se formularam as bases para a elaboração de uma narrativa sobre a nação e a constituição de um Estado-nacional, onde haveria de ter um território, um governo e um povo organizados dentro de uma unicidade.¹³⁰ Todavia, como bem questiona Velloso, como criar essa unicidade para um povo com características tão diferentes? O que era o Brasil? Um país dividido pelas diferenças regionais ou um conjunto homogêneo? E o regionalismo? Era um sinal do nosso atraso, um obstáculo à atualização da cultura brasileira ou o local da verdadeira identidade nacional? Foi passada a primeira fase do modernismo que esse embate se aprofundou entre as vertentes dissidentes da Semana de Arte Moderna de 1922 (VELLOSO, 1993).

É nessa esteira de debates que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se inseriram nas primeiras décadas do século XX,

¹²⁸ Segundo Ângela de Castro Gomes, durante o Estado Novo, Paulo Setúbal era saudado como o mais lido e popular entre os romancistas históricos brasileiros. Embora não fosse um historiador *tout court*, ele era reconhecido como um escritor vocacionado para divulgar a história por meio de uma ficção que não prejudicava o que ela tinha de essencial (GOMES, 1996, p. 120)

¹²⁹ Entre suas obras com filão regionalista, destacam-se: *A marquesa de Santos* (1925), *O príncipe de Nassau* (1926), *As maluquices do imperador* (1927), *A bandeira de Fernão Dias* (1928), *Nos bastidores da História: episódio históricos* (1928), *Os irmãos Leme* (1933), *O ouro de Cuiabá: crônicas históricas* (1933), *El-Dourado: episódio histórico* (1934), *O sonho das esmeraldas* (1935), *O Romance do Prata* (1935). Em relação ao livro *A marquesa de Santos* (1925), Plínio Salgado publicou, no 11º número da revista *Novíssima*, uma crítica elogiosa à obra em que valorizou a tentativa de criar um novo método histórico (*Novís.* n.11, 8/9.25, p. 13-6)

¹³⁰ Praticamente um século divide as obras de Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste* (1940) e do naturalista e viajante bávaro Karl F. Philipp von Martius, *Como escrever a história do Brasil* (1844) e entre elas, o que temos em comum é um projeto de identidade coletiva a partir da mistura entre três elementos raciais - português, índio e negro. Foi von Martius que traçou o que seria as linhas mestras de um projeto histórico que poderia garantir uma identidade ao Brasil a partir de uma compreensão sobre o nosso povo e sobre o nosso território, debate que foi sendo construído ao longo do século XIX e XX por diversos intelectuais, como Paulo Prado, em seu *Retrato do Brasil* (1928) e Sérgio Buarque de Holanda, na obra *Raízes do Brasil* (1936), entre muitos outros.

principalmente a partir dos anos 1920. Mergulhados nas questões regionalistas, tais intelectuais buscaram compreender as especificidades do Brasil no plano cultural, sem que isso acarretasse o abandono da tradição discursiva que estava sendo fermentada em São Paulo há décadas. Dos anos 1930 em diante, esses intelectuais ampliaram seus debates e a partir das mudanças necessárias, adaptaram suas propostas regionalistas de modo a defender a hegemonia paulista no ideário estadonovista. Nota-se que, embora discutissem em campos diferentes, primeiramente abordando a questão cultural e em um segundo momento a questão política, a retórica que legitimava os seus discursos era a mesma: o Brasil era original graças à intervenção do elemento bandeirante que forjou uma sociedade sem precedentes e garantiu o sucesso da nação, que deveria reencontrar seu verdadeiro sentido, cultural, social e político. Durante o Estado Novo, esses articuladores buscaram interpretar a realidade brasileira com os olhos de intelectuais paulistas e ofereceram ao conjunto da nação uma análise que contemplava as suas discussões sobre a cultura, a política e a formação nacional da década de 1920, quando mergulhados no regionalismo da corrente verde-amarela do modernismo.

2.2 A nação aos olhos dos bandeirantes: Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e a proeminência paulista

Embora não tenham sido as produções de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia que iniciaram o debate sobre o legado dos bandeirantes, nem foram eles os principais expoentes da literatura regionalista paulista, suas trajetórias intelectuais e suas históricas aproximações com os círculos de poder nos ajudam a compreender a inserção de elementos da paulistanidade no discurso ideológico do regime autoritário. Assim como outros debates que estavam em pauta anteriormente à instauração do Estado Novo, o mito bandeirante foi apropriado pelo regime que buscava se afirmar e se legitimar; cabe resgatarmos, mesmo que de forma sintética, a defesa de um ideal de Brasil defendido por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, este calcado em um projeto regionalista para a nação.¹³¹

¹³¹ Segundo Ângela Alonso, ao analisar a geração da década de 1870, período de crise do Brasil Monárquico, concluiu que não havia autonomia no campo intelectual, mas sim sua submissão ao universo da política. Segundo a autora, era impossível distinguir intelectuais de políticos no período. Assim, essa

Mailce Magri defendeu em sua dissertação *Juntos mais desiguais: um desejo de "nação" paulista não-realizado*, que o modelo de nação paulista não vingou. Sem cair em relativismos, podemos dizer que, embora não tenha se realizado na sua completude, aspectos da tradição paulista foram incorporados pelo Estado Novo como forma de legitimação do governo. Segundo Cassiano Ricardo, em suas memórias, pelo recém fundado jornal *Diário de São Paulo*, Assis Chateaubriand escreveu um artigo muito vivo e atilado, afirmando que a Revolução de 1930, ao chegar em São Paulo, encontrou seu manifesto numa das gavetas do órgão do PRP (RICARDO, 1970). Assim, analisar como foi essa incorporação, a partir de que atores e em que conjuntura isso ocorreu corresponde a parte dos questionamentos que me proponho a debater. Além disso, compreender as mediações entre a questão regionalista, nacionalista e continentalista nas produções de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia também são preocupações que se inserem no presente esforço de pesquisa.

A chamada vanguarda modernista deu prosseguimento à busca de novas figurações para escrever a história de São Paulo. Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, para escrever suas obras passaram a buscar outros mitos de origem de modo a substituir o indígena, que se resumia a algumas tangas e tacapes (FABRIS, 1994). Dessa forma, nos escritos mitopoéticos de *Juca Mulato* e *Martim Cererê*, criou-se a ideia de uma raça paulista em uma concepção alargada, de modo a congregar o sangue de índios, negros, mulatos, bem como dos imigrantes recém-chegados. O sentimento patriótico de Del Picchia já era perceptível no poema telúrico *Juca Mulato*, quando o poeta escolheu como herói um caboclo do mato que, embora vigoroso, andava sempre a cismar, como um gênio triste da raça.¹³² *Juca Mulato*, a personagem do livro, integra o

secção representaria um anacronismo que excluiria da análise uma parte do próprio problema: a atividade política que os intelectuais desempenharam. Para a autora, no Brasil da segunda metade do XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual e a existência de única carreira pública centralizada no Estado, que incluía tanto empregos no ensino quanto candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção (ALONSO, 2000).

¹³² Segundo Mônica Pimenta Velloso, em *Juca Mulato*, Menotti Del Picchia procurou criar uma nova versão do Jeca-Tatu, fugindo ao estilo realista de Monteiro Lobato que retratava o atraso e a miséria do caboclo em oposição frontal à ideologia da grandiosidade e da operosidade paulista e que mais foi defendida, posteriormente, de forma veemente pelos verde-amarelos. A obra de

rol de tipos populares rurais desenhados por escritores e artistas desde o final do século XIX, assemelhando-se, pelo sentimentalismo, ao violeiro caipira de Almeida Júnior, e pelo aspecto de desolação, ao Jeca de Lobato (FERREIRA, 2001).

A partir de 1924, com a segunda fase do modernismo e as ramificações dos grupos, iniciou-se a formação do grupo verde-amarelo, encabeçado por Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e que se apresentou como vertente renovadora do movimento. Após romperem com os grupos Terra Roxa e Pau-Brasil, em 1925 e 1926, desencadeou-se uma verdadeira polêmica que tinha como pano de fundo a relação entre regionalismo e o nacionalismo, uma vez que, para os verde-amarelos as demais correntes modernistas cometiam o erro de encarar a questão regional como motivo de vergonha e de atraso. Por outro lado, insistiam em ver o Brasil com olhos parisienses.¹³³ Pode-se dizer que os debates em torno da questão regional fizeram parte de uma das principais discordâncias entre os membros da vertente verde-amarela e Pau-Brasil.

Essa polêmica a respeito da questão nacional e do significado de ser brasileiro deixou clara a importância da questão regionalista no interior do modernismo. Embora o movimento, de modo geral, não se

Menotti acabou derivando para uma idealização de base sentimental, sendo a vida do caboclo descrita de modo lírico e sonhador. A sua tristeza racial, remete-nos a uma proposição que ganhará fôlego no ensaio *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, publicado em fins da década seguinte. Apesar disso, Juca Mulato é delineado como uma figura carregada de robustez e grandiosidade selvagem, em oposição à figura raquítica do Jeca de Lobato.

¹³³ No capítulo *Carta Verdamearella*, de Plínio Salgado, a poesia servida à francesa de Oswald foi criticada e o valor representativo da mentalidade brasileira de Raul Bopp exaltado, sendo, dessa forma, indicado o autor para ocupar uma cadeira na “Academia Verde e Amarelo”, instituição fictícia criada para ironizar as congêneres. (SALGADO, 1927, p. 71). Embora não fosse um manifesto, os artigos publicados no livro ilustraram as posições a respeito das questões políticas e estéticas do grupo, o que se confirmou em 1929 com a publicação do *Manifesto Verde-amarelo*. A crítica a Oswald de Andrade está presente em diversas publicações do grupo como, por exemplo, em artigo publicado em *Novíssima*, na edição número 11 do periódico, em que o autor contesta a obra prefaciada por Paulo Prado (*Novís. n.11, 8/9.25, p. 27-8*) e na *Chronica Social* assinada por Hélios, pseudônimo de Menotti Del Picchia, na data de 23 de agosto de 1926, sob o título de *Epístola a Oswald d'Andrade*. Para Menotti Del Picchia, o primitivismo proposto por Oswald de Andrade era absurdo, pois a nossa civilização era tão milenar quanto a lusa, gaulesa ou italiana.

assumisse como antirregionalista, uma vez que se conferia notória importância ao folclore e aos costumes das diferentes regiões culturais brasileiras, introduziu-se uma nova concepção do regional, acrescentando elementos que viriam mediar sua relação com o nacionalismo. A partir da construção de um projeto de cultura nacional que comportava um retorno idílico às tradições do país, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia buscaram atualizar o discurso da tradição paulista a partir da experimentação poética do modernismo sem, todavia, se desvencilharem dos velhos heróis da literatura e da historiografia.

Embora não seja o foco desse trabalho, cabe uma pequena reflexão acerca do Movimento Modernista do início da década de 1922. Segundo Annateresa Fabris, a Semana de Arte Moderna foi retratada miticamente por seus protagonistas e por uma geração de críticos e historiadores comprometidos com a defesa da causa da arte moderna que aceitaram o discurso de forma acrítica, sem contestação ou as questionando timidamente (FABRIS, 1994). Além disso, no mesmo ano do evento, nas comemorações do centenário da independência, buscou-se forjar uma representação coletiva do paulista, dramatizando o ato fundador da nacionalidade como parte de um grande feito coletivo em que São Paulo despontou como presença nuclear na história brasileira. Pode-se dizer que o terreno estava preparado para a produção e reprodução de um discurso proferido por porta-vozes autorizados da paulistanidade que garantia ao estado um papel central perante as outras regiões – era a terra que proporcionou ao Brasil o fulcro inovador da arte nacional e a própria origem da nação.¹³⁴

Annateresa Fabris detectou, entre vários expoentes do movimento de vanguarda da década de 1920, a partir de fontes pouco usadas pela crítica literária, indícios de uma visão apaixonada e heroica da cultura regional. Dentre esses autores estariam Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Cândido Mota Filhos, Luís Aranha e Carneiro Leão (FABRIS, 1994). Pode-se acrescentar à lista Cassiano Ricardo, embora tenha investido nessa esteira de produção a partir do seu retorno a São Paulo, em 1923. Assim, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, que na década de 1920 publicaram no *CP* seus cultos à terra

¹³⁴ Segundo Annateresa Fabris, “os limites da modernidade artística brasileira residem sobretudo na questão da brasilidade...” e os modernistas “elaboraram a própria ideia de modernidade, de olhos postos em São Paulo”, “ignorando uma série de manifestações que apontavam na mesma direção a partir de um outro centro geográfico, o Rio de Janeiro” (FABRIS, 1994, p. 21).

bandeirante, nutriram uma visão regionalista e ufanista que posteriormente se configurou em um nacionalismo exaltado. Além disso, o modernismo brasileiro, principalmente em São Paulo, longe de apresentar uma postura antiburguesa, foi financiado justamente pela nascente burguesia paulista.

Esse ufanismo pode ser ilustrado, por exemplo, com o Monumento das Bandeiras, projeto de Brecheret. Bem longe de São Paulo, o “Rodin bandeirante” nasceu em 1894 na Itália, mais especificamente em Farnese, na Toscana, mudando-se para o Brasil aos 10 anos de idade. Mesmo assim Menotti Del Picchia não poupou esforços para fixá-lo como um autêntico escultor brasileiro e paulista, identificando na estética de suas obras elementos autóctones do Brasil. Foi no ano de 1920 que o governador Washington Luís anunciou que a cidade de São Paulo homenagearia os bandeirantes com um monumento de modo a amplificar sua presença nos festejos do centenário da independência. De modo a conduzir essas empreitadas foi montada uma comissão composta por Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Menotti Del Picchia, que se juntaram em apoio a Brecheret,¹³⁵ artista que havia sido descoberto recentemente por Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Di Cavalcanti e Hélio Seelinger em uma exposição no Palácio das Indústrias (GONÇALVES, 2012).

O escultor se diferenciava do padrão passadista da estatuação brasileira e não tardou para que as campanhas favoráveis a Brecheret inundassem os jornais, incluindo o *Correio Paulistano* e revistas, como *Papel e Tinta* e *Revista do Brasil*, de Lobato, que mesmo sendo um crítico feroz da arte moderna publicou na edição de fevereiro de 1920

¹³⁵ Segundo Menotti Del Picchia, sob a alcunha de Helios, “Aquelle Brecheret mudo como um peixe, (...) é o caso de arte mais sério que conheço. Modesto como um coelho, (...) Brecheret tem vinte e poucos annos e um talento prodigioso. Nasceu em S. Paulo, o que quer dizer que é filho da terra e não faz milagres. Não fuma, não bebe e é pacato como um funcionario com trinta annos de borocracia. (...) Não sei de talento mais original e phantasiado entre nossos artistas; a sua technica, acepilhada no convívio dos mestres europeus, é destra e moderna: seus torsos michelanglolescos, si obedecem a fatalidade realista dos moldes phystologicos, espiritalizam-se no arrojo da sua estylização admirável, forrando-se às animallidades anatomicas, para crearem uma alma profunda, impressionante, soberba. Oxalá S. Paulo saiba aproveitar-lhe o gênio. Brecheret é ingenuo e necessita ler, á pressa, um tratado de semiotica. Si tivesse lábia como tem talento, seria hoje o Jupiter tonante da nossa esculptura. Por enquanto para mim é apenas, deliciosamente, o admirável Brecheret...” (HELIOS, *CP*, 15.1.20, p. 4, c.2)

fotografias das obras *O Despertar* e *Eva*. Provavelmente instruído pelos modernistas, entre estes Menotti Del Picchia, sobre a importância histórica dos bandeirantes, Brecheret apresentou uma maquete do monumento acompanhada de um texto, esse produzido pelo autor de *Juca Mulato*.¹³⁶ Anos mais tarde, não sem a atuação de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, Armando de Salles Oliveira buscou reviver o Monumento que, todavia, só foi concluído em 1954.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia elegeram a cidade de São Paulo como o lugar de excelência da modernidade brasileira e reelaboraram o discurso épico regional de modo a revesti-lo com imagens futuristas, projeções otimistas e presas ao ideário burguês. Assim, a cidade industrial foi concebida como fulcro irradiador de um novo modo de civilização e esse olhar se estendeu por todo o estado, principalmente na visão de Menotti Del Picchia. Para o autor, a São Paulo de Piratininga moderna era o braço que trabalhava, o cérebro que criava, o antípoda complexo dos cismarentos patrícios do norte, os quais ainda descansam, pacíficos, nas velhas normas ancestrais, sem as

¹³⁶ A obra não se realizou devido aos concorrentes portugueses que ofereceram a São Paulo uma maquete sobre o mesmo episódio produzida pelas mãos de Teixeira Lopes, o que criou uma situação delicada e fez com que Washington Luís optasse por adiar a decisão, revoltando Menotti Del Picchia. Brecheret, dessa forma, doou a maquete para o estado de São Paulo que a integrou ao acervo na Pinacoteca (GONÇALVES, 2012). Já durante o Estado Novo, no jornal *A Manhã* divulgou, em artigo intitulado *O Monumento da Marcha para o Oeste*, os preparativos para a execução do “monumento [que] vai marchar”, a partir das fecundas mãos de interventor Fernando Costa (RICARDO, *AM*, 30.1.42, p. 4, c. 3). Somente em 1953, às vésperas do IV Centenário de São Paulo, os “heróis máximos” de Cassiano Ricardo ficariam eternizados no Parque do Ibirapuera com a nova versão do *Monumento das Bandeiras*, de Brecheret. Cassiano Ricardo, apresentado como “membro do Conselho Federal de Cultura e da Academia Brasileira”, publicou um livreto intitulado *O que é o monumento dos bandeirantes*, de distribuição gratuita e financiado pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. Oferecido “ao secretário Orlando Zancaer esta pequena mas minuciosa informação sobre a grande obra de arte e seu significado histórico” além de apresentar Brecheret como um “genial escultor paulista”, expôs de forma grandiloquente os feitos dos bandeirantes, atribuindo aos paulistas o perfil geográfico do Brasil. Também retomou as querelas que impossibilitaram a realização da obra na década de 1920, atribuindo aos portugueses a culpa pela demora na conclusão da obra, uma vez que se colocavam contra os paulistas, cujo porta-voz era Menotti Del Picchia (RICARDO, s.d, s.p.).

perturbações criadores da concorrência do industrialismo insone, da batalha financeira americana. (FABRIS, 1994)

O acesso à modernidade significava, para Menotti Del Picchia, o acesso à racionalidade, ao pragmatismo e à ética capitalista, como é possível acompanharmos através da sua coluna no *Correio Paulistano*, onde pleiteou a necessária morte do romantismo.¹³⁷ Propondo um patriotismo prático, baseado no lema que amar o Brasil é trabalhar, Menotti Del Picchia acreditava que, na era industrial, era preciso sacrificar o lirismo e o nirvanismo contemplativo e assumir uma perspectiva eminentemente utilitarista e pragmática. A natureza, por sua vez, deixaria de ser, conforme era no romantismo, objeto de culto poético para se transformar em objeto de lucro e de investimento e a poesia da nossa riqueza econômica deveria predominar no Brasil novo que era representado por São Paulo, considerado o centro do trabalho, de atividades práticas e inteligentes.¹³⁸

Para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, São Paulo se apresentava como o cerne da nacionalidade brasileira devido a sua configuração geográfica que investiu à região uma originalidade que a destinava, pelo fluxo da natureza, guiar a nacionalidade brasileira. Essa argumentação está presente em diversos artigos publicados pelos autores no *CP*, permanecendo como um argumento central nas produções das décadas subsequentes, incluindo, nesse sentido, as obras *O Brasil no*

¹³⁷ No artigo intitulado *O ultimo romantico*, publicada no *CP* em 27 de agosto de 1921, o autor lamentou o caráter anacrônico de um suicídio amoroso e argumentou que os novos tempos exigiam que o amor passasse para o domínio de uma simples operação financeira, devendo essa mesma dinâmica ocorrer no nível da vida pessoal, social e política.

¹³⁸ O Norte, por sua vez, seria sinônimo de resto do Brasil e o Peri e o Jeca Tatu fadados ao desaparecimento a partir da sua substituição por um tipo definitivo de brasileiro vencedor, o brasileiro de São Paulo, que era um ser poligenético, múltiplo, forte, vivo, culto, inteligente, audaz, fruto de muitas raças em combate, resultante de muitos sangues e adaptado, pela força das leis mesológicas, no meio em que surge, temperado pelo clima, plasmado pela força da fatalidade histórica e que levava em seu organismo uma civilização multissecular, uma cultura requintada. (FABRIS, 1994, p. 6) Profanando morte de Peri, Menotti Del Picchia defendeu, nos meses iniciais do ano de 1921, a renovação política, financeira, econômica, literária e ética, sufocadas pelo nosso ingênuo amor ao passado. Os modernistas buscaram forjar uma autoimagem que pautava o movimento pelo combate ao passadismo que se expressava no patriotismo retórico, no regionalismo ingênuo e em anacrônicas formas parnasiano-bacharelescas.

Original e Marcha para Oeste. Diferentemente das outras regiões do país, em São Paulo, por uma fatalidade da natureza, os rios corriam em direção ao interior, fato que teria obrigado os paulistas a caminhar em direção ao sertão, abandonando o litoral e tornando-se, então, desbravadores do território e, conseqüentemente, bandeirantes. Para esses intelectuais era no sertão que residiria a verdadeira cultura brasileira.

Além do *CP*, a revista *Novíssima*¹³⁹ também abrigou esses intelectuais ligados à vertente verde-amarela e outros interlocutores, principalmente os que abordavam temáticas que o grupo debatia, entre elas a questão da paulistanidade e da brasilidade (GUELFY, 1987). Embora publicassem também artigos sobre a situação dos conflitos em terras gaúchas no conturbado ano de 1923¹⁴⁰ e sobre os hábitos religiosos dos baianos, por exemplo, a questão regionalista permeou a *Novíssima*, que se “vinculava à vertente verde-amarela”, mesmo que sua publicação assumisse não fazer distinção entre grupos. (LUCA, 2011, p. 51)

Alarico Silveira publicou, no oitavo número da revista, o artigo *O Sonho da Raça*, onde descreveu a possível rota de invasão dos tupis no território brasileiro e interpretou o movimento bandeirante para o oeste como um apelo da raça que os chamava de volta às origens. Esse autor pretendia reconstruir a epopeia dos paulistas, fundindo, assim, a história passada com o projeto presente de conhecimento e avanço para o interior do Brasil, ideia essa que seria retomada por Cassiano Ricardo em seu *Marcha para Oeste* na década de 1940 (SILVEIRA, *Novis.*, n.8, 11.12.24, p. 11). Na publicação, o elemento que aparece como o responsável pela constituição da nacionalidade, o indígena, mereceu destaque, como no artigo publicado por Alfredo Ellis Jr. em que destacou a *Antropologia do índio*, momento em que se dedicou a

¹³⁹ O jornal *Correio Paulistano*, como era de se esperar, publicou uma crítica elogiosa à recém lançada publicação em 22 de dezembro de 1923. Em editorial, a revista posicionou-se da seguinte maneira: “NOVÍSSIMA não será, como se lhe podia inferir do nome, destruidora do passado e da tradição. (...) Não abomina nenhuma escola, em assunto de arte ou literatura; não faz seleção de capacidades, entre o maior e o menor, entre o mais novo e o mais velho, entre os deste e os daquele grupo. (...) NOVÍSSIMA, numa palavra, por ser a expressão de uma crença nova, quanto aos destinos da grande pátria, florida de rosas, na madrugada do seu triunfo...” (*Novís.* 1.12.23, n. 1, p. 1)

¹⁴⁰ Cassiano Ricardo retornou do Rio Grande do Sul no ano de 1923 e estabeleceu contato com diversos escritores gaúchos que colaboraram com *Novíssima*, como Roque e Fernando Callage.

analisar a origem do *homo-americanus* (*Ibidem*, p. 27-8) ou na capa da segunda edição, ilustrada por Belmonte e que representava um robusto homem indígena portando um arco.

A Escola da Anta, formado a partir dos membros do grupo verde-amarelo interessados em estudar a questão da brasilidade, valorizou o elemento indígena na formação da nação e pode ser interpretado como uma reação crítica às propostas do *Manifesto Pau-Brasil*, assinado por Oswald de Andrade e inicialmente publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 18 de março de 1924.¹⁴¹ Todavia, ao que parece, não houve consenso em torno da valorização da anta e do elemento autóctone entre os intelectuais ligados à vertente verde-amarela: em 20 de janeiro de 1927, Cândido Motta Filho publicou um artigo intitulado *Brasileiros na America*, onde buscou explicar seu ponto de vista sobre o nacionalismo brasileiro, uma vez que suas considerações foram rechaçadas por Menotti Del Picchia e Plínio Salgado. Segundo Motta Filho, a análise da anta como elemento simbólico e racial do Brasil era suscetível de reparo porque nossa origem seria, para o autor, produto da fusão das três raças: “acho que mamamos na loba latina, na anta americana e em outros bichos da zoologia symbolica.”¹⁴² (MOTTA, CP, 20.1.27, p. 4, c.1)

Para Motta Filho, então, não se deveria privilegiar a nossa origem em função da “descida lendaria do tupy, dos planaltos boliviano”, como sustentava Plínio Salgado, pois nada ou pouco se sabia a respeito do indígena, somente que “eram raças selvagens, subordinadas, escravizadas às forças naturais”, além de “massas componentes da

¹⁴¹ Segundo Mônica Pimenta Velloso, “a história da anta passa a ser a história da nacionalidade brasileira, que se inicia quando os tupis descem dos andes em direção ao planalto de Piratininga. Na chegada, deparam-se com os portugueses dando início então ao processo da mestiçagem. Pelo ‘matrimônio das raças’, o Brasil começaria a realizar o seu destino que é o de retorno às origens. Assim, a união entre portugueses e índios impulsionaria o movimento bandeirante em direção ao Oeste. Imunizados contra as fatalidades climáticas e mesológicas do meio tropical e tomados pelo ‘sentimento de atavismo’ que gera a ‘saúde ancestral do oeste’, os bandeirantes partiriam para o interior pelos laços sanguíneos e sentimentais, a nova raça estaria preparada para realizar o destino nacional, efetuando a integração racional e territorial” (VELLOSO, 1983, p. 58).

¹⁴² Cassiano Ricardo, em discurso de posse na ABL, assume que na década de 1920 era preciso soltar a anta que representaria a força inicial e original da terra contra os donzéis gregos da literatura importada. Para o autor, o grupo verde-amarelo foi responsável por armar a discussão. Assim, uns aceitaram a Anta, mas outros optaram pela Loba, a mãe da civilização latina. (RICARDO, 1938)

paizagem” (*Idem*). O indígena fazia parte da mitologia, mas teria sido o elemento luso e suas caravelas que fundaram o Brasil com sua “gente soffrida e experiementada em varios séculos de civilização. Porque civilização é o domínio do homem por sobre a natureza e esse domínio foi aqui realizado pelo europeu” (*Idem*).¹⁴³

A configuração de um grupo com interesses compartilhados não representa uma coesão harmoniosa entre os membros. Embora se identificassem enquanto um grupo, como ficaria claro em 1929 com a publicação do manifesto do grupo verde-amarelo publicado no *CP* e assinado por Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Alfredo Ellis, Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho, não havia consenso entre os autores nem sobre a predominância do elemento indígena na formação do Brasil - um dos traços que a historiografia e os estudos literários formularam como um dos núcleos agregadores da vertente verde-amarela e, principalmente, da Escola da Anta. Segundo esse manifesto, os tupis, que representariam a ausência de preconceitos, diferentemente dos tapuias, desceram para serem absorvidos, para se diluírem no sangue da gente nova, para viverem subjetivamente e se transformarem numa prodigiosa força da bondade brasileira e seu grande sentimento de humanidade.

Em 1929, com a publicação do *Manifesto Nhengaçu*, os verde-amarelos rememoram o período colonial como o momento áureo da nossa civilização devido à integração pacífica entre o elemento colonizado e o colonizador. Dessa forma, a cultura brasileira foi percebida como uma esfera isenta de conflitos, onde reinaria a integração, a harmonia e o elemento tupi, por sua vez, foi eleito o cerne da nacionalidade brasileira por simbolizar a passividade. Para esses intelectuais, a tradição possuía um valor que perpassava os contextos históricos, fixando-se no espaço – como ela não pertencia ao plano

¹⁴³ A anta, para Motta Filho, seria um símbolo americano e não brasileiro. E, “brasileiros, acima de tudo, almejamos um symbolo que signifique a nossa personalidade nacional, o nosso cunho genuíno e proprio de um povo que sabe onde tem suas fronteiras” (MOTTA, *CP*, 20.1.27, p. 4, c. 2). Entendendo o índio como incapaz de se fazer proprietário de terras e por isso indigno de se transformar em elemento representativo da nação, o autor recorre a Sylvio Romero, a Euclýdes da Cunha, a Theodoro Sampaio, a José Veríssimo e a Oliveira Viana, personalidades brasileiras que aceitam o predomínio da cultura, ação, índole, feição mental e moral do branco, já que “foi o portuguez numa politica sábia e admirável que fixou a unidade desta patria colossal” e, portanto, “a historia do Brasil foi feita pelo branco. S. Paulo, que desconhece o bugre e que tem uma energia formidavel de vida civilizadora” (*Idem*).

temporal, mas ao espacial, ela estaria presente na índole do paulista do século XX. A partir de então, conclui-se que, para os verde-amarelos, qualquer manifestação de brasilidade passaria pela questão regionalista.

Diferentemente dos indígenas vencidos pelos brancos das proposições de Motta Filho, o manifesto publicado em 1929 exaltou os tupis como seres conscientes de sua posição e que ao se socializarem sem temer a morte, sobreviveram: o jesuíta pensou que havia conquistado o tupi, mas na verdade foi o tupi que conquistou para si a religião do jesuíta. Além disso, o português julgou que o tupi deixaria de existir, mas o português se transformou e só então ergueu uma nação nova contra metrópole, porque o tupi venceu dentro da alma e do sangue do português. O radicalismo ou jacobinismo era relacionado aos tapuias, isolacionistas e desagregadores; em contrapartida o nacionalismo era tupi por ser sadio, de grande finalidade histórica e de predestinação humana.

A defesa de um nacionalismo sentimental do grupo também nos relacionaria à índole tupi, que não era intelectual, mas de ação prática e sem desvios da corrente histórica. Segundo o manifesto, a nação seria resultante de agentes históricos, como o índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o político, o holandês, o português, o índio, o francês, os rios, as montanhas, a mineração, a pecuária, a agricultura, o sol, as léguas imensas, o Cruzeiro do Sul, o café, a literatura francesa, as políticas inglesa e americana, os oito milhões de quilômetros quadrados e a aceitação de todos esses fatores, sem conceder predominância a nenhum, seria elementar para a construção da nacionalidade.

Nesse manifesto, o índio foi compreendido como a raça transformadora das raças e símbolo da nacionalidade devido a sua ausência de preconceito. Objetivamente desaparecido, o indígena se misturou à população de 34 milhões de habitantes e exerceu subjetivamente sobre os outros grupos a ação destruidora dos traços caracterizantes, evitando o florescimento de nacionalismos exóticos. Foi graças ao nacionalismo sentimental tupi da aversão à filosofia e da ausência de sistematizações que o Brasil estaria livre de preconceitos raciais, religiosos ou políticos.¹⁴⁴ O manifesto se impôs, segundo os

¹⁴⁴ Segundo o manifesto, toda e qualquer sistematização filosófica entre nós seria tapuia, destinada a desaparecer assediada por outras tantas doutrinas, porque viveria sua vida efêmera das formas ideológicas de antecipação, das fórmulas arbitrárias da inteligência, tendo necessidade de criar uma exegese específica, unilateral e sem a amplitude dos largos e desafogados pensamentos e

intelectuais que o assinaram, como um grito de liberdade de uma nação que estaria farta da Europa e proclamador da liberdade de ação brasileira, definida como bárbara, sem autoexperiências científicas, sem psicanálises e teoremas e cuja expressão de nacionalismo tupi foi descoberta com o movimento da Anta e estava presente em todos os lances da vida social e política brasileira.

Herdeiros da tradição tupi, os verde-amarelos se definiam como intelectuais desprovidos de preconceito de raças, religioso e político e, além disso, defendiam a liberdade plena de cada um ser brasileiro como quisesse e pudesse e cujo caminho indicado era a partir da interpretação do país e o seu povo através da sua própria determinação instintiva. Propondo um nacionalismo de afirmação, de colaboração coletiva, de igualdade dos povos e das raças, de liberdade do pensamento, de crença na predestinação do Brasil na humanidade, de fé no nosso valor de construção nacional, fez-se um convite aos brasileiros a produzirem sem discutir e difundirem a arte moderna nacional para o grosso da população.¹⁴⁵

Nesse debate sobre a brasilidade verde-amarela é que Cassiano Ricardo publicou, em 1928, *Martim Cererê*, obra em que criou os heróis geográficos que realizaram a epopeia bandeirante. Os grandes homens que desbravaram o sertão eram dotados de uma missão grandiosa: realizar a paulistanização do Brasil, uma vez que eram esses os valores que sintetizavam a própria brasilidade. Ponto de partida e de chegada, o Planalto de Piratininga, isolado do litoral pela Serra do Mar, seria o guardião das verdadeiras tradições brasileiras, assumindo a vanguarda no conjunto nacional, uma vez que foi São Paulo que deu início ao

sentimentos americanos e brasileiros. Teria sido o índio tupi que nos ensinou a rir de todos os sistemas e de todas as teorias. Eram denominados *tapuias* os indígenas que não eram Guarani.

¹⁴⁵ Menotti Del Picchia explicitou em 19 de maio de 1929, com base no documento que indicava as diretrizes da corrente *verdumarella*, alguns dos aspectos que unia o grupo, como a defesa de instituições conservadoras e a afirmação da cultura nacional frente à européia, com ênfase na defesa da cultura autóctone e sem “abstracções ideológicas.” (HÉLIOS, *CP*, 19.5.29, p. 6, c. 1). Defensor da “liberdade do pensamento”, o grupo aceitava “todas as instituições conservadoras, pois é dentro dellas mesmo que faremos a inevitável renovação do Brasil, como o fez, através de quatro seculos, a alma da nossa gente, através de todas as expressões históricas.” (*Idem*). O *Correio Paulistano* serviu por cerca de cinco anos como núcleo aglutinador do movimento que nas décadas seguintes teve suas discussões retomadas de modo a discutir a solução para os problemas políticos da nação.

processo nacionalizador através da epopeia das Bandeiras, ainda no século XVI.¹⁴⁶

A importância do tema nacionalista na obra é reafirmada pela repetição dos pontos críticos e as matrizes paternalistas e autoritárias são inconfundíveis na leitura da obra, como afirma Luiza Franco Moreira.¹⁴⁷ A poesia faz coincidir o tempo do menino com o tempo que o país leva para se formar: do Brasil pré-europeu, escravidão e República. À primeira vista, as três raças parecem ter colaborado harmoniosamente na formação do menino representado pelo aluno do grupo escolar que gosta de jogar futebol e tocar o tambor em dias de festa pública. Todavia, ainda segundo Moreira, “na estrutura do poema as raças aparecem numa ordem bem rígida: primeiro, o cenário é dominado pelo índio (VV.1-13), em seguida, é a vez do negro (VV. 14-55), e no fim, a figura central é um professor, branco (VV. 57-82).” O homem branco foi apresentado como arquiteto da harmonia racial, cujo papel ativo o é destinado – já ao elemento indígena e o elemento negro estão confiados o papel passivo (MOREIRA, 2001, p. 43).

Por mais que a obra se coloque como visceralmente brasileira, como síntese étnica do Brasil, é inegável o peso do regionalismo paulista em seu caráter elitista. Quando o comissário do café é apresentado como figura que sintetiza a história do Brasil e ilustra os valores nacionais, o poema identifica o país a um grupo social ligado às elites paulistas. Assim, o homem branco ocupou na obra uma posição de poder frente às outros homens, indígenas e negros, e também às mulheres.¹⁴⁸ A única personagem da obra que é representativa da nação

¹⁴⁶ O Centro Paulista, sediado no Rio de Janeiro, promoveu, em 1926, uma série de conferências sobre o papel pioneiro de São Paulo na formação do Estado nacional. Cassiano Ricardo, em artigo publicado no *CP* em 20 de novembro de 1926, aplaudiu a iniciativa e argumentou que a providência histórica havia outorgado ao estado este destino, pois foi ele que delineou o nosso gigantesco mapa.

¹⁴⁷ Por intermédio do falante, uma concepção corporativista da nacionalidade é incorporada no texto como um elemento formal decisivo para a estrutura poética (MOREIRA, 2001).

¹⁴⁸ Segundo Moreira, “Em todo o livro *Martim Cererê* as mulheres atraentes costumam sofrer alguma desvantagem: comparadas ao falante, elas são ou de outra raça ou de um nível social inferior. Por outro lado, as mulheres do mesmo nível social que o narrador, ou da mesma raça, são caracterizadas como sem encanto e, na verdade, mal são mencionadas.” (MOREIRA, 2001, p. 57) Além disso, “o elemento textual que melhor exprime a tese política de Cassiano é o emparelhamento contraditório de menino e adulto. Esta estrutura expressa tanto

é o comissário do café, cujo papel de falante lhe é atribuído. Ou seja, quem nos conta a história é um homem, branco, paulista e proprietário – a relações assimétricas reserva o papel dominante para determinado grupo e os demais, também formadores da nação, são emudecidos já que representariam a passividade. Ao herói bandeirante é destinada a glória de desbravar os sertões em suas viagens pelo Brasil e a chave de leitura da brasilidade é dada pela geografia.¹⁴⁹

Envolvidos nos debates sobre a nação e a consciência nacional, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se engajaram sistematicamente na discussão a partir da década de 1920, quando compunham o grupo verde-amarelo, onde propuseram um modelo de política e de cultura para o Brasil. Essas produções, grande parte veiculadas no *Correio Paulistano*, refletiam a questão nacional a partir de uma tradição regionalista, que também possuía seus projetos para o país, conforme analisou Magri (2011). Na constituição das identidades culturais coletivas, a literatura, os mitos, as tradições e as narrativas nacionais buscam enfatizar a continuidade e a atemporalidade de uma identidade nacional, criando sentimentos de identificação e pertencimento com a nação, que é compreendida a partir de uma linearidade desde sua fundação que se perde num tempo distante. A nacionalidade, nesse sentido, faz parte de uma idealização na tentativa de supressão da pluralidade e é nesse sentido que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia foram convidados a assumir cargos de manifesta importância para o processo de formação da hegemonia.

No período em que se cultuou a arte moderna no Brasil, também se vivia uma situação de otimismo devido à decadência da civilização europeia. Essa situação foi interpretada, principalmente em São Paulo, como o advento promissor de uma nova ordem na qual a América exerceria papel de líder mundial. Esse ufanismo de São Paulo foi acompanhado da desqualificação empreendida em relação ao Rio de Janeiro, cuja crítica veiculada nas páginas do *Correio Paulistano* nos é

a ambição deste poema de acolher o Brasil inteiro quanto sua estratégia de subordinar, efetivamente, a maioria da população a uns poucos privilegiados. *Martim cererê*, de forma paternalista, apresenta o Brasil como uma criança ingênua, ao mesmo tempo em que projeta uma segunda imagem da nação como um adulto de elite e autoridade.” (MOREIRA, 2001, p. 64)

¹⁴⁹ Cassiano Ricardo integrou uma corrente de pensamento para a qual a geografia moldava a história, alterando o seu curso de maneira decisiva.

reveladora.¹⁵⁰ Esse periódico, como dito, congregou os intelectuais da vertente verde-amarela e cultuou a tradição paulista, conferindo a esta unidade o exemplo mais vivo da brasilidade.

As recorrentes críticas a São Paulo como uma terra estrangeira devido ao número de imigrantes foi respondida pelos membros do grupo que retomaram o passado glorioso de São Paulo e assumiram que tal estado corporificou a ideia de nação, colaborando a partir da sua função nacionalizadora, uma vez que essa região era o local ideal para a promoção da imigração devido ao forte sentimento de brasilidade que, por estar tão enraizado, estimularia no imigrante um sentimento nacionalista. Haveria, portanto, uma essência capaz de homogeneizar as diferenças raciais a partir do estímulo à uniformidade de valores, como o instinto de expansão econômica e gosto pelo trabalho.

A partir desse arsenal argumentativo, esses intelectuais ligados à corrente verde-amarela, entre eles Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, principal articulador do movimento no *Correio Paulistano*, buscaram reverter a suposta e infundada acusação que conferia a São Paulo um rótulo antinacional, atribuindo à terra uma funcionalidade capaz de abrigar todos os imigrantes. Mais do que um objetivo, o abrigamento dos imigrantes foi compreendido como uma fatalidade, cuja essência espacial explicaria.

Deslocando a discussão para o aspecto espacial, esses intelectuais ligados ao verde-amarelismo valorizaram o regionalismo paulista de modo a delimitar fronteiras, ambiente e língua local. Para eles, só o regionalismo era capaz de dar sentido real no tempo e no espaço e aparecia como a mediação necessária para que se atingisse a nacionalidade, assegurando o ingresso do país na modernidade. Todavia, de modo a compreender um conjunto tão heterogêneo que o Brasil representava, era necessário que ocorresse a eliminação das partes em favor do conjunto, tendo sido a questão do isolamento retomada sucessivas vezes pelos membros do grupo para explicar os sucessos das investidas paulistas, tanto no plano econômico, como no industrial, literário, artístico, cultural, político, etc.

¹⁵⁰ De modo a insistir na questão da hegemonia de São Paulo frente ao Rio de Janeiro e ao conjunto da nação, muitos intelectuais paulistas se engajaram na divulgação do estado como o centro dinâmico da nação. A criação do Centro Paulista, em 1907, no Rio de Janeiro, ilustra esse espírito, promovendo conferências, solenidades cívicas, reuniões, exposições sobre a indústria paulista etc., com o objetivo de instituir na capital um centro de convergência paulista, tudo isso devidamente divulgado e exaltado pelo *Correio Paulistano*.

Propondo a eliminação de toda herança cultural europeia no pensamento brasileiro, a “originalidade ou morte” pregada por Cassiano Ricardo acabou conduzindo os intelectuais ligados ao verdeamarelismo a legitimar os governos fortes, já que para eles somente assim o Brasil poderia afirmar sua singularidade. Dessa forma, o ideário verde-amarelo que defendia instituições conservadoras por encarnar as tradições e permitir ao Brasil retomar seu curso natural de desenvolvimento se fez presente no projeto ideológico do Estado Novo. Por ser estranho à nacionalidade e uma ideia importada, o discurso liberal foi combatido pelos membros do grupo que criticaram não apenas o experimentalismo em nível estético, mas também no plano político: não haveria porque inovar já que a realidade era dada e caberia apenas interpretá-la. Também não era necessário discutir a respeito dos rumos da nacionalidade já que estes seguiam um curso natural de desenvolvimento.

Em relação à questão racial, observa-se a preocupação em localizar a miscigenação como o fundamento de uma identidade racial propriamente paulista. Nessa perspectiva, o cruzamento entre o europeu e o indígena foi compreendido como positivo por diversos intelectuais paulistas que reservaram ao português uma posição de superioridade e ao indígena as qualidades guerreiras naturais. O selvagem havia sido domado, inicialmente pelos jesuítas e depois pelos bandeirantes, caldeando-se nesse contato para originar a formação da raça paulista, ou a raça dos gigantes, nas palavras de Alfredo Ellis Júnior.¹⁵¹

Nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo, poucos foram os intelectuais que aceitaram e difundiram a tese da inferioridade racial dos mestiços, pelo menos no que dizia respeito à sua região.

¹⁵¹ Alfredo Ellis Jr., interlocutor assíduo do período e historiador de projeção, cuja produção está intimamente ligada à história de São Paulo, privilegiou, no que diz respeito à identidade étnica do paulista, a presença do europeu e do índio e defendeu explicitamente a necessidade do branqueamento progressivo da população local, representando um deslocamento em relação às noções esboçadas pelos modernistas Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo que não olvidaram em anunciar ausência de preconceitos raciais entre os participantes das Bandeiras. Alfredo Ellis Jr. publicou, dentre outras obras, *Raça de gigantes* (1926), *Populações paulistas* (1934), *Capítulos da história social de São Paulo* (1944), *Meio século de bandeirismo* (1946), *O café e a paulistânia* (1950). Alfredo Ellis Júnior também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto de Estudos Genealógicos e da Academia Paulista de Letras, onde ocupou a cadeira 18. (ELLIS, 1997)

Especialmente nos anos 1910 e 1920, essa noção foi invertida, valorizando-se os cruzamentos, responsáveis pela geração de um subgrupo racial superior e representado pelo bandeirante. Esse discurso em torno da paulistanidade orquestrados ao longo dos anos 1920 por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, intelectuais orgânicos do PRP, ofereciam princípios-guias e colaboravam para a sustentação do partido hegemônico de São Paulo no poder, tanto na esfera estadual como na nacional.

Em sua tese de doutorado, Boris Fausto, em 1970, compreendeu a Revolução de 1930 como o resultado de um conflito intraoligárquico fortalecido por movimentos militares dissidentes e que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira. Para o autor, devido à incapacidade das demais frações de classe assumirem o poder de maneira exclusiva, e com o colapso da burguesia do café, abriu-se um vazio de poder, que teria gerado o Estado de Compromisso – chave analítica que permite compreender a revolução como um produto da questão política do regionalismo (FAUSTO, 1983).

Órgão de difusão do pensamento oligárquico paulista e porta-voz do partido hegemônico, o PRP, o *Correio Paulistano* que também era um espaço de fermentação intelectual, agrupando diversos literatos, políticos e jornalistas preocupados com a questão da paulistanidade, às portas da década de 1930 fez intensa propaganda apoiando a candidatura de Júlio Prestes para a presidência da República e rotulou Getúlio Vargas, concorrente da oposição, como um candidato sem propostas e vaidoso.¹⁵² Foi nos artigos para o jornal *Correio Paulistano* que o grupo

¹⁵² No dia das eleições, estampou o periódico que “O candidato nacional (...) nunca deixou de cumprir a sua palavra no governo de S. Paulo, em dois anos de administração, executou o seu programma e fez mais do que havia prometido. O Sr. Julio Prestes, no Governo da Republica, continuará a acção patriótica que desenvolveu em S. Paulo, prometendo ao Brasil: continuidade administrativa; defesa da produção; ordem, paz e trabalho; grandeza e unidade da Patria; Respeito a’ vontade do eleitorado e a’ verdade das urnas; liberdade dentro da lei.” (CP, 1.3.30, p. 1, c. 3-6). No dia seguinte, festejando a vitória, em destaque o periódico apresentou os números ainda incompletos das urnas, creditando 150.095 votos à “chapa nacional Julio Prestes-Vidal Soares” e 15.150 a Getúlio Vargas (*Idem*). Em 2 de março foram expostos os números relativos aos votos contabilizados até às 19 horas do dia anterior: segundo os dados, a chapa nacional teria perdido somente nos estados de Minas Gerais e Paraíba. No Rio Grande do Sul não consta os números de votos que Getúlio Vargas alcançou, somente que Julio Prestes acumulou 70 em todo o estado, segundo o *Correio Paulistano*. (CP, 2.3.30, p. 1, c. 4-5)

verde-amarelo se articulou na defesa e difusão do pensamento que os movia na década de 1920 até o fechamento do periódico pelos revolucionários em 1930,¹⁵³ momento em que a ramificação do movimento modernista deixou de atuar, uma vez que a *Novíssima*, outro órgão de difusão do grupo só circulou até meados de 1926.

Antes lutando pela hegemonia no plano cultural, a articulação do grupo se voltou para a luta na esfera política, uma vez que era necessário retomar a hegemonia e a condução do país, questão que cabia aos paulistas, como foi reiterado sucessivas vezes por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia em suas análises sobre a formação e os problemas do Brasil. A questão regionalista permeou as publicações do jornal, mas veio à tona com vigoroso entusiasmo na resistência ao golpe orquestrado por Getúlio Vargas já que no *CP*, antes do seu fechamento, o golpe foi noticiado como uma ameaça aos interesses e as riquezas de São Paulo.¹⁵⁴

¹⁵³ Em suas memórias, Cassiano relembra “alguns episódios do Correio Paulistano que eu já ia esquecendo: o jornal do P.R.P. se tornou o quartel-general nosso, na ‘Revolução sem Sangue’. O secretário Antônio Carlos da Fonseca e mais Agenor Barbosa, Brasil Gerson, Fausto de Almeida Prado Camargo, Francisco Pati, Genolino Amado, Hélio Silva, Hermes Lima, Alcides Cunha, João Raimundo Ribeiro, José Lannes, Vítor Azevedo, Nóbrega da Siqueira, Osvaldo Costa, formavam o grupo intelectual do P.R.P. e alguns deles se puseram ao lado dos guerrilheiros verde-amarelos. A redação era freqüentada por elementos da velha guarda partidária, como Washington Luís (que tão bem compreendeu Brecheret), Júlio Prestes, Ataliba Leonel e outros políticos da situação vigente, mas nenhum deles estranhava que o órgão conservador virasse revolucionário” (RICARDO, 1970, p. 41).

¹⁵⁴ Por exemplo, *Por simples ambição pessoal!* é o título da reportagem da segunda página desse exemplar, artigo colhido do jornal *O Paiz* e que compara Getúlio Vargas a Arthur Bernardes, um no Rio Grande do Sul e outro em Minas Gerais, ambos com o objetivo de apoderar-se do Brasil. Também encontramos, *No Rio Grande do Sul, o governo revolucionário implanta o regimen comunista apropriando-se da fortuna particular*, com base em despachos de Buenos Aires que esclareceriam o que estaria ocorrendo pelo Rio Grande do Sul: “Essas informações são as mais seguras pois, como é sabido, a fronteira do paiz vizinho é diariamente alcançada por elevado numero de pessoas que abandonam os lares por não poder mais suportar as violências innominaveis do governo revolucionario.” (*CP*, 24.10.30, p. 2, c.4)



Imagem 10 – Capa da edição de 1º de março de 1930 do *Correio Paulistano* e capa de edição de junho/julho de 1924 da revista *Novissima*. Esses periódicos foram os principais núcleos de difusão do pensamento do grupo verde-amarelo (CP, 1.3.30, p. 1); (*Novis*, 6/7.24).

2.3 Da arena cultural para a arena política: Menotti Del Picchia e a exacerbação do regionalismo após 1930

Em julho de 1932, em reação ao golpe de 1930, os paulistas e, entre eles Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, se organizaram na

tentativa de reverter a situação originada pela Revolução de 1930. Podemos classificar esses literatos como intelectuais orgânicos do movimento político constitucionalista de 1932, episódio que Cassiano Ricardo narrou em suas memórias, uma vez que, segundo ele, foi imediatamente solidário à Revolução Constitucionalista na luta contra a ditadura em nome de São Paulo, que não poderia ser vencido sem, ao mesmo tempo, ser vencido o Brasil.¹⁵⁵ Em relação à primeira metade da década de 1930, entre os dois poetas, parece ter sido Menotti Del Picchia o que mais tempo dedicou à publicação de suas reflexões sobre o momento vivido por São Paulo e suas considerações sobre o futuro político da nação, principalmente a partir do seu envolvimento com a Revolução Constitucionalista, evento que marcou a produção intelectual do poeta. Durante os conflitos, Menotti Del Picchia, escreveu os versos para um dos hinos da Revolução Constitucionalista, o *Hymno Anhanguera*, cuja música foi composta por Natalino Ytabira e a partitura publicada pela G. Ricordi & Cia, de S. Paulo.

O encarte dessa partitura, não assinado, apresenta um homem branco, com barbas longas e grisalhas e que traça vestes que nos remete a um bandeirante heroico. Embora não identificada, a ilustração nos lembra dos traços do caricaturista e ilustrador Belmonte, que também se aproximou da Revolução Constitucionalista, inclusive criando a arte para os bônus de guerra que no período das batalhas substituíram o dinheiro, a partir do decreto nº 5585 de 14 de julho de 1932. Inserido em uma paisagem sertaneja à frente da bandeira de São Paulo e acima da inscrição “S. Paulo pelo Brasil”, a personagem calça botas de couro, chapéu e porta uma arma de fogo e uma faca na cintura. A imagem causa a impressão de movimento – o vento sopra e tremula a bandeira, causando-nos a impressão de ação proativa do bandeirante.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Também narra que foi preso com outros paulistas que ficaram encarcerados na Sala da Capela, onde dividiu espaço com Austregésilo de Athayde, Ataliba Leonel, Assis Chateaubriand e Luís Pisa Sobrinho. Segundo ele, muitas vezes se lembrou com “com saudade de Menotti e de Mota Filho que trabalhavam comigo no gabinete do governador Pedro de Toledo. E me perguntava: onde estariam eles?” (RICARDO, 1970, p. 64). Ao ser interrogado por Rafael Veríssimo Azambuja, seu amigo de longa data e que era então oficial de gabinete de João Alberto, chefe de Polícia, respondeu que não era um articuladores do movimento de 1932, infelizmente. (RICARDO, 1970)

¹⁵⁶ Belmonte também escreveu e ilustrou uma obra que intitulou *No Tempo dos Bandeirantes* (1939), valorizando, dessa maneira, o passado paulista. Ao apresentar a obra, Belmonte explica que “este livro não é, propriamente, um livro de História, infalível e definitivo. Poder-se-ia, antes, classificá-lo na



Imagem 11 – Encarte da partitura do *Hymno Anhanguera*. G. Ricordi & Cia.

categoria dos livros subsidiários, se é que este trabalho merece classificação. Pereceu-me, contudo, quando o planejei, o escrevi e o ilustrei, que um livro deste gênero poderia ser útil aos espíritos curiosos das tradições de sua terra, aos literatos que desejam tratar do seiscentismo paulista e aos artistas que se proponham fixar na tela ou no Whatman episódios deste ciclo de nossa História, tão fascinante e ainda tão obscuro. Como, porém, não é possível a infalibilidade em assuntos históricos, o autor receberá como graças todas as correções que a Crítica fizer aos seus prováveis erros e cochilos. [...] Quanto aos historiadores, estou certo de que perdoarão o humorista curioso que, com tanta sem cerimônia, mas com a melhor das intenções, lhes invadiu os domínios.” (BELMONTE, 1939, p. 7)

Sobre esse episódio, Menotti Del Picchia publicou dois livros: *A Revolução Paulista* e *O Despertar de S. Paulo*. Apresentando o primeiro, o analista assume que com tal obra buscou-se fixar em um depoimento os fatos que ainda ecoavam nos ouvidos paulistas e cuja formidável revolução teria mostrado ao mundo a capacidade de civismo e de organização da gente bandeirante, povo culto, idealista e ardente. Utilizando-se tanto de fontes documentais como recorrendo às suas memórias do evento, o autor exaltou o significado transcendente do movimento e buscou fixar nas páginas do livro uma humilde homenagem do espírito grandioso do seu estado. O regionalismo paulista permearia mais essa obra de Menotti Del Picchia, uma vez que “nos momentos de desespero colectivo avivam-se os sentimentos regionalistas” (DEL PICCHIA, 1932, p. 16).

Ao narrar o episódio, o poeta faz um culto à memória dos ancestrais de Piratininga e explica aos leitores que se envolveu na luta constitucionalista logo após ter lido o apelo ao povo paulista publicado na *Folha da Manhã*, na manhã ensolarada de 10 de julho. Dessa forma, compareceu às 10 horas da manhã na Polícia Central disposto a colaborar com a sua gente na mais sublime das suas loucuras.¹⁵⁷ Segundo ele, “desde 1930 S. Paulo estava em continua ebulição revolucionária” (DEL PICCHIA, 1932, p. 8) e, escrevendo no calor do momento, essa foi a “mais bella pagina da historia jamais escripta por um povo no continente americano e talvez no mundo” (DEL PICCHIA, 1932, p. 9). Foi na praça em que Anchieta fundou o Colégio, alteando o primeiro templo da civilização junto à esplanada do Carmo, onde a bravura bandeirante deveria bater, com Tibiriçá e Braz Cubas, as forças bárbaras da terra coligadas na famosa confederação dos tamoios que os paulistas se reuniam para combater outro inimigo, a ditadura instaurada em 1930.

São Paulo estaria, a partir do episódio, lutando unida em favor de um ideal de toda a nação e correspondendo a uma aspiração universal ao

¹⁵⁷ A cidade amanheceu unida, em um momento de “consciência harmônica da massa, communs a ricos e pobres, a cidadãos enquadrados em partidos antagonicos, em credos mais diversos. Na manhã de 10 de Julho, a cidade heróica de S. Paulo era um único cerebro e uma única alma.” (DEL PICCHIA, 1932, P. 11) Assim, o poeta apresentou “a epopéa constitucionalista de 9 de julho á vista nestas paginas através do angulo paulista. Transe de paixão de um povo culto, idealista e ardente, sómente pôde ser sentido e ecripto com paixão” (DEL PICCHIA, 1932, p. 5) e tem como pergunta norteadora “que querem os paulistas?”.

combater a ditadura. O golpe dado à civilização do café, ferida gravemente em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque e em 1930 com a articulação orquestrada por Vargas, teria criado uma abstrusa ideologia liberalista que congregou todos os descontentamentos e tornou vitoriosa a revolução que então convulsionou o país. A luta, segundo Menotti Del Picchia, era contra as fórmulas turbulentas e exteriores do reajustamento e das mentiras fascinantes das mais tentadoras ideologias, como o liberalismo e a inquietação política de 1930. A organização bandeirante de 1932 era representativa da luta pelos anseios constitucionistas e pelo zelo pela autonomia das províncias.

Antes disso, entretanto, embora o mito da proeminência bandeirante fosse um aspecto norteador de sua obra, assim como da obra de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia buscou, em 1931, persuadir seus leitores sobre a efemeridade das convenções e, para isso, utilizando-se dos exemplos da medicina e da moral, procurou mostrar os processos de alteração dos seus significados de modo a introduzir sua crítica ao mito da democracia política, em *A Crise da Democracia*.¹⁵⁸ Cultuando os novos modelos políticos, tanto o fascismo como o bolchevismo, Menotti Del Picchia criticou a pulverização dos interesses que a democracia liberal representava e defendeu a necessidade do estabelecimento de uma união nacional no Brasil (DEL PICCHIA, 1931).

A discussão sobre o poder do mito foi estratégica para Menotti Del Picchia adentrar na questão que lhe interessava e que dizia respeito aos “mitos perigosos”, entre eles o mito da democracia, do sufrágio, da igualdade, da liberdade e do voto secreto. Para o poeta, a sociedade tem substituídos seus mitos, passando do religioso para o político e econômico. Interessante ressaltar que, quando ligado ao PRP, partido político pelo qual se elegeu deputado estadual em duas ocasiões, Menotti Del Picchia não era defensor da extinção da representação política através de eleições diretas, nem criticava o liberalismo com tanta ferocidade.

Em sua narrativa sobre os episódios constitucionistas de 1932, Menotti Del Picchia qualificou as gentes de sua terra como portadores

¹⁵⁸ Segundo o poeta de *Juca Mulato*, a partir de uma leitura que valorizava a ciência e o constante aperfeiçoamento da humanidade, o mito possui uma função social e fazia parte das necessidades humana de suprimir, com formas obscuras e ideais, simbólicas e supersticiosas, o vácuo deixado pela falta de evolução técnica científica – assim, na medida em que a ciência avançava, o mito recuava.

de um espírito pacífico, civilizado e que por isso não aceitou a falta de um código constitucional e um regime de força – “povo eminentemente jurídico, tendo atingido o período industrial, sómente concebia a vida comum dentro de garantias especificadas numa lei básica, orientadora e asseguradora do seu trabalho.” Prossegue o autor, assumindo que

a formula de governo dictatorial num paiz vasto como o nosso e de interesses tão antagonicos, exprimia uma contínua ameaça ao trabalho organizado, pois uma medida de ordem geral visando a solução de um problema referente a um ponto longinquo do paiz, poderia, imprevisamente, perturbar a economia paulista e sua organização agricola, comercial e industrial. Dahi seu instinto de comprehender a necessidade de uma carta constitucional estavel e intangivel para sobre ella poder traçar seguramente seu plano rectilineo de trabalho. Esse espirito civilizado e pacifico que só comprehende a vista dentro da lei, fez do paulista, aos olhos dos demais brasileiros, um typo cartaginez e egoísta, incapaz para a guerra, apanágio natural das populações infixas, menos manietadas por interesses materiaes immensos como o do povo bandeirante (DEL PICCHIA, 1932, p. 15).

O golpe de 1930 não teria resolvido os problemas do Brasil, ao contrário, a partir do domínio cego da força, o Brasil piorou. O articulista se utilizou de uma linguagem médica para expressar o que ocorria no Brasil pós-Vargas: surtos agudos de febre social provenientes de uma infecção generalizada e um grande mal constitucional da nação tomavam os aspectos mais antagonicos. Mudando apenas os homens e não as instituições, o Brasil, como a humanidade em geral, não era mais do que um doente e os novos médicos políticos, perdidos dentro dos seus mais caóticos diagnósticos, perceberam que o mal não fizera mais que se agravar. Foi a partir dessa conjuntura que se deu o impávido grito do paulista, cujas marcas sanguíneas estavam relacionadas à bravura bandeirante. Além disso, cabia aos intelectuais a função de diagnosticar e propor soluções para os males da nação. Em 1932, o Brasil foi pintado pelo poeta de *Juca Mulato* como uma nação desigual e composto por grupos muito distintos, com povos diferentes e com interesses e aspirações variadas.

O mapa do Brasil já ilustraria essa diversidade e os conflitos de mentalidades entre os povos, as psiques coletivas, que deveriam ser alvo de estudos, assim como as realidades nacionais, já que só assim seria possível saber o que o povo queria e precisava. Em sua chave de leitura, São Paulo era o único estado cuja ditadura não seria o modelo político mais conveniente, por isso o equívoco paulista era ter estendido o regime constitucional para o resto do Brasil e, para a manutenção da harmonia e a unidade nacional, o poeta propôs uma forte descentralização do organismo político, uma vez que,

sómente uma sábia divisão administrativa, uma forte descentralização, assegurarão a desejada coexistência das patrias regionais reunidas na patria historica e commum. A confraternização brasileira depende de uma inteligente e segura criação de autonomias regionaes, baseada em meditados tratados economicos, em equitativa visão administrativa. (DEL PICCHIA, 1932, p. 14).

Contrariamente ao que viria a propor durante o Estado Novo, Menotti Del Picchia defendeu em 1932 a descentralização política como forma de regime mais adequado ao Brasil devido à imensidão territorial que teria fomentado a cada região suas peculiaridades. A organização federalista foi contemplada pela Constituição de 1934, com estados autônomos em relação à União, embora esse modelo de organização política não tenha sido implementado devido à centralização exercida por Vargas. Em 1943, quando ligado ao Estado Novo, Menotti Del Picchia defendeu que o autoritarismo era a única forma de produzir a unidade entre forças antagônicas e harmonizar as contradições formadoras da nacionalidade brasileira, atuando na superação das diferenças regionais a partir da mão forte do Estado interventor. Todavia, as diferenças regionais eram aceitas e valorizadas dentro de determinados limites e a influência de estrangeiros em território nacional, como no caso dos estados do sul do Brasil, seria combatida ferozmente tanto por Cassiano Ricardo quanto por Menotti Del Picchia.

Em 1933, ainda envolvido emocionalmente pela luta constitucionalista, Menotti Del Picchia publicou *O Despertar de São Paulo – episódios historicos*, cujo subtítulo é *Episódios do Sec. XVI e do Sec. XX na terra bandeirante*. Publicado pela Civilização Brasileira S/A, do Rio de Janeiro, o livro foi dividido em duas partes e o critério estabelecido para divisão foi a questão cronológica – do século XVI ao

XX foi traçada uma linearidade no que diz respeito ao espírito heroico do homem bandeirante e as datas de 10 de julho de 1562 e 10 de julho de 1932 foram eleitas para estabelecer o elo entre os dois momentos historicamente importantes para os paulistas: “10 de Julho de 1562. 10 de Julho de 1932. Duas epopéas realizada por um mesmo povo. Dois episódios de um mesmo cyclo imortal.” (DEL PICCHIA, 1932, p. 203) Atribuindo raízes profundas às lutas constitucionalistas, Menotti Del Picchia resgatou de seus túmulos Raposo, Borba Gato, Anhanguêra e os encarnou nos soldados improvisados do século XX.

Para o poeta, os dois episódios eram frutos da mesma proatividade que pertencia ao espírito do homem bandeirante. Se no século XVI era imprescindível a integração da pátria, no século XX era imprescindível a reintegração da lei, já que esta seria a pátria dos povos civilizados e cultos. Menotti Del Picchia creditou ao destino e não às vontades humanas que, passados trezentos e setenta anos, colocou-se em prova mais uma vez a bravura paulista. São Paulo havia deixado de ser um burgo, mas o espírito que vigorava permanecia o mesmo: de homens virtuosos cuja missão transcendia à finalidade egoística que movia outros povos. Se durante o Brasil colonial os gigantes paulistas se agitavam em “meio dos fogachos das settas incadescentes e dos clarões phosphorecentes dos lendarios boitatás. Os gigantes de Piratininga constitucionalista destacaram-se, como estatuas de bronze, dos clarões das granadas e das explosões cegantes dos canhões dictatoriaes.” (DEL PICCHIA, 1933, p. 203).

A narrativa de episódios isolados, por vezes cômicos, cujo pano de fundo comum era a astúcia do homem bandeirante frente às dificuldades enfrentadas no cotidiano piratininguense e sertanista nos é apresentadas a partir “romantizações de pequenos episódios reais” (DEL PICCHIA, 1933, p. 203). Menotti Del Picchia buscou estabelecer laços que ligam os episódios do século XVI ao XX, como, por exemplo, a narrativa que faz da primeira indústria paulista, a ferraria do padre Matheus, gênese do espírito industrial da crescente metrópole. Ao longo das 28 narrativas, o poeta atribui às personagens valores heroicos, características autoritárias e espírito didático. Por fim, ao rememorar os recentes eventos que mobilizaram São Paulo em 1932, buscou “documentar o estado de espírito bandeirante” (*Idem*) e resgatar a alma heroica e sofredora dos primeiros habitantes, valorizando o personalismo das investidas de Pedro de Toledo, o desapareço da família que doou o berço de ferro do filho falecido para a produção bélica em favor da nação e o espírito cooperativo do engraxate sem nome que

“doou quarenta e tres mil e cem” para o “bem de São Paulo” (DEL PICCHIA, 1933, p. 221).



Imagem 12 – Publicações de Menotti Del Picchia para a revista *A Cigarra*.

No mesmo ano, em 1933, a tradição bandeirante foi uma das âncoras simbólicas que orientaram o periódico *A Cigarra*, semanário que buscou divulgar o dinamismo e o progresso de São Paulo e cuja estética alternava textos e imagens, muitas em rotogravura. Quando Menotti Del Picchia passou a dirigir a publicação, na edição de março desse ano, assinando como Helios, publicou um *No limiar dos vinte annos*, em homenagem ao 20º aniversário da revista, onde explicou que:

“A Cigarra” assistiu á conflagração européia, á revolução de 24, a balburdia de 30, e a epopéia de 32. E sempre esteve ao lado dos paulistas. Foi uma bandeira de S. Paulo arvorada festivamente nos seus dias de alegria e de gloria hasteada a meio pau nos seus dias de luto. Não amar “A Cigarra” é ser ingrato. E o paulista prisma pela fidelidade ás coisas representativas de sua terra e orgulha-se daquelles que exprimem sua cultura. [...] Paulistas! Mantende de pé vossa bandeira espiritual! Nada se faz sem a cooperação! Continue a prestigiar, como o fizeste até hoje, a vossa querida e bohemia “Cigarra”. Ella cantou um hynno á vossa epopéia de 32. Ella cantará o pean triumphal da vossa completa victoria. (HELIOS, AC, 4.33, p. 7).

Foi por ocasião da publicação desse número que Chateaubriand, proprietário, e Menotti Del Picchia, diretor, foram presos pela polícia de Vargas por exaltar o movimento de 1932. Além disso, a passagem do dia 9 de julho foi repetidamente comemorada por Menotti Del Picchia na publicação, mesmo após a sua prisão. No primeiro aniversário do movimento, a revista publicou uma poesia do seu diretor que assim versou:

Cigarra: tua missão é cantar. Na imprevista
E cega sucessão dos homens e das cousas,
Tu, do galho ideal onde, sonora, pousas,
Em rythmo puzeste o que abrange tua vista
Cantos e gesto, a alma, a ansiedade, a conquista,
O temos que te assalta, as audácias que ousas,
Pontes e arranha-céos, bairros, fabricas, lousas,
Toda a força sem par desta gente paulista
Cigarra: o teu cantor é historia, o sempre novo
Surto da Paulicéa. A gloria deste povo
Tu viste em ascensão e esplendor, e, depois,
Ora cheia de ardor, ora com voz extincta,
Carpideira, choraste a humilhação de 30
E exaltaste a epopéa audaz de 32 (DEL PICCHIA,
CIGARRA PAULISTA, 4.32, N. 438-9, p. 17)

Em setembro de 1933, no editorial *O Trabalho Paulista*, Menotti Del Picchia saudou a capacidade dos paulistas, representados como

símbolo do trabalho, a maior virtude do povo local e buscou combinar bandeirismo e trabalhismo, dois dos grandes símbolos que orientaram a ideologia do Estado Novo. A revista buscou estimular a união entre os paulistas e promover a divulgação da defesa dos interesses de São Paulo pelos deputados eleitos para a Constituinte em andamento, além de emitir opiniões sobre o andamento dos processos políticos contemporâneos. No seu número de estreia como diretor da revista, Menotti Del Picchia defendeu o nacionalismo sem eliminar os aspectos regionalistas, já que o entendia como a soma das regiões. Dessa maneira, o poeta, assim como fez posteriormente no Estado Novo, procurou conciliar a defesa do nacionalismo sem abrir mão de defender sua região.

Como colaborador da publicação, na edição de 8 de julho de 1933, Cassiano Ricardo publicou *A História dos Gigantes de Botas*, ilustrado por Rosasco, que se inspirou na maquete do Monumento aos Bandeirantes, de Victor Brecheret e que sintetizava o poema *Martim Cererê*. A revista defendeu explicitamente o regionalismo paulista ao mesmo tempo em que militava em favor da manutenção da ideia de uma pátria brasileira e foi justamente a partir do argumento da existência de uma nacionalidade particular brasileira que era nuançada pelas diferenças regionais que fundamentou as reflexões e as rejeições de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia à democracia política tal qual era compreendida no Brasil.

Após detectar os problemas brasileiros gestados pela democracia política liberal, em 1935, Menotti Del Picchia publicou *Soluções Nacionais*, seu último trabalho de fôlego sobre temas políticos, e reproduziu, como primeira parte do livro, *A Crise da Democracia*. No sétimo livro lançado pela série *Problemas Políticos Contemporâneos*, da Livraria José Olympio Editora, o autor procurou compreender a crise brasileira e constatou uma questão que foi central na sua obra: a ausência de preconceitos raciais no Brasil. A defesa da manutenção da imponente nação brasileira unida também permaneceria como inabalável na obra de Menotti Del Picchia e para isso, tal intelectual entendeu que era impossível haver uma legislação única, cabendo, então, a São Paulo o fardo de organizar politicamente a nação por ser o único estado, devido às circunstâncias históricas e a índole do povo, apto a essa função.

Concluiu o poeta que o regionalismo era o responsável pelo orgulho e o amor à nação e esta nada mais era do que uma refração do seu amor ao patrimônio regional que ajudou a construir. O nacionalismo brasileiro, portanto, não era fruto de uma funda e inconsciente

solidariedade histórica, não estando a paixão a terra no seu sangue, mas na sua imaginação. Dessa forma, “o maior erro é, pois, atacar frontalmente esse regionalismo. Elle é um elo de ligação nacional. E' força de cohesão. Toda vez que é ferido provoca violentas reacções autonomistas, que põem em perigo a própria unidade da nação.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 181)

Uma vez que cada grupo social historicamente fechado nas fronteiras de cada província criou uma psicologia coletiva típica, determinada pelo meio cósmico e pelos processos de produção, a sua tradição histórica também se tornou descentralizada, criando os heróis locais, como Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, os bandeirantes em São Paulo, os inconfindentes em Minas Gerais (DEL PICCHIA, 1935). Além de se apresentar no plano identitário, esse regionalismo se manifestava também na vida pública:

Os homens de maior responsabilidade do paiz são escalados, das provincias, para o centro, onde devem agir. É claro que esses delegados das provincias levam para o centro uma serie de aspirações, de interesses e de ideaes regionaes. As massas que lhes delegaram a funcção de reivindicar esses interesses, aguardam delles uma acção impetuosa, firme e intransigente. Mas a forma rigidamente centralizada da esctructura politico-administrstiva, faz com que taes reivindicações, de character regional, não possam ser totalmente attendidas. Os políticos têm que ceder, transaccionar, ajustar as próprias solicitações a um typo médio de aspirações geraes do nosso povo, formulas amorphas e quasi sempre anodynas, que acabam não contentando a ninguém (DEL PICCHIA, 1935, p. 222)

Dessa forma, para que os problemas do país fossem solucionados não deveriam ser trocados os governantes, pois esses não eram ruins, mas sim o sistema político, inadequado às realidades nacionais. Getulio Vargas era também uma vítima de um sistema opressor e centralizado que não permitia ao executivo intervir nas diversas e distintas regiões do país. Foi, segundo o poeta, “a guerra paulista de 32 inda foi mais expressiva. Foi o grito heroico de uma autonomia barbaramente espesinhada” e que na ocasião foi vencida pelo centro apenas materialmente devido à sua máquina de guerra, montada em torno da

ditadura ainda estar articulada, mas “o Brasil inteiro e culto, espiritualmente, esteve ao lado do autonomismo paulista.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 247)

Ao analisar a estruturação centralista do Brasil que contrariava sua realidade geográfica e o espírito das várias regiões, Menotti Del Picchia concluiu, diferentemente do postulado durante o Estado Novo, que essa errônea estruturação política determinou perturbações na ordem espiritual, jurídica, política e econômica do Brasil. Os defeitos capitais da ordem nacional: versatilidade, ceticismo e tristeza trouxeram consequências terríveis à nação, como a depressão do sentido cívico, a falta de articulação para um ideal comum e o caos espiritual. Na ordem jurídica, encontrava-se o seguinte e trágico princípio: “Não é o brasileiro que não se adapta á lei; é a lei que não se adapta ao brasileiro” (DEL PICCHIA, 1935, p. 161-2). Na ordem política, defrontava-se com a turbulência perpétua e generalizada, além da sistemática hipertrofia do executivo federal, o crescente sentimento seccionista, a criação periódica de grupos artificiais de asseclas do poder central que contrariavam e perturbavam a constância rítmica da política e da economia dos vários Estados. Já na ordem econômica, o irracionalismo se apresentava como o grande problema gerado pela estrutura política do Brasil.

Por fim, Menotti Del Picchia buscou intervir diretamente na esfera política ao divulgar “algumas contribuições para a organização do Novo Estado Brasileiro” (DEL PICCHIA, 1935, p. 275), no capítulo que intitula *Soluções Nacionais*. Primeiramente, entende que a soberania brasileira seria expressa pelo Poder Central do Estado Brasileiro que por sua vez seria o conjunto harmônico dos três supremos órgãos do Estado: o Executivo Nacional; o Conselho Nacional e o Tribunal Nacional. O poder, para o poeta, não se legitimaria pelo Sufrágio Universal e encontraria sua origem nas delegações das Corporações Provinciais, fonte básica do império do Novo Estado e cujo resultado dos sufrágios seria uma soma lógica de vontades homogêneas, disciplinando e racionalizando a significação mais legítima do Poder.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Posteriormente a isso, o articulista descreve as atribuições de cada cargo e define os princípios gerais do Estado brasileiro a serem inseridos em todas as Constituições Provinciais, como o trabalho obrigatório e descanso legal, os princípios cardeais do estado brasileiro, como a soberania nacional e sua legítima defesa. Assim, todas as formas de capitalismo que possam se traduzir em compressão social seriam combatidas pelo Estado, supremo proprietário da nação, não importando na quebra do princípio da propriedade individual, nem

Em relação à defesa de um regime político, durante a década de 1930, as discussões propostas por Menotti Del Picchia apontaram caminhos distintos que variaram conforme as circunstâncias políticas experimentadas pelo autor, assim como das posições ocupadas pelo poeta no momento da explicitação do seu ideário. Durante o início da década de 1930, enquanto ainda imerso nos debates sobre a Revolução Constitucionalista, Menotti Del Picchia combateu a ditadura em sua produção literária, utilizando-se desse termo para descrever o golpe inconstitucional de 1930 e não poupou elogios aos regimes totalitários. Além disso, rotulou o governo de Vargas como liberal e defendeu o fim do sufrágio e da democracia tal qual defendia os liberais.¹⁶⁰

Em 1934, Menotti Del Picchia não olvidou em defender entusiasticamente a incorporação de um regime semelhante ao salazarismo no Brasil, como adiantado no capítulo anterior e em 1935, com clareza nas suas exposições e retomando uma discussão proposta em 1931, demonstrou ter um projeto político para o Novo Estado brasileiro que descentralizava o poder executivo federal, expondo-o aos seus leitores de modo a influenciar o debate político então em voga. Além disso, veremos que, a partir do seu ingresso no Grupo Bandeira, passou a defender Armando Salles de Oliveira, definindo-o como o mais democrático entre os candidatos às eleições de 1938 e, quando inserido no corpo de difusão ideológica do Estado Novo, procurou promover uma conciliação entre o conceito de autoritarismo e de democracia. Apesar das mudanças no debate político, a questão regionalista permaneceu permeando suas produções intelectuais, dos anos 1920 ao Estado Novo, cujo *status* hegemônico conferido a ela não foi perdido com a defesa da centralização proposta pelo Estado Novo.

da iniciativa particular. O Estado também seria responsável pela ação fiscalizadora e harmonizadora das relações entre o capital e o trabalho.

¹⁶⁰ Em um primeiro momento as críticas de Menotti Del Picchia em relação ao governo instaurado em 1930 faziam menção ao modelo político liberal adotado. Em 1935, todavia, para o poeta “A REVOLUÇÃO DE 30 não foi a victoria do liberalismo utopico e demagogico dos idealistas inorgânicos que prepararam o programma promiscuo, contradictorio e cahotico da Alliança Liberal: foi a triumphante reacção do autonomismo contra o reaccionário espirito de centralização. Basta salientar a these central da campanha: a hypertrophia do executivo federal, transformado em força omnipotente, sobrestando ás demais.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 244)

2.4 Grupo Bandeira: Armando de Salles Oliveira, paulista de nascimento, democrático por ser paulista

Se na primeira metade da década de 1930 foi Menotti Del Picchia quem se posicionou publicamente a partir de seus ensaios políticos publicados em livro, de 1936 ao início da década seguinte, a partir de uma chave de leitura sociológica, Cassiano Ricardo buscou intervir no debate público, não sem abordar, assim como seu companheiro de modernismo verde-amarelo, o papel e a herança da sua terra natal na formação social e política do Brasil. Como visto no primeiro capítulo, no final do ano de 1935 Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se articulam novamente, dessa vez para publicar a revista *S. Paulo*. Com claro objetivo de exaltar o futuro candidato à presidência, Armando de Salles Oliveira, o periódico de cunho regionalista cujo título é anunciativo, também resgatou o mito do herói nacional bandeirante.

Cabe ressaltar que esse projeto propagandístico foi um empreendimento anterior ao Serviço de Publicidade e Propaganda do Estado de São Paulo e demonstrou a consciência dos intelectuais em relação à eficácia da utilização de ferramentas de difusão ideológica e ideários políticos para organizar e disciplinar certas condutas. Ao atrelar propaganda política ao periodismo, criaram um anteprojeto que se transformou, posteriormente, em uma política de governo. A revista não era um órgão oficial do estado de São Paulo, ao menos os exemplares não trazem qualquer identificação que indicam a participação direta da máquina estatal no periódico. Todavia, a modernização administrativa e a atuação do Estado em diversas frentes são alguns dos principais eixos da revista, além da publicação de textos de Armando Salles de Oliveira em um momento em que se estaria orquestrando sua candidatura à presidência, sendo um excelente espaço para a divulgação de seu trabalho à frente do estado de São Paulo.¹⁶¹

¹⁶¹ Segundo o jornal *Correio de S. Paulo*, a imprensa do país recebeu com marcada simpatia o aparecimento do periódico editado na Paulicéia. A nota do jornal explica que a revista destinava-se “a fomentar a grandeza do Estado e a focalizar os surtos progressistas (...). Os textos são syntheticos, acompanhados de diagrammas estatísticos dando a nítida impressão das realidades do Estado “leader” da Federação.” (CSP, 13.1.36, p. 1, c. 3) Ricardo Mendes cita um artigo publicado por Belmonte, sem data, que localizou na documentação pessoal de Benedito Duarte. Nesse texto o ilustrador comentou o conjunto de revistas disponíveis, entre elas Cigarra, Vida Moderna, Novíssima e Revista do Brasil e lamentou a predominância de publicações voltadas para o colonismo

A publicação serviu de modelo para a *Brasil Nôvo*, publicação lançada em novembro de 1938 e preocupada em difundir as crenças e valores do Estado Novo. Nota-se que apesar de ser uma publicação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), o periódico possuía a colaboração do Departamento de Propaganda e Publicidade do Estado de São Paulo e seu corpo editorial era composto por membros da mesma equipe da revista *S. Paulo*, como o fotógrafo Theodor Preising e também era impressa na oficina gráfica de Romiti e Lanzara. Segundo Marina Takami, cogita-se que o nome de Lívio Abramo estava envolvido no trabalho de montagem gráfica do periódico e que praticamente todo o aparato montado para produção da *S. Paulo*, com o apoio de Armando de Salles Oliveira, pareceu ter sido redirecionado para a publicação federal. A revista chegou a reaproveitar diretamente material fotográfico da *S. Paulo*, como é o caso da imagem do trabalhador numa capa da publicação federal, no fascículo V, ano II, de 1940 e que já havia sido publicada numa reportagem da *S. Paulo*, em junho de 1936 (TAKAMI, 2006).

Como visto, em meados de 1936, de modo a sistematizar a propaganda política em favor de Armando de Salles Oliveira, um grupo de intelectuais paulistas se reuniu em torno de um movimento cultural, denominado de Bandeira. O nome do grupo também nos é sugestivo do seu aspecto regionalista e da missão que caberia aos intelectuais articular em defesa da cultura e da política nacional. O grupo se organizou principalmente através do jornal *Anhanguera*, cujo título homenageou o heroico bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva e, como de praxe, a questão nacionalista não deixou de ser divulgada através dos feitos de São Paulo e do homem bandeirante, assim como as organizações bandeirantes em outros estados do país. No dia 9 de julho de 1937 foram comemorados os cinco anos da Revolução

social. Segundo o artigo, “Faltava-nos a revista-cinema: aquella, que, ao envez de nos dizer ao ouvido, infundavelmente, uma longa serie de factos e conhecimentos, erguesse simplesmente o braço e nos apontasse tudo isso. Nós queríamos 'ver para crer', isto é queríamos ser homens do nosso século, folheando uma revista como se estivéssemos assistindo a um film cinematográfico./ Foi então que surgiu 'S.Paulo'/ Prodigio do genio paulista, 'S.Paulo' não conversa fiado, nem perde tempo em contar: mostra./Mas não mostra como um cicerone enfatiado que, de dedo hirto, acaba por tornar-se enfadonho a custa de repetir-se. Mostra como uma tela cinematographica, da maneira mais clara, mais artística, mais convincente possível, num prodigio de syntheses que tem sido a causa essencial do seu indiscutivel successo.” (BELMONTE apud MENDES, 1994, s.p.)

Constitucionalista com uma ilustração de Belmonte, aparentemente sem que isso acarretasse problemas ao periódico.



Imagem 13 – Capa da edição de 9 de julho de 1937 do jornal *Anhangüera*. (*Anhangüera*, 9.7.37, p. 1, c. 1-3)

Foi como líder do grupo Bandeira que Cassiano Ricardo publicou seu primeiro longo ensaio sociológico, *O Brasil no Original*, obra que foi dividida em dois momentos: a “bandeira caminhando no espaço” e a “bandeira caminhando no tempo”. Essa divisão é explicada pelo poeta que compreendia que foi o itinerário traçado pelas bandeiras o responsável por forjar o retrato físico do Brasil e foi a sua persistência através do tempo que possibilitou sua presença no período em que a obra foi publicada, uma vez que ela “veiu caminhando até nós pelo sangue e pelo ‘módulo’ psíquico que é hoje o retrato moral do nosso grupo humano.” (RICARDO, 1937, p. 6) Foi a partir dessas duas trajetórias, no tempo e no espaço, que o Brasil se constituiu como um país original, graças à contribuição de São Paulo e do homem bandeirante. O espaço, nesse sentido, era o depositário de uma essência que perpassava o tempo cronológico e a sua noção de temporalidade, ou seja, a sua percepção da passagem do tempo estava intimamente relacionada à questão espacial. A questão regionalista permeou toda obra, ainda que o autor busque esclarecer que a exaltação do bandeirismo não significaria

menospreço á imensa cooperação dos demais brasileiros para a grandeza da pátria. Ninguém, a não ser de má fé, poderia pensar nisso. Trato especialmente do papel da bandeira porque foi essa a primeira contribuição de Piratininga ao ansio comum e total da nacionalidade ainda em formação. Ha vinte e um modos de ser brasileiro. A outros irmãos nossos couberam outros meios, não menos honrosos nem menos uteis. Mas a soma, que a todos interessa, é unica e eterna. É o Brasil, que só é Brasil por ser original (RICARDO, 1937, p. 6).

Cassiano Ricardo buscou analisar a formação brasileira através do movimento empreendido pelos bandeirantes, principalmente a partir do ponto de vista geográfico e, ao recuperar a herança da virilidade dos heróis bandeirantes, ainda presentes na psicologia do homem brasileiro, procurou estabelecer os processos que determinaram que o Brasil se constituísse em uma nação original. Estudado recorrentemente sob o ponto de vista histórico, Cassiano Ricardo atribuiu uma originalidade ao seu estudo sociológico das bandeiras, discussão essa que ainda não havia sido feita. A análise histórica das bandeiras já havia sido realizada por gente mais autorizada, segundo o autor, em provável referência aos

membros do IHGSP, principalmente a Afonso d'Escragnoille Taunay, intelectual constantemente referenciado por Ricardo.

Cassiano Ricardo exaltou a função dos bandeirantes nas missões de conquista e fixação das fronteiras do Brasil e a aliança da raça descobridora com a raça da terra, que sem ódio e sem preconceito de cultura resultou em uma forma de vida original, trazendo consequências inéditas para o mundo. Retomando as temáticas abordadas em *O Brasil no Original* em seu discurso de posse na ABL, no final de 1937, Cassiano Ricardo definiu que, ao modelo imposto, preferimos fazer obra de criação já que pela decisão da Coroa, o Brasil seria uma coisa e por nossa própria decisão ele saiu outra. O maior exemplo dessa desobediência benéfica foi o Tratado de Tordesilhas que dava ao Brasil uma fisionomia antinatural, antiestética e antiamericana, sendo graças à intervenção bandeirante a sua forma natural, estética, sul-americana, formando um Brasil nosso, originalmente nosso. Foi o “grupo humano original” que modelou essa criatura geográfica, não à custa de sangue e de morticínio, mas da harmonia social. Assim, diante dos nossos pioneiros paulistas e brasileiros, desapareciam as epopeias dos heróis gregos, cujas façanhas perderiam significado e se reduziriam à simples proezas literárias.¹⁶² Naquele momento, então, em 1937, para demarcar sua posição na cadeira 31 da ABL, concluiu que “Venho de Piratininga, senhores acadêmicos. Só não trago esmeraldas.” (RICARDO, 1938, p. 50)

Fica evidente que a preocupação de Cassiano Ricardo com *O Brasil no Original* foi garantir toda originalidade brasileira ao episódio das bandeiras, demarcando a posição de São Paulo como fundamental

¹⁶² O próprio *pioneer* americano-do-norte, segundo Cassiano Ricardo não teve a função do *pioneer* americano-do-sul que não traçou apenas a silhueta geográfica do Brasil, nem apenas a base física do nosso destino, mas assentou também a base de nossa formação social e democrática. Não nos deu apenas uma geografia democrática, porque anticontralista - deu-nos também sangue e alma para a rude mas original democracia social que se processaria no Brasil, em seu sentido biológico (RICARDO, 1937). Transparece na obra também uma resposta crítica a Gilberto Freyre que atribuiu ao negro o germe de solidariedade nacional, sendo que, para Cassiano, nos episódios das bandeiras, esse elemento estaria presente nas mais variadas formas de associativismo. A originalidade também estaria na mobilidade do grupo do planalto, diferentemente dos senhores das casas-grandes, que representariam a tendência portuguesa da estabilidade patriarcal a partir da fixação dos grupos sociais. Para Cassiano Ricardo, “a bandeira era a mobilidade social, levando sangue paulista e enlaçando na sua unidade étnica, ao Brasil todo” (RICARDO, 1937, p. 97).

para a criação e coesão do Brasil, tendo em vista que sem esses heróis de Piratininga o Brasil estaria fragmentado nesse imenso território, este também delineado pelos bandeirantes. A democracia brasileira, por sua vez, foi configurada como natural, pois emergiria como fruto das determinações que fugiriam ao alcance do homem e cujas influências climáticas, étnicas, geográficas e psicológicas teriam moldado a nossa realidade. Essa democracia, exclusivamente brasileira, que valeria a pena morrer para defendê-la (RICARDO, *AM*, 26.8.41, p. 4, C. 2-3), “antes de estar escrita na lei, está[va] escrita no coração de cada um de nós” (RICARDO, 1937, p. 227).

Se para Cassiano Ricardo, segundo seu livro de memórias, foi graças ao trabalho realizado no livro *O Brasil no Original* que ele foi convidado para ocupar o cargo de diretor do *A Manhã*, Menotti Del Picchia, também em suas memórias, diz ter sido a partir do trabalho mais amplo e de divulgação dos ideais nacionalistas no Grupo Bandeira que ambos foram incorporados ao projeto do governo federal. Assim, tanto o jornal *Anhanguera*, quanto o grupo se extinguiram as vésperas da mudança de regime, “com a implantação do Estado Nôvo que se declarou, por uma democracia em estado de legítima defesa, na mesma linha ideológica da ‘Bandeira’, portanto.” Dessa forma, segundo narra Cassiano Ricardo, “O Estado Novo (sem o saber) adotou o caminho previsto pela ‘Bandeira’ que estava certa, originalmente certa, optando por uma democracia brasileira, típica, baseada na justiça social.” (RICARDO, 1970, p. 115)

2.5 Estado Novo nos trilhos da tradição bandeirante

Em seu discurso de posse na ABL, no final de 1937, Cassiano Ricardo construiu sua própria trajetória e buscou forjar uma memória ao mobilizar reflexões que nos remetem à campanha *verdamarela* e ao movimento cultural e nacionalista do grupo Bandeira, onde na primeira, propugnou uma mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino e no grupo Bandeira, por um Brasil no original, contra as ideologias forasteiras e infecções culturais dissolventes da nacionalidade (RICARDO, 1938). Dessa maneira, no que diz respeito ao atual momento político instaurado a partir do golpe do Estado Novo, pouco mais de um mês antes do discurso ser proferido, Cassiano Ricardo sustentou que somente um governo forte e entrincheirado em leis vivas e não em ficções jurídicas inoperantes, onerosas e ridículas poderia realizar a democracia em seu sentido brasileiro. Assim, o comunismo foi compreendido como a matéria que esmagava o espírito, a democracia

liberal como um regime que não nos defendia e o totalitarismo como uma violência anticristã e antibrasileira.

No processo de forjar uma memória, Cassiano Ricardo também enfatizou sua luta contra a importação dos *ismos* europeus já que, para ele, de nada serviria combater o Parnasianismo para erigir em seu lugar qualquer outro *ismo* moderno, vindo a bordo de um transatlântico. Assim, substituir Parnasianismo por Futurismo, Simbolismo por Expressionismo, Tradicionalismo por Cubismo era apenas trocar o figurino mais velho pelo mais novo e continuar importando a cultura europeia. Lutando contra essas alcunhas literárias europeias, o grupo de Cassiano Ricardo teria inventado o *verdamarelistmo*, da qual Paulo Setúbal era parte como defensor do Currupira. Foi esse grupo que tomou o verdadeiro caminho e adquiriu um sentido brasileiro ao reunir o primitivismo ao moderno e um sentido social e político ao trocar a mentalidade contemplativa, lunática, choramingona e anárquica por uma mentalidade sadia, vigorosa, destinada a solucionar os problemas brasileiros a partir de definições nacionais.

Em relação à Semana de Arte Moderna, para o poeta, somente São Paulo poderia ser a matriz originária do movimento e o palco para a sua realização devido aos fatores que teriam influenciado decisivamente, como a geografia, que garantia a São Paulo o maior isolamento quanto à infecção cultural europeia; a bandeira, interpretada como a desobediência histórica e condição de autonomia; o clima humano gestado no sertão do homem avesso à Literatura e que reduziu essa a um mínimo literário que não encobrisse a nossa originalidade; o individualismo tradicional do paulista, disposto a proclamar que cada um passasse a se realizar ao seu modo e incentivador da personalidade criadora.¹⁶³

¹⁶³ Em relação às bandeiras, opondo-se a propriedade imobiliária geradora da aristocracia, seu objetivo era a propriedade mobiliária, que democratiza a riqueza individual; contra a tendência vertical dos núcleos de concentração econômica, ela era o ímpeto horizontal que nunca os deixaria crescer apenas verticalmente; contra os quistos étnicos que impossibilitariam a nossa democracia racial, ela foi a força niveladora e, enquanto se acentuava o regime feudal dos grupos fixos, nas casas-grandes, ela democratizava a sociedade colonial, misturando-lhe os elementos e mobilizando-os para a corrida das minas. Dessa forma, nenhum exagero haveria em se dizer que a bandeira não só realizou a sua democracia social e instintiva, dentro de cada agrupamento, como também foi a base democrática do nosso grupo nacional. Assim, a bandeira atuou contra o feudalismo do litoral, resultante da monocultura latifundiária e escravocrata e contra o comunismo tribal do *hinterland* (RICARDO, 1938).

Caberia ao Estado Novo conservar intacta a unidade e a estrutura sociomoral das bandeiras. Para Cassiano Ricardo a originalidade do país frente às outras nações passaria necessariamente pela defesa da tradição paulista, fator esse que garantiria ao Brasil destaque no cenário internacional já que nem mesmo os estados totalitários lograram êxito em conservar uma estrutura autêntica e autóctone das sociedades europeias, criando modelos sociopolíticos exportáveis. Assim, a estrutura tradicional das bandeiras e a ideia de governo forte eram as âncoras tradicionais que deveriam inspirar as organizações políticas e culturais – além disso, já que o autoritarismo e a rigidez política não se faziam presentes apenas no comandante das tropas que praticavam os atos jurídicos em pleno sertão, mas também na disciplina consciente dos membros que não discutiam as ordens do chefe, caberia a todos os brasileiros se integrarem a esse projeto nacionalista sem resistências. Como havia a crença de que esse caminho traçado pelos bandeirantes era natural, não havia motivos para críticas ou afastamentos do projeto de nação proposto por Cassiano Ricardo uma vez que a essência do Brasil residia no fluxo que nasceu com as bandeiras e que se perpetuava com o Estado Novo. Dessa obediência exaltada pelo poeta teria nascido no coração dos descendentes dos heróis bandeirantes o espírito de respeito às leis, luta que moveu os paulistas de 1932.

Segundo Cassiano Ricardo, foi da bandeira caminhando no espaço que nasceu a sociedade que se fixou no interior do país e foi a partir da fronteira móvel, conduzida para norte, oeste e sul, que surgiu a fronteira fixa que configurou o nosso mapa e a nossa imagem física, cujos contornos aprendemos na escola. Além disso, da bandeira caminhando no tempo surgiu o grupo nacional democrático, que vem da família, do clã e do povo, chegando até nós pelo sangue e pelo sentimento. Também veio daí a originalidade que a bandeira oferece à política moderna, na sua típica enquadatura, além dos próprios lineamentos do Estado moderno, esse que se baseava no culto da tradição e do heroísmo: comando seguro a partir da autoridade forte e disciplina consciente que exige a cooperação de todos os brasileiros, irmanados numa só alma para o mesmo sacrifício e para o mesmo triunfo.¹⁶⁴

¹⁶⁴ A questão da originalidade brasileira, gestada no Planalto de Piratininga, acabou por especificar geograficamente dentro do próprio estado de São Paulo a região responsável pela criação e manutenção do Brasil psicológico, social, geográfico, étnico, religioso, físico, etc. que conhecemos hoje: o litoral (S. Vicente) se aproximava de outras regiões, como S. Salvador e Olinda – onde a

Em artigo intitulado *A “crueldade” do Bandeirante*, publicado no jornal *A Manhã* por Cassiano Ricardo em 1º de novembro de 1942, buscou-se, a partir do livro de Aurelio Porto “sobre a formação histórica do Rio Grande”, relativizar a “maldade” dos bandeirantes que atacaram as reduções jesuíticas espanholas no sul, cuja “lenda havia criado muito nome feio em torno desses heróis.” O artigo narra a saga de Antonio Raposo Tavares que não pretendia atacar as reduções e só assim procedeu depois que recebeu um não qualquer e agressivo ao solicitar “agasalho e alimento para a sua tropa”, onde, “em represália, foi que vibrou o golpe nas povoações, arrasando-as”, não fazendo mais do que seus colegas da América espanhola ou os portugueses na África, cujo justificável “crime não era dele apenas. Era de todos. ‘Era do tempo’ – como nos diria o poeta.” (RICARDO, *AM*, 1.11.42, p. 4, c.5)

Nota-se que Cassiano Ricardo buscou forjar uma imagem do bandeirante como um homem pacífico que, embora buscassem a glória e as riquezas do Brasil, não deixaram de estabelecer uma relação harmoniosa com os outros membros das expedições, com negros e indígenas. Por outro lado, qualquer intervenção violenta era justificada e as narrativas impunham ao leitor uma explicação para as investidas mais impetuosas, demonstrando a virilidade desses homens heroicizados. Como manifestado em *O sentido Bandeirante do regime*, Getulio Vargas, líder autêntico do Brasil, teria buscado o “verdadeiro sentido de brasilidade” não em um sentido retórico como o velho regime, mas prático, sabendo interpretar a vocação íntima da raça que o liberalismo cosmopolita, antibrasileiro, alheio às realidades da terra e artificial não contemplaram. (*AM*, 5.5.43, p. 9, c. 1)

Se na década de 1930 Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia transitaram entre os extremos em relação a Getulio Vargas, de militantes críticos a ideólogos do político gaúcho; na década de 1940 a posição de defensores do regime autoritário se manteve constante. Ao resgatarem um debate que nos remete à gênese da nação e defenderem a proeminência do estado de São Paulo frente aos outros estados, buscaram reproduzir em suas obras a convicção de que sua terra de origem possuía um papel destacado, compatível com a sua pujança econômica e, lutando pela ampliação da influência política e pela maior

miscigenação com o elemento negro teria estimulado o sedentarismo, contrariamente ao dinamismo dos homens de Piratininga, que graças ao elemento indígena seriam predispostos ao movimento sertão adentro, atuando no cumprimento natural da tarefa de criar a Nação (RICARDO, 1938).

projeção cultural do estado, encontraram no Estado Novo um ambiente propício para divulgarem seus ideais regionalistas.

Embora a partir de atuações díspares, tanto Cassiano Ricardo como Menotti Del Picchia se comprometeram a divulgar os feitos do Estado Novo, mantendo-se fiéis ao cumprimento desse objetivo até a queda do regime. Cassiano Ricardo produziu em 1940 sua obra de maior fôlego, *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, na qual estabelece uma relação próxima entre as bandeiras paulistas e o regime autoritário como os dois principais momentos de integração nacional. Para o analista, o bandeirismo seria a maneira mais bem estruturada da biodemocracia, sendo o Estado percebido como resultado natural de uma evolução que apontaria para um caminhar uniforme, cuja direção já estaria determinada pelas origens e onde não seria saudável para o corpo social qualquer ruptura que pudesse desviar do seu destino natural. Somente um governo forte, encarnado, para o autor, no Estado Novo e no chefe da nação teria condições de policiar e advogar os conflitos, o que permitiria a manutenção do Brasil nos trilhos da tradição. Assim, a recorrência ao mitológico e a uma consciência que perpassasse as questões políticas se tornaria um apelo ao irracional em nome da nação. (RICARDO, 1940)

O bandeirante moderno, diferentemente daquele do século XVI que partia do Planalto, era, naquele momento, “cada brasileiro que desbrava a terra, tanto no norte como no sul”, uma vez que em cada um “ha um bandeirante no qual se confundem e se unificam todos os tipos regionais” (RICARDO, 1940, p. 557). Cassiano Ricardo buscou interpretar e dar sentido ao discurso de Vargas, como, por exemplo, em sua obra intitulada *A Nova Política do Brasil*, de 1938, na qual nos explica que:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (VARGAS, 1938, p. 124)

Cassiano Ricardo declarou, em 5 de outubro de 1941, no *A Manhã*, que a nova marcha para o oeste, a “A cruzada ‘rumo ao Oeste’”, que o presidente Getúlio Vargas incluiu sabiamente no programa e na

ideologia do Estado Novo” estava em ressonância com o passado brasileiro. Os primeiros e surpreendentes resultados estavam ocorrendo a partir da fundação de duas associações bandeirantes, uma em São Paulo e outra em Goiânia, ambas com o objetivo de aproximar as zonas coloniais com os centros metropolitanos do Brasil, promovendo a “magnífica confraternização entre o sul e o norte”. O próprio chefe da nação deu-nos o “exemplo desse espírito pioneiro, nas excursões que fez, pessoalmente, às zonas a serem integradas, de forma definitiva, ao nosso sistema social e econômico.” (RICARDO, *AM*, 5.10.41, p. 4, c. 5)

Aproveitando-se de um momento em que era uma política de governo empreender a integração nacional, aproximando as distantes regiões do Brasil a partir da construção de ferrovias e a passagem de linhas telegráficas, além da moderna aviação que permitia o transporte de pessoas e mercadorias para o longínquo sertão nacional, esses intelectuais buscaram criar essa comunidade espiritual, uma vez que as modernas técnicas de transporte e comunicação permitiriam essa relação mais próxima entre todos os brasileiros. A coluna *Macha para o oeste*, do jornal *A Manhã*, esclarece-nos qual o intuito da divulgação assumida pelo jornal:

Um dos prismas por que “A MANHÃ” mais se propor a servir aos interesses do país é, de certo, pela da divulgação, em ampla e circunstanciada reportagem convenientemente documentada da multiforme fisionomia do meio físico e humano de que se opulenta o nosso imenso “hinterland” cuja variedade de aspectos está longe de ter sido revelado a própria curiosidade da população nacional. (...)

Descortina aos olhos dos leitores da “A MANHÃ” esse mundo de realidade por muitos ainda ignorado é, sem dúvida, vivenciar o entusiasmo de todos pelo Brasil e afervorar o patriotismo contra o excessivo culto da vida meramente local.

Ora, um dos objetivos da “A MANHÃ” é o fomentar, em cada brasileiro, deste ou daquele recanto do país, um maior apreço e um conhecimento mais perfeito dos vários ambientes da nossa grande nacionalidade.

Ao invés de circunscrever-se a assuntos ligados apenas à Capital da República, que nem por isso deixarão de merecer toda a atenção, “A MANHÃ” quer encaminhar o pensamento dos seus leitores a

empreender através da sua leitura, verdadeiras incursões pelos pontos ainda mais afastados do território pátrio.

É, por assim dizer, um curso de geografia animada, viva, palpitante, que, praticamente iremos oferecendo aos que nos honrem com a sua preferência. (AM, 10.8.1941, p. 8, c. 1-2.)

A divulgação e a valorização do *hinterland* brasileiro não estava circunscrito apenas a essa coluna. De maneira semelhante à *Marcha para o Oeste*, no fragmento do jornal destinado a produções intelectuais, Cassiano Ricardo declarava, em 5 de outubro de 1941, na página 4 do *A Manhã*, que a nova marcha para o oeste era parte da ideologia do Estado Novo e em tom ufanista festejava a integração nacional moderna que ocorria a partir da utilização dos meios de transportes fluviais nos cursos dos rios Amazonas, Araguaia, São Francisco e Tocantins, assim como a comunicação ferroviária rumo a Bolívia e ao Paraguai, ligando o território brasileiro de leste a oeste. Além disso, também valorizou o Barão de Rio Branco por, segundo ele, reavivar o perfil geográfico do Brasil. Em uma narrativa próxima a proposta no jornal *A Manhã*, a valorização da natureza brasileira e das possibilidades de adentrar o sertão também foram discutidas em *Marcha para Oeste* (1940):

A bandeira foi o Estado em marcha, levado pelas fronteiras móveis da conquista. Agora é o Brasil organizado que novamente marcha para oeste, realizando o seu imperialismo interno, palmo a palmo. Ainda uma luta em extensão, com os primeiros marcos da profundidade. Estudam-se os meios para o início mais vigoroso da nova arremetida. Fala-se nos traçados de ferrovias que possibilitem a marcha, mas os cursos dos nossos grandes rios, como o Amazonas, o Araguaia, o S. Francisco e o Tocantins não são deslembados, no exame das possibilidades de transporte. Indaga-se do material humano mais conveniente para o povoamento das zonas limítrofes, chamadas “fronteiras guaranis”. Apontam-se as riquezas que o Brasil guarda, quasi virgens, pelas terras que confinam com os paízes do oeste. É uma espécie de chamamento econômico, colorido de um belo espírito bandeirante Rondon é o chefe das bandeiras militares que não deixaram de parecer

no abandono o que o país tem de mais seu e de mais original (RICARDO, 1940, p. 558)

Haveria, portanto, mais do que o plano retórico de valorização do oeste brasileiro. As produções de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia possuíam objetivos pragmáticos e, ao atribuírem o verdadeiro sentimento nacional ao sertão, valorizavam a herança e a tradição paulista, atribuindo ao elemento bandeirante a responsabilidade pelo evento inaugural da nacionalidade e garantindo às elites paulistas, agenciadoras e financiadoras das suas produções, um papel central na condução dos rumos da nação. Além disso, na coluna não assinada e publicada diariamente no *A Manhã*, havia uma evidente preocupação em explicar a política oficial do Estado Novo de marchar rumo ao centro do país.¹⁶⁵

A promoção do nome de Getúlio Vargas e da sua atuação pública não estava dissociada da valorização do bandeirantismo, cuja marcha inicial e moderna, como ressaltava Cassiano Ricardo, era um apelo “às origens brasileiras”. Segundo o poeta, “si o sentimento nacional tivesse que esmorecer, por acaso, em alguma fase imprevista [...], bastaria a epopéia de nossa formação territorial para revivê-lo”, mantendo vivo o espírito bandeirante que garantiu ao Brasil a manutenção da nossa grandeza geográfica. O oeste, por ser a antítese do litoral, seria o caminho aberto para uma direção imposta pelo fluxo da natureza e pelo retorno às nossas origens. Seu traçado, por sua vez, sempre deveria ser retomado “afim de que a sociedade se desloque dos seus pontos de fixação costeira para o ‘hinterland’ que o espera, rico e deserto, como uma determinação histórica à espera de uma confirmação sociológica.” O bandeirantismo, que modelou geograficamente a América, também

estabeleceu o ritmo da civilização brasileira; traçou a silhueta verde-física do Brasil; encheu o nosso passado de matinal heróica; criou uma mitologia para o fundo de quadro de nossa história; influiu no plano cultural, pela descoberta do ouro e pela primeira vez, do “utipossidetis” ao direito internacional. Estabeleceu uma

¹⁶⁵ Cabia ao jornal *A Manhã*, por ser uma publicação oficial, noticiar as benfeitorias do chefe da nação e difundir de que maneira o governo autoritário estava articulando a expansão interna, cujo exemplo mais bem acabado está nas consecutivas publicações dos artigos do Estatuto da *Cruzada Rumo ao Oeste*, exposta diariamente entre os dias 7 e 11 de outubro.

mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino, em sentido contrário à que, só via litoral: imprimiu-nos o sentido americano de vida; aproveitou o material indígena, na composição do novo plasma social; foi o nosso primeiro germen do self-government ou melhor, a primeira raiz de toda autonomia. (RICARDO, *AM*, 5.10.41, p. 4, c. 5)

Dessa forma, os resultados oriundos desse primeiro momento de integração do Brasil estavam refletidos no presente de Cassiano Ricardo e nas investidas de Vargas, ao recuperar a tradição bandeirante, também esclareciam a capacidade do chefe em conduzir os rumos do Brasil a partir da sua sensibilidade sociológica e histórica. A importância histórica dos eventos de integração nacional garantiria o sucesso do regime político vigente já que “não haveria mesmo surpresa em se dizer que o Estado Novo é bandeirante várias vezes”, no seu

apelo às origens brasileiras; na defesa de nossas fronteiras espirituais; em face de quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade, no seu espírito unitario, um tanto antifederalista; na soma de autoridade conferida ao chefe nacional, na ‘marcha para o Oeste que é também sinônimo do nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é, no seu conceito ‘dinâmico de Estado’. (RICARDO, *AM*, 5.10.41, p. 4, c. 6)

Para Cassiano, toda força moral que o Brasil necessitaria na década de 1940 para vencer os perigos contemporâneos estavam depositadas nas bandeiras e nas suas lições simbólicas de sabedoria. Para vencer os imperialismos estrangeiros, o Brasil precisaria, naquele momento, robustecer a ideia da pátria, cuja construção foi creditada ao bandeirismo. Além de modelo de organização social a ser seguido, as bandeiras serviram como uma alegoria para o Estado Novo: a imagem de unicidade que o estado autoritário buscava transmitir se aproximava da ideia da marcha proposta por Cassiano Ricardo – não eram os bandeirantes na década de 1940 que se dirigiam ao interior, mas sim a nação que, com seu projeto unitário conduziria os brasileiros, organicamente e sem conflito, para alcançar a grandeza destinada ao

Brasil e ao continente americano em um momento em que Europa sucumbia.¹⁶⁶

Outro caminho a ser traçado pelo Brasil em função de legítima defesa em momento de conturbação política e social internacional era a partir da fé, da autoridade, da disciplina, da obediência voluntária e consciente, da hierarquia e da solidariedade, elementos presente nas bandeiras e que colaboraram na realização de obras extraordinárias por parte dos desbravadores da terra. Assim, apropriando-se de um discurso de Vargas, Cassiano Ricardo sugere aos seus leitores o caminho para a defesa do Brasil: sanar os vácuos demográficos do Brasil e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas, proporcionando o “reatamento da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”. Desse forma, “todo o brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante e, embora a “significação da palavra é originalmente paulista; mas, geograficamente, desbordou de sua região de origem para tomar o sentido político e nacional do Brasil todo, sendo agora o epíteto do brasileiro em marcha para o futuro” (*Idem*). Se ontem os bandeirantes eram os que partiam do planalto de Piratininga, na década de 1940, os grandes homens brasileiros eram todos que tomavam parte na marcha da unidade nacional, função que, em defesa da nação, imperava a todos os brasileiros, não sendo concedido lugar somente aos “que nasceram para caminhar às avessas, os negativistas, os recalcados, os eternos descontentes” (*Idem*).¹⁶⁷ Segundo Alcir Lenharo,

¹⁶⁶ O jornal *A Manhã* publicou, em 27 de janeiro de 1943, uma breve análise do discurso proferido pelo ministro Marcondes Filho através do programa radiofônico Hora do Brasil. Homenageando o aniversário de fundação de São Paulo, o ministro defendeu que “ninguém melhor do que o presidente Vargas, soube descortinar e interpretar a brasilidade da alma paulista.” (*AM*, 27.1.43, p. 3, c. 4-5)

¹⁶⁷ Gilberto Freyre, exemplificando com os casos dos “srs. Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Flavio de Carvalho, Sergio Milliet, Ribeiro Couto; o próprio sr. Elis Junior, Leme por um costado, mas paulista novo por outro. Outros experientes literários e diletantes ou especialistas da sociologia ou da história tornaram-se, cada um a seu jeito, expressões não só intelectuais como até políticas de bandeirismo ortodoxo, de que, biologicamente, alguns deles são antes enxertos do que rebentos. Os bandeirantes mais por direito de conquista do que por herança de quatro costados são hoje legião. Devemos nos regozijar com o fato que o bandeirismo continua a florescer em São Paulo, em particular, e no Brasil, em geral (...).” (FREYRE, *AM*, 1.1.44, p. 4, c. 2-3)

a construção da ‘Marcha’ atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. [...] ancora-se na técnica da propaganda e nos conteúdos míticos das ramificações românticas e pietista católica disseminadas na cultura nacional. Cassiano Ricardo, do Deip paulista, sabia muito bem disso tudo. Na sua obra, *Marcha para Oeste*, as cores, os sons, a poesia, um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao Estado Novo. A bandeira já criara em si os germes do novo regime; elas cimentara a base da nacionalidade, como criara a comunidade imune às diferenças sociais; tinha, como o Estado Novo, o chefe firme na sua condução; estruturava-se economicamente através da pequena propriedade para organizar permanentemente o seu movimento de conquista e integração. A bandeira tivera que originar-se em São Paulo; não por acaso, o planalto já dera ao país a mineração, o café e, mais recentemente, o desenvolvimento industrial... (LENHARO, 1986, p. 15-6)

A estrada ampla, generosa, sem atalhos que desviem para a esquerda ou para a direita, levando-nos somente para frente e com o pensamento voltado para o dia de amanhã, que seria o nosso dia, foi o caminho vislumbrado por Cassiano Ricardo para o sucesso da nação e consequentemente de todos os brasileiros a partir do “retorno do Brasil ao seu grande sentido histórico”. (RICARDO, *AM*, 5.10.41, p. 4, c. 6)

Jorge de Lima, nascido em Alagoas, dedicou um artigo no *A Manhã* para elogiar o trabalho de Cassiano Ricardo, “historiador e analista máximo” das bandeiras e que na segunda edição do seu livro originalmente publicado em 1940 acrescentou um capítulo sobre “a contribuição nas bandeiras [que] é admirável pelo acervo da documentação e das curiosíssimas conclusões a que chega” (DE LIMA, *AM*, 28.8.42, p. 4, c. 5). Interessante assinalarmos que essa obra passou por um processo de atualização e, após a tomada de decisão do Brasil na guerra em favor dos Aliados e da Política de Boa Vizinhança

rooseveltiana, Cassiano Ricardo incluiu na obra suas reflexões sobre a influência do elemento espanhol na configuração nacional, atribuindo uma relação de longa data com os irmãos latinoamericanos e combatendo o equívoco que difundia a ideia de que o Brasil estava de costas para a América.

Marcha para Oeste, mais do que recuperar o passado glorioso dos homens do planalto, é parte da propaganda política do Estado Novo e, condenado ao ostracismo por ser um trabalho datado, perdeu espaço entre o público leitor após passado o período do regime autoritário. Outra atualização que a obra sofreu foi na edição de 1970, momento em que Cassiano Ricardo buscou incorporar ao livro as políticas de conquista do oeste empreendidas por Juscelino Kubitschek, cujo maior exemplo era a construção de Brasília, como parte do movimento bandeirante.

Em diversos momentos a obra *Marcha para Oeste* foi esmiuçada no jornal porta-voz do Estado Novo, tanto por Cassiano Ricardo como por análises que se dedicaram a discutir pequenas temáticas que no conjunto da obra passam quase que despercebidas, como *O café e a pequena propriedade na Marcha para o Oeste*, onde o autor buscou estabelecer uma linearidade entre a tradição bandeirante e o momento contemporâneo a partir de uma entrevista concedida por Abelardo Vergueiro Cesar. A pequena propriedade que predominou nos arredores de Piratininga, na época do bandeirismo inicial, seria a explicação para o sucesso da lavoura cafeeira em São Paulo e teria um papel central na formação do Brasil – os homens não eram apegados a terra e deixavam para trás seus cultivos para adentrarem os sertões, utilizando-as como trampolim para a conquista do oeste. (RICARDO, AM, 16.5.42)

Além de defender o passado e a tradição heroica paulista, Cassiano Ricardo não olvidou em estabelecer como modelo para as investidas do Estado Novo os feitos e a herança bandeirante. Menotti Del Picchia, por sua vez, apesar de não ter produzido nenhum longo ensaio que atribuíra raízes profundas à organização política empreendida pelo Estado Novo, não deixou de legitimar o regime ditatorial em artigos para periódicos, assim como na direção da sucursal paulista do jornal *A Noite*, da capital federal. Não há dúvidas que a eleição dos nomes de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo para assumirem os cargos está relacionada aos seus engajamentos na esfera política, às suas perspectivas sociopolíticas, às redes de sociabilidade constituídas anteriormente e a possibilidade de aproximar a terra natal dos poetas ao regime autoritário.

Ao acompanharmos os artigos produzidos pelos poetas, as entrevistas concedidas para periódicos e as reportagens sobre suas atuações intelectuais, podemos apreender as mediações que possibilitaram a divulgação de um projeto de paulistanidade sem que se perdesse o filão nacional. No artigo intitulado *O Brasil é assim...*, por exemplo, publicado no jornal *A Manhã* em 19 de março de 1942, Menotti Del Picchia sustentou a tese sobre a originalidade brasileira a partir da existência de uma democracia social e racial (DEL PICCHIA, AM, 19.3.42, p. 4, c. 3-4). A ideia que propunha um estado de espírito harmônico no Brasil foi sustentada pelos poetas paulistas e colaboraram para fixar uma ideia de coesão nacional. A índole do povo brasileiro era, por sua vez, devido ao aspecto biodemocrático das bandeiras, cooperativo, pacífico e isento de qualquer tipo de preconceito já que nossa história foi construída nos sertões e sem a presença das ideias desagregadoras que desembarcavam nos portos litorâneos.¹⁶⁸

Na década de 1940, Cassiano Ricardo não era nenhum estreante nas reflexões sobre os problemas do Brasil e a formação do Estado Nacional, tendo sido chamado a colaborar com a estreante revista *Cultura Política*, publicação definida por Tiago Losso como o principal veículo de difusão do discurso oficial do Estado Novo (LOSSO, 2006). O periódico dirigido por Almir de Andrade circulou pela primeira vez em março de 1941, momento em que foi publicado um artigo de Cassiano Ricardo, convidado pelo diretor da publicação (ANDRADE, 10.1.81, p. 22), no qual o poeta explicitou sua percepção sobre a fecundidade da ideia de estender de forma sistemática o simbolismo construído sobre o bandeirismo no âmbito paulista para o Governo Federal.

Intitulando o artigo de *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*, o intelectual procurou aproximar o regime instaurado em 10 de novembro de 1937 do sentido social e político do bandeirismo ao entender que eram dois momentos distintos da evolução do Estado Nacional. Além disso, no mesmo mês em que foi publicada *Cultura Política*, a revista *Planalto* foi anunciada, deixando de circular em abril do ano seguinte. A publicação buscava declaradamente integrar São

¹⁶⁸ Por ocasião do cinquentenário da abolição da escravidão, em maio de 1938, Cassiano Ricardo publicou um ensaio na *Revista do Arquivo Municipal* de São Paulo, dirigida por Francisco Pati, com o objetivo de delinear a participação do negro no bandeirismo paulista. Nesse ensaio, Cassiano Ricardo atribuiu um papel subalterno ao negro e valorizou a sua obediência, qualificando-a como o atributo mais belo na psicologia da raça (RICARDO, RAM, 1938).

Paulo ao conjunto da nação e o termo *Planalto* era uma forma de homenagear os homens que participaram das bandeiras, era uma palavra-símbolo dos heróis paulistas, uma palavra de colaboração, compreensão e fraternidade com o resto por país levada ao povo pela voz dos artistas. Dirigida por Orígenes Lessa, a revista foi editada pelo Departamento Estadual de Imprensa e contou com o a colaboração de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, membros do conselho diretor juntamente como Cândido Motta Filho, Francisco Pati, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, entre outros, grande parte ligados à Academia Paulista de Letras, instituição que Menotti Del Picchia classificou como “um núcleo bandeirante de renovação.”¹⁶⁹ (DEL PICCHIA, 1936, p. 25)

Para seu extenso artigo publicado na revista *Cultura Política*, Cassiano Ricardo retomou suas discussões anteriores, principalmente as desenvolvidas na obra *Marcha para Oeste* e as incorporou aos seus debates de modo a legitimar sua percepção no que diz respeito a uma vocação bandeirante do regime. Para o autor, essa relação era uma verdade inquestionável já que o próprio fundador do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, explicitou que era uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor o planalto e expandir-nos no sentido das latitudes para retomar o trilho dos pioneiros que plantaram, no coração do continente, em épica e vigorosa arremetida, os marcos das fronteiras territoriais. Era necessário, segundo a argumentação de Vargas, que fossem suprimidos os obstáculos, encurtadas as distâncias, abertos os caminhos e estendidas as fronteiras econômicas para que se consolidasse, definitivamente, os alicerces da nação (RICARDO, *Cultura Política*, 1941). Essas leituras dos discursos varguistas serviram de inspiração para as reflexões dos porta-vozes do Estado Novo que se destacaram no trabalho de interpretar o regime, transformando-se em doutrinadores da nova ordem, embora não houvesse cânones rígidos. (OLIVEIRA, 1982)

Se em maio de 1941 Cassiano Ricardo buscou estreitar os vínculos entre Estado Novo e bandeirantismo, a partir de agosto do mesmo ano, no jornal que dirigiu, o *A Manhã*, o poeta trilhou o mesmo

¹⁶⁹ Em novembro de 1937, a APL publicou o primeiro número da sua revista que divulgou os escritos de seus membros e construiu sua própria memória sobre a instituição. Segundo seu editorial, a revista buscou fixar o retrato de São Paulo não somente como a terra do trabalho, mas também da cultura. Esse periódico, foi dirigido pelo secretário geral René Thiollier e organizado por Cassiano Ricardo, Otoniel Mota, Menotti del Picchia e Oliveira Vieira Neto.

caminho através da coluna intitulada *Marcha para o Oeste*, representativa da centralidade dessa discussão no periódico.¹⁷⁰ *A Manhã*, diferentemente de *Cultura Política*, buscou divulgar os feitos e a filosofia que norteava o regime a partir de textos mais curtos e angariou colaboradores conhecidos nas letras nacionais. Já a sucursal paulista de *A Noite*, jornal diário que também divulgou as ações de Vargas a partir de narrativas enxutas, contou com colaboradores menos prestigiados no campo literário, principalmente se considerarmos os nomes que figuraram no *A Manhã*.

2.6 A Manhã e a sucursal paulista de A Noite: Regionalismo, nacionalismo e continentalismo

A partir de 1942, principalmente, com a entrada do Brasil na guerra, além da necessidade histórica de equilibrar o peso da ênfase na questão regional e nacional, o debate em torno do papel continental passou a ser um dos focos centrais dos periódicos oficiais do regime e os intelectuais ligados aos projetos estadonovistas tiveram que dosar suas análises em função da atual conjuntura política.¹⁷¹ Além disso, o

¹⁷⁰ Além dos artigos assinados por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia que exaltavam o passado bandeirante e sua prestigiosa herança para a Nação e a seção *Marcha para o Oeste*, que buscou divulgar o movimento de adentrar os sertões empreendido pelo Estado Novo, também colaborou com a exaltação tradição paulista artigos não assinados, como, por exemplo, o publicado em 25 de janeiro de 1942 que se intitulava *A cidade de S. Paulo e seu bandeirismo*. Segundo o artigo, São Paulo ostentaria “atributos que lhe conferem o legítimo título de comunidade líder do Brasil”, com a natural exceção do Distrito Federal que por ser a sede do governo também desfrutava da privilegiada situação.

¹⁷¹ Um exemplo claro que o periódico fazia parte de um projeto político que limitava sua autonomia editorial foi o texto produzido por Cassiano Ricardo e intitulado “*Torcidas*” e *Torcedores*, publicado na edição de 21 de setembro de 1941 onde, segundo ele, “as razões pelas quais o Brasil deverá manter-se afastado da guerra são facilmente compreensíveis. Traduzem não só os seus ideais de harmonia e fraternidade em relação aos demais povos do mundo (...) numa época como esta, cheia de terríveis contaminações ideológicas, o nosso ponto de vista representa uma prova de saúde – diante de um mundo enfermo e cruel (...) e certo que o povo brasileiro – o povo de verdade – está entregue a seu trabalho pacífico” (RICARDO, AM, 21.9.1941, p. 4, c 3-4) A guerra, para Cassiano Ricardo, negava nossa tradição pacifista, mas não deixou de ser divulgada com ufanismo após a adesão brasileira.

suplemento do jornal *A Manhã, Pensamento da America*, que segundo Menotti Del Picchia foi publicado como uma homenagem aos Estados Unidos (DEL PICCHIA, 1977), seguiu a linha política do Estado Novo e procurou atribuir raízes profundas e positivadas às relações entre os povos americanos (NEVES, 2013), passando, nesse período, por modificações que foram confirmadas por seus editoriais.

A discussão sobre o papel do Brasil no continente americano, embora nunca tenha sido a temática principal nas discussões de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, aparece em seus escritos desde a década de 1920, quando à frente do Grupo da Anta, momento em que discutiram a importância do elemento tupi, vindos dos planaltos bolivianos, na construção da nacionalidade e a sua relação com o ímpeto de retorno ao sertão. Durante o Estado Novo, esses intelectuais publicaram artigos opinativos no *A Manhã* versando sobre o sentido americano do Estado Novo e a união necessária para a defesa das Américas na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

A partir de janeiro de 1942, principalmente, devido à Conferência dos Chanceleres ocorrida no Rio de Janeiro,¹⁷² Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia passaram a fazer usos políticos do panamericanismo que foi relido e passou a ter um papel chave na formação do Brasil e, conseqüentemente, lugar de destaque nas publicações oficiais do regime, como no *A Manhã* (AM, 29.1.42, p. 4; RICARDO, AM, 12.9.41, p. 4; RICARDO, AM, 4.9.41, p. 4). Cassiano Ricardo que, na edição de 1942 atualizou o *Marcha para Oeste* de modo a inserir a influência dos espanhóis na formação do Brasil, em 21 de dezembro de 1941 propôs uma discussão semelhante no suplemento literário do jornal *A Manhã*, momento em que foi publicado o artigo *O “Bandeirismo” e o elemento espanhol do Planalto*, também divulgado, meses antes, no *OESP*.

No jornal *A Manhã*, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia publicaram diversas análises que contemplavam discussões sobre a formação do Brasil, a política do Estado Novo, o estatuto da arte moderna, a democracia brasileira e suas especificidades, a questão dos estrangeiros em território nacional, os debates culturais, a situação política internacional, constantes críticas ao liberalismo, ao comunismo e ao fascismo, a necessidade e a eficácia do Estado Novo em forjar uma unidade nacional, a liderança de Vargas, as características da índole dos

¹⁷² O artigo intitulado *Estado Novo e Panamericanismo*, publicado no *A Manhã* em 29 de janeiro em 1942 na página 4 do jornal noticiou o evento que foi considerado um momento importante na luta pela defesa da América.

brasileiros, a tradição cristã e a ausência de preconceitos no Brasil, a grandiosidade da nação, etc. Todavia, o que é inovador em relação à produção de outros intelectuais e a divulgação da ideologia do Estado Novo em outros periódicos oficiais é a inserção das discussões sobre a herança paulista na configuração política e cultural do Estado Novo. Nesse sentido, além de conferirem aos discursos presidenciais uma roupagem bandeirante, os poetas publicaram diversos artigos que apresentavam a adesão de São Paulo ao regime, que correspondia aos anseios do povo paulista.

Nesse período, Menotti Del Picchia publicou artigos que apresentavam a posição de São Paulo no cenário industrial e cultural da nação e a receptividade do estado bandeirante à revolução de 10 de novembro de 1937. Em texto que atribuiu o encontro da brasilidade a partir de três eventos: a Semana de Arte Moderna de 1922, a revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo, em 1937, Menotti Del Picchia buscou estabelecer o dia 10 de novembro como data máxima da nação e divulgar o sucesso da comemoração do quinto ano do Estado Novo em São Paulo. O artigo expõe que o Brasil teria se encontrado no que ele tinha de mais substancial na sua realidade democrática, de mais vivo na sua essência espiritual e de mais lógico na sua estrutura econômica, conquistadas graças à sábia orientação do chefe da nação. Assim, a originalidade brasileira, que extirpou o mimetismo do liberalismo e as ideologias exóticas, estaria respeitando a própria formação histórica do Brasil já que Vargas teria colhido nas fontes originais da nacionalidade os elementos da nova estrutura estatal que salvou o país da desagregação (DEL PICCHIA, AM, 15.11.41). Para o poeta, o Estado Novo representaria as legítimas aspirações de unidade, de justiça social e de estímulo ao trabalho para todos os brasileiros e São Paulo compreendeu e recebeu desde logo, com entusiasmo, as novas instituições essencialmente democráticas.

Ao discutir o papel de São Paulo frente à conjuntura da Segunda Guerra Mundial, o poeta de *Juca Mulato* caracterizou o paulista como dotado de uma índole racional e consciente. Para ele, no artigo *São Paulo e a Guerra*, nada se faz em São Paulo “em meio do tumulto ou do excesso”, uma vez que “tudo é realizado com um pensamento sereno e firme, que dá bem a medida da força da própria decisão” (DEL PICCHIA, AM, 25.9.42, p. 4, c. 5). Devido à pujança econômica e o espírito culto dos intelectuais, São Paulo foi entendida como o braço que trabalha e a cabeça pensante da nação e era em demonstração de amor pelo Brasil que os paulistas trabalhavam, cada qual desempenhando a tarefa que lhes incumbia desempenhar dentro da ordem, da obediência à

autoridade, da disciplina e da eficiência – das filas militares aos intelectuais, Menotti Del Picchia apresentou os paulistas como sentinelas de olhos e ouvidos alertas contras as forças do mal.

Em momento de conturbação mundial, a “alta cultura cívica bandeirante processa essa necessária e implacável fiscalização sem se entregar a demagogismos ou exercer a função condenável de ‘transformar o próprio inimigo num inimigo da Pátria’.” (DEL PICCHIA, 25.9.42, p. 4, c. 5) E, uma vez que o Brasil se alinhou aos defensores da liberdade, São Paulo, com sua riqueza e inteligência, estaria mobilizada econômica e espiritualmente em defesa do Brasil para cumprir a tradição paulista “de fidelidade ao comando. Assim foi quando eram cabos de tropas Paes Leme e os Anhangueras. Assim é hoje quando está em jogo muito mais que um bravo grupo organizado em ‘bandeira de assalto’, porque hoje está em jogo a própria sobrevivência do Brasil.” (*Idem*) Menotti Del Picchia escreveu o apaixonado artigo aclamando Vargas por manter o Brasil na ordem necessária e divulgou o reconhecimento da população de São Paulo que “veio à praça pública fazer uma empolgante reafirmação de fé no regime e de absoluta fidelidade ao comando viril e patriótico do Chefe da Nação.” (*Idem*)

Assim como propôs Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste*, Menotti Del Picchia também compreendeu que o sucesso da investida estadonovista estava no alinhamento com as tradições nacionais. Para o poeta, o Estado Nacional se alicerçava no passado brasileiro que era uma força que nos projetaria para o futuro, principalmente a partir do “comando férreo na ‘bandeira’” (DEL PICCHIA, AM, 22.10.41, p. 4, c. 3) e a autoridade bandeirante era a principal herança que o Estado Novo havia incorporado da tradição paulista, principalmente no momento de conturbação mundial, onde o “fortalecimento da autoridade responsável pelo destino do país” deveria ser o principal objetivo da população brasileira, embora a democracia nacional permitisse desacordos em relação à tomada de decisão do governo Vargas, que fez a opção pensando unicamente no melhor para o Brasil (DEL PICCHIA, AM, 15.11.41, p. 4, c. 5).

Outro aspecto positivo atribuído ao regime era a compreensão de que, apesar de mobilizador, Vargas era um chefe sensível às necessidades dos brasileiros e respeitador das liberdades individuais e por isso o Estado Novo não se tratava de um sistema político que sufocava os indivíduos, como aconteceria na Europa fascista. Menotti Del Picchia atuou como uma espécie de porta-voz de São Paulo ao apresentar os acontecimentos da Paulicéia no porta-voz oficial do

Estado Novo, as repercussões em terra bandeirante dos acontecimentos nacionais e internacionais, assim como os discursos proferidos por Vargas em terras paulistas e os efeitos positivos das políticas estadonovistas em São Paulo.

Interessante é perceber as mediações que o poeta utilizou na construção de seus argumentos favoráveis às intervenções do governo federal em terras bandeirantes, divulgando não mais São Paulo como o principal foco de resistência ao político gaúcho, como proclamava Menotti Del Picchia no início da década de 1930, mas, passada uma década, considerando Getúlio Vargas como a solução nacional para os problemas dos operários, industriários, fazendeiros e intelectuais. Nos últimos dias do mês de novembro de 1941, o jornal publicou uma série de reportagens sobre a visita de Getúlio Vargas a São Paulo, assim como o entusiasmo da população em dias de intensa vibração cívica.

O jornal *A Manhã*, situado no Rio de Janeiro, possuía uma sucursal em São Paulo e repetidas vezes comemorou os acontecimentos em terras paulistas, cobrindo diversos fatos da vida pública desse estado, como as comemorações dos aniversários da cidade. Em 25 de janeiro de 1942, por exemplo, publicando o artigo intitulado *A cidade de S. Paulo e seu sentido Bandeirante*, o velho espírito bandeirante que pairava sobre a moderna São Paulo e influenciava na sua conduta cívica foi exaltado. Já no dia 24 de janeiro de 1943, a partir da compilação para a folha das palavras proferidas por Cândido Motta Filho, diretor geral do DEIP e do professor Spencer Vampré, palestrante da noite no evento que homenageava o aniversário do município, São Paulo foi homenageada e sua tradição foi cultuada. Assim abordou Spencer Vampré a respeito da herança paulista no Brasil:

tudo aqui em São Paulo vibra do mais intenso nacionalismo, porque não existiu no passado, não existe no presente, não existirá no futuro, terra mais profundamente brasileiro do que esta. Basta considerar que esse imenso território foi, em máxima parte, nossa criação política. Fomos, os bandeirantes que, em desabalada conquista, estendemos as fronteiras da nacionalidade até o Rio da Prata; ao mesmo tempo que, transpondo as cordilheiras internas, vadeando rios, descendo e subindo torrentes desconhecidas e impérvias, com Fernão Dias afrontando o índio selvagem e o castelhano audaz, fomos entestar com os Andes, com Raposo Tavares, devassando o Araguaia, o

Tocantis e o Amazonas, toda a formidável rede fluvial, todos os pantanais e todas as selvas, numa arrancada que não tem parelha em nenhuma outra história, e escrevendo com o próprio sangue um poema gigantesco, perante o qual a *Iliada* e a *Odisséia* parecem dois pequenos idílio poéticos. [...] Quando celebramos a pátria comum, porque cada movimento paulista foi uma arrancada pelo Brasil, e tudo quanto realizamos depois – Independência, Abolição e República, - não foi mais que uma sublimação bandeirante, renovado surto idealista em busca de horizontes mais largos e mais iluminados. O espírito que germinou nas raízes de nossa historia dá-nos ainda um anseio de propulsão e de progresso. Acendemos a chama sagrada, e temos a convicção de que precisamos zelar por ela, para que se não apague nas tormentas do tempo presente. (*AM*, 24.1.43, p. 2, c. 4)

Companheiro de Cassiano Ricardo há quase vinte anos, Menotti Del Picchia estreou como diretor do jornal *A Noite*, sucursal de São Paulo do periódico carioca homônimo em 22 de agosto de 1942. A publicação prometia ser “fiel ao programa que traçou o popular vespertino *A NOITE*, da Capital Federal” e propagar para todas as virtudes econômicas progressistas, de civismo e de harmonia próprias do espírito comunitário inerente ao estado de São Paulo, único estado do Brasil que abrigou uma publicação oficial do Estado Novo, já que todas as outras eram publicadas no Distrito Federal. Conclui-se, destarte, que São Paulo mereceu atenção especial do regime autoritário, provavelmente devido ao seu histórico de resistência a Vargas e ao regime autoritário, que buscava passar uma imagem de representante de toda nação. Como estratégia para promover uma relação harmoniosa com os paulistas e garantir a hegemonia política, o regime buscou se aproximar de intelectuais que, dentre outros atributos que eram de grande valia para assumirem cargos de suma importância no projeto propagandístico, também possuíam trajetórias que estavam atreladas à defesa da proeminência de São Paulo no cenário nacional.

O autor de *Juca Mulato* foi apresentado na publicação que dirigiu como “uma das mais ilustres figuras da terra bandeirante, companheiro de outro paulista ilustre que já no Rio de Janeiro dirige um de nossos órgãos de imprensa.” Assinado por Costa Neto, essa apresentação do

periódico definiu: “A NOITE de S. Paulo é de S. Paulo” e “seus redatores, repórteres, auxiliares de todos os serviços, são pessoas radicadas em S. Paulo e obreiras de seu engrandecimento.” (COSTA NETO, *ANSP*, 22.8.42, p. 1, c. 4) Nas *Palavras do Coronel Costa Neto ao público paulista*,

No dia em que circula o primeiro número de A NOITE, de S. Paulo, desejo aproveitar para dirigir, mais uma vez, ao povo deste grande Estado, uma palavra de afeto, de admiração e de apreço. A Empresa A NOITE desfrutou sempre em São Paulo de uma posição privilegiada, que criou para ela deveres especiais em face desta terra. Nossos jornais, nossas revistas, nossas publicações infantis, os livros que editamos, as irradiações da emissora que possuímos são familiares aos homens, mulheres e crianças de todo o Estado de São Paulo. O lançamento de A NOITE paulista é uma homenagem que nos julgamos no dever de prestar a São Paulo, dando-lhe um órgão de publicidade não apenas para informá-lo lealmente de tudo o que se passa no Brasil e no estrangeiro, mas também para defender os seus direitos e pugnar pelos seus interesses. (*Ibidem*)

Cabe ressaltar que o culto a São Paulo ou a qualquer outra região não é algo explicitado nos periódicos do grupo A Noite, embora a partir da leitura das publicações fique evidente que São Paulo tenha sido divulgada enfaticamente como a terra que mais contribuía com a organização sociopolítica nacional. Segundo o editorial da sucursal paulista de *A Noite*, o periódico era leal à linha da publicação da Capital Federal que em 1942 lançava, em “São Paulo, que é o pulsante coração econômico do Brasil e uma viva escola de civismo” seu órgão de divulgação. Segundo o editorial, São Paulo “não podia deixar de ter um dos órgãos de já vasta família de A NOITE, que hoje abrange, com seus jornais e revistas, os quatro pontos cardiais do país.” (DEL PICCHIA, *ANSP*, 22.8.42, p. 1, c. 1) Além disso, tal estado foi abordado, ainda no editorial, a partir da sua vitalidade industrial e agrícola e o programa do jornal, que é considerado por Menotti Del Picchia como o livro das

massas, buscava contribuir com o povo, o que justificava seu surgimento.¹⁷³

Em 11 de janeiro de 1943 foi publicada a primeira edição do *A Noitinha*, suplemento literário semanal de *A Noite*, também dirigido por Menotti Del Picchia. Foi no suplemento que esse intelectual assinou diversos artigos, também valorizando a herança e a tradição paulista. Com objetivo de revitalizar a vida literária paulista, *A Noitinha* suprimia a ausência do quinzenário *Planalto* e era

um desdobramento de A NOITE, de São Paulo, o Benjamin dos jornais paulistanos e agora em vitoriosa função de crescimento mercê do apoio que tão generosamente lhe deram as populações do nosso Estado dentro das quais nosso vespertino dia a dia encontra maior público.

Com apenas cinco meses de idade, A NOITE – edição paulista, já sentiu a necessidade de corresponder à marcada preferência dos seus leitores oferecendo-lhes, por ora semanalmente, um suplemento de boa leitura e de útil informação, dilatando, assim, seu campo de atividade cultural.

O plano deste pequeno e curioso órgão foi cuidadosamente estudado, tudo para oferecer ao leitor um texto bem variado e bem interessante. Nele abriga A NOITE a luminosa contribuição cultural da nossa gente, notadamente da mocidade bandeirante que, até há pouco, nas saúdas e rútilas páginas do ‘Planalto’ pôde mostrar o alto grau de cultura a que atingiu. (...)

¹⁷³ Na edição do *A Manhã* de 22 de agosto de 1944, foi noticiando, por ocasião do segundo aniversário da sucursal paulista do jornal *A Noite*, que a publicação tinha uma atuação “segura e brilhante na defesa dos interesses nacionais e no amparo constante ao povo paulista, a que serve particularmente.” (*AM*, 22.8.44, p. 2, c. 6) O jornal *A Noite*, de São Paulo, também comemorou anualmente seus aniversários e, em 1945, duplamente, uma vez que era uma “dupla vitória: a dos bravos soldados patrícios sobre o destroçado inimigo e a da nossa folha que, nesses trinta e seis meses, assegurou-se em lugar honrosa na vida dos periodismos bandeirante. Cumprimos nosso dever realizando nossa promessa: A NOITE foi uma trincheira de brasilidade de onde, por todas as formas, procuramos cooperar na viva trepidação patriótica que foi nosso esforço de guerra.” (*ANSP*, 22.8.45, p. 1, c. 4)

O que, entretanto, inicialmente nos interessa será verificar que os meios culturais do nosso Estado compreendem nosso propósito e que de hoje em diante nos darão sua espontânea cooperação. (DEL PICCHIA, *A Noitinha*, 11.1.43, p. 1, c. 1)

Na mesma linha do jornal *A Noite* do Rio de Janeiro e do jornal *A Manhã*, o periódico dirigido por Menotti Del Picchia defendeu que o Estado Novo era um regime democrático na sua essência e que a adoção do princípio autoritário era um postulado básico da organização estatal. Reforçando a ideia de uma democracia universal que nasceu simultaneamente com a fundação de São Paulo, Menotti Del Picchia publicou, na terceira edição do suplemento um artigo intitulado *25 de Janeiro de 1554* em que explicou o legado que a fundação da cidade de São Paulo de Piratininga possibilitou.

Para ele, o colégio, marco da fundação de São Paulo de Piratininga, era um pacto de paz e um símbolo da fusão das raças que fez surgir mais do que uma pátria nova, mas também um novo sentido da democracia universal, de fraternidade humana e que refutava os preconceitos de cor, de credo e de origem.¹⁷⁴ Foi a gestação da nacionalidade que, ao celebrar a primeira missa campal assistida por José de Anchieta em uma manhã de garoa, Manuel de Paiva, primeiro diretor do Real Colégio de Piratininga, ofereceu a nós, ao comungar a alma da terra na alma da nação, o milagre da criação de um novo mundo. A nação surgiu de princípios opostos que se completaram – da fé, que representa a renúncia e da cobiça, que é sinônimo de violência, sendo assim que o índio antropófago se fez cristão e o cristão foi caçador de homens, o integralizador da raça. Segundo o poeta, São Paulo nasceu do prodígio de um absurdo e somente o absurdo é heroico. (DEL PICCHIA, *A Noitinha*, 25.1.43, p. 1)

Para Menotti Del Picchia, era no autoritarismo que residia o princípio político capaz de produzir a unidade entre forças antagônicas e

¹⁷⁴ Segundo Del Picchia, em um discurso proferido na Cerimônia Cívico-religiosa em homenagem ao chefe da Nação, “São Paulo, que ao lado do velho cerne da ração, constituído por varões enrijados por quatrocentos anos de trabalho comum e de história, reúne criaturas descendentes de homens de todos os climas que se irmanam para mostrar a um mundo alucinado pela violência e eletrizado pelo ódio de raças como é possível defender a todo o custo esse patrimônio, preferindo ver arrasadas as suas cidades a perder a referência dos eternos valores humanos e o direito à dignidade.” (DEL PICCHIA, *ANSP*, 31.8.42, p. 4, c. 1-4)

harmonizar as contradições formadoras da nacionalidade brasileira: fraternidade e violência. Além disso, contrapondo a democracia brasileira a uma concepção universalista de democracia, procurou redefinir e atribuir novos significados à palavra, que foi se acoplando, pouco a pouco, a múltiplos sentidos. Com esse movimento narrativo, já mobilizado em seus ensaios políticos, o autor projeta no leitor um relativismo que pregava a inexistência de paradoxo entre os regimes autoritários e as democracias. Assim, o Estado Novo foi traçado por Menotti Del Picchia nas mesmas linhas das preconizações do grupo Bandeira, que postulava por “uma democracia orgânica que realizasse, numa síntese ideal, a *justiça social* pleiteada pela esquerda, enquadrando-a dentro da *ordem e disciplina* preconizadas pela direita” e cujo slogan era “contra as ideologias forasteiras e dissolventes, opõe o pensamento original da tua Pátria” (DEL PICCHIA, 1972, p. 223).

Segundo a publicação e as produções intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia do período, principalmente nos artigos assinados para o *A Manhã* e na obra *Marcha para Oeste*, as intervenções políticas de Vargas, ao encarnar o espírito bandeirante de defesa das fronteiras nacionais, resultou em um nacionalismo peculiar que em nada conflitava com os projetos regionalistas ou panamericanistas defendidos pelos poetas. Afastando-se da decadente Europa e se aproximando dos nossos vizinhos americanos, o Brasil se afirmava como a potência sulamericana e o porvir reservaria, ao nosso continente, um futuro glorioso, cujo ufanismo foi exposto no editorial da edição de lançamento do *A Manhã*, uma vez que “não foi, portanto, sem razão que demos a este jornal um título que é também um símbolo. É ele que anuncia a alvorada.” (RICARDO, *AM*, 8.9.41, p. 4, c. 3)

Buscou-se compreender a relação conferida por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia entre o estado de São Paulo e o Estado Novo, assim como o lugar da identidade regional, nacional e continental a partir dos olhos de intelectuais tradicionalmente identificados com a tradição paulista. Dessa forma, analisou-se não apenas como esses articulistas buscaram legitimar o regime varguista, mas também de que forma eles dialogaram com os debates do campo político do seu tempo em suas produções literárias. Além disso, a necessidade da publicação de um jornal oficial em São Paulo ocorreu devido à necessidade de mediações a partir da elaboração de uma propaganda política mais geograficamente localizada, convocando os paulistas a participarem do regime que também os havia adotado como legítimos brasileiros. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia serviam, nesse sentido, aos interesses dos governos e dos habitantes de São Paulo, proporcionando o

intercambio necessário e tornando os paulistas mais íntimos em relação ao Estado Novo e o regime ao povo bandeirante.¹⁷⁵ Ou seja, ao passo que buscaram paulistanizar o Estado Novo, também se esforçaram para estadonovizar São Paulo.

Nas produções intelectuais de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, independente da sua veiculação na Capital Federal ou em terras paulistas, o elemento bandeirante se manteve preponderante. A intencionalidade de agregar à lógica do regime possibilitou a Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia a ocupação de lugares privilegiados na propaganda política do Estado Novo e proporcionou aos intelectuais um espaço para a explicitação do seu ideário conservador e a defesa de um projeto de identidade nacional paulista, mesmo que alterado de modo a acompanhar a agenda do regime. Essa apropriação e aplicação singular no Estado Novo do debate acerca da paulistanidade que estava sendo gestado há décadas, seja a partir da literatura regionalista ou da historiografia paulista, pode ser compreendido como um paulistanismo corporativo ou um paulistanismo estadonovista.

Tendo em vista a histórica resistência a Vargas em São Paulo, foi necessário que o regime incluísse em sua pauta a defesa também dos interesses da terra bandeirante e mobilizasse um discurso agradável às elites paulistas. Pode-se dizer que dentre os diversos aspectos que garantiram a Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia um lugar de destaque na propaganda oficial do regime, a possibilidade de aproximação entre Vargas e São Paulo, possivelmente o estado de onde viriam críticas mais vorazes em defesa da liberdade na luta pela retomada da sua hegemonia política, foi um deles. Em momento de descrédito dos regimes ditatoriais, tais intelectuais se engajaram na formulação e divulgação da ideologia do regime, o que de forma alguma nega a margem de autonomia que possibilitou aos poetas se apropriarem desse espaço conforme suas expectativas, embora dentro de limites impostos pela agenda do regime que representavam, divulgavam, apoiavam e legitimavam. Esses intelectuais foram responsáveis pela caracterização dos periódicos e cuja autonomia era limitada pelo Coronel Costa Neto, superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

¹⁷⁵ A eficácia de tal método pode ser questionada a partir de análises de fontes do período pós 1945, principalmente as vinculadas na imprensa periódica que nos possibilita refletir sobre o efeito da propaganda política varguista, uma vez que o regime não foi poupado de críticas com o retorno da liberdade de imprensa.

Como vimos, os projetos desses intelectuais eram compatíveis, mesmo que não em sua totalidade, com o ideal pregado pelo regime e as alterações necessárias para que eles se configurassem como representativos do regime não foram substanciais a ponto de caracterizá-los como intelectuais cooptados pelo Estado Novo (MICELI, 2001). Podemos concluir que tanto o jornal *A Manhã* como o jornal *A Noite* foram ferramentas de aproximação entre o Estado Novo e São Paulo, além de servirem a outros propósitos, como a sustentação do regime, a veiculação dos feitos de Vargas, a aprovação do Estado Novo por todos os brasileiros, incluindo paulistas, entre outros.¹⁷⁶ Além da propaganda política realizada em favor das elites paulistas e do ideário conservador que militavam desde a década de 1920, foi também graças à literatura regionalista, que garantiu notoriedade a Cassiano Ricardo e a Menotti Del Picchia e possibilitou o convite para que estes trabalhassem à frente dos periódicos oficiais. Se, conforme explicita Del Picchia, ambos foram chamados pelo Estado Novo para realizarem atividades análogas a que desempenhavam no grupo Bandeira, não se pode descartar que entre essas atividades esteja a exaltação de São Paulo.

Mesmo sem fontes que respondam a essa questão de modo objetivo, é interessante assinalarmos que não houve nenhuma diretriz editorial que limitasse o culto regionalista, desde que adaptado às necessidades da nação. Ao contrário, ao que parece, essa linha editorial era bem quista, assim como o debate que divulgou a política panamericanista sem prejuízos ao ideal nacionalista divulgado pelo Estado Novo. No debate proposto pelos dois intelectuais em questão, São Paulo não era a região, mas a síntese da nação e o modelo organizacional a ser seguido – era a gênese e o futuro do Brasil: por ser

¹⁷⁶ *A Manhã* possuía em suas páginas uma discussão que agregava muitos elementos da paulistanidade, conforme observado a partir da leitura da coluna fixa *Marcha para o Oeste* e outros artigos, assinados ou não. Segundo Capelato, a marcha para oeste foi “comparada, por vários autores do período, com a epopeia de conquista do oeste nos EUA, a política de integração do interior foi entendida como a possibilidade não só de superação do atraso, mas de transformação do Brasil numa potencia do continente [e] (...) a composição dessa nova identidade também exigiu uma releitura do passado: o bandeirante foi a grande figura recuperada como símbolo do nacional (CAPELATO, 2009, p. 228). Cassiano Ricardo, com sua pretensão nacionalista, não atribui ao modelo americano a matriz a ser utilizada pelo Estado Novo e buscou somente na tradição nacional, via bandeirantismo, a base de organização social, econômica, hierárquica e ideológica para o Estado Novo adentrar aos sertões brasileiros.

terra dos heroicos bandeirantes que desbravaram o território brasileiro, fundaram a nação e criaram a brasilidade, essa terra era responsável pela origem brasileira. Ao mesmo tempo, era o porvindouro pela sua prosperidade, riqueza, racionalidade, inteligência e trabalho que foram conquistados graças à herança dos gigantes pioneiros.

Nota-se que enquanto Cassiano Ricardo valorizava sobremaneira a herança espiritual das bandeiras e o alargamento das fronteiras nacionais proporcionada pelos episódios de marcha rumo aos sertões, Menotti Del Picchia compartilhava com seus leitores uma visão que incidia sobre o sucesso material e industrial e atribuía a São Paulo não apenas um ideal de passado, mas também como um moderno centro industrial, responsável pela pujança econômica que foi alcançado graças ao espírito ordeiro, harmônico e trabalhador das gentes da terra. Paradoxalmente, esses intelectuais combateram os regionalismos usando como arma o regionalismo paulista e ao defenderem sua legitimidade, divulgaram que a tradição bandeirante era saudável para a nação por ser a tradição fundadora do próprio Brasil. O argumento dos autores era que, diferentemente das tradições dos outros estados da nação, a história de São Paulo era diferenciada e por isso não se aproximava dos regionalismos localistas e desagregadores.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia elegeram o estado de São Paulo como proeminente, tendo em vista que, segundo eles, era a tradição paulista que melhor representaria o espírito agregador da nação via bandeirismo, servindo, dessa maneira, tanto aos interesses de parcelas paulistas que valorizavam suas tradições (WEINSTEIN, 2006) como ao Estado Novo, que dispunha de um arcabouço ideológico que unia a tradição regional com a aproximação nacional. Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia foram convidados a dirigir duas publicações oficiais do Estado Novo de modo a explicitar um pensamento de paulistanidade que estava sendo gestado por eles há quase duas décadas, esses intelectuais se apropriaram do espaço a eles confiados para militarem em favor dos seus projetos de nação.

Ainda que o *A Manhã* se definisse como um jornal de interesse nacional e divulgasse as contribuições de todos os estados do Brasil, além do Distrito Federal na construção da nação, São Paulo ocupou um lugar de destaque, seja pela produção agrícola, pela indústria ou pela cooperação no período de guerra, como podemos visualizar a partir do artigo não assinado publicado em 11 de novembro de 1942 e intitulado *Cooperação paulista*. A sucursal de São Paulo do jornal *A Noite*, por sua vez, por ser uma publicação dedicada ao público paulista, divulgava

a contribuição das diferentes regiões de São Paulo para com a nação, seja através do porto de Santos ou da produção industrial da capital, que segundo Menotti Del Picchia estava nas mãos dos brasileiros e não de estrangeiros, como apontou em *Revoluções Estatísticas* e como demonstrava um artigo não assinado, intitulado *S. Paulo e a sua brasilidade*, publicado no *A Manhã* em março de 1942. Além disso, mesmo sem a colaboração de nomes consolidados das artes e literatura nacional, a publicação dirigida por Del Picchia divulgou os feitos de Estado Novo, principalmente as ações que incidiam diretamente na vida paulista.

Conclui-se, dessa forma, que embora ambos veiculassem um projeto de paulistanidade embaralhado em um ideário nacionalista, as publicações atuaram em diferentes frentes, uma vez que eram dedicadas a públicos distintos. Circulando na Capital Federal e investindo em uma linha editorial que aproximava São Paulo do Brasil, Cassiano Ricardo buscou, através da informação massificada, romper com uma ideia de que São Paulo estava contra o regime autoritário e que não participava dessa comunidade imaginada. Assim, no mesmo período em que o *A Manhã* difundia que São Paulo fazia parte do Brasil como uma importante unidade na formação nacional, também se divulgou na sucursal paulista de *A Noite* que o Estado Novo era um regime de todos, inclusive das populações paulistas e que o histórico foco de resistência a Vargas não se justificava no momento em que o Brasil necessitava de coesão para enfrentar as ameaças estrangeiras em conturbado momento internacional. Com o fim da guerra, essa ameaça não mais se justificava e o Estado Novo não se sustentou como o sistema político mais adequado para o Brasil, sucumbindo em 1945.

Capítulo 3 - A domesticação da vida intelectual: a função social de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia na condução da propaganda do regime autoritário

Por muito tempo a historiografia creditou parte do sucesso da empreitada estadonovista à propaganda política articulada por Getúlio Vargas.¹⁷⁷ Cabe esclarecer, antes de iniciar a discussão aqui proposta, que o regime não logrou êxito somente pela propaganda sistemática realizada no período correspondente a 1937 e 1945, por mais que seu peso não possa ser negligenciado. Os avanços em diversos planos no período em que o Brasil passou por um surto de modernização não podem ser desprezados: áreas como a do direito social, da condição de trabalho, da industrialização, da infraestrutura, entre outras, não podem ser preteridas, uma vez que as mudanças reais na qualidade de vida do cidadão também ajudam a explicar a popularidade do regime, cujo quererismo nos é emblemático.¹⁷⁸ Alegoricamente falando, parece-me que a propaganda política do Estado Novo era o azeite das engrenagens do regime.

Se durante o Estado Novo os intelectuais se aproximaram dos círculos de poder e se apropriaram dos espaços a eles conferidos, como visto no capítulo anterior, cabe analisarmos qual era o papel destinado a esse grupo em uma sociedade organizada corporativamente, onde

¹⁷⁷ As discussões em torno dessa questão são longas e fogem do objetivo desse trabalho. Em suma, a teoria sobre populismo atribui à manipulação, repressão, propaganda estatal, falta de consciência de classe e satisfação das massas operárias como os fatores que explicariam a adesão das massas a um líder demagogo, manipulador e traidor da classe operária. O principal representante dessa corrente foi Francisco Weffort. (WEFFORT, 1980)

¹⁷⁸ A teoria revisionista sobre a relação entre massas e governo estadonovista questiona o populismo enquanto categoria de análise útil para a compreensão dos processos históricos, buscando na História Cultural e na História Social inglesa as explicações para combater as teorias clássicas do populismo, não negando, todavia, questões como propagandas estatais, repressão, etc., mas não lhes conferindo a importância dada nas proposições de autores como Weffort, por exemplo, que deixaram de ser a base da explicação. Ao contrário do que postulava a corrente tradicional sobre o populismo, os revisionistas desse conceito explicam a adesão operária ao trabalhismo a partir do reconhecimento simbólico e material existente entre o governante e governado e a interlocução entre Estado, que interveio nas relações de trabalho. (FERREIRA, 2000)

caberia a cada setor cumprir sua função previamente estabelecida.¹⁷⁹ Dentre diversas possibilidades para analisarmos essa questão, proponho um debate que busque compreender as atuações de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, intelectuais que assumiram importantes funções durante o Estado Novo, além de possuírem seus próprios projetos para os intelectuais, propondo o engajamento a serviço da nação não apenas aos seus pares, mas também se incumbindo de tal tarefa. Tais literatos, envolvidos no projeto estadonovista, buscaram domesticar a vida intelectual e coordenar a inteligência brasileira em nome da nação, representada pelo Estado Novo, regime que correspondia às aspirações gerais dos brasileiros.¹⁸⁰

Embora não seja novidade que o intelectual republicano no Brasil estivesse inserido no debate público e se imbuía de uma missão salvacionista, como bem explorou Sevcenko em *Literatura como Missão*, cabe analisarmos outra faceta desse engajamento. De modo a compreender a acepção de intelectual para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia e apreender quais as funções cabíveis aos homens de letras na sociedade brasileira, recorre-se as suas produções a respeito dessas questões, elaborações essas que estão permeando suas elaborações textuais. Ao delimitar o que é um intelectual e qual a sua área de atuação, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia também definiram as possibilidades de conhecimento da realidade histórica. Compreendendo que o intelectual era um agente de transformação e que deveria se aproximar dos círculos de poder para então intervir na realidade social a partir de uma aspiração nacionalista, tais poetas, ao proporem conhecer a realidade para posteriormente agir sobre ela, também eram levados por

¹⁷⁹ Sobre a relação entre intelectuais e Estado Novo, Getulio Vargas, eleito no período para ocupar uma cadeira na ABL, em seu discurso de posse, reconheceu os intelectuais como agentes de um processo de transformação nacional e os constituiu como atores políticos de primeira grandeza, convocando-os para a tarefa de emancipação cultural.

¹⁸⁰ Entende-se pelo termo *coordenar*, após leitura atenta das funções que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia destinavam aos intelectuais em seus projetos: uma forma de organização nacionalista dos que eles denominavam “homens de inteligência”. Essa coordenação dos esforços intelectuais visava regulamentar a atuação dessa elite esclarecida, adequando suas atuações às necessidades do Brasil, estipulando limites, restringindo a liberdades de pensamento e exposições destes, cerceando suas opiniões políticas divergentes das apregoadas pelo regime e limitando a atuação do campo intelectual, que deveria servir aos interesses políticos.

aspectos desta. Dessa forma, tanto os intelectuais como suas produções não estavam inseridos em um plano imaterial, acima da realidade mundana – ao contrário, muitas vezes eram expressões de grupos em conflitos e colaboraram com a legitimação e a conquista da hegemonia por parte das elites políticas.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, longe de nutrirem uma visão romântica do intelectual, entendiam sua inserção na sociedade a partir de uma perspectiva ufanista e pragmática, compreendendo-se como pessoas dotadas de uma responsabilidade ímpar – indicar aos dirigentes os caminhos que a ação deve tomar. Em seus modelos idealizados de sociedade, baseados em pressupostos hierárquicos e corporativos, caberia aos esclarecidos compreender e propor soluções para os problemas da nação, servindo de ideias os detentores do poder. Ao invés de serem os baluartes da liberdade, os intelectuais eram as pessoas indicadas para compreender os processos em cursos e discutir as intervenções políticas de modo a melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Cabe notar que a noção de intelectual de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia está relacionada a um projeto nacionalista, ou seja, o intelectual deveria propor soluções para os problemas da nação, sejam eles políticos, econômicos, sociais, religiosos, etc.. Convictos de que a solução para a resolução dos problemas do Brasil ocorreria a partir de um retorno às tradições nacionais, não defendiam um projeto transformador para a nação, mas se portavam como defensores de um sistema que perpetuaria as organizações e instituições originárias. Portando-se dessa forma, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia buscavam se afastar do intelectual boêmio e crítico da Primeira República que, do alto da torre de marfim não participava ativamente da vida pública. O intelectual a ser valorizado, segundo eles, se inseria de outra forma, eram parte da política, instrumentos dos políticos e atuavam nesse campo, legitimando-se pelo campo cultural e literário.

Embora fossem críticos ao modelo de intelectual cultivado na Primeira República, cuja função da inteligência não se voltava para os interesses dos nacionais e ficava depositado em uma torre de marfim, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia foram, assim como outros intelectuais, produtos de um debate gestado nesse momento histórico e sofreram influências de autores antiliberais como Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana. Além desses, tais poetas valorizaram sobremaneira a obra de Euclides da Cunha, autor que buscou na verdadeira brasilidade no sertão. Dessa forma, entre os anos 1930 e 1940, defenderam que o intelectual deveria direcionar suas reflexões

para os destinos do Brasil, pois o momento era de luta e engajamento e não deveria se admitir escapismos e intimismos. Caberia ao intelectual evitar temas pessoais, deixando de falar de si para se dedicar à nação brasileira a partir de uma perspectiva pedagógica. Essa ideia foi reforçada pela edição paulista do jornal *A Noite* que divulgou, em sua estreia, uma entrevista com Mario de Andrade, intitulada *O intelectual e a guerra*, onde o autor de *Macunaíma* disse que não “falaria sobre literatura por que achava que falar sobre literatura no momento seria desconversar. Insistimos e Mario de Andrade foi irredutível. Explicou apenas as razões de sua atitude, razões que, de certo modo, justificam o seu silêncio.” Nas palavras de Andrade,

a situação do mundo (...) é de tal modo trágica, há tanta coisa essencial em jogo, que não é possível aceitar que os intelectuais continuem a se ocupar de temas puramente literários, como se nada estivesse acontecendo. O dever da inteligência no momento é procurar criar uma consciência popular. Sem dúvida, é uma tarefa árdua, mas nem por isso menos imperiosa. Urge esclarecer a massa, ressaltar a gravidade do instante histórico que estamos vivendo. Não podemos admitir que os intelectuais não participem de qualquer modo do drama universal. Nem que seja emudecendo como no meu caso, emudecendo não por simples atitude, mas por uma imposição dos tempos dramáticos que vivemos hoje. Não consigo escrever sobre nada: tentei escrever um romance, de caráter crítico-social, e um poema baseado no tema do desejo de abertura de uma segunda frente na Europa, que não encontrei em mim ritmo intelectual. Eis porque me recuso a falar sobre o momento literário. Não estamos sem dúvida vivendo uma época de literatura. (ANDRADE, *ANSP*, 22.8.42, p. 2, c. 1)

Produzindo suas teses em um período de profunda descrença no regime liberal, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia assumiram que faziam parte de um grupo bastante restrito, uma elite pensante que deveria fazer uso da inteligência a serviço da nação. Discordando da ideia da autorregulação da sociedade, tais intelectuais acreditavam na necessidade de um regime corporativista, onde caberia a cada um, conforme suas habilidades, trabalhar em favor do todo orgânico e,

definindo-se como cabeças desse corpo social, esses poetas propuseram combater os problemas da nação – quistos étnicos, vazios demográficos, deficiência de comunicação inter-regional, ausência de identificação com o Brasil, etc.

Além disso, como vimos nos capítulos anteriores, a literatura de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia estava em consonância com o modelo de arte nacional-engajada estimulada pelo Estado Novo, regime político que colaborou na redefinição do papel das letras, de modo a circunscrever a função social da arte e da literatura, servindo, dessa maneira, aos seus próprios interesses. O poeta, nessa lógica, assumiria o papel de guia, encarregando-se de cumprir sua missão através da literatura (LENHARO, 1986) que deveria se distanciar das subjetividades, encaradas como empecilhos aos objetivos pragmáticos. (VELLOSO, 1988)

Dedicando-se a essa esteia de produção literária antes do advento do Estado Novo, ambos parecem ter cumprido suas funções na sustentação do regime autoritário, mesmo que em proporções diferentes. Eram os intelectuais oriundos do grupo verde-amarelo que, entre os diversos grupos modernistas, possuíam o projeto mais compatível com as intencionalidades do regime: uma literatura engajada que servisse aos interesses e representasse a nação – o que ajuda a explicar, ainda que não contemplando as complexidades da questão, o convite para direção dos principais jornais do regime.¹⁸¹

A partir da massificação e da repetição da informação, esses intelectuais buscaram divulgar o Estado Novo como um regime que atendia às necessidades dos brasileiros por ser calcado nas tradições nacionais, além de ser autenticamente democrático. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia defendiam a divisão do trabalho a partir de uma perspectiva corporativista, onde caberia aos intelectuais refletirem sobre os problemas da nação e, a partir das tradições sertanejas ou do Brasil do interior, depósito da verdadeira cultura brasileira, forjar as produções artísticas verdadeiramente nacionais e colaborar na construção de instituições condizentes com essa realidade brasileira.

Busca-se compreender, a partir das vinculações oficiais desses intelectuais com o Estado Novo, de que forma foi veiculada uma ideia

¹⁸¹ Cabe ressaltar que o caráter eminentemente pragmático dos periódicos dirigidos por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia obedeceu às históricas trajetórias de engajamento dos intelectuais através da imprensa periódica e, em tom fortemente propagandístico se transformaram em instrumentos educativos dentro das intencionalidades do regime.

de função social aos seus pares a partir de suas publicações, principalmente através de artigos assinados por Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo na imprensa periódica do período. Antes disso, entretanto, passa-se panoramicamente por proposições acerca do papel confiado aos intelectuais anteriormente à suas inserções na defesa do Estado Novo, buscando acompanhar as trajetórias dos debates que estabeleciam uma função à arte, aos intelectuais e à imprensa.¹⁸² Por fim, procurar-se-á compreender a veiculação de contradiscursos no período, assim como a relação entre a liberdade e a censura, principalmente através dos debates gestados em torno da querela envolvendo Heráclito Sobral Pinto e Cassiano Ricardo.

3.1 Defesa de uma arte engajada a serviço da nação

Perry Anderson respondeu certa vez, ao ser perguntado a respeito do papel dos intelectuais na sociedade, que eles não precisam ser críticos da ordem estabelecida para serem considerados como tais e que, desde o nascimento moderno do termo, possivelmente mais intelectuais tem sustentado os sistemas dominantes em suas sociedades. Se esquivando de uma resposta única para a questão, Anderson, sabiamente, entendeu que o papel dos intelectuais de direita é defender e ilustrar a ordem estabelecida, o papel dos de centro é dar eufemismos e conformidade à ordem e o dos intelectuais da esquerda é atacá-la radicalmente. Se para Edward Said o principal dever do intelectual era buscar uma relativa independência em relação aos poderes instituídos já que seu desempenho público não poderia ser previsto nem forçado a se enquadrar num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma

¹⁸² Como exposto, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia aceitaram de bom grado o Estado Novo e se colocaram aos préstimos do regime autoritário. Maria Helena Capelato, ao analisar os meandros do jornalismo e da política de Vargas, é enfática ao indicar que houve concordância de outros jornalistas e de setores da imprensa com a política do Estado Novo, mesmo porque Getulio Vargas atendeu a certas reivindicações da classe, como a regulamentação profissional que garantia direitos aos trabalhadores da área. (CAPELATO, 2009) Nelson Werneck Sodré, por sua vez, defendeu que foram poucos os jornais que não se deixaram corromper por verbas e favores oferecidos pelo governo: o autoritarismo do regime, por um lado, ajuda a explicar a adesão e o silêncio de muitos jornalistas. Entretanto, isso não exclui a eficácia da política conciliatória de Getulio Vargas, principalmente no momento em que se pregava a união nacional no combate aos inimigos externos que sacudiam o mundo com a Segunda Guerra Mundial (SODRÉ, 1998).

rígido, para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia essa ideia se invertia: o intelectual era aquele que deveria estar a serviço do poder constituído ou em potencial para trabalhar a partir de um lugar privilegiado na defesa da nação.¹⁸³

Além disso, se hoje o intelectual é relativamente distanciado dos círculos de poder e ocupa os espaços acadêmicos, portando-se como especialistas, independente dos assuntos a serem debatidos, na década de 1940, contudo, a incipiente academia brasileira não era um espaço de produção e divulgação de conhecimento tal qual a compreendemos hoje. Os porta-vozes autorizados a falar sobre os variados temas estavam apartados, muitas vezes, das instituições de ensino. De tal modo, o que os credenciava para discutir sobre os problemas do Brasil e suas soluções, por exemplo, era o reconhecimento público que por vezes era alcançado a partir de suas penas, garantindo aos literatos espaços nos institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil, nas academias literárias ou mesmo em instituições ou periódicos partidários.¹⁸⁴

Como já visto nos capítulos anteriores, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia nutriam uma expectativa utilitarista em relação à arte, devendo essa servir aos interesses da nação. Dessa forma, militaram em favor do engajamento dos intelectuais a partir de uma concepção que relacionava o trabalho intelectual a um determinado método de atuação a partir de um caminho compreendido por eles como o mais sadio para o Brasil, ou seja, a partir de uma lógica autoritária e conservadora, que não propusesse qualquer ruptura drástica com uma suposta tradição harmoniosa nacional.

Esses intelectuais, em suas empreitadas literárias, sociológicas e políticas, romantizaram episódios históricos de maneira a enquadrá-los em uma lógica corporativista e trabalharam na criação de uma consciência nacional a partir da comunicação de massas em um momento de confiança na imprensa como forma de estabelecer o diálogo, ou melhor, o monólogo com o povo. Segundo Cassiano Ricardo, “até ontem, pode-se dizer, os brasileiros estavam desunidos e

¹⁸³ Para Said, essa posição caracterizava os intelectuais como um grupo exilado e marginal, amador e autor de uma linguagem que tentava falar a verdade ao poder. (SAID, 2005)

¹⁸⁴ Para Mirta Varela, “la emergencia histórica del intelectual resulta indisoluble de su intervención en la prensa. Los diarios y una transformación de las relaciones entre los autores y su público forman parte de un proceso en el que la figura del intelectual adquiere su perfil singular y la palabra escrita se consolida como su instrumento característico.” (VARELA, 2010, p. 759).

as suas aspirações se perdiam na esterilidade das lutas facciosas e regionais”. O Brasil, para o poeta, só deixou de ser um país retalhado em prevenções e rivalidades com “a revolução de 10 de novembro, pelo seu sentido pacificador e humano que restaurou na sua maravilhosa unidade espiritual e política.” (RICARDO, *AM*, 9.8.41, p. 4, c. 2)

Quando envolvidos nos embates modernistas, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia possuíam e divulgavam seus projetos para os letrados, definindo Alberto Torres e Euclides da Cunha como modelos de intelectuais brasileiros. Imbuídos das discussões verde-amarelas e defendendo seus modelos de brasilidade que permitia a comunhão natural do homem com o meio ambiente, tais intelectuais designaram uma missão aos intelectuais que perpassou décadas: criar a consciência nacional de modo a remover os obstáculos que dificultariam a relação das populações nacionais com a terra, combatendo as ideias alienígenas. Além disso, o ideário do grupo comportou propósitos pedagógicos, uma vez que caberia ao intelectual a missão não só de criar a consciência nacional, como também de difundi-la entre a população por meio de um patriotismo prático, em obras educativas para crianças e adultos. Menotti Del Picchia, como bem demonstrou Velloso, defendia em 1920 que o intelectual deveria se portar como um mestre em relação às multidões, que necessitam ser educadas, assim como as crianças - para o autor de *Juca Mulato*, era esta relação que iria assegurar o progresso e a cultura. (VELLOSO, 1993)

Combatendo o mal da inteligência litorânea e cidadina que distanciaria o intelectual do verdadeiro Brasil, esses poetas criticaram a postura alienada de Rui Barbosa, cujo saber livresco e inteligência teórica o afastava do Brasil real.¹⁸⁵ Euclides da Cunha, ao contrário, era o modelo de intelectual brasileiro e autenticamente nacional, uma vez que sua obra não estava mergulhada em debates internacionalistas, mas sim submersa em pressupostos nacionais e rurais.¹⁸⁶ Para os poetas, a

¹⁸⁵ Cassiano Ricardo rememorou a década de 1920 ao publicar no *A Manhã* um artigo intitulado *Nem Rui, nem Jéca Tatu*, onde expressou que Ruy Barbosa, intelectual brilhante que ensinava inglês aos ingleses, era ignorante por saber demais e por isso não soube abrir as porteiras das realidades nacionais. (RICARDO, *AM*, 23.6.42, p. 4, c. 2-3)

¹⁸⁶ A valorização da obra de Euclides da Cunha foi enfatizada por Menotti Del Picchia em 1944, em conferência realizada em São José do Rio Pardo, no dia 15 de agosto desse ano, em comemoração do 35º aniversário da morte do autor de *Os Sertões*. Tal discurso, intitulado *Euclides da Cunha e a Questão Social* foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os dias 17 e 18 de agosto do

visão antitética rural-urbano estava relacionada à ideia de espaço e tempo: a cidade, por sofrer as influências dos séculos, estava relacionada à ideia de tempo; o campo, por sua vez, seria o lugar de depósito das verdadeiras forças nacionais e relacionado com o espaço, possibilitando, dessa forma, a relação entre o homem e a natureza. A geografia, por sua vez, era o saber capaz de colocar o intelectual em contato direto com a realidade nacional e a brasilidade capaz de ser destrinchada e compreendida a partir dos estudos do Brasil rural.

Há duas décadas imbuindo-se da tarefa de definir as ações dos intelectuais a serviço da nação, os prestigiados escritores paulistas assumiram essa função também no Estado Novo, buscando coordenar a ação criadora a partir da disciplina e hierarquia. Chamados a realizar no Estado Novo as funções que desempenharam no Grupo Bandeira (DEL PICCHIA, 1977), não deixaram de cultivar a tradição bandeirante e de interpretar o sentido da História do Brasil, propondo iniciativas que coincidissem com a realidade econômica e psíquica do país. Os intelectuais ligados a esse grupo gestado em meados da década de 1930 já zelavam por designar uma função social à arte e à literatura de modo a utilizá-las no processo de integração nacional, além de organizarem bandeiras de penetração cultural e assistencial, levando os recursos da civilização para o interior do Brasil. Nota-se que, mais do que uma função intelectual, o grupo articulado por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia possuía uma função política ao traduzir aos governantes nacionais a brasilidade, possibilitando a intervenção destes na realidade nacional.

Na ânsia por intervir na política nacional a partir de elaborações intelectuais, Menotti Del Picchia, em *A Crise na democracia*, criticou o sufrágio universal, caracterizando-o como um sofisma grosseiro e, ao fazer considerações sobre o sistema eleitoral na democracia liberal, entendeu que em troca dos votos eram oferecidos pagamentos, como empregos e vantagens pessoais, o que descartaria sua eficácia em expressar as vontades populares. A democracia liberal estaria falida e seria apenas um mito que alguns defensores do sufrágio buscam salvar, cuja direção à desilusão estaria ocorrendo naturalmente, uma vez que “o

mesmo ano, no *A Manhã*, nas edições de 16 e 17 de agosto (DEL PICCHIA, AM, 16.9.44, p. 5, c. 1-4; DEL PICCHIA, AM, 17.9.44, p. 3, c. 1-4) e na *Letras brasileiras* (AM, 21.9.44, p. 7, c. 4-5)

mal está no próprio regime e não apenas nos processos” (DEL PICCHIA, 1931, p. 94).¹⁸⁷

Ao examinar as doutrinas utópicas europeias como o comunismo, o anarquismo, o marxismo, o socialismo, o bolchevismo e o fascismo, Menotti Del Picchia viu o último com mais simpatia por atacar de frente o idealismo libertário, tão combatido pelo autor na obra. Para Menotti Del Picchia, “AS VERDADES político-sociais são sempre transeuntes, porque o mecanismo dos comandos dos grupos é o rotativismo das elites.” (DEL PICCIA, 1931, p. 140-1) A elite que se encontraria no poder e que dominaria em nome de certas ideias que refletissem as necessidades instantes seriam vencidas pela elite que se cristalizaria em oposição, portadora das novas ideias representativas das novas necessidades. Conclui-se, então, que a fórmula de governo seria mera ficção e pouco importaria, senão no plano da psicologia social, uma vez que o instinto dos agregados aspiraria apenas um perpétuo rotativismo das elites e seria imanente nela uma contínua e mecânica capacidade de reajustamento.

Já em *Soluções nacionais*, publicado quatro anos após seu primeiro ensaio político, o autor de *Juca Mulato* compreendia que o sufrágio, o mandato e o povo seriam expressões litúrgicas de uma delegação quase divina e que estariam à margem e acima da moral. A democracia brasileira seria caricatural e o “caldo propício ao fermento de todos os micróbios da corrupção” (DEL PICCHIA, 1935 p. 224). Haveria, além dessa falsa democracia no Brasil, um conflito cultural ilustrado por duas mentalidades antagônicas devido às circunstâncias históricas que privilegiaram uns em detrimento a outros: uma elite culta e litorânea e a do homem rural, que vivia nos sertões brasileiros. Dessa forma, seria um erro a possibilidade de unificar a legislação nacional –

¹⁸⁷ Entendia Menotti Del Picchia que a liberdade era o esforço pessoal de ampliação moral e intelectual do ser dentro de um critério geral de interesses justificados pelas necessidades do agrupamento social em determinado tempo e lugar e não algo universal, como postulava os teóricos do liberalismo (DEL PICCHIA, 1931, p. 125). Assim, a liberdade para Menotti Del Picchia era um conceito variável, que se alterava pelas circunstâncias em que estava empregado. O direito à liberdade, dessa forma, seria pura ideologia e a esta seria aceitável somente dentro de possibilidades concretas e mensuráveis. A ideia de governo e o Estado, por sua vez, foi compreendida como mito persistente, apesar de transitórios, uma vez que o Estado é uma utilidade transeunte do grupo social ainda necessária à contínua procura de melhores fórmulas destinadas a garantirem o completo desenvolvimento individual.

situação essa que ocorria no Brasil, onde se historicamente irradiava as decisões de um centro culto para um sertão inacessível e isolado.

As massas estariam aquém dos direitos e os exaustivos debates políticos não contemplariam a população como um todo. O que tínhamos no Brasil era a falta de uma consciência jurídica, a ausência da justiça e a elaboração de um direito decorativo. O sufrágio era uma farsa e o regime democrático¹⁸⁸ uma grotesca burla, uma vez que o eleitor era recolhido para o rodeio cósmico da eleição, recebendo aí a marca do coronel sob a forma de um chapéu ou de um par de sapatos, que era o pagamento pelo voto. Dessa forma, nossas leis não eram adequadas à realidade nacional por serem pensadas e elaboradas pelas elites litorâneas que nada entendiam do Brasil real, estabelecendo a mesma norma para homens com hábitos tão distintos como o amazonense, o paulista e o gaúcho. Defendendo ferozmente a necessidade da autonomia das províncias, entendeu, em 1935, que era necessário dar a cada província um conjunto de leis típicas, compatíveis com as suas condições de vida de modo a harmonizar os vários grupos, pacificando-os e estimulando o progresso e a unidade nacional.

Em *Soluções Nacionais*, a necessidade de uma legislação específica para cada região não representaria o estímulo ao descentralismo – pelo contrário, foi a maneira encontrada por Menotti Del Picchia para a manutenção do espírito nacional, uma vez que as intervenções agressivas e extraprovinciais seriam, para o autor, um estímulo aos conflitos e que resultaria na desagregação. Haveria, por parte das elites cultas, a necessidade de extinguir a artificialidade e organizar o Estado Novo brasileiro que buscasse refletir a verdadeira fisionomia nacional e respeitasse suas diversas índoles gestadas a partir de suas peculiaridades históricas e geográficas.¹⁸⁹ Essa linha de pensamento foi defendida também no período em que Menotti Del

¹⁸⁸ Para Menotti Del Picchia, “‘Democracia’ é um ideal de perfeição política e administrativa, inda distante para as fórmulas primárias e meramente instintivas da nossa civilização. É uma finalidade alta e nobre para a qual devemos caminhar, mas irrealizável na fase atual de nossa cultura.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 269)

¹⁸⁹ Assim, o conceito de “autonomismo” foi mobilizado por Menotti Del Picchia, explicando, na obra, seu significado: “AUTONOMISMO quer dizer sentido específico da própria identidade histórica, política econômica e social. [...] significa organização. Organizar a nação é tipificar, regular e harmonizar, com leis descentralizadas e próprias, seus vários grupos humanos e econômicos, já caracterizados pela elaboração histórica, pela índole e, sobretudo, pelo ambiente geográfico.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 239-240)

Picchia esteve à frente do Grupo Bandeira, momento em que publicou um editorial no jornal *Anhangüera*¹⁹⁰ intitulado *Nós*, assumindo que o periódico,

mais que um jornal, é um grito da raça. É o Brasil que parte em busca de si mesmo, reimmergindo-se nas suas fontes multi-seculares de brasilidade, ressurgindo, ágil e caboclo, dentro das suas verdades econômicas espirituais e raciais, em dia com o instante universal, mas bem caracterizado pela sua rude e marcante originalidade. (*Anhangüera*, 26.6.37, p. 1, c. 1-2)

Menotti Del Picchia defendia a necessidade do comando seguro, ou seja, autoridade forte e a disciplina consciente, de modo a constituirmos uma sociedade baseada na cooperação entre todos os brasileiros. O mote do movimento, segundo o poeta, era a defesa da originalidade brasileira e seus objetivos eram, entre outros, trabalhar pela união nacional e pela reorganização do Estado de acordo com processos brasileiros e sem empréstimos alheios à história do país (DEL PICCHIA, s.d.). Cassiano Ricardo, ao publicar em seu livro de memórias a função do grupo, o definiu como:

A Bandeira adjudica uma função social à inteligência, que deixa de ser um nódulo descoordenado de solitária atividade especulativa sem eficiência, para colaborar livremente com o Estado na formação de uma consciência colectiva, rica de observação, moderna e vigilante, tão adequada à solução dos problemas brasileiros como necessária à realização do nosso papel no mundo. (RICARDO, 1970, p. 106)

¹⁹⁰ Órgão oficial de divulgação do Grupo Bandeira, a publicação fez intensa propaganda a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência, apresentando sátiras de Vargas e de outros candidatos, do integralismo, do nazifascismo e do comunismo. No seu primeiro número, logo abaixo do editorial, foi publicada uma charge de Getúlio Vargas, assinada por Belmonte e intitulada *O Trapezista*, que busca se equilibrar entre o integralismo, a democracia, o outubrismo, a constituição e o liberalismo. Assistido por um público uniformemente portado, o único personagem que acompanha de perto a performance de Vargas é um caricato caipira Jéca que profere a frase: Ché... Esse camarada ainda acaba se estrepando”. (*Anhangüera*, 26.6.37, p. 1, c. 1-4)

Foi durante a sua participação no grupo que Menotti Del Picchia escreveu o seu *Ensaio de Exposição do Pensamento Bandeirante*, publicado pela Edição popular – “TUDO PELO BRASIL” e financiado pelo Departamento de Publicidade da “Bandeira”, cujo *slogan* estampado na contracapa do livro foi “Tua idéia é tua arma! Contra ideologias forasteiras e dissolventes oppõe o pensamento original da tua patria.” (DEL PICCHIA, s.d., p.2). A obra foi organizada pelo método catequético que consiste em perguntas e respostas, advertindo Menotti Del Picchia que,

Querendo dar minha contribuição á “Bandeira”, procurei resumir, com o ficto de popularizal-as, algumas idéas que seu programa me sugeriu. Trata-se de trabalho que nada tem de axiomático, uma vez que não passa de uma feição individual de encarar o nobre e patriótico movimento destinado a defender o pensamento original do Brasil. M.D.P. (DEL PICCHIA, s.d., p.4)

Movido pela defesa do pensamento brasileiro, o autor do ensaio explicou os objetivos do grupo, assim como as formas de alcançá-los. Segundo o poeta, o grupo cultura Bandeira tinha como “objectivos maximos”, a “organização do pensamento original do paiz” a) Para defesa das fronteiras espirituales da nacionalidade, e b) Para pacífico reajustamento das condições de vida do nosso povo dentro dos fundamentos sociaes e políticos para os quaes evolúe o mundo moderno.” (DEL PICCHIA, s.d., 28). Ao expor quatorze “objectivos collateraes” do grupo, como, por exemplo, a valorização do homem brasileiro como individuo e como ser social e a reestruturação do Estado a partir do comando seguro e disciplina consciente, uma vez que sem autoridade prestigiada não há nação forte e sem disciplina não há ordem, geradora do progresso, o poeta defendeu a opção federalista, porque

este interpreta e defende a realidade brasileira, quer reflectindo a histórica e instictiva divisão do paiz em províncias, quer procurando, na flexibilidade administrativa, a melhor maneira de assegurar a indestructível união nacional contra vários e naturaes factores de dispersão como a nossa grandeza geographica, a variedade das correntes immigratórias, a deficiencia de

população em vários pontos do nosso território.
(DEL PICCHIA, s.d., p. 29)

Além de expor os objetivos da organização, Menotti Del Picchia traçou os “meios para atingir esse objectivo”, enumerando-os

- 1) Coordenar toda acção intellectual do Brasil, fixada nos princípios da disciplina, hierarchia e culto da tradição brasileira.
- 2) Dedicar-se á interpretação do sentido da nossa historia para, com suas conclusões, fazer nossas instituições e incitivas adherirem plenamente á nossa realidade economica e psychica
- 3) Processar uma rigorosa revisão dos conceitos, preconceitos e idéas correntes, procurando sua legitimidade, desarraigando do espírito das nossas populações as concepções inadapáveis ou forasteiras
- 4) Dar uma função social á arte e á literatura, utilizando-as como processo de integração nacional.
- 5) Realizar bandeiras de penetração intellectual (DEL PICCHIA, s.d., p. 28)

Essas mesmas informações foram expostas no jornal porta-voz do grupo na sua primeira edição, o *Anhangüera* e, embora essa fosse assumidamente a contribuição pessoal de Menotti Del Picchia ao grupo Bandeira, parece que, após a publicação no órgão oficial do grupo, as considerações do poeta, assim como os objetivos, foram institucionalizados e passaram a ser compartilhados pelos filiados. A partir de sátiras, críticas e denúncias em relação aos candidatos opositores, além da divulgação de discursos proferidos por Armando de Salles Oliveira, identificando-o como defensor da democracia,¹⁹¹ o jornal nasceu com o propósito de propagandear o candidato paulista ao

¹⁹¹ Entre muitos, são ilustrativos dessa propaganda de Armando de Salles Oliveira como defensor incondicional da democracia os artigos publicados nos *Anhangüera*: *Destruir a democracia é destruir o Brasil e é a hora que nos compelle a zelar por que o Brasil sobreviva* (*Anhangüera*, 17.7.37, p. 9, c. 1-4) e *A Democracia e o seu principal defensor*. (*Anhangüera*, 26.7.37 p. 1-2, c. 5;1)

governo federal, como fica evidente com a publicação do editorial intitulado *Definição de attitude*, no primeiro número da publicação.¹⁹²

O Grupo Bandeira foi compreendido por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como alternativa ao Integralismo, partido de influência fascista criado pelo antigo companheiro de verde-amarelismo, Plínio Salgado. Surgido em meados da década de 1930, esse grupo de cunho nacionalista se apropriou da organização da AIB, embora se diferenciasse por não ser um partido político e, assim como a Ação Integralista Brasileira, usou a imprensa de forma sistemática na divulgação do seu ideário. A importância do uso da imprensa na divulgação das ideias de grupos e partidos faz parte não apenas do momento histórico em que se acreditava que a comunicação de massas poderia alcançar lugares inimagináveis, mas também pela experiência compartilhada por esses três intelectuais quando a frente do *Correio Paulistano*, empreendimento editorial que colaborava com a aproximação do Partido Republicado Paulista com seus eleitores. Todavia, ao mesmo tempo em que a AIB se expandia politicamente pelo território nacional, ia constituindo uma ampla rede de mais de cem jornais e revistas com o intuito de difundir a doutrina do partido (OLIVEIRA, 2009).

A partir de outro editorial do *Anhanguera*, esse publicado em 12 de julho de 1937 e intitulado *Nós e o integralismo*, o grupo reunido em

¹⁹² Segundo a publicação, “entre os candidatos que se apresentam para a proxima luta eleitoral, vemos no sr. Armando de Salles Oliveira uma solução feliz e insubstituível. Num paiz de improvisações, a sua candidatura não appareceu de improviso, imposta apressadamente por circumstancias ocasionaes. E isto porque o sr. Armando de Salles Oliveira, numa hora difficil e caotica, se affirmou pela sua capacidade realisadora, pelo seu destemor e suas attitudes, pela sua coragem civica.” (*Anhanguéra*, 26.6.37, p. 2, c. 4) E, definindo seu pensamento político, o jornal se assume, “no caminho do centro, traçada pela recta histórica que o Brasil riscou entre suas origens e seu destino, vemos como desalento, estorcer-se, fragmentaria e agonica, a democracia liberal. Fieis, porém, ao nosso individualismo, ao nosso apego á liberdade e ao nosso amor á democracia, “Anhanguéra”, se baterá pela reorganização dessa democracia superada, concorrendo para o advento da “democracia social” que inscreveu no seu programma. Nossa posição é, portanto, exacta e definida: a margem e acima dos partidos, somos o orgam do movimento nacionalista e cultural da “Bandeira”, flammula de brasilidade mulitante, que dentro de breve fluctuará, vitoriosa, em todos os recantos do paiz. Nosso lemma inscreve-se neste postulado: nem esquerda, nem direita, para a frente, sempre avante. Sempre avante, até á victoria final.” (*Anhanguéra*, 26.6.37, p. 1, c. 2)

torno da publicação esclareceu sua posição em relação ao partido político liderado pelo ex-companheiro de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo no grupo Verde-Amarelo, Plínio Salgado.¹⁹³ Segundo Gustavo Barroso, Getúlio Vargas, outro concorrente de Armando de Salles Oliveira, via com “sympathias a candidatura do ‘Chefe Verde’” à presidência (*Anhangüera*, 21.7.37, p. 1, c. 3-5). Além disso, em 22 de julho de 1937, Menotti Del Picchia explicou suas impressões pessoais sobre o partido do sigma em artigo assinado que intitulou de *Helios e o integralismo*. Ao propor um afastamento dos ideais pregados pelos camisas verdes, já que ele mesmo havia sido acusado de ser simpático à ideologia fascista, o autor expõe que o Grupo Bandeira, por não se tratar de um partido político, se dirige espiritualmente aos partidos sem penetrar na sua economia ou interferir nos seus quadros.¹⁹⁴

Unidos em torno dessa instituição que se denominava de movimento cultural nacionalista, diversos intelectuais se engajaram para que São Paulo reconquistasse o espaço perdido em 1930 nas eleições

¹⁹³ A propaganda sistemática antifascista encontraria seu alvo favorito em território nacional e suscitava em seu discurso a ligação entre o Integralismo e o fascismo europeu, como no artigo publicado na primeira página da edição de 24 de julho de 1937, cujo título “Mancomunado com o nazismo o integralismo substituiu, no sul, o idioma patrio pelo alemão!”, que vinha acompanhado de uma reprodução da capa do jornal *Jaraguá*, de 2 de julho de 1937, publicado em alemão na “Cidade Integralista de Jaraguá”. O estado de Santa Catarina foi sistematicamente relacionado à ameaça nazista, principalmente pelos serviços que a Ação Integralista estaria prestando em território teuto-brasileiro. Além disso, houve a clara tentativa de aproximação da política internacional aos impactos da vida cotidiana do cidadão comum, como na manchete de 22 de julho que anunciou a contribuição do nazismo para a baixa do café, uma vez que o produto brasileiro cedido ao Reich era vendido antes de chegar aos portos alemães e denúncias, como a publicada em 13 de setembro de 1937 que alertava para que “Em Santa Catharina as escolas publicas estão sendo utilizadas para a propaganda nazista!” (*Anhangüera*, 13.9.37, p. 1, c. 1-6). Cabe esclarecer que a desconfiança em relação a essa população era histórica e com o fortalecimento do caráter nacionalista das elites brasileiras e, principalmente, com o advento da Primeira Guerra Mundial, o antigermanismo revelou-se de maneira mais contundente.

¹⁹⁴ Em 10 de setembro de 1937, o *Anhangüera* publicou em sua primeira página um desafio – *Onde se esconderam os intellectuaes integralistas, que fogem á discussão das ideias?* –, prosseguindo, afirmava o redator que “aos nossos argumentos o sigma responde com silencio e desabafos íntimos... – Temos o direito de afirmar que o integralismo, como doutrina, já não existe.” (*Anhangüera*, 10.9.37, p. 1, c. 1-5)

presidenciais marcadas para 1938. Como um gesto de legítima defesa, contra os que não titubeavam em transformar o Brasil em uma caricatura fascista ou comunista, Cassiano Ricardo produziu e publicou o livro *O Brasil no Original* em um momento oportuno, na encruzilhada entre Roma e Moscou, ou melhor, “nesta terrível época de deformações políticas, de infecções culturais ou de ideologias forasteiras como as que se querem ensaiar entre nós, pareceu-me justo recorrer ao Brasil na sua origem, na sua história e na índole do seu povo.” (RICARDO, 1937, p. 6) Dessa maneira Cassiano Ricardo se portou como um missionário da defesa do Brasil e da sua originalidade cultural e política, principalmente, autodefinindo sua função de zelador da brasilidade na busca por proteger um Brasil característico e afastar as possíveis cópias internacionalistas.

Em seu discurso de posse na ABL, em fins de 1937, Cassiano Ricardo expôs que, conforme defendia Setúbal, era necessário pensar o Brasil brasileiromente, tê-lo presente em todos os nossos atos e defendê-lo na sua originalidade. Embora convicto que todos seus postulados obedeciam a uma lógica exclusivamente nacional e nacionalista, trabalhando a partir de uma perspectiva autóctone, Cassiano Ricardo resgatou as *Méditations Sud-Américaines*, de Keyserling, intelectual que afirmou que nada devemos temer da onda vermelha de russos e asiáticos e que jamais nos tornaremos americanos nos moldes ianques, do mesmo modo que a Grécia antiga jamais se romanizou. Entretanto, para Cassiano Ricardo, a luta entre o sentimento desprevenido da terra e as ideias diabólicas estrangeiras tomou caráter agudo e decisivo, cabendo aos intelectuais intervirem no debate, já que os *ismos* literários de 1922 viraram terríveis *ismos* políticos desnacionalizantes em 1937.

Assim a arte foi compreendida como um campo de batalha para a defesa da nação e cuja luta somente seria vencida com a criação de uma polícia da inteligência, ponto central para proteger os destinos da nacionalidade. Essa polícia consistiria numa doutrina: consciência pátria e uma ideologia com instinto de legítima defesa em face às demais ideologias que tentavam assaltar a todo transe as nossas fronteiras espirituais e morais. Para defender a nossa originalidade no mundo, o escritor deveria cumprir o dever de sua inteligência para com a pátria, pois assim procedendo, estava ele cumprindo um dever para com a sua própria arte porque não existe arte sem pátria (RICARDO, 1938).

Para esse intelectual, o Estado Novo varguista era uma opção entre os polos da direita ou da esquerda e, felizmente, no Brasil, podemos assumir que não somos, com Getúlio Vargas, de um lado e nem de outro, mas sim bandeirante, sem incorrer na covardia da

neutralidade, antinatural e imoral. Atribuindo raízes profundas à ideia de governo forte, Cassiano Ricardo defendeu que o Estado Novo não era uma invenção de última hora, mas uma continuidade do movimento bandeirante, fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido. Dessa maneira, o Brasil estaria se fazendo original, já que não foi preciso pedir de empréstimo aos países totalitários a enquadramento de um regime que estava na origem do nosso destino e que antecedia os fascismos europeus. O bandeirismo era a revelação instintiva do esquema político original do nosso país dentro de linhas estruturais que condicionavam o Estado moderno brasileiro a partir do comando seguro e da fraterna solidariedade dos indivíduos obedientes à firme unidade do comando.¹⁹⁵

Interessante é ressaltarmos que Cassiano Ricardo buscou forjar sua autoimagem como literato acima de qualquer questão política, relembando suas atuações junto aos periódicos em que trabalhou como essencialmente literária – sendo os envolvimento de ordem política suprimidos ou postos em segundo plano, atribuindo-lhes uma importância menor do que seu fervor poético.¹⁹⁶ Dessa forma, o autor, quando revisitado por literatos contemporâneos e próximos ao seu círculo de sociabilidade, foi descrito, quase que invariavelmente, como uma pessoa preocupada com a vida das letras, apesar do engajamento político.¹⁹⁷ Encontramos no prefácio da obra *Poesias Completas*,

¹⁹⁵ Dessa forma, a nossa democracia antes de ser uma descoberta legal, era um ser vivo que aqui nasceu e se desenvolveu através da história que nos remetia a lendária entrada do primeiro grupo humano pela terra atrás das pedras verdes, lutando contra o comunismo tribal e contra a aristocracia latifundiária que ficava encastelada no litoral. Foi a partir do sangue desse ser vivo que se operou o milagre da raça nova que eliminou todos os preconceitos de cor, de credo e de origem, criando essa democracia verdadeiramente cristã.

¹⁹⁶ Em suas memórias o autor buscou distanciar política e cultura, posicionando-se sempre a serviço principalmente da primeira e forjando uma imagem de um intelectual que sempre soube separar esses dois campos. Para o autor, no período em que trabalhava como propagandista governamental, qualquer iniciativa cultural sofria deformações da crítica, distorcendo o sentido original e sadio do texto para relacioná-los ao governo, sendo ele muitas vezes vítima de incompreensão, feita de má-fé ou por falta de conhecimento. (RICARDO, 1970)

¹⁹⁷ Seu engajamento é positivado justamente por não ter apagado o fogo poético do autor. Nesse sentido, Cassiano Ricardo selecionou, em suas memórias, trechos de uma carta enviada por Múcio Leão que corrobora para legitimar sua posição de escritor apartado das questões políticas (RICARDO, 1970, p. 134). Porém, o que vemos ao analisar a obra do prosador e poeta é sua atuação

organizado por Sônia Brayner em 1979, Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, destacando em escrito datado de 1957 o caráter de Cassiano no sentido exposto:

Não foi nem quis ser um poeta puro. Sempre foi um homem incorporado aos acontecimentos. Tomando parte nêles. *Engagé*, como dizem os existencialistas. Mas a sua participação na vida militante do Brasil agitado dos últimos seis lustros, não lhe apagou jamais o fogo poético. Um dos critérios práticos da poesia ou antes do poeta autêntico é o fôlego. Os poetas "bissextos", como chamou Manuel Bandeira, são criaturas visitadas por vêzes pela poesia, como todos os são nesta vida. Eles apenas souberam captar o pássaro de voo incerto, retê-lo uns minutos em suas mãos e dêsse contato morno com as asas pulpitanes guardar num poema efêmero, um momento de eternidade. (ATHAYDE, 1957, p. 10)

Embora faça parte da narrativa que buscou criar uma memória literária para si, a separação entre campo literário e político por parte de Cassiano Ricardo não deve ser interpretado inocentemente, como aparenta, já que em para ele "o 'ismo' literário vira 'ismo' político com imensa facilidade" (RICARDO, 1937, p. 203).¹⁹⁸ De tal forma e, como de praxe, em linguagem organicista, Cassiano acreditou que o literato-intelectual tem na comunicação de massas um instrumento de mobilização social muito eficiente e por isso merece um olhar atento e policial do Estado:

Uma infecção "intelectual", como se vê, se transforma facilmente numa infecção política. Esta infecção política subverte a sociedade em sua

bastante evidente em questões de caráter político, sendo as atuações do editor do periódico muito imbricadas e as fronteiras muito fluidas.

¹⁹⁸ Mesmo sendo Cassiano Ricardo um intelectual preocupado com a vida cultural, no período em que dirigiu o *A Manhã*, a divulgação da literatura e das artes ficou a cargo, principalmente, do suplemento literário do jornal, sendo que a publicação dedicou espaço para divulgar questões de cunho cultural na seção *O Rio e suas Diversões*. Já nos artigos assinados do poeta, estampados na quarta página da publicação, as temáticas políticas foram hegemônicas, como veremos adiante.

estrutura e na sua tradição. Como não é a raça que produz o estado social mas o estado social que produz a raça bem se verifica a que extremo pode chegar uma simples infecção literária no caso étnico singular que se processa no Brasil. (RICARDO, 1937, p. 205-6)

Segundo explicou em sua posse na ABL, entre as vinte e uma formas de servir o Brasil, o poeta atribui ao destino a sua: vindo do planalto, lugar onde estava viva como nunca a chama sagrada do espírito brasileiro, da partilha fraterna e da divisão geográfica do trabalho, o objetivo histórico da harmonia brasileira seria alcançado (RICARDO, 1938). De tal forma, a solução drástica e violenta na supressão das ideias que estariam dissociadas da realidade nacional é legitimada por Cassiano Ricardo na sua analogia:

O ponto sensível á infiltração ideológica forasteira é, portanto, muito mais extenso. A idéia vira sentimento e, depois disto, toma conta do indivíduo como herva de passarinho que tomou conta de uma arvore: para acabar com a herva de passarinho é preciso derrubar a arvore. (RICARDO, 1937, p. 204)

Nada sutil, caberia ao Estado, se necessário, extirpar do corpo social qualquer anomalia que pudesse colocar em xeque o projeto político em curso. Para o mais novo imortal, a democracia que interessava aos escritores nacionais era a democracia social e biológica, aquela que respeitava e obedecia o individualismo do artista que, necessariamente é individualista em sua criação. Todavia, alerta seus leitores que não se tratava de uma espécie egocêntrica das comédias eleitorais, que nada teria que ver com o individualismo criador da beleza e da riqueza para o Brasil, condição principal para a aventura artística e literária. O interesse social, dizia Cassiano Ricardo, estava justamente em proporcionar que o indivíduo se realizasse de forma saudável e tendo na bondade típica do brasileiro o seu corretivo natural.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Em seu discurso de posse na ABL, Cassiano Ricardo faz questão de alertar que não estava se referindo à bondade no seu sentido de cordialidade do homem cordial de Ribeiro Couto e de Sérgio Buarque de Holanda, mas a uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora e que nada tem que ver com o homem cordial dos aperitivos nem com as cordiais saudações que são fechados de cartas tanto amáveis como agressivas. Poder-se-ia dizer que se trata, nas

Criticando o individualismo negativista e anarquizador que existiu no Brasil da Primeira República e foi amamentado pela politicagem profissional, interesseira e particularista, Cassiano Ricardo decretou que, ao ser essa ideia suprimida pelo Estado Novo, o nosso individualismo sadio voltou a ter o seu sentido exato e necessário, que não é o do burguês e dos liberais incorrigíveis, nem do personalismo neutro e incolor e também não do neindividualismo *yankee*, mas sim um que, antes de ser corrigido pelo Estado ou por qualquer teoria, já o tinha sido criado pela bondade biológica do brasileiro, original e única e cujo fenômeno humano e sociológico não dependeu de nenhum decreto, senão do decreto de Deus que a instituiu no coração de todos nós.²⁰⁰

Para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, o momento político conturbado dos anos 1930 e 1940 exigia o engajamento e a neutralidade era algo a ser combatido já que, segundo nos aponta o primeiro, não haveria nada mais perigoso do que o homem que se declarava neutro, cuja tendência era adotar a primeira ideia política que lhe subisse à cabeça. Defendendo a ideia de engajamento dos cultos, o articulista joseense analisou as tomadas de partido de diversos intelectuais²⁰¹ não

palavras de Cassiano Ricardo, de uma bondade que se defende sempre, mesmo quando parece se submeter e a função desse material afetivo difere muito da que cabe à bondade em sua acepção hospitaleira, liberal ou lírica. Também não a devemos confundir com a bondade natural, que Afonso Arinos de Melo Franco fez entrar como contribuição do índio brasileiro, nas origens da teoria de Rousseau e nem na espécie de bondade que tanto interessou a Stefan Zweig e que é a do faça o favor de entrar, a bondade de sala de visitas, que encanta o leitor, mas brilha falso. (RICARDO, 1938)

²⁰⁰ Em relação ao direito moderno, Cassiano Ricardo expõe que, ao tornar o indivíduo menos livre, era impositivo e obrigatório que a legislação moderna garantisse sua felicidade, questão essa que estava intimamente relacionada com a posição do artista em face da nossa democracia, uma vez que cabia a ele não apenas defender uma forma de ser brasileiro, mas também não sacrificar seu individualismo nos altares da violência já que a arte como necessidade de expressão não existe se o artista não criar para si e transmitir aos outros sua emoção. (RICARDO, 1938)

²⁰¹ Entre eles, Cassiano Ricardo citou Sófocles, Anatole France, Virgílio, Molière, Voltaire, Diderot, Montesquieu, Rousseau, Victor Hugo, Pierre Brisson e Julien Benda, o último para sustentar a neutralidade do escritor, que desejaria pairar acima do tumulto radioso que é a vida, sendo definido por Cassiano Ricardo como pertencente a pior casta de gente, constituída por aqueles homens perigosos que não tinham opinião, não tomavam partido e que colocavam o nacionalismo entre as paixões políticas que mais combatiam. (RICARDO, 1938)

apenas para justificar sua relação com os círculos de poder, mas também para militar em favor do engajamento destes em favor das causas nacionais.

3.2 Estado Novo e imprensa: instituições, projetos editoriais e participação política

As análises acerca da propaganda política durante o Estado Novo tem se dedicado principalmente a compreender a atuação do DIP ou dos DEIPs na condução das investidas oficiais de difusão do pensamento oficial do regime autoritário (GOULART, 1990). Além disso, as análises que versam sobre a relação dos intelectuais com o Estado Novo normalmente se dedicam a compreender o círculo formado em torno do Ministério da Educação e Saúde, cujo ministro Gustavo Capanema era o principal articulador (BOMENY, 2001), a revista *Cultura Política* (GOMES, 1996) ou a partir dos nomes de Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos (GOMES, 2007). Dessa forma, busca-se, como já discutido nos outros capítulos, analisar a atuação de outras instituições e outros atores que colaboraram nas formulações ideológicas do regime varguista. Nesse caso, analisa-se principalmente a atuação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia e do grupo *A Noite*, órgão privado que foi atrelado ao Estado Novo a partir do encampamento da editora homônima às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

Juntamente com o patrimônio da Brasil Railway, as empresas jornalísticas filiadas à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foram incorporadas ao regime pelo Decreto-Lei no. 2.073, de 8 de março de 1940 - entre elas, passou aos auspícios do Estado “todo o acervo das Sociedades ‘A Noite’, ‘Rio Editora’ e ‘Rádio Nacional’” (DECRETO-LEI N. 2.073, 1940). A empresa em questão era proprietária do jornal *A Noite* e lançou, em 1941, o jornal *A Manhã*, ambos na capital federal, sendo que o primeiro ganhou uma edição paulista, esta dirigida por Menotti Del Picchia. Sob a superintendência do general Luiz C. da Costa Neto, esses periódicos circularam em um momento em que as frentes contra a ditadura começavam a se explicitar.

O Jornal *A Manhã* foi dirigido, da data do seu lançamento, 9 de agosto de 1941, até 1º de julho de 1945 por Cassiano Ricardo. Já a sucursal paulista do jornal *A Noite* foi dirigida por Menotti Del Picchia a partir de 22 de agosto de 1942. Esse permaneceu no cargo mesmo após o final do regime autoritário, até meados do mandato de Eurico Gaspar Dutra. Essas publicações divulgaram o regime autoritário e legitimaram

suas ações, explicando-as em traços simples. A propaganda política, no *A Noite* e no *A Manhã*, se confundia com questões de caráter informativo e, além de noticiarem o cotidiano das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, divulgaram as ações políticas do chefe de nação e abriram espaços para os esportes, as artes, as letras, o militarismo, a educação, o mundo do trabalho, o cinema, o panamericanismo, entre outras questões, divulgando-as com a sutileza exigida pelo governo autoritário e dentro dos limites impostos pelos órgãos de cerceamento.

Essas publicações operaram como instrumentos didáticos e seus diretores atribuíram a elas a inegável tarefa de colaborar com a nação ao estabelecer, dentre suas funções sociais, a divulgação do regime que mais se adequava à tradição nacional. Assim, a nação estaria marchando rumo a um futuro glorioso que destinaria não apenas às Américas um lugar de destaque devido à conjuntura da Segunda Guerra Mundial, mas também a São Paulo, consequentemente, por ser o núcleo irradiador de um novo modelo de civilização isenta de qualquer preconceito. De modo a colaborar com o estabelecimento da hegemonia do regime, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia utilizaram as modernas técnicas de difusão em um período de crença na educação como forma de moldar a sociedade e, dessa forma, colaboraram com a sustentação ideológica do Estado Novo.

Como dito, a propaganda política estadonovista é uma temática que tem sido amplamente debatida pela historiografia: o cinema, o rádio e a imprensa escrita são objetos de análise e fonte para diversos pesquisadores que se interessam em analisar de que maneira a nascente comunicação de massas divulgou o período correspondente aos anos de 1937-1945. Além disso, diversos outros trabalhos se debruçaram sobre a participação dos intelectuais como ideólogos do regime autoritário, proporcionando debates no meio acadêmico, principalmente sobre o papel da censura e da propaganda política, exercidas direta ou indiretamente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, (DIP), criado em 1939. A Constituição de 1937, redigida pelo jurista e Ministro da Justiça, Francisco Campos, já legislava sobre a questão da censura e do atrelamento da imprensa ao Estado. Entretanto, foi o DIP e o aparato burocrático e institucional desse departamento que possibilitaram uma vigilância mais atenta das produções nacionais do período.²⁰²

²⁰² No artigo 122 da Carta Constitucional de 1937, ao apresentar “dos Direitos e Garantias Individuais”, lemos no parágrafo 15 que: “todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.” A explicação

No que diz respeito à ideia de liberdade de imprensa no Estado Novo, a própria Constituição do regime assumia o caráter de vigilância e censura ao atrelar os órgãos de informação e comunicação de massas ao Estado. Além disso, de modo a monitorar e coordenar o que era produzido e veiculado, criou-se um departamento específico com a função de ser a autoridade competente em proibir que se difundissem narrativas que conflitassem com os interesses do regime e atentassem contra os primados do Estado Novo, independente do suporte em que essas eram veiculadas – audiovisuais, textuais, radiofônicos, orais, etc.. Isso não significa, todavia, a inexistência de veiculação de discursos dissonantes ao pregado pelo regime e que, embora por vezes calados, seus fragmentos podem ser acessados, como veremos adiante.

A Constituição de 1937, ao tornar a imprensa um veículo de caráter público e zelar pela ordem, paz e segurança pública, instituiu a censura como forma de coibir a circulação, difusão e representação de postulados que conflitassem com o ideário pregado pelo regime e o DIP, criado em 27 de dezembro de 1939, objetivou organizar

sobre o objetivo do cerceamento da liberdade individual é exposta no item *a* do referido artigo e parágrafo da Constituição. Sobre tal ponto, é assumido que “com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação.” Desse modo, há um item específico que elabora que: “(...) a imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios: a) a imprensa exerce uma função de caráter público; b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei; c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente nos jornais que o informarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação; d) é proibido o anonimato; e) a responsabilidade se tornará efetiva por pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à empresa; f) as máquinas, caracteres e outros objetos tipográficos utilizados na impressão do jornal constituem garantia do pagamento da multa, reparação ou indenização, e das despesas com o processo nas condenações pronunciadas por delito de imprensa, excluídos os privilégios eventuais derivados do contrato de trabalho da empresa jornalística com os seus empregados. A garantia poderá ser substituída por uma caução depositada no princípio de cada ano e arbitrada pela autoridade competente, de acordo com a natureza, a importância e a circulação do jornal; g) não podem ser proprietários de empresas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos”.

(BRASIL, 1937)

pragmaticamente o controle sobre os órgãos de imprensa e divulgação, públicos ou privados, do período.²⁰³ Sob a direção Lourival Fontes, tal departamento subordinava-se diretamente ao presidente, tendo órgãos filiados em vários estados do país (DEIPs) que, por sua vez, se subordinavam ao órgão nacional.²⁰⁴

Os intelectuais, nesse sentido, teriam funções políticas específicas, trabalhando principalmente em duas frentes: estabelecer a conexão entre o governo e o povo através da comunicação de massas e trabalhar na criação de uma consciência nacional. Para que lograssem êxito nessa empreitada, caberia a eles o papel de interpretar os anseios populares e munir o regime autoritário de informações que possibilitasse sua atuação democrática, uma vez que com a dissolução dos partidos políticos, do poder legislativo e das eleições, era confiado aos intelectuais à compreensão do inconsciente coletivo do povo. Convocados a abandonar o debate estéril e a torre de marfim, diversos intelectuais se engajaram ativamente na tentativa de criação de uma consciência brasileira e na divulgação do regime, entre eles Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, organizando, domesticando e conferindo uma função social à inteligência.

²⁰³ Foi publicado em 1941 o *Anuário da Imprensa Brasileira*, um boletim da Divisão de Divulgação do DIP, criado para divulgar informações sobre jornais, revistas, livros e demais publicações aparecidos no Brasil. Dotado de um caráter ideológico explícito, essa publicação buscou, entusiasticamente, apresentar as mudanças que ocorreram no cenário editorial e radiofônico brasileiro com a Constituição de 1937. Apresentando as funções e atividades desenvolvidas por cada divisão do DIP, a publicação exaltou os feitos do regime no que diz respeito à coordenação do jornalismo brasileiro, antes tido inimigo da política e que com o Estado Novo passou a ocupar uma função de suma importância para o desenvolvimento da nação. Além disso, na apresentação do diário, criou-se um elo entre trabalho e imprensa para defender a atuação do regime na mediação entre capital e trabalho.

²⁰⁴ O artigo segundo do decreto-lei 1.915, de 1939, expõe a finalidade da criação do departamento e seus objetivos. São os itens *a* e *c* que esclarecem melhor a relação entre o DIP e a imprensa: “a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional; [...] c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei”. (DECRETO-LEI N. 1.915, 1939)

Dividindo a página com a apresentação do programa editorial do *A Manhã*, na primeira edição do periódico, datada de 9 de agosto de 1941, o ministro Francisco Campos publicou um artigo intitulado *Função Social da Imprensa*, texto esse que nos ajuda a definir as expectativas do jurista em relação ao papel a ser desempenhado pela imprensa periódica e pela intelectualidade. É a partir dessa exposição (que pode ser interpretada como parte do editorial e por isso também do projeto do periódico) que podemos apreender, principalmente, a relação que o periódico buscou estabelecer com os brasileiros. O jurista, redator da Carta Constitucional de 1937, baseou-se na técnica moderna de comunicação e na sua eficácia para inserir o novo jornal, juntamente com o rádio, a telegrafia e o cinema, “ao arsenal das campanhas de opinião”. (CAMPOS, AM, 9.8.1941, p.4, c. 6) Para Campos, as ideias eram lançadas antes nos jornais, nos cinemas ou nas rádios que nos comícios ou campanha: era na imprensa que as ideias tomariam corpo diante das massas e, devido a isso, a Constituição reconhecia que tal veículo de comunicação exercia uma função pública.

Segundo o ministro Francisco Campos, não apenas nos regimes que repousam no pressuposto da educação totalitária, mas também nos que reforçando a autoridade do Estado, a função do Estado é assegurar as liberdades fundamentais da pessoa humana. No caso do Brasil, a instrumentalização da comunicação por parte do regime foi compreendida a partir da sua extraordinária eficácia para que a nação fosse conservada. Essa imprensa moderna, por exercer sua função pública, não poderia se inspirar em outras ideias senão aquelas que conduzem ao bem público e à conservação do Estado. Já aos intelectuais à frente desses veículos caberia a tarefa de condensar e interpretar, perante o governo, o sentimento do povo ao mesmo em tempo que esclarecer o pensamento e a ação do governo às massas, mantendo uma perfeita comunidade espiritual, condição elementar na vida de uma nação (CAMPOS, AM, 8.9.41).

Ao buscar o afastamento dos totalitarismos europeus, os intelectuais a frente dessas publicações zelaram por divulgar o Estado Novo como um regime que valorizava as liberdades individuais e, assim sendo, estabelecia uma relação peculiar com os intelectuais, exigindo que eles atuassem conforme a conduta estabelecida pelo regime de modo a manter uma comunidade harmônica.²⁰⁵ A aproximação entre

²⁰⁵ Segundo o editorial do *A Manhã*, pelo “costume dos exames superficiais”, há “quem confunda o nosso atual regime com alguns regimes autocráticos em voga”. (RICARDO, AM, 9.8.1941, p. 4, c. 3)

governo e intelectuais era uma realização do Estado Novo e emblemático desse estreitamento foi a eleição de Getúlio Vargas para a sugestiva cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras que, em sua posse, defendeu que naquele momento estaria se operando a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. Para o recém eleito, caberia a ABL, no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador.

Sentando na cadeira até então ocupada por Alcântara Machado, Vargas pregava, assim como seu antecessor, no préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura. Ao assumir que a atividade intelectual é uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando ideias e problemas de governo. O chefe do executivo explicou que, embora não houvesse pretendido ser um escritor de ofício, um cultor das belas-artes, se habituou, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras. Ao concluir seu discurso, Vargas buscou cristalizar seu governo já que com ele o Brasil realizou a sua emancipação política e estava construindo sua emancipação econômica e iniciando, finalmente, a sua emancipação cultural, cujas responsabilidades dessa tarefa recaiam sobre os intelectuais e os homens de pensamento (VARGAS, 1944). Essa aproximação entre política e intelectuais foi comemorada também por Cassiano Ricardo, poeta que defendeu que,

Pela primeira vez, também – e isto é que nos interessa frizar – se dá, no Brasil, ao exercício da inteligência a alta significação que ele deve ter. Enquanto que, no velho regime liberal e difuso, a inteligência era tida como uma força dissociada do Estado e inimiga da ordem, dando margem aos “hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário”, o que sucede, agora, é coisa inteiramente diversa. O jornal passou a exercer uma função pública. Os valores da inteligência, e mesmo os chamados direitos do coração e da beleza, obtiveram o lugar que lhes compete no quadro das forças que conjugar o nosso destino. Nem será demais notar que, justamente no exercício da inteligência e na sua função social reside a mais bela característica de diferenciação do regime em confronto com as

concepções liberais e totalitárias de Estado.
(RICARDO, AM, 9.8.1941, p.4, c.2-3).

A crescente comunicação de massas foi vislumbrada como interlocutora ideal entre o Estado e a nação e, confiada aos intelectuais, pessoas cujas funções sociais residiriam justamente no estabelecimento do elo entre a política e o povo (PÉCAUT, 1990), foi uma ferramenta explorada pelo Estado Novo de modo a divulgar o regime e legitimar as ações políticas do chefe da nação. Assim, a veiculação de ideias contrárias ao projeto do Estado Novo tornava-se, para muitos dos entusiastas do regime, uma ameaça aos interesses legítimos da nação, uma vez que os órgãos de comunicação exerciam uma função de caráter público. Dessa forma, Cassiano Ricardo pretendia, via imprensa, domesticar a vida intelectual, questão possível de antevermos a partir da sua argumentação em *Marcha para Oeste*:

Ora, ninguém desconhece que a coisa mais grave do atual momento é o exercício da inteligência. A inteligência vadia, enamorada de si mesma, querendo apenas satisfazer a uma vaidade própria, devia ser e foi substituída por outra, já compenetrada de sua função social. Mas não basta isso. É preciso que esta função social da inteligência se exerça num sentido de utilidade nacional, não sendo poucos os deveres que lhe incumbem e que a dignificam. Antes de tudo, o escritor brasileiro tem que ser brasileiro – e não será preciso explicar a significação desse dever primordial – pois só poderá interessar ao mundo uma obra de pensamento e de cultura que mergulhe as suas raízes na originalidade de cada estilo de vida, isto é, na intimidade humana e social de cada povo.

Cumprir, aliás, a obrigação de ser brasileiro é realizar o escritor a primeira condição para ser universal. Só depois que se nacionalizar, diz Gide, é que uma literatura toma o seu lugar no mundo. Nenhuma violência cometerá o Estado em exigir da inteligência brasileira o cumprimento de uma simples obrigação para consigo mesma. Nesse ponto, como em mais alguns, qualquer restrição à liberdade intelectual será benéfica.

Pensar de modo contrário seria reeditar um velho equivoco em torno do conceito de cultura e de sua função diante do Estado moderno. Este ha muito que optou pela utilização de todas as forcas culturais em função social e política. Não se trata, evidentemente, de utilização no sentido que essa palavra adquire naqueles Estados monstros que botam policia á porta do pensamento para que ele não possa sair á rua. Trata-se, apenas, de dar ao pensamento um conteudo político fazendo dele uma força de organização social. (RICARDO, 1940, p. 547).

Evidentemente que as proposições de Cassiano Ricardo não representavam a opinião de todos articuladores inseridos no projeto estadonovista, havendo uma diferença substancial entre o projeto para os intelectuais de Cassiano Ricardo e Azevedo Amaral, por exemplo. Enquanto o segundo propunha a não censura às elites pensantes de modo a angariar os liberais para o projeto do Estado Novo (AMARAL, 1938). Cassiano Ricardo pretendia, via imprensa, amansar as descompromissadas produções e orientar a vida dos intelectuais já que, segundo o autor, “o novo regime tem uma ideologia, como não pode deixar de ser. Ou impõe essa ideologia ou volta a ser liberal.” (RICARDO, 1940, p. 548). Assim, o Estado bandeirante, proposto por ele, deveria restringir a liberdade de opinião, de modo a evitar que os opositores utilizassem a palavra para difundir ideias contrárias ao Estado corporativo e orgânico.²⁰⁶

A questão do cerceamento da liberdade é evidenciada não apenas pelo crivo da censura dos órgãos criados especificamente para esse fim, como o DIP e os DEIPs, mas pelos próprios editores dos jornais situacionistas que acreditavam e defendiam os programas por eles criados. Os discursos sobre essa questão podem ser evidenciados nas páginas do *A Manhã*, por exemplo, onde apresenta-se o estímulo negativo que a liberdade de imprensa poderia proporcionar por debater

²⁰⁶ Tanto nos escritos de Cassiano Ricardo como de Menotti Del Picchia, a organicidade do Estado foi levada ao extremo, sendo que a própria linguagem utilizada muitas vezes se aproxima dos discursos médicos. A vida nacional foi repetidamente comparada a um sistema corpóreo, sujeito aos mesmos problemas de um organismo vivo, ou seja, determinados posicionamentos eram passíveis de extirpação por não serem sadios ao bem-público e à conservação do Estado.

questões estéreis e, consequentemente, desnecessárias e próprias do período anterior.²⁰⁷

Além da organização interna que buscava barrar, na própria redação dos periódicos situacionistas, discursos desarmônicos com o ideário do regime e da repressão estatal através da invasão e confisco de periódicos, como o ocorrido em 1940 com o *Jornal O Estado de São Paulo*, “que o converteram em órgão oficioso” (CAPELATO, 1994, p. 70), o grande êxito do Estado Novo parece ter sido na implementação da censura pela difusão da ideologia corporativista divulgada, uma vez que “a censura alcança seu mais alto grau de perfeição e invisibilidade quando cada agente não tem mais nada a dizer além daquilo que está objetivamente autorizado a dizer”, excluindo “certos agentes de comunicação” (BOURDIEU, 2008, p. 132-3) ou selecionando quem são os porta-vozes autorizados a se expressar publicamente (AMARAL, 1938). Dessa maneira, a

censura tem tanto menos necessidade de se manifestar sob a forma de proibições explícitas, impostas e sancionadas por uma autoridade institucionalizada, quanto mais os mecanismos responsáveis pela distribuição dos agentes entre as diferentes posições (e que passam despercebidos por conta do êxito mesmo de seus efeitos) forem também capazes de garantir a ocupação das diversas posições por agentes aptos e dispostos a manter o discurso (ou a manter o silêncio) compatível com a definição objetiva da posição. (BOURDIEU, 2008, p. 132)

Porta-vozes de partidos ou grupos políticos desde o período colonial, não é inaugural a divulgação de ideais políticos via imprensa por parte do Estado Novo. Todavia, a diferença entre a imprensa oficial do Estado Novo para os periódicos engajados da Primeira República é o aparato institucional destinado especificamente a supervisionar as publicações, podendo qualquer iniciativa espontânea que pudesse ferir a

²⁰⁷ Essas discussões são recorrentes no periódico. Destaco, todavia, o artigo do catarinense Nereu Corrêa, intitulado *A inteligência no regime atual*. Segundo o autor, é no Estado Novo que cultura e política se unem a favor dos interesses da Nação. (CORRÊA, AM, 13.2.1943, p.4)

imagem do regime vigente.²⁰⁸ Desse modo, o jornal *A Manhã* não esteve imune a censores, mesmo os que não eram pagos para executarem essa função, como expõe o próprio Cassiano Ricardo em seu livro de memórias:

Pedro Lafayette, escritor, recortou trechos de artigos que eu escrevera para *A Manhã* e que lhe pareceram tocados de comunismo e pronto! Denunciou-me a Getúlio; Osório Borba, enquanto isso, me chamava de fascista. Eram dois acusadores e duas inquietações. Afinal, o duplo fanatismo provava a minha inocência. Pugnando por uma democracia social havia o jornal voltado as costas aos dois extremos. Só eles não sabiam disso. (RICARDO, 1970, p.162)

Além de se definir como vítima da censura ilegítima, Cassiano Ricardo portou-se também como censor, narrando, também em seu livro de memórias os episódios em que se viu obrigado a restringir a liberdade de homens de letras que colaboravam com a sua publicação ou seus suplementos literários. Um fazia referência à Viriato Vargas, irmão de Getúlio Vargas que, segundo Cassiano,

²⁰⁸ Em artigo intitulado *O controle da Opinião e os Limites da Liberdade: imprensa paulista (1920-1945)*, Capelato nos explica que o período em que a lei garantia a liberdade de expressão entre os anos de 1920 a 1945 foi muito pequeno. Qualquer problema político encontrado pelo Estado era interpretado como digno de cerceamento da liberdade, legitimando a censura (CAPELATO, 1994). Afonso Arinos de Melo Franco, por sua vez, escrevendo para o *A Manhã* em 22 de novembro de 1942, no artigo intitulado *Jornais e Idéias*, refletiu sobre a relação entre o jornalismo, seus financiadores e sua historicidade. Para ele, hoje um grande jornal tem sua verdadeira fonte de lucro na publicidade que só procura as folhas de grande circulação, influenciando a própria orientação do jornal, uma vez que com isso a imprensa passou a ter um caráter informativo em vez de doutrinário, pois os fatos, e não as idéias, são o que interessa às multidões. É preciso, segundo o articulista, um certo cuidado do leitor contemporâneo para distinguir o que havia de sincero na crítica, ou antes o que existia nela de verdadeira preocupação doutrinária, do que era simples pretexto para acusações rancorosas, pouco importando a justeza ou a lógica das ideias. Conclui, todavia, que daquelas páginas amarelada pela passagem dos lustros, os jornais muito teriam a aprender no que diz respeito à riqueza doutrinária (FRANCO, AM, 22.11.42).

desejava publicar na *A Manhã* um artigo de Ary Maurell Lôbo, brilhante oficial do Exército, que atacava o rijo de democracia ocidental. Pareceu-me perigosa a inserção do trabalho, em razão dos seus termos, apesar de bem escrito e fundamentado. Era uma tese apenas, inoportuna podendo gerar equívocos no momento em que o regime começava a ser inquinado de fascista. (RICARDO, 1970, p.162)

Outro episódio rememorado pelo diretor remetia a Oswald de Andrade, que segundo Cassiano, entrou entusiasmado na sua sala com um artigo para publicar, ele leu “com grande interesse (não fôsse o artigo escrito pelo jovem mais-pra-frente da Semana) mas vi[u] que infelizmente era uma cutucada dura em vespeiro de abelha africana.”²⁰⁹ (RICARDO, 1970. p. 160; 158-9). Claramente preocupando com a divulgação de artigos que pudessem abalar a imagem a ser apregoada pelo regime, Cassiano Ricardo parece ter vetado na publicação por ele dirigida, na medida do possível, qualquer material que de alguma maneira pudesse ser interpretado como destoante.

Já em relação a Menotti Del Picchia, embora esse não tivesse se dedicado a discutir especificamente a questão da liberdade conferida aos intelectuais, cabe resgatar suas considerações, publicadas em *Soluções Nacionaes*, em 1935, sobre o jornalismo e seu papel na sociedade moderna. Propondo um projeto de intervenção política muito claro e articulado com as necessidades do Brasil em um período de descrédito

²⁰⁹ Assim, além das assumidas posturas de cerceamento que lhe cabia como diretor da publicação, a construção da auto-imagem de Ricardo como literato acima de qualquer circunstância política em seu livro de memórias passou pela transferência de responsabilidade no que tange a censura: assume, o autor de *Martim Cererê*, ter impossibilitado a circulação de um exemplar do suplemento literário que acompanhava o *A Manhã*, transferindo, nessa ocasião, a responsabilidade da censura para Ribeiro Couto. Justifica nos seguintes termos: “outro caso criado por sua intervenção foi o do ‘Suplemento Literário’ de Múcio ter que ser inutilizado por causa de um poema de Lêdo Ivo (comunista) considerado imoral pelo autor de *Jardim das Confidências* [Ribeiro Couto].” Segundo Cassiano, “Ribeiro Couto, na ocasião, afirmou em minha sala, no jornal, em presença de Múcio, que se o suplemento saísse à rua com o ‘poema atentatório’, êle deixaria imediatamente *A Manhã*.” (RICARDO, 1970, p. 162). Tendo passado tantos anos entre sua atuação no *A Manhã* e a publicação de seu livro de memórias, o autor de *Marcha para Oeste* parece culpar exclusivamente Ribeiro Couto, falecido em 1963, pelo papel cerceador.

na política liberal, Menotti Del Picchia propunha a criação de “Escolas do Jornalismo” nas províncias. Segundo ele, “função da imprensa será fiscalizada, devendo cooperar no progresso cultural da nação e contribuir ao seu prestígio pelo respeito á autoridade constituída, sem que fique prejudicado seu direito de livre exame e critica constructiva.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 278-9).

Em seguida, defendeu que “A imprensa é ‘creadora da opinião’, a formadora da consciência. Será, portanto, guiada para a mais nobre das funções, prestigiando a autoridade constituída, punidos rigorosamente todos os crimes de pensamento que contrariem as nobres finalidades nacionaes.” (DEL PICCHIA, 1935, p. 282) A existência de “crimes de pensamento que contrariem as nobres finalidades nacionaes” a serem punidos já nos indica a existência de uma restrição na liberdade de expressão, embora o autor não se aprofunde nessa questão.

Se por um lado o regime instaurado deveria estimular as produções intelectuais dos homens de letras brasileiros, por outro, na busca pela sociedade idealista desejada por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, aquela apartada de conflitos sociais e que cada cidadão desempenharia determinada função que condizesse com seus conhecimentos e habilidades, era função do Estado moderno zelar pela ordem e isso passava, necessariamente, pela vigilância da inteligência. Assim, a noção de liberdade de luta ou de expressão não era definida como a principal bandeira das reivindicações dos poetas em questão, já que acima desse ideal estavam objetivos mais nobres, como a felicidade de todos brasileiros e que passaria, fundamentalmente, pelo cerceamento de opiniões que não levassem a esse objetivo final. Para que se alcançasse esse objetivo, o modelo organizacional das bandeiras paulistas deveria ser recuperado e, dessa forma, a ideia de liberdade não se apresentava como central dessa organização social, política e econômica a ser restaurada.

3.3 O Grupo A Noite: jornal *A Manhã* e sucursal paulista do jornal *A Noite*, entre os bastidores e a oficialidade

3.3.1 Jornal *A Manhã*: o porta-voz do Estado Novo

O jornal *A Manhã*, embora tenha sido publicado entre 1925 a 1953, teve um longo período de interrupção, entre 1929 e 1941, circulando apenas por alguns meses no ano de 1935. Nelson Werneck Sodré, em sua pioneira obra *História da imprensa no Brasil*, afirmou que *A Manhã* teve duas fases: a primeira, entre 29 de dezembro de 1925

e 17 de dezembro de 1929 e a segunda, de 9 de agosto de 1941 a 7 de junho de 1953 (SODRÉ, 1998). A folha surgida em 1941 no cenário editorial brasileiro, período em que o governo de Vargas começava a se preocupar com a propaganda política, nada tinha a ver diretamente com a publicação de 1925.

A publicação foi lançada em 29 de dezembro de 1925 pelo diretor e proprietário Mario Rodrigues,²¹⁰ pai do escritor Nelson Rodrigues. O jornal foi publicado em formato *standard* e seus números expressavam críticas em linguagem aguerridas, sendo considerado pela crítica como panfletário, bem-humorado e acessível. Confrontando o autoritarismo, as oligarquias e a estrutura política da República Velha, além de se comprometer com causas populares, essa folha fez forte oposição ao governo do presidente Washington Luís e ao do prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior.²¹¹

O sucesso da publicação de Mário Rodrigues não foi capaz de evitar que o empreendimento periódico afundasse em dívidas após menos de quatro anos de circulação nas bancas cariocas, sendo que, no segundo semestre de 1928, o proprietário viu-se obrigado a vender sua

²¹⁰ Nascido em Pernambuco, onde havia iniciado sua carreira como jornalista e político, Mário Rodrigues desembarcou no Rio de Janeiro com o objetivo de trabalhar no jornal mais importante da capital na época, o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt.

²¹¹ Na direção da publicação, após escrever uma matéria questionando a honestidade de Epitácio Pessoa, Mário Rodrigues foi preso e passou um ano na cadeia. Posteriormente, após romper com o proprietário da folha, decidiu criar seu próprio periódico, *A Manhã*, que nasceu de uma sociedade anônima e segundo Molina, “tinha ultrapassado o *Correio da Manhã*, até então o mais combativo dos jornais, como modelo de destempero, agressividade e falta de autocontrole.” (MOLINA, 2011, s.p.) A ferocidade não estava apenas na escrita, mas também nas imagens, como charges, caricaturas e ilustrações que povoavam o jornal. O projeto gráfico de *A Manhã* foi idealizado pelo cartunista Andrés Guevara, tido por alguns como responsável por boa parte da revolução gráfica da imprensa brasileira, além de ter dado uma feição especial e moderna à caricatura nacional. Com essa publicação colaboravam intelectuais como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Medeiros e Albuquerque, Antonio Torres, Hermes Fontes, Agripino Grieco, Alcântara Machado, Vicente Piragibe e Apparício Torelly, o último publicando versos políticos satíricos que lhe auferiram rápida popularidade e o animaram a lançar seu próprio periódico, em maio de 1926: *A Manha*, título que parodiava o título do jornal de Mário Rodrigues.

parte nas ações de *A Manhã*, deixando a direção da folha.²¹² Embora Mário Rodrigues, cabeça pensante do *A Manhã*, tenha deixado o projeto, o periódico se manteve na linha de oposição agressiva, atacando sem restrições o fascismo, o capitalismo *yankee*, a corrupção e a arbitrariedade do governo federal e municipal, por vezes sustentando ideias comunistas ou assim consideradas. Nas eleições presidenciais de 1929, *A Manhã* apoiou a Aliança Liberal e, ao bater de frente com os interesses do governo instituído e seu candidato, sofreu pressões que resultaram na redução em seu número de páginas e, posteriormente, após a edição de 17 de dezembro de 1929, a encerrar suas atividades.

Em 1935, ou seja, cerca de seis anos após o fechamento de *A Manhã*, outro periódico com o mesmo nome voltou a circular na Capital Federal. A publicação fundada por Pedro Motta Lima, em 26 de abril de 1935, era do PCB e apresentou-se como porta-voz da Aliança Nacional Libertadora (ANL), durando somente até 27 de novembro de 1935. A folha foi fechada pelo governo Vargas que, posteriormente se apropriou do seu nome para promover sua propaganda política.

Um jornal com o mesmo nome voltou a ser publicado na década seguinte e é este o que realmente nos interessa nesse esforço de pesquisa. A publicação foi dirigida por Cassiano Ricardo entre agosto de 1941 e meados de 1945 e se propôs divulgar as diretrizes do regime estadonovista a um público mais amplo e diversificado possível. Poder-se-ia dizer que *A Manhã* possuía uma excelente documentação iconográfica, muitas enviadas gratuitamente pela Agência Nacional²¹³ e exibía uma paginação moderna para os padrões jornalísticos da época, como era de praxe nas empreitadas editoriais de Cassiano Ricardo. (RICARDO, 1970)²¹⁴

²¹² A partir da edição de 4 de outubro de 1928, Agripino Nazareth foi apresentado em expediente, ao lado de Alberto Nunes, secretário, Sylvio Leal da Costa, gerente, e Abel de Almeida, diretor-tesoureiro da sociedade anônima, presidida então por Antônio Eulálio Monteiro da Fonseca. Rodrigues, por sua vez, pouco tempo depois fundou *A Crítica*, que estreou em 21 de novembro de 1928 com um perfil ainda mais combativo.

²¹³ Em 1944, a A.N. dispunha de 220 funcionários e, segundo Goulart, os redatores de propaganda política do governo recebiam de três a cinco vezes mais do que receberiam em um jornal. (GOULART, 1990, p. 22)

²¹⁴ Entre os colaboradores da publicação estavam nomes de projeção no cenário intelectual e cultural brasileiro como Afonso Arinos de Melo Franco, Roberto Simonsen, José Lins do Rego, Múcio Leão, Azevedo Amaral, Ribeiro Couto, Alcides Maya, Gilberto Freyre, Edgar Roquette-Pinto, Djacir Menezes, Menotti del Picchia, José Augusto, Cecília Meirelles, Berilo Neves, Chiquinha

URSS

MANTCHURIE

CHINA

PACIFIQUE

OCEAN INDIEN

CHINA

LEGENDA

JAPON & OCEAN PACIFIQUE

TERRITOIRES JAPONAIS

TERRITOIRES CHINOISES

JOES M. DE M. GOVERNADOR DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PALACIO DO GOVERNO
RIO DE JANEIRO

ALVAREZ, E. H. A. C. - **PA-
RECE** o seguinte texto, aprovado o qual
foi encaminhado para o Conselho
que remeterá ao Conselho de
Administração para ser
discutido e votado.

CONTA MIM CONTOS PARA O
PLANO ALVAREZ

ALVAREZ, E. H. A. C. - O **de-
putado federal** José **Alvarez** não
queria que o Conselho de
Administração fosse o
único de decisões que au-
torizasse a execução do
Plano. A **Câmara Econômica** ficou
satisfeita de ter na reunião
de 15 de maio de 1964, a
aprovação do plano.

**POSICAO PARA INCREMENTO
DO PLANO ALVAREZ**

PAULO, A. A. N. - **Senhor** e
senhoras, a **Comissão** de
segundo grau, para o plano
Alvarez, tem a honra de
informar a **Comissão** de
primeiro grau, sobre a
posição da **Comissão** de
segundo grau, para o plano
Alvarez. A **Comissão** de
segundo grau, para o plano
Alvarez, tem a honra de
informar a **Comissão** de
primeiro grau, sobre a
posição da **Comissão** de
segundo grau, para o plano
Alvarez.

Anticomunismo condenado com a 'Cruza de Ferro'

BERLIM — (A. P.) — A "Liga Anticomunista" alemã, que se tornou a "Cruza de Ferro", anunciou que a Anticomunista alemã não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

De acordo com o comunicado, "a Alemanha não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

Continua a luta em vários setores

MOSCÚ — (A. P.) — De acordo com o comunicado, "a Alemanha não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

De acordo com o comunicado, "a Alemanha não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

O vulto dos equipamentos russos destruídos

BERLIM — (A. P.) — O "Diário da Manhã" alemão, que se tornou a "Cruza de Ferro", anunciou que a Anticomunista alemã não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

De acordo com o comunicado, "a Alemanha não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

Entre Tallinn e o lago Peipus

BERLIM — (A. P.) — A "Liga Anticomunista" alemã, que se tornou a "Cruza de Ferro", anunciou que a Anticomunista alemã não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

De acordo com o comunicado, "a Alemanha não se oporia ao tratado de paz com a União Soviética, desde que este fosse assinado sob condições "irrevogáveis". O tratado deveria garantir a Alemanha a utilização da energia nuclear, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas. Além disso, a Alemanha deveria ter o direito de estabelecer bases militares na zona da "Cruza de Ferro" e no caso de uma "crise de segurança".

O regresso do presidente Getúlio

do Presidente
de Vargas

Várias divisões polonesas lutarão na Rússia

LONDRES, 1 (H. T.). — O rádio britânico informa que o primeiro ministro da Polónia, general Sikorski, anunciou hoje a constituição na Rússia de um grande exército polonês que compreenderá várias divisões.

A próxima ofensiva alemã virará o Cáucaso

— REXE(COLM). — O General... (text continues with a list of names and military movements)

Prieto de um general russo
BERLIM, 14. 11. 26. — O correspondente internacional da agência que se encontra em Berlim, escreve: "O general Prieto, chefe do Estado-Maior do Exército Branco, chegou a Berlim, onde se encontra sob a guarda de soldados alemães."

O comboio alemão volta a ser atacado
ESTOCOLMO, 14. (Reuters). — Os militares alemães que se encontram no distrito de Krasn, informam que os alemães, que se encontram no distrito de Krasn, foram atacados por soldados alemães, que se encontram no distrito de Krasn, e foram mortos."

Ataque a uma marinha alemã no Báltico
ANQUIELAGE na força russa
BERLIM, 14. 11. 26. — O correspondente internacional da agência que se encontra em Berlim, escreve: "O general Prieto, chefe do Estado-Maior do Exército Branco, chegou a Berlim, onde se encontra sob a guarda de soldados alemães."

O regresso de Presidente Getulio Vargas



Bombas explosivas sobre Moscou

BERLIM, 8 (O. T.). — Um canhão gerador de ondas de choque, capaz de atingir a 3.500 metros de altura, lançou sobre Moscou na noite de sexta-feira um ataque aéreo com bombas explosivas.

A explosão resultou destruída uma casa e causou ferimentos a dois cidadãos. As ondas de choque destruíram grandes lojas, edifícios e milhares de pequenas residências espalhadas por Moscou.

Os cidadãos foram obrigados a abandonar suas casas e a se reunir em pontos de encontro.

Um incidente de gasparessem propiciou diversas prisões. A polícia de Moscou alega que os gasparessem foram lançados contra a cidade.

Em ação os tubos

BERLIM, 8 (O. T.). — Os tubos de gás, lançados contra Moscou, atingiram cinquenta metros, elevando-se a 3.500 metros de altura. Os tubos atingiram a cidade de Moscou na noite de sexta-feira.

...aumentando a sua massa e a sua capacidade de armazenamento de energia. O sistema de armazenamento de energia é formado por um conjunto de células de armazenamento de energia, que são capazes de armazenar energia elétrica e liberá-la quando necessário. O sistema de armazenamento de energia é formado por um conjunto de células de armazenamento de energia, que são capazes de armazenar energia elétrica e liberá-la quando necessário. O sistema de armazenamento de energia é formado por um conjunto de células de armazenamento de energia, que são capazes de armazenar energia elétrica e liberá-la quando necessário.

USAID, a sede do órgão norteamericano, que se encontra no complexo da Organização das Nações Unidas, em Nova York, anunciou que vai enviar uma missão de especialistas para avaliar a situação da saúde pública no Brasil. Segundo o órgão, a missão será liderada por um médico americano e terá o objetivo de identificar as principais doenças e problemas de saúde pública no país. A missão também vai avaliar a capacidade do sistema de saúde brasileiro para lidar com crises de saúde pública.

do "Lackland OS", um aeroporto criado a altas altitudes, com pistas e pistas, era construído na base da cordilheira de La Cruz, a 15 milhas do Lago de Chapala, no Estado de México. Segundo o relatório, a construção do "Lackland OS" era que seria um dos maiores aeroportos do mundo, com uma pista de 10 milhas de comprimento e uma pista de 10 milhas de largura. O relatório também mencionava que o aeroporto seria construído em um local estratégico, com acesso a estradas e ferrovias. O relatório também mencionava que o aeroporto seria construído em um local estratégico, com acesso a estradas e ferrovias.

[illegible][illegible][illegible]

Pré-lançamento do filme, o diretor português de operários, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), realizou uma série de palestras em 11 cidades do Nordeste brasileiro de acordo com a Agenda Social de Lula. Em Recife, por exemplo, o diretor português fez uma charge, sobre a presença de trabalhadores em Pernambuco, e falou sobre a importância da FAPESP para a cultura e a educação. Em Salvador, o diretor português falou sobre a importância da FAPESP para a cultura e a educação. Em Salvador, o diretor português falou sobre a importância da FAPESP para a cultura e a educação.

COIACQUES DA BOLSA

BAIXA O I.B.M. I — A Bolsa de investimentos do Brasil sofreu hoje uma queda de 10 pontos, ficando fechada em 1.350,00 pontos, com o volume de 1.350,00 operações. O índice de 1.350,00 representa uma queda de 10 pontos em relação ao índice de 1.360,00 pontos, registrado no dia anterior.

[illegible]

REGÍVEL.

MNT

1900

acrescentando-se o valor de 2.217,00 (\$000). Aqui não observamos o efeito

Imagem 14 – Capa da primeira edição do jornal *A Manhã*. (AM, 9.8.41, p. 1)

Rodrigues, Leopoldo Aires, Sergio Milliet, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Oliveira Viana, Umberto Peregrino, Monte Arrais, Osmar Pimentel, Eurivaldo Cannabrava, Jorge de Lima, Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Heitor Moniz, entre outros.

A publicação contava também com dois suplementos: o literário, dirigido por Múcio Leão e intitulado *Autores e Livros* (GOMES, 1996) e o panamericano, cuja direção foi confiada a Ribeiro Couto e, posteriormente, a Renato Almeida (NEVES, 2013). Em relação ao primeiro, pode-se dizer que tal suplemento, como nos demonstrou Angela de Castro Gomes, é uma profícua fonte de pesquisa que nos oferece uma genealogia da vida intelectual brasileira e traduz com nitidez a concepção de literatura adotada pelo projeto político-ideológico do Estado Novo. Segundo a autora, o regime concebia a produção literária como reflexo do meio e do espaço, devendo ser o espelho da nacionalidade (GOMES, 1996).

O que salta aos olhos do leitor do jornal, em um primeiro momento, é o caráter eminentemente pragmático do periódico que em tom fortemente propagandístico se transformou em instrumento educativo dentro das intencionalidades do regime. Tal publicação operou como uma ferramenta didática, atribuindo a si a inegável tarefa de colaborar com a nação e estabeleceu, dentre suas funções sociais, a necessidade de divulgar o regime, valorizando a marcha da nação rumo a um futuro glorioso para todos os brasileiros, sem distinção de classe, credo, etnia, gênero. Essas discussões foram recorrentemente exploradas pelo periódico na busca de forjar uma identidade cultural coletiva, assumindo seu papel doutrinário.

Cassiano Ricardo, embora ocupasse o cargo de diretor do periódico, ou seja, sem qualquer relação com a questão administrativa, enviou uma carta ao superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União que nos oferece uma fonte interessante para a compreensão dos bastidores da publicação. Além de sugerir o horário da rodagem dos exemplares a partir da análise do perfil dos leitores, já que “a edição de meia noite, sabido que os últimos vespertinos saem às 15 horas, será o melhor meio de atender á psicologia do leitor carioca”, o diretor nos fornece algumas pistas sobre o número de exemplares impressos em cada edição, ao explicitar que essa organização poderia “dar a ‘A Manhã’ tiragens imediatas de 30 ou 40 mil exemplares só em relação ao Rio de Janeiro”. Ainda segundo tal correspondência, em tom de desacordo com a gestão dos recursos do jornal, ponderou que:

Quando aceitei a investidura, que ora desempenho, de diretor d’A Manhã”, fiz questão de frisar que não tinha outro intuito sinão o de servir o Presidente e os novos ideais do regime – e isso com a ardosa convicção que caracteriza as

minhas atitudes. Deixei, em S.Paulo, a função que desempenhava para atender a um convite que me foi uma surpresa, pois não concorri para recebê-lo. Aliás, aceitei esse convite com a mais alta satisfação. Medi, porém, todas as consequências da responsabilidade que assumia. Fiz ver que, si se tratasse de um jornal igual aos outros, não haveria razão para que ele fosse fundado. (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42)

Ao que parece, menos de um ano após a publicação da folha Cassiano Ricardo já havia se decepcionado com as condições reais de trabalho e que foram se agravando até 1945, momento em que o diretor, antes de se demitir, tentou intermediar uma negociação frustrada com “um grupo de eminentes figuras do nosso mundo econômico, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, dispostos a uma transação em termos altos” (RICARDO, 1970, p. 179). Antes disso, entretanto, não foram poucos os fragmentos deixados pelo poeta que nos possibilita a compreensão dos problemas enfrentados pela folha. Em 1945, quando estava prestes a sair da direção do periódico, Cassiano Ricardo endereçou a Andrade Queiroz uma carta que versava sobre seu possível afastamento da direção do jornal antes do momento em que “sobreveio a atual campanha política”, motivo que o impossibilitou de sair para não parecer um ato de deserção em hora de luta (RICARDO, *FCCR*, cx. 14, 5.6.45).²¹⁵

²¹⁵ Cassiano Ricardo já havia endereçado cartas a Queiroz. Em 28 de abril de 1944, Ricardo informou ao “ilustre amigo Dr. Andrade Queiroz” que o “‘A Manhã’ será, na próxima terça-feira, anexada a ‘A Noite’, para todos os efeitos. A sua administração será, então suprimida. A sua rotativa será remetida para S. Paulo. O produto da venda do edifício, que lhe pertencia, será aplicado – segundo informações que colhi – em outros objetivos das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Resolveu, enfim, o coronel Costa Neto despojar ‘A Manhã’ de tudo: do seu maquinário, do seu prédio e das suas condições de vida própria. Não contente com isso, ainda ontem me declarou, na presença de André Carrazzoni, que poderia fazer mais do que a simples anexação ‘visto que o Presidente o autorizou a fechar o jornal’. Como explicar esse fracasso, que me enche de amargura? Não será, meu caro dr. Andrade Queiroz, por deficiência do jornal e da sua direção. As cartas que recebo de todos os pontos do país provam que ‘A Manhã’ tem sido muito bem aceita. Do nosso Presidente ouvi, pessoalmente, a declaração de que ‘A Manhã’ é o jornal que melhor interpreta o seu pensamento, como órgão do regime. (RICARDO, *FCCR*, cx. 14, 28.4.44)

Por ser “solidário com o Presidente, menos pelo que pudesse valer o meu trabalho de jornalista do que pela significação moral de minha atitude, fiquei ao seu lado”. Todavia, as dificuldades enfrentadas pela publicação aumentaram, se alastrando por “todos os setores da Empresa a que ‘A Manhã’ pertence, e isto prova que não sou eu o responsável por elas. (...) Aliás, não tenho, nem nunca tive participação alguma em assuntos de gerência” já que “a função que exerço é puramente intelectual e não administrativa.” Cassiano Ricardo prosseguiu dizendo que,

Já não se trata, meu caro dr. Andrade Queiroz, de um jornal “pertencente ao governo” e cujas opiniões, como alegam os interessados em desprestigia-lo, não precisam ser lidas “por serem necessariamente a favor do governo”. Trata-se de um jornal a princípio vitorioso e agora mutilado, sacrificado em sua eficácia, vítima de uma administração cruel e incapaz. Sem autonomia administrativa, sem sede, sem oficinas, sem papel, sem ter recebido o saldo proveniente da venda do edifício (saldo esse prometido para a sua reorganização) desmoralizada pelo próprio Superintendente, que a todo momento ameaçava fecha-la, “A Manhã” não poderia resistir a tão dura prova, muito menos desempenhar o papel que lhe estaria reservado em face dos atuais acontecimento.

Nestas condições, estou convencido de que meu esforço é inútil, se o jornal que dirijo – e talvez, também por deficiência involuntária de minha direção – está longe de ter a autoridade, a independência, as condições de vida elementares de que necessita para uma campanha de tão séria envergadura. (RICARDO, *FCCR*, cx. 14, 5.6.45)

O poeta joseense fez questão de esclarecer que, se os problemas financeiros permeavam todas as empresas encampadas pelo Estado, não era sua culpa a má administração de *A Manhã*.²¹⁶ Além do mais, nem

²¹⁶ Em missivas, não foram raras as críticas ao gerente Pletz Espindola. Além do problema específico de “ter dado a ‘A Manhã’ gerentes absolutamente incapazes”, outros problemas de ordem administrativa também foram elencados por Cassiano Ricardo. Numerando-os, entende que o déficit que o jornal

exercia ele tarefas administrativas no periódico, se não a condução e gestão das matérias, sua distribuição, a relação com os colaboradores, além de “redator, revisor e – quando preciso – até [...] paginador” (RICARDO, cx. 14, 25.10.43). Talvez essa preocupação em esclarecer a sua relação com a empresa pode, em parte, decorrer dos boatos sobre um suposto desvio de recursos que Cassiano Ricardo estaria envolvido, como podemos aferir a partir de uma correspondência enviada ao superintendente. Segundo ele, graças a informações de amigos – “aos quais esse incrível documento foi enviado, ou exibido, clandestinamente, que as insinuações caluniosas, nele contidas, a meu respeito, consistiam em afirmar”:

- a) que eu recebia comissões sobre pagamentos feitos a “A Manhã” pelo DEIP, de S.Paulo;
- b) que tais pagamentos (quotas de auxílio) foram suspensos durante certo período (de 1º de janeiro de 43 a meados do mesmo ano) por influência minha junto ao dr. Motta Filho;
- c) que o srs. Menotti del Picchia e Oswaldo Mariano se haviam mancomunado comigo em tais expedientes e comissões. (RICARDO, *FCCR*, cx. 14, 15.4.44)

Cassiano Ricardo dedicou algumas laudas para se explicar ao coronel o que de fato teria ocorrido, anexando dados sobre as receitas do *A Manhã*. Segundo o diretor, o problema estava ao desconsiderarem o valor de 30% deduzido legitimamente em favor de Oswaldo Mariano, responsável pela sucursal do jornal *A Manhã* em São Paulo. Mariano era, segundo Cassiano Ricardo, um agente de publicidade que embolsava a porcentagem do repasse feito pelo DEIP de São Paulo, além de organizar o material a ser publicado.²¹⁷ A partir de julho de

apresentava era devido: “b) ter entregue a administração do jornal a um pessoal excessivo; c) ter mantido sem alugar, durante um ano (no mínimo) o edifício d’A Manhã”, o que representa um prejuízo de muitos e muitos milhares de cruzeiros; d) ter agora deliberadamente a anexação d’A Manhã a ‘A Noite’.” (RICARDO, *FCCR*, cx. 14, 28.4.44)

²¹⁷ Oswaldo Mariano, em correspondência encaminhada a Cassiano Ricardo, provavelmente a pedido deste para esclarecer a questão, assumiu que ficava com 30% do valor arrecadado com o DEIP-SP, sendo que utilizava dessa verba para cobrir os gastos da sucursal paulista da publicação, enquanto outros

1943, Oswaldo Mariano passou a receber salário da superintendência, sendo que, a partir de então, o valor da comissão não foi mais a ele repassado, como deveria ser. Interessante sublinhar que o DIP não repassava nenhuma quantia fixa ao *A Manhã*, como reclamado por Cassiano Ricardo em carta ao superintendente. Já o DEIP-SP financiava o jornal, normalmente, com a quantia de 20.000 cruzeiros por mês. Esse valor, ao que parece, era o pagamento pela publicidade feita ao estado de São Paulo no jornal, assim facilitada pela relação amistosa que Cassiano Ricardo nutria com Motta Filho, diretor do DEIP paulista, cargo que anteriormente foi ocupado pelo poeta de *Martim Cererê*.²¹⁸

Cabe ressaltar que, diferentemente de Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo armazenou em seu arquivo pessoal, hoje disponível aos pesquisadores na cidade de São José dos Campos, na Fundação Cultural Cassiano Ricardo, uma série de documentos sobre a organização administrativa do jornal oficial do Estado Novo. Além disso, embora buscasse perpassar uma imagem de literato acima dos envolvimento políticos ou atuações jornalísticas, em suas memórias abordou discussões que o relacionavam à tarefa de gestor de empreendimentos jornalísticos.

Já Menotti Del Picchia, que também possui uma documentação pessoal que pode ser acessada por pesquisadores em Itapira, na Casa Menotti Del Picchia, pouca menção fez sobre sua atuação à frente do *A Noite* no seu livro de memórias não publicado, que compreende os anos de 1930 a 1977, assim como pouco material sobre seu envolvimento com o Estado Novo está disponibilizado em seu acervo pessoal.

representantes recebiam 30% do repasse, mais 5% pelo recebimento e livre de despesas. Segundo Espindola, todavia, O DEIP repassava o valor de 5% diretamente ao recebedor (ESPINDOLA, cx. 14, 3.5.44). O capitão Pletz Espindola, assinando como gerente, enviou ao superintendente, cuja cópia foi encaminhada a Cassiano Ricardo, os valores recebidos pela publicação por intermédio de Oswaldo Mariano e Cassiano Ricardo (ESPINDOLA, cx. 14, 29.3.44). Em abril de 1943 o DEIP enviou à publicação a importância de 40.000 cruzeiros, valor do repasse mensal e para a publicação em rotogravura, material que não tenho qualquer informação sobre sua impressão.

²¹⁸ Em correspondência enviada por Cassiano Ricardo a Luis Vergara, o remetente busca esclarecer esse episódio que chegou até o presidente Vargas. Segundo a carta, Oswaldo Mariano foi designado para representar o *A Manhã* em São Paulo por indicação do diretor da publicação, recebendo a comissão de praxe, 20% ou 30% do que angariasse. Oswaldo Mariano também era o responsável por organizar todo o material para a publicação, conforme os interesses do governo de S. Paulo.

Provavelmente esse fato se deve à memória que Jacomo Mandato, antigo tutor do acervo, desejou forjar de Menotti Del Picchia ao selecionar os documentos a serem passíveis de consulta. Nota-se que tanto Mandato quanto as instituições que abriga seu acervo buscaram imortalizar o poeta de *Juca Mulato* como um dos principais articuladores do evento modernista de 1922.²¹⁹

As constantes lamentações de Cassiano Ricardo em suas memórias e as críticas à falta de recursos devido à administração precária e ao empreguismo, que resultaram na venda do edifício do jornal *A Manhã*, forçando a transferência do matutino para as dependências de *A Noite*, (RICARDO, 1970, p. 159) também podem ser analisadas a partir de relatórios e missivas trocadas com o superintendente.²²⁰ Enviando uma carta endereçada a Cassiano Ricardo

²¹⁹ Foge a esse esforço de pesquisa a análise das instituições responsáveis pela construção das memórias desses poetas, todavia, cabe uma breve ressalva, uma vez que, embora as duas instituições levem os nomes dos intelectuais em questão, há uma diferença significativa no que diz respeito ao caráter legal destas. A FCCR é uma instituição cultural destinada à pesquisa e à difusão artística e literária, com responsabilidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, criada por autorização legislativa e registrada por escritura pública, aos 12 de março de 1986 e que tem por objetivo o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino. Dentre diversas outras funções, a instituição é responsável pelo Arquivo Público do Município, que conta com cerca de 800 conjuntos documentais datados desde o século XVIII em diferentes suportes e que estão divididos em cinco acervos: Fundos administrativos, Fundos e coleções particulares, Biblioteca de referência, Acervo fotográfico e Cassiano Ricardo, que abriga os documentos pessoais do poeta. Já a Casa Menotti Del Picchia, situada no Parque Juca Mulato, em Itapira-SP, foi criada em março de 1987 através do Decreto nº 24/87 pelo prefeito David Moro Filho e tem por objetivo exclusivo ser um espaço de memória. A instituição, além de abrigar documentos pessoais de Menotti Del Picchia, também expõe objetos, livros, roupas, fotos, pinturas e esculturas do poeta.

²²⁰ Segundo missiva em 28 de abril de 1944 a Andrade Queiroz, Cassiano Ricardo explica ao destinatário que o edifício, adquirido em nome do jornal e para abrigar sua estrutura gráfica e administrativa, foi vendido por “25 milhões de cruzeiros e com um lucro de 9 milhões”. Era cobrado, como explica o diretor da publicação, um aluguel de 273.000 cruzeiros. Ao que parece, a dívida do *A Manhã* em abril de 1944 era cerca de 4 milhões de cruzeiros já que, como explica o remetente, “vendido o prédio, e pagas as dividas d’A Manhã”, o saldo respectivo – moral e juridicamente – nos devia ser entregue. ‘A Manhã’ passaria, então, de devedora a credora em cinco milhões de cruzeiros, em suas

em 11 de junho de 1941, ou seja, antes do lançamento do *A Manhã*, o jornalista, contista, romancista, dramaturgo e ativista do anarquismo, Afonso Schmidt, solicitou um “logar nesse jornal.” Sem pretender “postos nem grandes ordenados, apenas o que baste para iniciar modestamente a minha vida no Rio”, Schmidt, então funcionário do *O Estado de São Paulo* e membro da APL, antevendo a resposta de Cassiano Ricardo, adiantou-se na sua argumentação:

Você, naturalmente, vai objectar que não devo sair do “Estado”, onde trabalho ha muitos anos. E que no Rio a vida é cara. Ha trez anos que penso nisso. Quero, porem, explicar-lhe: Tenho um filho doente que não pode viver em São Paulo. Por isso, minha família mora em Santos. (...) Com o fim de nos reunirmos novamente, em Dezembro, quando os filhos terminarem o Ginasio e o serviço militar, seguirei para o Rio, de qualquer geito, com dinheiro ou sem dinheiro, com emprego ou sem emprego.

Em 1938 já tratei disso. O sr. Getulio Vargas nomeou-me inspetor do ensino secundario no Distrito Federal. Mas não obtive estabelecimento, nem o serviço me convem.

Como vê, é um velho desejo, uma resolução inabalável. Não receie colaborar no que em outro poderia ser falta de juízo. No meu caso é uma justa aspiração. Venho, pois, invocar a sua bondade na esperança de que, com o seu apoio, a minha resolução seja menos aventureira do que deverá ser. (SCHMIDT, *FCCR*, cx. 2, 11.6.42)

relações com a superintendência. No entanto, que fez o coronel? Decretou a falência do jornal.” (RICARDO, cx. 14, 28.4.44) Mucio Leão, por sua vez, ao se despedir da direção de *Autores e Livros*, fez uma ressalva para um possível retorno ao *A Manhã*: “fique ‘A Manhã’ separada de ‘A Noite’ – com a sua oficina própria, a sua gerencia própria, o patrimônio material a que ela tem direito, a independência diante do governo a que ela tem tambem direito – e eu voltarei a ser aquilo que com tanta alegria me proclamo agora: o companheiro mais fiel, mais constante, que você teve durante toda essa longa fase em que trabalhamos juntos, no jornal que fundamos juntos.” (LEÃO, *FCCR*, cx. 2, 17.3.45)

Em meados de julho de 1941, ao que parece, a notícia do lançamento do novo periódico circulava, mesmo que a correspondência que confiava a direção do jornal tivesse sido formalizada apenas em 24 de maio de 1941, cerca de três semanas antes de ter recebido a carta de Schmidt e menos de três meses antes do surgimento do *A Manhã*.²²¹ A carta assinada pelo Coronel Costa Neto que versava sobre o lançamento do jornal, assim chegou às mãos do poeta:

Esta Superintendência vai lançar, brevemente, dentro do grupo de empresas cuja administração lhe está confiada, um nôvo e grande jornal A Manhã-pois é êsse o nome do futuro matutino-destinado a exercer relevante função na vida do país e do regime. Precisamente por esse motivo, solicitei ao Ex.mo Sr. Presidente da República que escolhesse, entre nomes ilustres do jornalismo brasileiro, o diretor do nôvo órgão. Do Presidente Getúlio Vargas recebi então a incumbência de convidar o eminente patrício para dirigir A Manhã. É esse convite que ora lhe transmito, desobrigando-me assim, e com muito prazer, da missão que me foi dada. É meu propósito acelerar os preparativos do aparecimento do nôvo matutino. Por isso mesmo, permita que lhe lembre a conveniência de sua vinda ao Rio, a fim de acertarmos as medidas necessárias e também para que o digno patrício tenha a oportunidade de responder a honrosa indicação do chefe da Nação. Esperando cumprimentá-lo nestes próximos dias, subscrevo-me com melhor apreço, seu patrício muito atento. Etc. (NETO *apud* RICARDO, 1970, p. 156)

Escolhido a dedo pelo presidente, Cassiano Ricardo, que em maio já havia publicado na *Cultura Política* um culto ao regime autoritário, não titubeou em aceitar o convite que reservava a ele um papel chave na propaganda política estadonovista. Assim como o jornal *A Manhã* buscou perpassar uma imagem aos seus leitores da inexistência de conflitos sociais graças às fecundas intervenções de Vargas, a

²²¹ A partir de 1942, Afonso Schmidt passou a colaborar com a sucursal paulista do jornal *A Noite*.

publicação também zelou por evitar exprimir as querelas internas, criando uma aparente harmonia que encortinava as dificuldades de relacionamento.²²² Cassiano Ricardo transitava entre a superintendência, a gerência e os colaboradores da publicação e buscou mediar os conflitos, além de exigir mais recursos da administração:

Não tive duvida em chamar a sua atenção para os gastos que a empresa teria de enfrentar, nos primeiros meses, ou mesmo no primeiro ano, dado o caráter do novo matutino, que seria doutrinário e precisaria de se apresentar, para isso, com o prestígio indispensável – material e intelectualmente falando. Ouvi, do meu caro amigo e Superintendente, a declaração de que todas essas providencias estavam tomadas para que tal objetivo fosse atingido. A Empresa dispunha de recursos e o seu intuito principal era dar ao Presidente e ao Regime o jornal de doutrina de que o país estava carecendo. (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42)

A partir da leitura dessa missiva, ficam claras as dificuldades que Cassiano Ricardo enfrentava para gerir a publicação, mas, para ele, a recompensa estava na afirmação de que “o nosso grande Presidente considera ‘A Manhã’ o órgão oficial do seu pensamento político.” (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42) Se é a partir das correspondências e relatórios que podemos compreender as complexas relações que configuraram na redação do jornal, assim como os episódios dos bastidores e os conflitos existentes, é a partir do suplemento literário do *A Manhã*, dirigido por Múcio Leão e intitulado de *Autores e Livros*, que podemos expandir nossa ideia sobre a política oficial do Estado Novo em relação aos intelectuais, relacionando-as com as expectativas de Cassiano Ricardo, uma vez que a publicação em questão era fruto de um projeto mais amplo, como fica claro ao lermos em seu editorial: “aqui estamos a postos, todos os companheiros que Cassiano Ricardo

²²² É principalmente a partir de missivas trocadas entre o capitão Pletz Espíndola, gerente do *A Manhã*, o general Luis Carlos da Costa Neto, superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, e Cassiano Ricardo, diretor da publicação, que é possível visualizarmos as discordâncias em relação aos rumos da publicação.

convocou para a sugestiva jornada de A MANHÃ.” (AL, 10.8.41, p. 1, c.1)

O programa da publicação extracorpo ao jornal, ao assumir essa “aventura” e criticar os demais suplementos publicados no Brasil por serem antiliterários, guiou-se pela ideia de atuar no debate público, intervindo no debate social para ter uma “função de utilidade, que ninguém poderá contestar: a de ser, tanto quanto possível, um órgão de coordenação da inteligência literária do nosso país”. Para que tal objetivo fosse alcançado, assumia buscar uma “ausência total de partidatismo literário”, de modo a acolher representante de todas as correntes, antigas e modernas, revolucionários e conservadores, além de publicar no suplemento a literatura produzida em todo Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul (AL, 10.8.41, p. 1, c.1). Ou seja, o suplemento assumia-se desejoso de refletir o que era a cultura e a produção literária brasileira.

Cabe assinalarmos que, embora fizesse parte de um projeto político e de uma empreitada governamental, era, em *Autores e Livros*, possível de se distanciar de discussões políticas, adentrando em aspectos relacionados à arena cultural e intelectual. Já o jornal que o abrigava possuía um cunho politicamente engajado a serviço do regime, embora encontremos artigos que discutiam temas como a valorização da cultura, da literatura, das artes e do folclore nacional. Entretanto, mesmo sem defender explicitamente o regime autoritário, ao assinar os artigos para a publicação, esses intelectuais não deixavam de contribuir com a própria legitimação do governo autoritário que supostamente angariava articulistas de diversas correntes, contemplando uma heterogeneidade de vozes, mesmo que dessas vozes, todos os ruídos fossem suprimidos em nome da harmonia social.²²³

²²³ Como aponta Angela de Castro Gomes, *Autores e Livros* se afirmou como uma referência significativa para a cultura brasileira nos anos 1940 (GOMES, 1996). Luiza Franco Moreira nos garantiu, em *Meninos, Poetas & Heróis*, que alguns intelectuais do período asseguraram a ela que não liam *A Manhã* porque era um jornal de propaganda, mas liam *Autores e Livros*. Segundo a autora, nas palavras de Moacyr Werneck de Castro: “Todo mundo lia...”; Antonio Candido, por sua vez, doou-lhe números do suplemento que estavam em sua biblioteca desde a década de 1940 e que continha informações acerca de escritores brasileiros pouco conhecidos. Os dois nomes são significativos, naturalmente, porque ambos participaram da oposição a Vargas, mesmo que de maneiras diversas (MOREIRA, 2001, p. 139). Isso ajuda a explicar o porquê do suplemento, que era “parte integrante da edição de domingo de ‘A Manhã’, e como tal não pode ser vendido avulso” poderia, devido ao “enorme interesse

Cabe ressaltar que os projetos editoriais oficiais do regime não comportavam somente intelectuais identificados com o projeto político do Estado Novo. Ao contrário, muitos críticos do regime foram chamados a colaborar com as publicações, seja por suas sociabilidades com os diretores ou por discutirem temas que não envolvesse o campo político, mas que se conectavam de alguma forma com os interesses do governo. Todavia, cabe questionarmos o que aproximava tais intelectuais que defendiam projetos políticos tão distintos? Quais os elementos que possibilitaram que Graciliano Ramos e Oliveira Viana colaborassem com a revista *Cultura Política* ou que Vinicius de Moraes publicasse no jornal porta-voz do Estado Novo e Carlos Drummond de Andrade em seu suplemento literário?

Múcio Leão, intelectual à frente do suplemento *Autores e Livros*, também homenageou os mais conhecidos escritores brasileiros dos anos 1940, mesmo que estes não tivessem a simpatia de setores governistas, como o liberal Rui Barbosa, por exemplo. Já Cassiano Ricardo afirmou que no corpo de colaboradores de *A Manhã* estavam representadas “tendências diversas do pensamento brasileiro” (RICARDO, 9.8.1942, p. 4) e em suas memórias lembrou que, “literatura não tinha nada a ver com Estado Novo, do qual *A Manhã* era órgão oficial” (RICARDO, 1970, p. 157). Um episódio que nos possibilita compreender essa relativa autonomia do campo literário frente ao órgão oficial de propaganda política do Estado Novo é a longa carta, composta por 16 laudas, em que Múcio Leão enviou a Cassiano Ricardo, onde recorda com gratidão que o diretor do jornal nunca havia pedido “nada que interessasse à orientação política de *A Manhã*” (RICARDO, 1970, p. 171), assunto esse que “nestes quase trinta anos que já tenho de vida de jornal, nunca, jamais, me meti.” (LEÃO, *FCCR*, cx. 2, 17.3.45)

Conclui-se, dessa questão, que embora o regime prezasse por uma literatura engajada, a seleção do nome de Múcio Leão para a direção do periódico já ampliaria os horizontes da publicação para a veiculação de autores e obras não relacionados ao ideário do regime que representava, tanto na forma como no conteúdo compreendido pelo regime como a literatura mais adequada aos interesses da nação. Além disso, por se tratar de uma publicação que anunciava divulgar a melhor arte literária nacional, não era viável a exclusão de alguns nomes, como, por exemplo, o de Rui Barbosa, embora fossem publicados diversos

que o anúncio do seu aparecimento tem despertado em todos os meios cultos do Brasil”, julgou-se “acertado aceitar assinaturas a preços módicos, especialmente destinadas a **AUTORES E LIVROS**” (*grifos no original. AL*, 10.8.41, p. 1)

artigos no *A Manhã* criticando a postura liberal e internacionalista do intelectual baiano. Trabalhando em duas frentes, a de se aproximar de um público elitizado e mais escolarizado e da divulgação de um saber a um público mais amplo, uma vez que os compêndios de literatura em formato livresco eram caros, reservado às elites letradas e pouco acessíveis aos universos populares, esse suplemento circulou até meados de 1945 e voltou com vigor em 1948, nesse momento independente do jornal.

Foi a postura aberta à diversidade e relativamente distanciada da política, desde que essa posição não conflitasse diretamente com os interesses do regime, que possibilitou a participação de intelectuais como Manuel Bandeira, colaborador assíduo, tendo inclusive dirigido o suplemento panamericano por um breve período (NEVES, 2013), e Carlos Drummond de Andrade como escritor regular na publicação, ao menos nos dois primeiros anos. Segundo Moreira, em uma cronologia da vida e obra do último, elaborada bem mais tarde, já nos anos 80, anotou o intelectual, que era simpatizante dos postulados de esquerda embora, em 1941, havia colaborado com o suplemento literário de *A Manhã*, mas esclarecendo que para o jornal nunca havia contribuído. Ainda segundo Moreira, um pouco de atenção à maneira como se publica em *Autores e Livros* o trabalho de Drummond nos possibilita visualizarmos quanto a política repressiva do Estado Novo afetou e distorceu a vida literária. (MOREIRA, 2001)²²⁴

Refletindo sobre o primeiro aniversário do periódico, Cassiano Ricardo buscou voltar um olhar para fazer um balanço das suas atividades. Em sua animada reflexão, o diretor explica publicamente o que a folha havia realizado até então: um extraordinário esforço de

²²⁴ Além desses, Cecília Meireles e Vinicius de Moraes, publicaram também no *A Manhã*, sendo que para a poetiza havia um projeto para a direção de outro suplemento, *A Manhãzinha*, dedicado às crianças, que nunca saiu do papel. A relação de Cassiano Ricardo e Cecília Meireles nos remete a um episódio de um concurso literário ocorrido em 1939, na Academia Brasileira de Letras e que foi abordado por Bueno e Ermakoff (BUENO; ERMAKOFF, 2005). Já em relação a Vinicius de Moraes, crítico de cinema do jornal, Cassiano Ricardo narrou em memórias seu atrito com o superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, o coronel Costa Neto, que custou sua demissão depois de uma querela em que o especialista em produções cinematográficas foi orientado a minimizar suas críticas aos maus filmes: ao ser descontado os dias que não escreveu suas críticas, sobrando-lhe uma migalha de salário, deixou-as em um envelope dirigido ao coronel, com este subscrito: “Ao coronel, para comprar bombons”. (RICARDO, 1970, p. 159).

constância, de fidelidade ao pensamento central, que o vem norteando desde o seu início. Elencando as principais colunas fixas do periódico e os suplementos do jornal, considerou que as colaborações, situadas normalmente na quarta página do jornal, oferecem ao leitor a “cada dia dois, três e as vezes quatro artigos, assinados por personalidades das mais eminentes da nossas letras e do nosso periodismo de hoje.” É a partir dessa organização que o jornal tem alcançado um verdadeiro sucesso, já que quem lê “esta folha sabe que a sua colaboração se caracteriza pela seleção do que melhor possui, nos dias de hoje, a inteligência e a cultura brasileira.” (AM, 9.8.42, p. 17, c. 1-2)

Em relação ao suplemento panamericano, Cassiano Ricardo assumiu que ele se constituiu em uma das grandes iniciativas e uma das inovações principais de *A Manhã*. Confiado a Ribeiro Couto, desde sua criação, o suplemento era um autêntico sucesso, transpondo seu prestígio as fronteiras do Brasil.²²⁵ *Autores e Livros*, por sua vez, dedicando cada um dos seus números a um escritor já falecido, construía uma história da literatura brasileira, em novos e amplíssimos moldes. Dessa forma, projetando o futuro do periódico, o editorial silenciou sobre os problemas financeiros expostos por Cassiano Ricardo em correspondências pessoais e expôs com ufanismo seu ideal salvacionista de prestar ao público brasileiro os serviços culturais para a construção de uma identidade brasileira.²²⁶

²²⁵ Segundo o editorial de comemoração, era fácil sentir, pela correspondência que repetidamente nos chega dos Estados Unidos e das capitais sulamericanas, a grande penetração que ele vem tendo em todo o continente e o incontestável prestígio que vem trazendo, nelas, para o espírito brasileiro. O suplemento literário também foi compreendido como uma das grandes realizações do *A Manhã*. (AM, 9.8.42, p. 17, c. 2)

²²⁶ Além do balanço dessa edição de um ano, publicou-se também, em 9 de agosto de 1942, uma série de artigos, assinados por alguns colaboradores da publicação e que versava sobre as áreas de estudo desses intelectuais, como *Reflexões sobre a História do Brasil*, de Afonso Arinos de Melo Franco; *Nota sobre a evolução religiosa no Brasil*, de Tristão de Athayde; *As artes plásticas no Brasil*, de Manuel Bandeira; *O Brasil, sua democracia e os problemas da cooperação intelectual*, Ribeiro Couto; *O Brasil e a Raça*, de Roquette Pinto; *Roteiro de duas gerações*, de Mucio Leão; *Esquematização da História Militar no Brasil*, Gustavo Barroso; *Quinze variações sobre a música brasileira*, de Renato de Almeida; *Ruy Barbosa, esse desconhecido...*, Motta Filho; “*Significação da agricultura na evolução brasileira*”, Apolonio Sales, Ministro da Agricultura e, por fim, *A propósito da política do Brasil na América*, de Gilberto Freyre.

Já em relação à comemoração de dois anos de vida da publicação, em editorial também não assinado, mas provavelmente de Cassiano Ricardo, explica-se que não foram poupados esforços para conseguir que se alcançasse todos os objetivos iniciais do periódico, que em pouco tempo já muito realizou para o Brasil devido à capacidade de trabalho e a dedicação de uma equipe de escritores, jornalistas e técnicos que tem dado a sua decisiva cooperação. Politicamente, o programa assumia ter sido de defesa do panamericanismo, de combate ao nazismo, ao fascismo, ao quinta-colunismo e aos seus agentes e de defesa intransigente das novas ideias do Brasil, consubstanciados na Carta Constitucional de 10 de Novembro. Dentro dessa orientação, o presidente Getúlio Vargas luminosamente traçou para todo o nosso povo um projeto nacionalista no qual a publicação estava empenhada em uma grande campanha e cuja repercussão positiva, em todos os cantos do país, encorajava os envolvidos.

De modo a contribuir para a união dos brasileiros, numa hora em que inimigos ferozes atacavam traiçoeiramente o Brasil, fixou-se uma adesão necessária e vital para a atividade doutrinária, esquecendo rixas do passado e defendendo um ideal de brasilidade, já que era imperativo que os brasileiros fossem inflexíveis no ataque aos que se deixaram contaminar por ideologias exóticas, incompatíveis com a índole e formação do povo brasileiro, e dessa forma se puseram a serviço do anti-Brasil e do anti-Estado. No plano cultural, segundo o editorial, procurou-se – dentro dos recursos da época – restaurar uma linha que identificava, no passado, o jornalismo e a cultura. Assim, reuniram-se, dentro das páginas desta folha o nome de sociólogos, de críticos, de romancistas e de pensadores políticos de grande significação nacional, defendendo a civilização americana, em seus valores mais representativos, e a intensificação da unidade espiritual brasileira no espaço e no tempo através dos suplementos do periódico.²²⁷

²²⁷ Já no quinto aniversário, em agosto de 1945, momento em que o diretor da publicação era Heitor Moniz, foi assumido que o jornal surgiu para servir ao povo com um programa de ação política, cultural e cívica, que tem sido rigorosamente cumprido. Trabalhado com idealismo, discutia-se assuntos com seriedade, com sinceridade e sem preocupações particularistas, onde o interesse do povo e a grandeza da pátria guiava o trabalho a ser realizado. Moniz homenageou as pessoas que muito merecem pelo que fizeram pelo jornal *A Manhã*, como o Coronel Luiz Carlos da Costa Neto e Cassiano Ricardo - o primeiro, desde que assumiu a direção da Empresa A Noite, teve a ideia de que essa organização jornalística, cujo prestígio avulta cada vez mais, editasse

Experiente periodista, Cassiano Ricardo enviou ao general Costa Neto um ofício, cuja cópia depositada no acervo da Fundação Cultural Cassiano Ricardo nos ajuda a esclarecer alguns pontos sobre o jornal a partir dos seus conflitos, principalmente no que diz respeito a seu financiamento. A partir da seção intitulada *O papel da gerência, no caso das edições especiais*, Cassiano Ricardo escreve que, “o papel da gerência é valer-se das edições especiais [...] para recolher anúncios em conexão com a matéria.”²²⁸ Já em *As providências que julgo aconselháveis*, o poeta explicou que, embora nada tenha a ver com os assuntos estritamente administrativos, quase todos eles estavam em relação direta com as atividades da direção e por isso pediu a colaboração do superintendente, solicitando algumas providências que lhe pareciam urgentes, necessárias e, por consequência, dignas de estudo. Além disso, o diretor da publicação sugeriu que, no mais breve prazo possível seja lançado um suplemento quinzenal em rotogravura, colocando o *A Manhã* entre os maiores jornais do continente.²²⁹

também um matutino. Um jornal sério para debater ideias e problemas e que, pela sua circulação e pela superioridade de seus objetivos, se impusesse à opinião esclarecida do país. A escolha do diretor do novo jornal, por sua vez, foi estudada cuidadosamente. As preferências recaíram em um nome que honra a inteligência brasileira pelo fulgor de seu espírito, pela sua cultura primorosa e pela sua inatacável probidade. Cassiano Ricardo desempenhou, até há pouco tempo, as funções com o brilho que todos sabem e deixou o *A Manhã* quando o jornal já estava firmado e vitorioso. (AM, 9.8.45, p. 4, c. 1-2)

²²⁸ Perguntando ao coronel se “não lhe parece, meu caro coronel Costa Netto, que já era tempo de termos alguns anúncios de firmas norte-americanas, uma vez que, desinteressadamente, no terreno da cultura, o jornal tem demonstrado tão ardente interesse pelos Estados Unidos?” Posteriormente, amenizando, possivelmente por não pretender parecer imperativo, explica que “com este exemplo, não quero dizer que a direção pretenda o pagamento ou qualquer recompensa de ordem material; quero dizer apenas que, na atmosfera preparada com pureza de idéias pela direção, uma gerência dinâmica, empreendedora e ousada pode tirar excelente partido das espontâneas atitudes do jornal.” (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42) Segundo o documento, as edições especiais eram 19 de abril, aniversário de Getúlio Vargas; aniversário do jornal, 9 de agosto e 10 de novembro, aniversário do Estado Novo. Além disso, essas proposições estendiam-se também sobre os suplementos literários, um dedicado a homenagear as grandes figuras do país e outro à política panamericana. (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42)

²²⁹ Como argumento, Cassiano Ricardo explicou que nenhum vespertino, nem no Brasil nem no continente, tem suplementos em rotogravuras e, dessa forma, se *A Noite* em boa hora confiada à sábia direção do nosso André Carrazzoni,

Em relação ao financiamento, o diretor exigiu a “efetivação de um auxílio do Dip, a exemplo do que é dado a outros jornais, alguns talvez menos merecedores” e sobre a materialidade, exigiu: a fixação, pela direção do jornal e não pela gerência, do número de páginas de cada edição diária. Sobre a organização do corpo de jornalismo, o poeta propôs a designação de um correspondente que seja jornalista profissional em cada uma das quatro ou cinco principais zonas econômicas e sociais do país, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Nordeste e Pará, a exemplo do que já faziam em S. Paulo e assim, ao invés de preocupar-se demasiado com assuntos estrangeiros, como é norma dos grandes matutinos do Rio, *A Manhã* teria por programa dar aos assuntos nacionais o maior carinho, cujas duas reportagens diárias na terceira página do periódico já comprovam essa possibilidade. Com essa logística, os correspondentes regionais completariam esse elevado programa e auxiliariam a penetração da folha em todo o território do país. (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42)

Cassiano Ricardo também cobrou, nessa oportunidade, uma oficina de clichês no edifício do jornal já que dependiam, a tal respeito, da oficina de *A Noite*, localizada em outro ponto da cidade e que não estaria dando conta da demanda. Sobre a situação financeira do periódico, o diretor exigiu uma atitude mais reservada da parte de todos os interessados já que pessoas interessadas em abalar o crédito da empresa tem se servido de informações colhidas de dentro da empresa.

tem a regalia de tal projeção técnica e jornalística a partir do *A Noite Ilustrada*, por que não reclamar o mesmo para *A Manhã* que é o matutino dedicado pela Empresa A Noite a fixar mais detidamente os aspectos culturais da vida brasileira? É possível analisarmos os conflitos internos na Empresa A Noite a partir da descrição de Cassiano Ricardo que lamenta que estariam sendo tomadas medidas para obstar a concorrência, segundo informação que lhe foi prestada pela nossa secção de distribuição, já que os distribuidores do jornal *A Noite dominical* procuravam excluir *A Manhã* dos seus postos de venda, como se os dois jornais não pertencessem a mesma Empresa. Além disso, o diretor propõe a “Organização de um pequeno corpo de funcionários d’*A Manhã*” em S. Paulo, em separado dos funcionários d’*A Noite*”, EMBORA INSTALADOS AMBOS NA MESMA SUCURSAL DA EMPRESA, porquanto a pratica tem demonstrado que, sendo ali os mesmos funcionários de ambos os jornais, eles optam pelo serviço mais fácil, que é o d’*A Noite*”, com abandono dos interesses d’*A Manhã*”. Além disso, os anunciantes que dão matérias para “*A Noite*” esquivam-se de fazê-los para “*A Manhã*”, supondo que a empresa já foi satisfeita nos seus interesses.” (*Grifos no original*. RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42)

Acreditando que, tomadas essas providências os problemas da folha se resolveriam, Cassiano Ricardo reconheceu que nada existia de mais desagradável do que uma situação deficitária, por melhores que sejam as esperanças de um próximo equilíbrio.²³⁰

Explicando que nunca teve, nem era esse o seu papel, intervenção de espécie alguma nos assuntos da gerência, cujas questões eram tratadas diretamente com a superintendência, já que dele não partiu sequer a indicação de um só nome para a seção administrativa do jornal, Cassiano Ricardo implorou para que não se tomasse nenhuma atitude que pudesse prejudicar o jornal em seu feitio gráfico, em seu número de páginas, em seu rendimento técnico, em seus suplementos, em sua colaboração, em sua substância material e intelectual (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42).

Em 1945, período em que se decretava o fim do Estado Novo, *A Manhã* anunciou que entraria numa nova fase. O editorial, assinado pelo novo diretor da publicação, Heitor Muniz, colaborador da sucursal paulista de *A Noite*, anunciou como o candidato das forças populares e democráticas o General Eurico Dutra e definiu o dever maior que se impunha à consciência dos jornalistas: servir ao povo.²³¹ Segundo

²³⁰ Em diversas oportunidades Cassiano Ricardo produziu relatórios com sugestões administrativas para solucionar os problemas financeiros do jornal que dirigia, já que estava acumulando um déficit mensal de duzentos mil cruzeiros. Definindo como insustentável a situação da folha após ter sido privada de sua própria sede, o diretor propôs alguns ajustes e algumas novidades. Segundo ele, como “órgão da nova Política do Brasil, não poderá o nosso jornal, a meu ver, competir com os demais, na campanha que se aproxima, sem que esteja aparelhado para isso [em um] momento em que o nosso Presidente precisa do jornal, mais do que qualquer outra ocasião.” Além de propor que se instale condignamente, Cassiano Ricardo defendeu a necessidade da folha contar com economia própria e usufruir do dinheiro da venda da sede; “ficar com a máquina que pertenceu a ‘A Nação’, mesmo sob forma de arrendamento, não só porque essa máquina está parada (dando prejuízo, portanto) como também porque um jornal da categoria d’A Manhã merece ter oficina própria. Merece e precisa. A sua edição de domingo, por exemplo, não poderá ser feita simultaneamente com a edição dominical e matutina de ‘A Noite’ – por motivos técnicos e outros. (...) Com a experiência já adquirida e com o restabelecimento do seu prestígio, ‘A Manhã’ estará, então, em condições de enfrentar a situação nova, que não deve tardar. (RICARDO, cx. 14, s.d.)

²³¹ O general foi descrito como um homem de bem, correto e grande patriota, cuja capacidade de administrador revelou-se em circunstâncias excepcionais dirigindo a pasta da Guerra num dos períodos mais difíceis da história

Moniz, a maioria das forças eleitorais, em todos os estados e no Distrito Federal, estava ao lado do candidato do Partido Social Democrático e seu programa de governo era um grande projeto onde os homens públicos de maior responsabilidade apoiavam e mostravam que o futuro Presidente da República teria ao seu lado uma equipe capaz de ajudá-lo a enfrentar a solução dos problemas nacionais. Sendo assim, os destinos da nação não poderiam estar à mercê de uma minoria facciosa, demagógica, ávida de posições, sem idealismo e sem sinceridade e a campanha presidencial deveria prosseguir democraticamente, com as liberdades asseguradas à livre manifestação de todas as opiniões em eleições que se realizaram em 2 de dezembro de 1945.²³² A publicação circulou até 1953, em meio as conturbações e instabilidades proporcionadas pelas incertezas sobre o futuro da uma publicação estatal no regime democrático, que segundo Gaspar Dutra não serviria para nada após o fim do Estado Novo, conforme Decreto-lei n. 8.313, de 7 de dezembro de 1945.

brasileira. Coube a ele, além disso, reorganizar o Exército, fortalecer as forças armadas como baluartes de defesa da República, fazendo o necessário para identificar o Exército com o povo e com todas as classes da nação. Por fim, sua integridade, sua honradez, seu bom senso, o equilíbrio de suas atitudes impuseram-no definitivamente ao respeito do país.

²³² Segundo o novo diretor, “A MANHÃ entra hoje em uma nova fase. Fundada há cinco anos, conquistou rapidamente no seio do público uma situação que sobremodo nos desvanece. Surgindo numa época de grandes acontecimentos, procuramos sempre servir ao povo com honestidade e consciência profissional, dando-lhe a mais ampla informação de todos os fatos e fazendo os nossos comentários com independência e espírito de justiça. Agora, passada a guerra na Europa, as preocupações são principalmente de ordem nacional. Chegou a hora de serem completados os nossos órgãos constitucionais. O governo, vindo ao encontro da nação, tomou espontaneamente a iniciativa dos atos que se vinham tornando necessários para o mais largo e livre pronunciamento da soberania popular. Restabelecer a liberdade que se achava sob restrições. Autorizou a abertura de partidos políticos. Reatou relações com a Rússia. Concedeu anistia. Promulgou uma lei eleitoral em que a justiça tem sempre a última palavra e em que as possibilidades de burla e da fraude foram severamente eliminadas. O problema fundamental que era se apresenta (sic) ao govêrno, às fôrças armadas e ao povo é a manutenção da ordem pública, a preservação da tranqüilidade nacional, o respeito à autoridade legalmente constituída para que as eleições possam realizar-se a 2 de dezembro e o país escolher livremente os mandatários de sua soberania. As crises políticas decidem-se nas urnas. É o povo o juiz supremo e o que a maioria resolve pelo voto é aquilo que dever ser acatado.” (AM, 3.7.45, p. 1, c. 1)

3.3.2 *A Noite* e sua sucursal paulista

O vespertino diário carioca *A Noite*, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957 também serviu, durante o período correspondente ao Estado Novo, aos interesses do regime autoritário e fez parte, a partir de 1940, das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.²³³ Fundado por Irineu Marinho, tal empreendimento editorial nasceu como oposicionista ao recém constituído governo do marechal Hermes da Fonseca. O jornal *A Noite*, no início da década de 1910, tinha sua edição diária prevista para as dezoito horas e era defensor do civilista Rui Barbosa. As duras críticas e denúncias endereçadas ao governo do marechal custou ao periódico sua suspensão e a prisão de seus diretores.

A segunda fase do periódico foi delimitada entre os anos de 1925 e 1931, momento em que o novo proprietário Geraldo Rocha rompeu com a linha editorial proposta por Irineu Marinho. Foi nesse período que a publicação passou da oposição ao mais irrestrito apoio às oligarquias dominantes. Sob a direção de Diniz Júnior foi iniciada a construção de uma nova sede, um edifício de 23 andares na praça Mauá, zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, para o qual foi transferida a redação em 1929, período que, graças a aquisição de novas máquinas e linotipos, o aspecto gráfico do jornal mudou. Além disso, em setembro de 1930 foi lançada a revista *A Noite Ilustrada*, semanário impresso em rotogravura e que continuou circulando no período correspondente ao Estado Novo.

Se na década de 1920 a publicação havia apoiado a candidatura e o governo de Washington Luís irrestritamente, ao se iniciar a campanha sucessória para o período 1930 e 1934, *A Noite* procurou manter uma posição de neutralidade frente às articulações de Júlio Prestes, indicado por Washington Luís e o candidato da oposição, Getúlio Vargas, apoiado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que, unidos, constituíram a Aliança Liberal. Com o retorno de Geraldo Rocha da Europa, alterou-se a situação e *A Noite* se lançou em uma campanha violenta em favor de Júlio Prestes, campanha essa que se prolongou mesmo após sua vitória nas eleições, consideradas fraudulentas pela oposição. Essa, por sua vez, deu início aos preparativos para a revolução, que também passou a ser combatida por Geraldo Rocha.

²³³ A publicação foi dividida em quatro fases por Marieta de Moraes Ferreira, sendo a quarta correspondente aos anos de 1940 e 1957.

Essa campanha despertou o ódio dos revolucionários, que após a vitória do movimento empastelaram o jornal e prenderam seu proprietário, além de incendiarem e depredarem a redação do vespertino, o que impossibilitou a circulação da publicação por alguns dias. *A Noite* voltou a ser impressa sob a direção de Augusto Lima, em 4 de novembro, que, ao lado da antiga equipe, iniciou os preparativos para o relançamento do jornal, apesar das dificuldades que vieram a se somar aos danos sofridos pelo ataque a sua redação, como as dívidas antigas acumuladas referentes à construção do prédio e à compra do equipamento gráfico novo. Além disso, o desgaste político resultante do apoio às oligarquias depostas por Vargas em 1930 também pesava contra o *A Noite*.

Geraldo Rocha, sem ter como saldar os compromissos financeiros com o grupo do empresário norte-americano Percival Farquhar no momento em que foi informado sobre existência de irregularidades na sua gestão, foi obrigado a assinar uma escritura de confissão de dívida e, sem ter como saldá-la, o diretor da publicação empenhou em garantia todos os seus bens, perdendo a totalidade das suas ações do jornal. Dessa forma, a propriedade do jornal foi passada para um grupo estrangeiro, representado no Brasil pelo seu presidente Guilherme Guinle que, preocupado em recuperar o vespertino, escolheu para diretor o jornalista Carvalho Neto, que já pertencia ao quadro da casa, entrando assim na terceira fase do jornal que se estendeu até 1940. Nesse período, *A Noite* iniciou uma fase de recuperação e de expansão, adotando uma linha política comedida e afastada de campanhas de agressões pessoais, o jornal começou a dar mostras de revitalização, equilibrando-se totalmente até o final da década de 1930.

A Noite Ilustrada ganhou novo alento e se expandiu e, por iniciativa de Vasco Lima, duas outras revistas foram criadas: *Carioca*, dedicada ao teatro, ao cinema e ao rádio, com ilustrações abundantes e textos sugestivos, alcançando uma tiragem de mais de 150 mil exemplares semanais e *Vamos Lêr!*, voltada mais para a literatura do que para o jornalismo, embora não tenha obtido um sucesso tão grande e tão rápido, teve também boa aceitação mercadológica. Foi durante essa fase, mais precisamente no ano de 1936, que *A Noite* inaugurou uma emissora de radiodifusão, a *Rádio Nacional*, destinada a complementar as tarefas informativas do jornal. Todavia, apesar do progresso material do periódico nesse período, havia o temor de um ato de encampação ou de desapropriação do jornal por parte do governo, que se justificava na medida em que desde 1930 a empresa se encontrava sob controle governamental. Ocupada pelos revolucionários em 1930 por razões

estratégicas, a ferrovia do grupo se manteve incorporada ao governo, sem nunca ter sua situação regularizada.

O temor se concretizou em 8 de março de 1940, quando o Decreto-Lei nº 2.073 legalizou a ocupação pelo governo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e de todas as empresas a ela filiadas, incluindo *A Noite* e a *Rádio Nacional*, integrando-os ao patrimônio da União. O jornal viveria sua última fase em crise permanente ao passar a fazer parte das Empresas Incorporadas do Patrimônio da União, cuja administração da empresa estava a cargo do superintendente do órgão, coronel Luís Carlos da Costa Neto. Segundo consta, o militar não aparecia no expediente e, a partir de 13 de março de 1940, o jornal foi dirigido por José Eduardo de Macedo Soares, tendo Cipriano Lage como redator-chefe.

Posteriormente a direção foi passada para as mãos de André Carrazzoni, velho amigo de Cassiano Ricardo e, apesar do respaldo do governo, esse estágio do *A Noite* foi marcado pelas dificuldades administrativas centradas em dois principais problemas: o empreguismo e o desperdício de recursos. Além de ter seu custo elevado e sua receita diminuída, o jornal viu-se tolhido por seu compromisso com o governo como órgão de informação e de opinião, perdendo continuamente seus leitores. Segundo Carvalho Neto, “a independência de *A Noite* incomodava o governo, e a alternativa era transformá-lo num ‘diário oficial’... Assim, *A Noite*, no decorrer dos 17 anos de encampação, transformou-se por decreto em órgão de elogio obrigatório a todos os governos”²³⁴ (FERREIRA, 2001, s.p.)

Foi nesse período que entrou em circulação a sucursal paulista do jornal *A Noite*, confiada à direção de Menotti Del Picchia, cuja atuação cabe analisarmos com mais detalhes nesse trabalho. Ao que parece, a única coleção do jornal, mesmo que incompleta, está sob salvaguarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em avançado estado de deterioração. Segundo consta na catalogação da instituição, um jornal com o mesmo nome circulou em São Paulo no ano de 1898, sendo retomado a partir de 1942, já sob a direção de Menotti Del Picchia que permaneceu na condução do periódico mesmo após a queda do regime. Segundo o editorial do número inaugural da publicação,

²³⁴ Informação disponível em FERREIRA, Marieta de Moraes. “*A Noite*”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV; Cpdoc, 2001

seu aparecimento é uma consequência lógica da larga missão nacionalista e cultural que o destino traçou àquele órgão da imprensa brasileira. Nosso programa é, pois, sobejamente conhecido e se inscreve numa tradição de honradez, de trabalho e de integral devoção às mais altas fidelidades nacionais. [...] É, pois, honra insigne para esta folha formar ao lado dos demais colegas da imprensa bandeirante, a qual se tem imposto à admiração patricia não apenas pela nobre elevação das suas campanhas, como pelos nomes estelares que nela figuraram e que hoje nela militam com igual brilho (DEL PICCHIA, *ANSP*, 22.8.42, p. 1 c. 7; Ed. extra)

As colunas, prosseguia o texto, ficavam integralmente abertas a serviço dos brasileiros para ser uma voz viva das aspirações populares em um instante em que a força propulsora do progresso e da técnica alargaram a área social e tornaram complexas as necessidades e os problemas das massas. Era imperativo oferecer aos leitores nacionais um instrumento vivo e ágil que informasse com instantaneidade e, ao mesmo tempo, debatesse seus problemas na honesta procura de soluções. Assim, na exposição dos pontos de vista da publicação, “seremos intransigentes, no irredutível desejo de ser úteis ao nosso povo e à Nação.” (DEL PICCHIA, *ANSP*, 22.8.42, p. 1 c. 7; Ed. extra)

No momento mais dramático da história brasileira, surgia *A Noite* como a mais formidável demonstração do sentimento de honra, mostrando a irredutível vitalidade moral de um povo. O engajamento foi explicitado, uma vez que a “a hora austera e grave não dá margem a meras diversivas intelectuais no justo instante em que toda a expressão do pensamento é sempre uma tomada da posição.” Assim,



Imagem 15 – Retrato de Menotti Del Picchia, por Pacheco. (*AM*, 22.8.44, p. 2, c. 8)

as classes produtoras, que mercê do gênio criador do paulista aqui tão sabiamente racionalizaram o máximo aproveitamento das nossas utilidades, quer nos campos, quer nas nossas dinâmicas cidades, construindo o maior parque industrial do continente sul-americano, uma das maiores organizações agrícolas do universo, e o mais vivo entreposto comercial desta parte da América, terão na nossa folha mais um veículo apto a alargar sempre mais suas possibilidades pela divulgação das suas iniciativas e pelo debate dos seus interesses. São Paulo vive do admirável espírito da comunidade que se estabeleceu entre as várias classes, harmonizadas no nobre objetivo comum de melhorar sempre mais as condições de vida deste grande Estado. Essa harmonia, aliás, é a essência do regime que o patriotismo do presidente Getúlio Vargas deu à Nação, tornando o Estado presente e operante pelas fulmineas decisões com que defende os interesses de todos os brasileiros e os mais graves interesses do país em face do drama cósmico que acabou por envolver os céus, os mares e toda a área territorial do globo. (DEL PICCHIA, *ANSP*, 22.8.42, p. 1 c. 7; Ed. extra)

Em 24 de agosto de 1942, ou seja, dois dias após o lançamento do primeiro número do periódico, foi publicada uma reportagem sobre o “lançamento da edição paulista de A NOITE”, noticiando que, “depois de hasteada a bandeira nacional na fachada de nossas instalações rodou a rotativa iniciando as tiragens de A NOITE em São Paulo”. Por volta das 11 horas, segundo a reportagem, o professor Cândido Motta, por convite do coronel Costa Neto, ligou a chave elétrica e pôs em movimento a rotativa da *A Noite*, surgindo na rede, então, os primeiros exemplares do novo órgão paulistano²³⁵ (*ANSP*, 24.8.42, n.4, 1ª Ed., p. 4, c. 3-8). A cerimônia teria sido coroada por prolongada salva de palmas.

²³⁵ Segundo consta na reportagem, o redator responsável foi o engenheiro João C. Zany, que dirigiu e coordenou com muita inteligência as obras da redação e oficinas da *A Noite*. (*ANSP*, 24.10.42, n.4, 1ª Ed., p. 4, c. 3-8)



Imagem 16 – Capa da edição extraordinária do jornal *A Noite*, de São Paulo, publicada no dia do seu lançamento. (ANSP, 22.8.42, p. 1)

Antes disso, perto das 9 horas da manhã do dia 22 de agosto de 1942, as dependências do jornal *A Noite* já se encontrava repleta “de amigos e admiradores dos jornais desta empresa, figurando, entre inúmeras pessoas de destaque, o representante do sr. Ferrando Costa, Interventor Federal”, além de coronéis, generais, comandantes militares e do “professor Cândido Motta Filho, diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda”, Osvaldo Mariano, diretor da Agência Nacional, de São Paulo e responsável pela sucursal do *A Manhã* em terra bandeirante, Joaquim O. S. Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias, entre outros convidados, que viram a impressão inaugural de *A Noite*. Segundo a reportagem, se pronunciaram os

srs. coronel Costa Netto, Superintendente da Brazilian Railway e Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, que veio a São Paulo especialmente para presidir o lançamento do novo vespertino, Menotti del Picchia, diretor da edição paulista; Joaquim S. O. Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas e professor Cândido Motta Filho, diretor geral do DEIP. (ANSP, 24.8.42, p. 4, c. 3-8)

No período de organização do periódico a ser lançado, Menotti Del Picchia convidou para fazer parte do projeto editorial o jornalista Vicente Ragogetti, “grande nome no cenário brasileiro das nossas grandes figuras” e “tréfego e irrequieto diretor da revista ‘Moscardo’, o semanário crítico e humorístico”. Tal jornalista foi rotulado pela publicação que dirigia como uma pessoa popular em todas as camadas sociais ao abordar com facilidade e com desenvoltura todos os motivos que formam um jornal: do mais sisudo artigo de fundo com prognósticos e comentários sobre a política internacionalista até a crônica fácil e ligeira. Ex colaborador de *Klaxon* e “nascido especialmente para o jornal”, Ragogetti, autor de vários livros, informava que o *Moscardo*, trabalhará no novo empreendimento editorial, já que

‘A Noite’, do Rio de Janeiro, lançará, brevemente, com os elementos de sucesso incontestável que a tornaram a principal empresa jornalística do nosso país, uma edição paulista, para cuja direção foi convidado o nosso ilustre colega e grande escritor dr. Menotti del Picchia, Amigo velho de

Ragognetti, parece que o dr. Menotti convidou-o para fazer parte da empresa da edição paulista ‘A Noite’. Gesto fidalgo de um antigo companheiro de lutas, com gesto também de quem sabe conhecer os verdadeiros valores do jornalismo atual, o dr. Menotti, escolhendo o Rogognetti para seu colaborador na nova fãina em se se empenha, gaba um elemento de êxito certo para a nova furutosa empresa, que se inicia sob a sua competente direção. (*Moscardo*, 27.6.42, p. 10, c. 2-3)

Em uma narrativa bem-humorada, o *Moscardo*,²³⁶ “semanário brasileiro para italiano ler (*Moscone*, 4.6.38, p. 2) divulgou Menotti Del Picchia como o maior literato do Brasil no período em que o jornalista estava na ordem do dia, “ou melhor, na ordem da noite. [...] Tanto assim, que o Menotti del Picchia, o eterno candidato a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, sentiu a necessidade de fundar aqui uma... “Noite”, (*Moscardo*, 3.12.42, p. 4).²³⁷ Tal intelectual, assim como Cassiano Ricardo, acreditava na importância do engajamento dos seus pares para a manutenção do Brasil nos rumos certos, principalmente no conturbado momento político do início da década de 1940. Em artigo transcrito do *Jornal da Manhã*, de São Paulo, datado de 19 de janeiro de 1941 para *A Batalha*, do Rio de Janeiro, em 23 de Janeiro de 1941, alertou-nos sobre os perigos dos estrangeiros, que aparentavam, no Brasil, ser o que não eram, trazendo consigo suas ideias importadas. Para Menotti Del Picchia, esses estrangeiros eram

falsos intelectuais, perigosos, tipos carregados de idéias subversivas, elementos audaciosamente aptos a todas as sobrepticias escaladas, aqui se esgueiraram a principio sinuosos e macios, apelando pelo alto sentido de generosa fraternidade tão característico da gente brasileira,

²³⁶ Anteriormente a instauração do Estado Novo, esse periódico se chamava *Moscone*, publicado em língua italiana. Devido à proibição imposta pela Carta Constitucional, *Moscone* passou a ser *Moscardo*, como explica, em dialeto italiano, a edição de 11 de dezembro de 1937.

²³⁷ Menotti Del Picchia foi eleito em 1º de abril de 1943 para ocupar a cadeira 28 da ABL. Na ocasião de sua posse, em 20 de dezembro de 1943, foi recebido por Cassiano Ricardo e em 1º de janeiro de 1944 seu discurso de posse foi reproduzido pelo suplemento *Autores e Livros*.

pondo, porém, logo depois, a descoberto o seu levado jogo. Nós vamos na onda, embalados pela lábia dessas simuladoras vítimas de um trágico destino e mal lhes abrimos as nossas portas, como o homem da lenda que aqueceu a serpente no seio, sentiremos a fôrma e a peçonha dos seus dentes. (DEL PICCHIA, *A Batalha*, 23.1.41, p. 2, c. 3-4)

Justificando seu temor, prosseguiu o poeta de *Juca Mulato*, em consonância com o que escreveu durante as décadas de 1920 e 1930, haveria no Brasil, graças à herança bandeirante, um espírito democrático que estava ameaçado por homens despatriados cujas ideias perigosas conflitavam com a nossa nacionalidade, devendo ser combatidas e vigiadas tanto pelos intelectuais sadios como pela polícia da inteligência:

Eu nunca fui jacobino, sou decisivamente pela conservação dessa admirável espirito democratico aqui tem fundido elementos de todas as raças e homens de todas as religioes e de todas as cores. Não sou, porem, ingenio, nem incauto. Não se trata mais do forasteiro que venha para o Brasil tentar normalmente sua sorte na terra nova, principalmente na lavoura: trata-se de levas de traficantes, de intelectuais revoltados, de homens sem patria mercê do internacionalismo da propria, que aqui aportam carregando usos, idéias, princípios que violentamente conflitam com os da nossa nacionalidade. Tenho entrado em contacto com muitos deles e tem-me espantado sua audácia. São, na sua maioria, contra o regime. (*Idem*)

Dessa forma, Menotti Del Picchia buscou traduzir aos seus leitores o perigo que representariam esses falsos intelectuais que defendiam um projeto revolucionário, quebrando com o ideal de nação proposto pelo diretor da sucursal paulista do jornal *A Noite*. Defensor de um Estado corporativo e de mútua cooperação entre as classes, Menotti Del Picchia divulgou, a partir da sua posição na trincheira da inteligência, um caso supostamente ocorrido com ele:

Há dias jantava com um deles, recém vindo da Europa. Dizia-se “intelectual”, professor, qualquer

coisa parecida. [...] Ao me saber partidário do Estado Novo e um dos seus soldados, abtemperou ao dono da casa: - O senhor admite “fascistas” no seu lar?

Era a “mão brasileira” de ir, com o punho, diretamente ao focinho desse metéque. Estava eu em casa alheia. Fiz-lhe sentir que morava na minha terra e que o direito de pensar como quisesse me pertencia.

O homem era um caso simples da lei de segurança. Mas o homem não era “um caso”: era um problema. Como esse, mil, dois mil penetraram no nosso país, burlaram a vigilância das autoridades, organizaram-se dentro da nossa casa. Agora o que há a fazer é policiá-los, segui-los, segurá-los peo gasnete ao mínimo ato de rebelião contra nossas leis ou de propaganda contra o regime. Por alguma coisa tais tipos foram expulsos dos seus países de origem. O Brasil, porém, não é caixão de lixo humano. Ainda é tempo de tomarmos medidas para evitar mal maior. (*Idem*)

Ao contrapor a democracia brasileira a sua concepção universalista, buscou atribuir novos significados à palavra que foi se acoplando a variados sentidos. Através da linguagem, o poeta buscou impor uma leitura à sua obra que creditaria ao Estado Novo um modelo de política a ser adotado por todos, oferecendo aos seus concidadãos uma imagem que representava uma sociedade sem conflitos e, atuando dessa forma, interveio no debate e nas ações públicas.

Menotti Del Picchia foi um colaborador assíduo do jornal *A Manhã*, publicação maior do que a que dirigia e que talvez o isentasse, em partes, de assinar artigos semanais para o jornal *A Noite*. A dificuldade de localizarmos seus escritos para esse periódico pode significar que eles eram raros ou que eram publicados sem autoria declarada.²³⁸ Dessa forma, recorre-se principalmente ao jornal dirigido

²³⁸ Alguns artigos foram publicados tanto na sucursal paulista de *A Noite* como no *A Manhã*. Por exemplo, *São Paulo e a Guerra*, foi publicado em 21 de setembro de 1942 no *A Manhã* e três dias depois foi disponibilizado aos leitores no jornal *A Noite* de São Paulo. Dessa forma, a quase que ausência de artigos assinados por Menotti Del Picchia no *A Noite*, principalmente em relação à quantidade de publicações suas no *A Manhã*, não significa a inexistência de

por Cassiano Ricardo para analisarmos as proposições de Menotti Del Picchia sobre o papel do intelectual e sua função durante o Estado Novo. Em 4 de abril de 1943, como diretor de *A Noite*, de São Paulo, o poeta concedeu uma entrevista para um repórter do jornal dirigido pelo seu antigo companheiro de modernismo verde-amarelo, que promovia um inquérito entre os intelectuais sobre o dever do escritor e a posição da inteligência brasileira em face da guerra. Após discorrer sobre a trajetória do autor de *Juca Mulato*, a entrevista coletada é disponibilizada aos leitores.

Nessa ocasião, após sistematizar as relações entre arte, cultura e política, Menotti Del Picchia evocou a imagem do “escritor-soldado”, que travava sua batalha diária, através da sua pena, contra o fascismo e o comunismo, além de associar democracia e cristianismo, formulando a frase que serviu de manchete para a reportagem: “Acho que *o Brasil pode fornecer ao mundo a fórmula suprema da verdadeira democracia*.” A democracia, para o poeta, não era a liberal, muito menos representada pelo comunismo ou pelo totalitarismo, respostas equivocadas às crises do liberalismo – o Brasil, por sua vez, possuía sua própria democracia que era expressa pela realização da fraternidade e pela fusão harmoniosa das suas etnias, realizando assim o supremo preceito de Cristo: “Amai-vos uns aos outros”. Ainda segundo o poeta, a ideia de uma pátria de irmãos, sem distinção entre ricos e pobres e, composta por cidadãos amplamente amparados pelo Estado, está na própria estrutura do Estado Nacional, expressada através da Carta Constitucional de 1937, que se baseou numa ampla justiça social e nos princípios sadios do nacionalismo. (AM, 4.4.43, p. 3; 6; 9)

Em suas crônicas no *Correio Paulistano*, ainda na década de 1920, Menotti Del Picchia já compreendia que cabia aos intelectuais e aos poetas assumirem o papel de soldado a serviço da pátria, defendendo-a das invasões alienígenas. Naquele momento, o autor de *Juca Mulato* fazia referências aos modelos culturais europeus e mencionava o nome do escritor italiano Gabriele d’Annunzio como um

textos opinativos na publicação da folha paulista, uma vez que diversos outros nomes ligados a intelectualidade paulistana escreviam para o jornal. Esporadicamente Menotti Del Picchia publicava artigos na coluna “Artigo do dia”, como na edição de 3 de setembro de 1942, quando publicou *Por esse nosso Brasil...* (DEL PICCHIA, ANSP, 3.9.42, p. 2, c. 7). Além disso, algumas conferências suas foram publicadas na íntegra na publicação da sucursal *A Noite*, como *Ao exército do Brasil!*, publicada em 31 de agosto de 1942, no pé da segunda página da publicação. (ANSP, 31.8.42, p. 2, c. 1-4)

exemplo de poeta-soldado que soube abdicar de sua individualidade para lutar pelos ideais patrióticos. Já na década de 1940, atuando como porta-voz autorizado do Estado Novo, defendeu a necessidade de engajamento dos intelectuais para evitar que as infecções políticas que estariam deformando o mundo entrassem pelos portos brasileiros.

Menotti Del Picchia, o agitador das letras e das idéias, como publicado pela *Dom Casmurro* (VAINER, DC, 25.7.42, p. 1-2, c. 1-7; 1-3), também produziu algumas críticas literárias no período correspondente aos anos de Estado Novo. O crítico buscou relacionar a obra de Francisco Campos, *O Estado Nacional*,²³⁹ considerado um manual doutrinário do Estado Novo com as suas preocupações expressas em 1931, em *A crise da Democracia*. Segundo ele, ambas preocuparam-se em traçar um perfil panorâmico da política mundial, além de refletir sobre os problemas contemporâneos à publicação das obras. O poeta de *Juca Mulato* valorizou, na obra do Ministro da Justiça, sua primeira parte: *A Política e o nosso tempo*.

Francisco Campos foi o redator da Constituição de 1937 que, segundo Menotti Del Picchia garantia a organização nacional por estabelecer uma estreita relação com a tradição autoritária nacional, no “comando férreo na ‘bandeira’” e que, apesar de ser revolucionária, mantinha-se sedimentada ao passado, como exposto em *Variações sobre um discurso*: “a estrutura política de um Estado, se vitoriosa, por mais revolucionária que pareça, não pode deixar de basear-se nalgumas coisas fundamentais, que são, portanto, históricas: a índole do povo, suas tendências, sua cultura, sua tradição”, uma vez que “o presente deve, pois, alicerçar-se no passado. O que se destaca bruscamente deste, quebrando o sentido da continuidade do tempo, fica irreconhecível e deshumano, absurdo e insubsistente, repulsivo à razão e contrário à história. Não dura.” (DEL PICCHIA, AM, 22.10.41, p. 4, c. 2)

Se a tradição do Brasil era excludente e sua política pouco participativa, pouco importava para Menotti Del Picchia, mas o trilho da tradição deveria ser o caminho escolhido pelo Estado Novo, esse compreendido como o trem onde caberiam todos brasileiros de bem e que era guiado pelo maquinista Getúlio Vargas. Assim, Menotti Del

²³⁹ Em relação à nomenclatura do regime instaurado, Almir de Andrade asseverou que Getúlio Vargas não gostava de ideia de *Estado Nacional*, como proposto por Campos e preferia *Estado Novo* (ANDRADE, 10.1.81, p. 13). Além disso, o ex-diretor da principal revista do regime, *Cultura Política*, defendeu, na mesma oportunidade, que Vargas não tinha um posicionamento tão “fortemente direitista do Estado” como Francisco Campos.

Picchia colaborou, através da direção do *A Noite*, com a manutenção do *status quo*, propondo uma conciliação de classes em nome do Brasil. Nessa organização, em um momento de agitação proletária internacional em que o comunismo também representava uma ameaça de desvio ao traçado originalmente proposto pelos homens de bem e inauguradores da nação, caberia aos intelectuais uma ação prática de defesa da nacionalidade. A defesa da nacionalidade significava, entre outras coisas, organizar a função de cada classe para que pudesse realizar suas atividades naturais: o comando era reservado às elites e o trabalho aos proletários, não cabendo nenhuma inversão. Já aos intelectuais, caberia defender o Brasil através das suas penas e assim procedendo, também estariam colaborando com a nação.

Também publicado em formato *standard*, o jornal *A Noite*, embora tivesse a metade do número de páginas do *A Manhã*, que era composto por 16, possuía duas edições diárias, a *1ª Edição*, matutina e a segunda, a *Edição final*, onde se alternavam apenas, normalmente, a capa e a contracapa em relação à primeira tiragem de impressão do dia. O jornal deixou de ser publicado em 1952 e Menotti Del Picchia permaneceu no cargo até pelo menos final de 1945 já que a coleção fragmentada não nos permite aferir a data exata da sua saída da direção, que inicia o ano de 1948 sendo dirigida por José Carlos Pereira de Souza.²⁴⁰ A publicação, ainda pertencente à Empresa A Noite, não divulgava mais o nome do superintendente por não fazer mais parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

O processo de deposição de Getúlio Vargas em 1945, o curto governo de José Linhares e o a reorganização política do país desencadearam um movimento de rodízio permanente nos quadros administrativos de *A Noite*, agravando a situação do jornal. Com o marechal Eurico Gaspar Dutra na presidência da República, em 1946, houve algumas definições: para a presidência das Empresas Incorporadas foi escolhido Leoni Machado, cuja providência era adotar um regime de economia destinado a restabelecer as finanças do jornal e, em seguida, iniciou-se as conversações visando à entrega da administração do jornal a seus próprios funcionários.

Em 19 de agosto de 1946, o presidente Dutra promulgou o Decreto-Lei nº 9.610, que autorizava o Ministério da Fazenda a arrendar *A Noite* por um prazo de 15 anos, com opção de compra pela sociedade anônima a ser constituída pelos funcionários do vespertino. Essa medida

²⁴⁰ A chamada de capa *Greves provocadas pelos comunistas* nos permite visualizar sua linha editorial

foi muito bem recebida pela equipe de *A Noite* e pela imprensa em geral, mas sua execução enfrentou várias dificuldades. A direção do jornal foi entregue em princípio a uma comissão administrativa nomeada por Leoni Machado. Segundo o decreto,

O Ministério da Fazenda autorizado a dar em locação à sociedade anônima que fôr organizada por empregados da Empresa A Noite e pelas pessoas cuja participação fôr por êles admitida, os bens, móveis e imóveis, descritos no § 1º dêste artigo, incorporados ao Patrimônio da União pelo Decreto-lei número 2.073, de 8 de Março de 1940, ou adquiridos posteriormente pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. (Decreto-Lei nº 9.610)

Além dos imóveis situados no Distrito Federal, na Praça Mauá, nº 7; na rua Barão de Piraquara, nº 320 e na rua Conde de Leopoldina, nº 614, as áreas ocupadas pelas terras e estações da Rádio Nacional ficavam sob a responsabilidade do grupo de funcionários da Empresa *A Noite*, assumindo todas as responsabilidades do passivo da exploração dos bens mencionados no parágrafo anterior:

o vespertino "A Noite", inclusive da sua edição em São Paulo, do jornal matutino "A Manhã", das revistas "Noite Ilustrada", "Carioca", "Vamos Ler", "Figurino", "Vitrine", "Síntese", "Revistas de Direito", "Letras Brasileiras", e da série Publicações Infantis, do matutino "O Estado", de Niterói, da rádio emissora "Rádio Nacional" e da "Fábrica de Tintas Vitória" (Decreto-Lei nº 9.610)

Como vimos, a questão da perda de uma função prática dos jornais no regime democrático fez com que houvesse indefinições a respeito do futuro desses órgãos encampados pelo Estado em 1940.²⁴¹

²⁴¹ Em 1952 foi publicado um livreto com o objetivo de agrupar a legislação esparsa que versa diretamente sobre assuntos de interesses das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Ao que parece, tal publicação visava resolver diversos problemas de ordem jurídica, tanto em relação à estipulação de indenizações aos acionistas de empresas encampadas como em relação à definição das situações dos trabalhadores dessas empresas (SUPERINTENDÊNCIA, 1952).

Todavia, antes da vitória do General Eurico Gaspar Dutra nas eleições de 1945, tanto o *A Manhã* como o *A Noite*, da capital federal e a sua sucursal paulista, fizeram intensa propaganda em favor ao candidato que posteriormente definiu o futuro das publicações através do decreto citado. Antes disso, apesar dos problemas que circundavam o periódico, em 1945 ocorreu a primeira tentativa de compra do jornal pela iniciativa privada pelo empresário paulista Samuel Ribeiro, que apresentou uma proposta, mas que posteriormente desistiu da ideia devido às delongas do governo.

A vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950 provocou novas mudanças administrativas, resultando no afastamento de Leoni Machado e na dissolução da comissão administrativa de *A Noite*. Nome confiável de Vargas, André Carrazzoni foi nomeado superintendente das Empresas Incorporadas, mas não conseguiu deter a avalanche de problemas que recaiu sobre o jornal durante todo o segundo governo Vargas (1951-1954). Após o suicídio do presidente, em agosto de 1954, as novas e sucessivas substituições nos quadros administrativos representaram o golpe final nas Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e, em particular, a grupo *A Noite*. Cerca de dois anos depois da posse de Juscelino Kubitschek, ocorrida em janeiro de 1956, *A Noite* saiu de circulação, sendo relançado em 26 de dezembro de 1959, em uma única edição de quatro páginas, como propriedade da Empresa Jornalística Castellar, nome que homenageava um antigo funcionário já falecido. A publicação voltou a circular novamente quase um ano depois, em 20 de dezembro de 1960 sob a direção de Celso Kelly. Em 16 de maio de 1963, o vespertino passou a ser dirigido por Eurico de Oliveira e possuía sucursais em Brasília, em São Paulo e Niterói, circulando provavelmente até 31 de agosto de 1964, data da última edição existente no acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Entre o projeto do jornal *A Manhã* e o *A Noite*, tanto do Rio de Janeiro como a sucursal paulista, havia uma diferença significativa em relação ao reconhecimento público dos intelectuais que colaboravam com as publicações, já que *A Manhã* buscou angariar como parceiros os nomes mais ilustres “da inteligência e [d]a cultura brasileira” (AM, 9.8.42, p. 17, c. 1-2). Dessa forma, mesmo que esses possuíssem distintos projetos políticos, muitos incompatíveis com o ideário do regime, contribuíam com artigos que não tocassem em temáticas sensíveis, abordando aspectos da cultura nacional, principalmente ou publicando suas crônicas literárias e pequenos contos.

Na sucursal paulista do jornal *A Noite*, parece que Afonso Schmidt passou por situação semelhante a que passaram alguns

intelectuais que contribuíram com o jornal dirigido pelo autor de *Marcha para Oeste*. O companheiro de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo na Academia Paulista de Letras solicitou um posto no *A Manhã* e, não foi atendido, passou, em 1942, a colaborar com o *A Noite*, embora fosse um escritor cuja obra estava relacionada a projetos anarquistas.

Esse jornalista profissional que dependia do seu trabalho para sustentar sua família e seu filho doente que moravam em Santos driblou a impossibilidade de obter ganhos com seu trabalho, sendo financiado pelo regime autoritário em troca de serviços intelectuais ao publicar crônicas e contos que não conflitassem com os postulados do Estado Novo (SCHMIDT, *FCCR*, cx. 2, 11.6.42). Os jornais oficiais do regime, ao mesmo tempo em que eram compreendidos como possibilidades de divulgação dos feitos de Vargas, também garantiam o sustendo de jornalistas não ligados ao Estado Novo que se comprometeram em escrever para a publicação sem atacar o regime, o que não configura qualquer tipo de cooptação.

Cabe ressaltar que essas publicações pagavam por colaboração: Jorge de Lima, por exemplo, recebia 200,00 cruzeiros por artigo assinado publicado, como nos fica claro a partir do pedido de restituição de 600 cruzeiros, encaminhado pelo gerente Espíndola a Cassiano Ricardo, uma vez que “constata-se o pagamento de tais colaborações, acima agrupadas, com títulos diferentes, mas tratando do mesmo assunto, na íntegra”²⁴² (ESPÍNDOLA, *FCCR*, cx. 14, 3.5.44). A cada publicação era paga uma quantia correspondente a mais da metade de um salário mínimo na época, que era de Cr\$ 380.²⁴³

O *A Noite*, tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro, possuía menos espaço para artigos opinativo, embora possuísse também um amplo número de colaboradores, como, no caso da sucursal, Abrahão

²⁴² Em relação a tal questão, uma dúvida que foi gerada e essa única fonte que possuo talvez não seja suficiente para discutir essa questão exposta: Cassiano Ricardo estava mancomunado com Jorge de Lima na duplicação dos artigos ou se também foi vítima do colaborador da publicação? A relação conflituosa com a administração da Empresa A Noite fica evidente na troca de correspondências, dando a impressão que, embora fosse parte da sua função como diretor estabelecer a relação entre os gestores e colaboradores do periódico, a sua simpatia e o peso das suas decisões privilegiavam os intelectuais, grupo que também se achava parte, como é possível visualizarmos a partir da construção da sua identidade como homem de letras e preocupado com a vida intelectual da Nação.

²⁴³ Segundo informações extraídas do site <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>. Acesso em 06/08/2013.

Ribeiro, Cesarino Junior, Roberto Simonsen, Mario Donato, Sergio Milliet, Aristides Ricardo, Ignacio José Verissimo, Noemy da Silveira Rudolfer, Heitor Moniz, Mario da Silva Brito, Luciano Gualberto, Heraldo Barbuy, Francisco Pati, Mario Neme, Jamil Almansur Haddad, Afonso Schmidt, Ernani Silva Bruno, João Alfredo de Souza Ramos, entre outros.

Apesar das diferenças que havia entre os dois periódicos, eles também possuíam semelhanças, sejam elas pelo método de fazer jornalismo no período ou pelos projetos políticos, estéticos e editoriais comungados pelos diretores das publicações. Ambos, além de exaltarem a figura de Vargas e seu regime, noticiavam o futebol nacional, possuíam uma coluna exclusivamente dedicada aos trabalhadores, faziam crítica de teatro, apresentavam as novidades no cinema, informavam sobre a guerra e sobre os eventos sociais nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, publicavam telegramas recebidos de leitores e instituições que aprovavam os surgimentos dos jornais, etc.

Além disso, como visto no capítulo anterior, ambos exaltavam São Paulo, sua herança, seu presente em defesa da nação e vislumbravam um futuro brilhante a tal estado que era devido principalmente às riquezas e à índole do povo. Apesar de mirarem públicos alvos distintos, respeitando as especificidades das regiões em que circularam,²⁴⁴ ambos divulgaram os feitos do Estado Novo e conferiram aos intelectuais uma posição central no momento conturbado, onde cabia a esses zelar pelo bem da Nação através da comunicação de massas, caminho adequado para adentrarem as casas dos brasileiros.

Dessa forma, parece que alguns elementos discutidos ajudam a responder a questão proposta no início desse capítulo – que elementos ajudam a explicar que pessoas politicamente críticas ao regime varguista dividisse espaço em publicações oficiais com seus ideólogos? Sem que isso nos direcione para a simplória categoria de cooptação, como já

²⁴⁴ Entendo que o jornal *A Manhã* era dedicado ao público fluminense, principalmente, mas com a pretensão de ser acessado em todos os cantos do Brasil, como fica claro nos projetos e editoriais do jornal. Já a sucursal de São Paulo de *A Noite* era dedicada exclusivamente ao público paulista, uma vez que a edição da Capital Federal cumpriria um papel análogo ao matutino dirigido por Cassiano Ricardo. De qualquer forma, essas publicações também circularam em outras regiões do Brasil, possivelmente com alguns dias de atraso, já que foram enviados telegramas de diversos lugares do país parabenizando os responsáveis pelos aparecimentos dos jornais.

explicado, creio que, assim como para outras, não exista uma resposta única para essa questão. Entendo, de tal forma, que essas colaborações de intelectuais com projetos tão distintos e que passaram por ideólogos, entusiastas e críticos do regime respeitam ao menos cinco motivações complexas e intercambiáveis.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao pagamento por colaboração, não creio que seja coerente colocarmos numa mesma realidade econômica, por exemplo, o caso de Simonsen, colaborador dos jornais *A Manhã* e *A Noite* e Afonso Schmidt. Os cerca de 200,00 cruzeiros pagos por artigo em quase nada agregaria as reservas financeiras do industriário paulista, embora para um intelectual destituído de grandes posses e cujo trabalho na imprensa garantia seu sustento e da sua família fosse, talvez, uma necessidade. Esses empreendimentos editoriais que dispunham de verba própria advinda da publicidade e da venda de assinaturas e exemplares pagavam por texto publicado e essa receita era fundamental para alguns dos colaboradores, o que ajuda a explicar alguns casos.

Em segundo lugar, entendo que as redes de sociabilidade constituídas entre os diretores das publicações e os colaboradores pesaram, de alguma maneira, para que se forjasse um grupo tão heterogêneo. Essas políticas de amizades foram constituídas ao longo de suas trajetórias intelectuais e foram fundamentais para a eleição dos seus nomes para ocupar esses cargos de suma importância no projeto do regime. Participantes ativos dos debates desde os anos 1920, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia transitaram pelas academias literárias, brasileira e paulista, pelas redações de periódicos, por eventos que reuniam intelectuais, empresários e políticos, por partidos e associações, como o PRP na década de 1920 e o Grupo Bandeira na década de 1930, entre outros lugares que garantiram a eles uma visibilidade e os aproximavam de outros companheiros que se atribuíam a mesma função, ser intelectuais.

Além disso, esses jornais eram espaços em que as reflexões políticas, sociais e culturais poderiam ser expostas, embora o projeto editorial fosse limitador da liberdade de exposição do pensamento de diversos colaboradores. Assim, esses suportes colaboraram na divulgação do pensamento e das obras de diversos intelectuais que publicaram nos periódicos e também podia ser interpretado por alguns deles como uma instância de consagração intelectual e de publicização de duas ideias a respeito da nação. Além disso, não se pode olvidar que parte dos colaboradores acreditavam e defendiam o regime varguista, o

que os credenciavam como autores importantes na articulação das reflexões políticas nos periódicos oficiais do regime.

Todavia, creio que o principal elemento que ajuda a entender a heterogeneidade dos intelectuais que colaboravam com essas publicações oficiais era o caráter nacionalista destas e a preocupação desses homens públicos em discutir aspectos da vida nacional, passando pelos planos econômicos, pelo mundo do trabalho e pelo campo cultural, principalmente. Creio que a crença que ao Brasil e à América estariam reservados lugares proeminentes em escala mundial, principalmente com o desprestígio da civilização europeia devido aos conflitos bélicos que ocorriam no continente desde a Primeira Guerra Mundial, seja um fator importante de aproximação desses nomes. Refletir sobre a realidade nacional, seja no plano cultural, político, econômico, religioso, social, geracional ou em outro qualquer em momento de indefinição sobre os rumos das sociedades até então tidas como modelo civilizatório era função dessa elite pensante que se autoimbuíu dessa função e ocupou o espaço disponibilizado nessas publicações oficiais, uma vez que esses debates, embora policiados e cerceados, também eram de interesse do governo autoritário. Além disso, independente de quem publicava ou o que era publicado, esses nomes estavam legitimando o próprio governo como democrático ao incorporar às suas publicações intelectuais de posturas políticas díspares.

3.4 Os limites da hegemonia estadonovista: as vozes dissonantes

As publicações que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia dirigiram foram lançadas em um período de crise da hegemonia do Estado Novo. Sofrendo ataques de setores progressistas e de setores conservadores da sociedade civil, principalmente a partir do ano de 1943, o regime varguista apresentava sintomas da sua decadência. Assim, a entrada do Brasil na Guerra teve efeitos contraditórios: se por um lado o regime ganhou tempo e adiou por tempo indeterminado a consulta popular que era necessária para validar a Constituição de 1937, por outro a luta ao lado dos Aliados contra os regimes fascistas colocava em xeque a manutenção de uma ditadura no país.

Entre os anos de 1941 e 1942, o governo deu início a uma série de empreendimentos na área de comunicação de modo a popularizar a figura de Vargas que passava pela rádio, principalmente através do programa radiofônico *Hora do Brasil* e pelos periódicos, como os jornais *A Noite* e *A Manhã* e as revistas *Cultura Política* e *Ciência*

Política, etc..²⁴⁵ A partir de 1943 a oposição passou a se movimentar com maior desenvoltura – dentre as contestações, o Manifesto dos Mineiros, um documento assinado por importantes lideranças civis e liberais de Minas Gerais que criticaram abertamente o Estado Novo, foi o mais emblemático e de maior repercussão. Esse evento teve como consequências a reação do governo e a punição de vários signatários que foram acusados de insuflar o que o regime considerava como o pior inimigo da pátria: as divergências internas.²⁴⁶

Em 1944 as tensões políticas não se aliviaram – a renúncia do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, após o fechamento pelo governo da Sociedade Amigos da América e, em janeiro de 1945, a oposição de renomados intelectuais durante o I Congresso Brasileiro de Escritores, que exigiram a imediata redemocratização do país também foram eventos sintomáticos da queda gradativa do regime autoritário. Além disso, somaram-se a esses a articulação da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes por parte de setores civis e militares e que foi, em fevereiro de 1944, noticiada pela imprensa com a publicação de uma entrevista como José Américo de Almeida, que defendeu as

²⁴⁵ Esse aparato midiático instrumentalizado pelo Estado Novo não pode ser compreendido como pluralidade real já que o fulcro de desses ajustes é seguir modelando comportamentos e consciências.

²⁴⁶ Embora os signatários do manifesto não tenham sofrido perseguições policiais, muitos deles foram afastados dos cargos públicos que ocupavam ou foram demitidos de seus empregos em empresas privadas em virtude das pressões exercidas pelo governo. Afonso Arinos de Melo Franco, mesmo tendo assinado o manifesto, foi um colaborando assíduo do jornal *A Manhã* entre os meses de outubro e novembro de 1943. Em novembro de 1943 foi publicado seu artigo intitulado *Annecy*, no dia 21, o *Prefácio de 'Marília de Dirceu'*, no dia 14 e *Os documentos de Moscou*, no dia 7. *Nós, latinos* foi dividido em duas partes e publicado nos dias 24 e 31 de outubro, *João Alphonsus*, em 17 e *Homenagem ao mestre Herriot*, no dia 3 desse mês. Além disso, chama a atenção que o artigo produzido por Afonso Arinos de Melo Franco e intitulado *Prefácio a 'Terra dos homens'* tenha sido publicado no mesmo dia em que Cassiano Ricardo polemizou em seu *Intrepidez & Labrousse*, 10 de outubro, texto que nos determos a analisar adiante e que é um ataque aos liberais que se encontraram na casa de Pedro Aleixo. Mesmo depois da publicação do *Manifesto dos Mineiros* artigos de Afonso Arinos de Melo Franco foram publicados no *A Manhã* – isso de deve, provavelmente, ao fato dos artigos já estarem prontos antes da assinatura da carta por parte do intelectual mineiro.

eleições livres e apresentou o militar como candidato da oposição sem ter sido barrado pela censura.²⁴⁷

Pode-se dizer que a comunicação de massas atuou como alternativa de sustentação do regime em momento em que as críticas começaram a se explicitar de forma veemente. Dentre elas, o Manifesto dos Mineiros, cuja repercussão no *A Manhã* ocorreu devido às críticas de Cassiano Ricardo a reunião ocorrida na casa de um dos signatários da carta aberta, Pedro Aleixo, merece destaque nesse capítulo devido ao conflito entre o diretor do órgão oficial do regime e o jurista católico Heráclito Sobral Pinto.²⁴⁸ Afonso Arinos de Melo Franco, dedicou um capítulo do seu livro de memórias, *Alma do tempo*, publicado em 1979, para narrar sua participação na elaboração do documento redigido ao lado de Odilon Braga, Virgílio de Melo Franco, Luiz Camilo, Dario Magalhães e Milton Campos, entre outros. Para o memorialista, rebatendo as críticas que ao longo do tempo acusaram a timidez formal e jurídica do documento, a carta representava aquilo que a sociedade precisava escutar naquele momento e que ninguém podia ou tinha coragem de dizer. (MELO FRANCO, 1979)

O apoio aos Aliados e a declaração do estado de beligerância em 22 de agosto, seguido pelo estado de guerra, em 31 do mesmo mês, foi

²⁴⁷ Em seu último suspiro, para fazer frente às pressões e romper o isolamento político, em fevereiro de 1945 o governo resolveu baixar a Lei Constitucional nº 9, que previa a realização de eleições em data a ser marcada 90 dias depois - em maio de 1945 foi decretado o Código Eleitoral: as eleições para a presidência da República e para o Parlamento Nacional seriam realizadas no dia 2 de dezembro daquele ano, e em maio de 1946 se realizariam as eleições para os governos e assembleias estaduais. De acordo com as regras do jogo, Vargas poderia concorrer às eleições, desde que se desincompatibilizasse do cargo três meses antes do pleito. O presidente, no entanto, afirmava que não tinha interesse em permanecer no poder. Para essas eleições surgiram partidos políticos nacionais que teriam a partir daquele momento, até a década de 1960, grande importância. A União Democrática Nacional (UDN), que reunia grande parte das oposições; o Partido Social Democrático (PSD), beneficiário da máquina política do Estado Novo, e, finalmente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado a partir da base sindical controlada por Vargas. Enquanto a UDN apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, o PSD lançou a do general Eurico Dutra. O PTB inicialmente manteve-se distante dos dois candidatos.

²⁴⁸ Divulgado em outubro de 1943, o documento foi assinado por 92 pessoas, entre elas, Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga.

um gatilho para a reunião de membros dos setores liberais da sociedade civil – essa contradição entre as posturas externa e interna foi apontada pela oposição que não tardou em se aproveitar do momento favorável para romper com o silêncio imposto pela censura. Embora esses não tivessem sofrido as perseguições destinadas aos setores de esquerda, principalmente os comunistas, também ansiavam por agir sobre os destinos da política nacional e foi dessa conjuntura que surgiu o *Manifesto dos Mineiros*, a princípio intitulado *Manifesto ao Povo Mineiro*.²⁴⁹

Essa manifestação de descontentamento dos liberais mineiros estimulou Armando de Salles Oliveira, então exilado na Argentina, a remeter uma *Carta aos brasileiros*, na qual afirmava com estranheza e ironia, em 10 de dezembro de 1943, que a necessidade de coesão nacional que o regime pregava após o ingresso no Brasil na guerra já havia sido consolidada, conforme repetidas vezes o chefe do regime de força afirmou. Segundo afirma Salles Oliveira, ficou provado que Vargas não conseguiu unir a nação após seis anos de Estado Novo e um ano de guerra – havia uma fenda no edifício da ditadura. Embora o chefe do executivo tivesse, a partir de 1930, implementado um programa de melhorias sociais, ampliado e retificado pela Constituição de 1934 com o apoio de todas as correntes de opinião, o regime ditatorial pouco acrescentou a isso, a não ser a regulamentação de leis já promulgadas, embora fossem de importância primordial, como a do salário mínimo.

Segundo Armando de Salles Oliveira, a propaganda oficial fez das leis sociais o tema central para as suas apologias enquanto qualidade de vida do povo estava piorando e o governo estava ineficiente. Ao mesmo tempo em que criticava a suposta democracia econômica em vigência no Brasil, que acentuou em proporções assombrosas as desigualdades e os desajustes econômicos, o político paulista defendia que a propaganda oficial agia sobre a população como certos espelhos deformadores, como aqueles que o povo se diverte nas feiras e os magros parecem gordos, os anões ficam gigantes – os pobres brasileiros, magros, desnutridos, raquíticos, miram-se nesses espelhos e se veem gordos, saudáveis e robustos.

Oliveira se juntava, com a sua carta, aos demais brasileiros que começaram a traduzir o repúdio do povo a situação atual do Brasil e sugeria para Vargas comparar o contraste que representava de um lado a

²⁴⁹ Em um primeiro momento foram tirados 50 mil exemplares do documento, impresso e distribuído clandestinamente, em virtude da censura à imprensa ainda vigente.

sua decisão de evitar um remorso, apoiada no formidável poderio material ao alcance do seu braço e do qual ameaça servir-se e do outro a indignação de milhões de homens que não dispunham de armas, nem de imprensa, nem de rádio, mas que aparecem com um poder sobrenatural porque estavam ungidos do que é a melhor parte da substância moral do Brasil. Ainda segundo o remetente, sempre se constituiu motivo de ufanía para o Estado Novo que o regime atual havia suspenso os intermediários políticos entre o governo e o povo, mas não dizem que ele não escapou a um mal inerente às organizações de igual tipo com o agravante de ninguém fiscalizar, nem a imprensa, nem o povo.

Vestido de autoridade de um juiz supremo, Getúlio Vargas, em seguida aos brutais atentados nazistas na costa brasileira, declarou guerra ao Eixo e se aliou aos Aliados, abrindo um clarão de esperança. Vargas se aproveitou dessa conjuntura para praticar o seu primeiro ato de guerra - a suspensão, em sigilo, do dispositivo constitucional que dava normas imperativas para a renovação do período presidencial em 10 de Novembro de 1943 (SCHURSTER; LAPSKY, 2000). Além disso, afirmava o opositor de Vargas, o regime se filiava ao ideário nazifascista até meados de 1942, quando a maré alemã começou a perder impulso – a derrota da Alemanha estava chegando a galope na Europa e o Brasil seguiria pelo mesmo rumo já que em pouco tempo veríamos a queda do Estado Novo, pois o simulacro de regime não vingou e nem podia vingar no solo brasileiro por ser um produto artificial e estranho a nossa formação, aos nossos desejos, aos nossos costumes e às nossas necessidades.

Observa-se que Armando de Salles Oliveira mobilizou o mesmo argumento que sustentava o regime nas obras de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia – o bandeirante Estado Novo, reflexo da nossa tradição, conhecedor dos nossos costumes e consciente dos nossos desejos e necessidades estava guiando todos os brasileiros sem prejuízo a nenhum grupo social. Se para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia o regime era original, para Armando de Salles Oliveira, o Estado Novo nunca teve luz própria já que nasceu e viveu do refluxo dos dois meteoros que, depois de incendiar e devastar o mundo, já se precipitaram nos espaços - do chamado "Estado Novo", só se via, segundo o analisa, uma massa escura, informe, morta (SCHURSTER; LAPSKY, 2000).²⁵⁰ Após 1942, a queda do Estado Novo era apenas

²⁵⁰ Nesse momento, nos meses finais de 1943, Vargas já havia, em discurso de 10 de Novembro, aniversário de seis anos do regime, assegurado que após o término da guerra, em ambiente de paz e ordem, a estrutura política da Nação

uma questão de tempo. A imprensa periódica a serviço do regime acompanhou o processo de perda de prestígio do sistema político vigente e também sofreu duras críticas nos anos finais do Estado Novo, como nos é ilustrativo o apelo de Armando de Salles Oliveira. Os artigos publicados nesses órgãos oficiais também acompanharam esse processo – eles tornaram progressivamente menores, menos interessantes no que se propunham a fazer, ou seja, propagandisticamente mais pobres. Além disso, de modo a equilibrar as contas, diversas colunas fixas deram espaço aos reclames publicitários.²⁵¹

Ao que parece, a preocupação com o futuro do regime e sua sustentação foi anunciada ainda em 1938, como podemos aferir a partir de correspondências endereçadas a Getúlio Vargas por seu secretário particular, Luís Vergara. Segundo o braço direito do presidente, ao elaborar sua avaliação, já havia chegado a hora de se "fazer a

seria reajustada. Todavia, nessa mesma manifestação do presidente, defendeu que das classes trabalhadoras organizadas tirar-se-ia os elementos necessários à representação nacional – para Oliveira, os reajustamentos necessários fariam que, depois de consultar o povo por um processo próprio, processo tão amplo e seguro, que lhe permitiria adiantar desde já as linhas da futura representação. Defendendo da democracia, que para ele é um regime que se funde no sentido de responsabilidades do indivíduo para com a sociedade e o estado e que não requer novos batismos, o político exilado criticou a concepção moderna de nacionalismo que consistia em alimentar o espírito de agressão a realizar a mobilização permanente do ódio contra os outros povos e que conduziu o mundo aos horrores do presente. Ao finalizar, defende que no Brasil a ordem do alto é mais uma vez o silêncio, mas os corações estavam prestes a explodir para gritar as suas esperanças e comungar sem reservas naqueles votos de outros povos (SCHURSTER; LAPSKY, 2009).

²⁵¹ Segundo correspondência de Cassiano Ricardo a Andrade Queiroz, *A Manhã* “progrediu, economicamente, elevando a sua produção. Assim, em 42 – como se vê pela relação anexa – a receita de publicidade foi de 1.726.561,80, passando a 2.682.552,70 em 43. A diferença, para mais, foi de 955.990,70. A média mensal de publicidade, que era apenas de 69,210 em 41, subiu a 143,713,00 em 43 [42] e atingiu 223.546,00 em 43. As outras receitas também acusam ascensão e não declínio. A de obras gráficas, de 307.084,00 em 42, subiu a 501,387,00 em 43. A dos agentes de publicidade no interior, que era de 229,461,00 em 42, passou a... 413.640,00 em 43. A própria venda avulsa, na capital, subiu de 567.643,00, em 42, para 634.766,00, em 43. Ora, um jornal cuja receita está progredindo, e não diminuindo, não é – ao que me parece – um jornal fracassado.” (RICARDO, cx. 14, 28.4.44)

justificação ideológica do Estado Novo", pois o regime não poderia "apoiar-se exclusivamente na fidelidade das baionetas e numa permanente vigilância policial". A tarefa exigia, portanto, que se adotassem "diretrizes de alcance doutrinário e prático" a fim de edificar a "nova ordem institucional implantada no Brasil" depois do dia 10 de novembro.

Entre as medidas pragmáticas e capazes de organizar as manifestações da vida nacional, a criação de uma máquina de propaganda que organizaria o material de publicidade do regime deveria ser pensada e operada por poucos intelectuais, encerrados num gabinete e sob uma direção bem controlada. Essa institucionalização da propaganda do regime deveria ser, para Vergara, um projeto que se afastasse de temas indigestos como as "digressões doutrinárias, de tiradas filosóficas sobre teorias do Estado" já que os princípios do Estado Novo deveriam ser sistematizados de forma instrutiva e acessível, para o uso do povo e para uso da catequese oral (CPDOC/FGV. LV c. 1938.00.00/1).²⁵² Essa aparelhagem, além de usar recursos da União, deveria recolher cifras juntos às "classes conservadoras, que receberam sem reservas o Estado Novo, porque nele situam o eixo de uma ordem básica indispensável à expansão de seus interesses" de modo a criar uma "caixa de contribuições" (CPDOC/FGV. LV c 1938.00.00/1, p. 7).

É válido registrar que o projeto proposto por Vergara em 1938 foi institucionalizado com a criação do DIP no final do ano seguinte. Esse órgão coordenou as três frentes básicas em que se desdobrava a ação do Estado no campo ideológico: propaganda oficial do governo e promoção pessoal do presidente; censura e divulgação cultural. Foi a partir dessas

²⁵² Está depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, no Arquivo Luis Vergara, um documento intitulado "Impressões", em formato de relatório de viagem, sem assinatura e que versa a respeito das impressões do relator sobre os Estados Unidos, enfatizando a necessidade de organização de um serviço, naquele país, de informação e propaganda do Brasil. Em período de panamericanismo, era necessário a organização de uma agência oficial, todavia, que deveria se apresentar aos estadunidenses como uma iniciativa particular, isenta de oficialidade, uma vez que o povo do norte do continente teria horror ao termo *propaganda*. Segundo o relator não identificado, o DIP era uma instituição olhada com revés pelos jornalistas estadunidenses, mas caso se denominasse Departamento de Imprensa e Informação ou Departamento de Informação e Cultura, os confrades não ofereceriam nenhum reparo do seu funcionamento. (LV pi S. Ass. 1943/1944.00.00)

três funções - difusão, repressão e educação - que os nacionais receberem em suas casas as diretrizes do Estado Novo. Além disso, o processo de incorporação ao patrimônio da união da Estrada São Paulo-Rio Grande e as empresas a ela filiadas e o aproveitamento dos veículos de comunicação de massas do grupo *A Noite* para a elaboração e difusão dos pressupostos políticos do regime, assim como o lançamento de outras publicações com a revista *Cultura Política*, também são sintomáticos da necessidade de massificação de informações favoráveis ao regime em momento de vinculação de vozes destoantes ao ideário do Estado Novo.²⁵³

A atuação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como ideólogos do regime garantiu a eles considerável visibilidade no período, sendo que, durante a vigência do regime, ambos foram eleitos para a ABL, o primeiro no ano de 1937 e o segundo em 1943. Trabalhando como ideólogos do Estado Novo, não se furtaram de oferecer ao regime um arsenal legitimador de acordo com as suas convicções de organização políticas e sociais divulgadas em seus livros e na imprensa periódica desde a década de 1920. Nesse sentido, interpretaram os discursos presidenciais e ofereceram aos seus leitores análises que os relacionava às suas trajetórias de luta em defesa de um projeto político autenticamente nacional, baseado no conservadorismo e

²⁵³ Não conceituo como *contra-hegemônicos* esses discursos que conflitavam com os interesses do Estado Novo por compreender que tal categoria não se aplica para determinados casos em questão. Nicola Pratt, de forma bastante sucinta, compreende tal categoria como uma reação contra a hegemonia que ocorre na sociedade civil (PRATT, 2004). Já no artigo intitulado *Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: a Contribuição Teórica de Gramsci*, Dênis de Moraes sugere que discursos contra-hegemônicos estão relacionados com determinada conjuntura política, ou seja, estão vinculados a projetos da esquerda. Devido à existência de variadas elaborações críticas, elaboradas por defensores de diferentes matrizes políticas que se insurgiram principalmente a partir de 1943 e sendo que alguns setores mais conservadores da sociedade também participaram do debate e divulgaram suas propostas, como a UDN, por exemplo, não creio que seja possível agrupar esses discursos destoantes do ideário do regime a partir dessa categoria. Além disso, alguns desses projetos para o futuro do Brasil estava em consonância com debates hegemônicos e eram constantemente mobilizados nos embates políticos internacionais, como a defesa de Armando de Salles Oliveira por um regime que definia como democrático, que se aproximava do modelo burguês-liberal. Dessa forma, creio que seja possível qualificarmos essas elaborações dotadas de interesses políticos como contradiscursos.

na hierarquia social em um período de graves conflitos de proporção mundial.

Menotti Del Picchia, ao analisar *O discurso do Presidente*, proferido em 10 de novembro, data que marcava o aniversário de quatro anos do advento do Estado Novo, atribuiu ao chefe da nação a sabedoria para a condução do Brasil em um momento delicado de beligerância internacional. O caminho apontado foi a formação de um bloco interno coeso em defesa da nacionalidade (DEL PICCHIA, *AM*, 15.11.41, p. 4, c. 5-6). Ao analisar outro discurso de Vargas, esse endereçado especialmente aos paulistas, Cassiano Ricardo publicou no *A Manhã* um artigo intitulado *Regimes & Rótulos*, onde buscou retomar sua recorrente crítica ao “liberalismo cosmopolita e difuso” a partir das palavras proferidas pelo chefe da nação, político eficaz que estava reajustando o Brasil às suas realidades sociais e econômicas. (RICARDO, *AM*, 7.12.41, p. 4, c. 2)

Os poetas Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, gozando da condição de diretores das publicações oficiais do regime, se apropriaram de um discurso que atribuía a São Paulo a gênese da democracia brasileira e, afastando-se das proposições que rotulavam o Estado Novo como um regime ditatorial e personalista, construíram uma legitimação que o configurava como uma democracia originalmente brasileira. De tal modo, as críticas à falida democracia liberal, que não era o modelo mais apropriado de regime político para resolver os problemas nacionais, foram constantes. Os intelectuais fizeram recorrentes elogios às atitudes políticas do chefe Getúlio Vargas e no que diz respeito à vida dos homens de letras, valorizaram a postura de aproximação entre o campo político e o cultural.

Em relação à organização social do Brasil, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia deixaram, em diversos momentos, claras as suas posições: a originalidade brasileira gestada a partir das bandeiras paulistas permitia que se confluísse a organização hierárquica e obediente do totalitarismo com as iniciativas individuais do liberalismo, assim como a manutenção da ordem, cara à direita e a ampliação dos direitos sociais, lábaro esquerdista.²⁵⁴ As bandeiras eram, para tais intelectuais, formadas a partir de um ímpeto individualista de caça às

²⁵⁴ A conservação da hegemonia exige que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida e que se forme certo equilíbrio de ordem econômico-corporativa, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Todavia, existem limites para que os pilares da dominação não sejam afetados.

pedras preciosas sem que isso conflitasse com uma organização interna harmoniosa, assim como deveria ser a sociedade brasileira da década de 1940. Pode-se dizer que, na legitimação do Estado Novo como regime legitimamente nacional, esses intelectuais evocaram as teses em voga internacionalmente no que diz respeito à organização sociopolítica da sociedade para, a partir de uma chave de leitura nacional, formular uma idealização do regime autoritário instituído em 1937.

Como forma de afirmação, o Estado Novo buscou ocupar os diversos espaços da estrutura ideológica e cultural da sociedade brasileira e, na medida em que não lograva êxito, ativava suas instituições de cerceamento para a manutenção do *status quo*. No momento em que a conjuntura internacional não se configurava mais como base de apoio ao regime e que as vozes críticas a Vargas e ao sistema político vigente no Brasil começaram a se explicitar sem que o governo pudesse calá-las, seja por consenso ou pela força, percebemos a fragilidade e até, por vezes, o processo de ridicularização a que foram submetidos os discursos que estavam sendo veiculados há anos por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia e que aparentemente eram consentidos pelos nacionais. Diferentemente do que era proferido nos discursos oficiais, o Estado Novo, evidentemente, não conquistou a adesão de todos brasileiros e a explicitação do descontentamento de setores progressistas e conservadores antecederam a hora do adeus temporário de Vargas ao Palácio do Catete. Em 1942, em *Telegrama dirigido pela Academia Paulista de Letras ao sr. Getúlio Vargas*, a partir d'*As trincheiras da inteligência*, os imortais da APL, dentre os quais figuravam os “nomes dos mais representativos da intelectualidade paulista” e que “não somente fulgem eles no domínio da literatura, como no da política, do direito, das ciências e das nossas rodas sociais” (ANSP, 24.8.42, 1ª Ed, p. 2, c. 6-7), buscam oferecer os seus serviços ao chefe da nação em um expressivo telegrama, que assim versava:

A Academia Paulista de Letras ama o Brasil com fé e ufanía, está com a Nação e seu digno Chefe na hora culminante em que cada cidadão deve ser um soldado em defesa da Pátria. As trincheiras da inteligência nos combates pelas liberdades cívicas e pelas conquistas espirituais da humanidade prolongam e reforçam as trincheiras militares. Os intelectuais de S. Paulo saberão cumprir o seu dever de brasileiro acatando fielmente as ordens e instruções que recebam para a luta em prol da terra abençoada que Deus lhes deu e que o

governo de Vossa Excelência saberá conduzir à vitória. Respeitosas saudações. – Altino Arantes – Presidente: René Thiollier Secretário Perpétuo. (*Idem*)

Segundo a publicação, Vargas recebia o apoio da APL como um todo, não fazendo distinção entre entusiastas ou críticos do Estado Novo. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, também membros da Academia, tanto no jornal *A Manhã* como no *A Noite*, não pouparam esforços para divulgar o suposto êxito do Estado Novo em agradar todos os brasileiros a partir de intervenções prévias do chefe da nação que, devido a sua inteligência política e sensibilidade social, se adiantava as demandas sociais e legislava, com apoio dos intelectuais, de modo a manter a harmonia entre os brasileiros. Ao Estado Novo caberia, então, arbitrar os conflitos sociais. Todavia, passado o ápice da censura do DIP, o periódico *Diário Carioca*, não resguardou críticas ao regime ditatorial de Vargas e publicou, ironicamente, um curto artigo em que criticava a falta de apoio de Vargas aos homens de letras bandeirantes:

Numa de suas retumbantes visitas a São Paulo – jornada de catequização política – o sr. Getulio Vargas, o “Anchieta” do Estado Novo, como diria o sr. Placido Modesto de Melo (...) – além de sorrisos abundantes que distribuiu às massas trabalhadoras, s. excia. esteve no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, fazendo a inauguração do Serviço de Assistência aos Trabalhadores Intelectuais.

No entanto, afora os discursos e as eternas promessas, até hoje ninguém conhece, aqui um só ato concreto em favor dos homens de letras bandeirantes.

Mais uma vez o nosso “imortal” ditador revelou-se um “tapeador” de São Paulo. Realmente. A Não ser o sr. Menotti del Picchia, que ganhou um cartório por ter desistido de uma eleição na Academia Brasileira de Letras em favor do presidente Vargas, nenhum outro escritor recebeu, na Paulicéia, qualquer benefício das mãos “generosas” do consagrado autor da “Nova Política do Brasil”, obra “premiada” e editada pelo DIP a custa do dinheiro do povo.

Ainda há dias, um popular vespertino paulista, referindo-se ao Serviço de Assistência aos Trabalhadores Intelectuais, afirmou que a sua única iniciativa fora... em favor do próprio sr. Getúlio Vargas! Assim é que, por seu intermédio, foi oferecido 300 cruzeiros por cada artigo que fosse feita a “crítica literária” do livro de autoria do escritor alemão Paul Frischauer [Presidente Vargas. Biografia], livro de bajulação ao chefe nacional e de agregação aos vultos mais eminentes do Brasil.

A verdade, porém, é que os escritores pobres de São Paulo preferiram a “tanga” a elogiar um livro contra o Brasil (*Diário Carioca*, 24.5.45, p 4, c. 4-5).

Se assim foi em São Paulo, onde ninguém aderiu à cooptação de Vargas, no Rio de Janeiro o crítico Ruben Gill, em 19 de janeiro de 1943, publicando pela revista *A Noite Ilustrada*, embolsou 300 cruzeiros, mais do que o valor pago a Jorge de Lima por publicar no *A Manhã*. Deve-se compreender, todavia, que o jornal *Diário Carioca* fazia parte da oposição e incluía entre seus colaboradores Carlos Lacerda, desafeto declarado de Vargas. Como vimos, não foram somente os intelectuais comprometidos com o Estado Novo que obtiveram retornos financeiros a partir de suas penas, como se observou a partir do caso de Afonso Schmidt, uma vez que, com a imprensa controlada pelas instituições coercitivas estatais, as discussões políticas que apontassem posturas críticas ao regime eram cerceadas, cabendo aos analistas políticos o silenciamento, a adequação ou a burla.

Já em relação à acusação de que Menotti Del Picchia recebeu um cartório, em carta datada de 11 de novembro de 1938 e endereçada a Luiz Vergara, secretário pessoal de Vargas, em papel timbrado do Palácio do Governo do Estado de São Paulo, da Diretoria de Propaganda e Publicidade, Menotti Del Picchia assim se expressou:

Pelo Carrazzoni tive notícias de que o nosso grande Chefe se interessara pelo meu caso, em referência ao cartório. Sem esse “placet” e sem ficar acertado que “onde quer que eu esteja” estarei para servi-lo e aguardando suas ordens para trabalhar eficientemente na grandiosa obra que ele vai realizando, nada quero e nada aceito. Parece que a situação de saúde do atual detentor desse ofício está na dolorosa eminência de seu

desfecho. Desejaria, pois, que aproveitando a estado do Dr. Adhemar aí, você lhe relembrasse o caso. Frágil é a memória dos homens que o sol da glória ilumina. (...) (DEL PICCHIA, LV c 1938.11.11)

Ao que parece, Menotti Del Picchia conseguiu o cartório em troca de préstimos serviços à Vargas e que poderia, em 1941, ter incluído a desistência a uma cadeira da ABL em favor do presidente.²⁵⁵ Ademar de Barros, por sua vez, parece ter sido o mandatário de Menotti Del Picchia e Vergara o responsável por lembrar o interventor de São Paulo.²⁵⁶ Cabe ressaltar que a troca de favores é uma das questões centrais da discussão sobre *cooptação* proposta do Miceli (1979), que apreendeu a relação estabelecida entre intelectualidade e Estado autoritário a partir dos trabalhos desempenhados como funcionários em tempo parcial, prestando serviços de consultoria e congêneres, desempenhando cargos de confiança do Estado ou assumindo a direção de órgãos governamentais, de modo a receber rendimentos dobrados. Parece-me, pelo que venho tentando demonstrar, que tal categoria de análise não pode ser aplicada para a compreensão da relação estabelecida entre Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia com o Estado Novo. Tais intelectuais, usufruindo do espaço a eles confiado, buscaram divulgar um projeto de sociedade corporativista e divulgaram o regime como se houvesse um consenso em torno da figura de Getúlio Vargas como nome ideal para comandar a nação.

Se até esse momento vimos como a conjuntura internacional da primeira metade da década de 1940 influenciou na acentuada queda do regime e quais foram as armas utilizadas por Vargas para a manutenção do Estado Novo, cabe discutirmos então um debate específico ocorrido

²⁵⁵ Menotti Del Picchia estabeleceu o “Cartório do Tabelaio Menotti” na Rua Boa Vista, 234 e em 1941 já operava, como demonstra a notícia da revista *Dom Casmurro* que assinalou Menotti Del Picchia como “o novo tabelaio paulista” em 5 de abril de 1941 (ALVES, DC, 5.4.41, p. 8). O *Correio Paulistano*, em edição de 15 de abril, publicou uma reportagem que trata da escultura que Brecheret iria iniciar em homenagem ao Duque de Caxias e cujo contrato foi lavrado gratuitamente no cartório de Menotti Del Picchia, “num gesto de alto sentido civico-patriotico” (CP, 15.4.42, p. 3, c. 7).

²⁵⁶ Em outras ocasiões, como forma de acessar o presidente Vargas, tanto Cassiano Ricardo como Menotti Del Picchia acionavam Vergara, como, por exemplo, quando, em 24 de fevereiro de 1944, Cassiano Ricardo buscou esclarecer os questionamentos sobre o financiamento do DEIP-SP ao *A Manhã*.

em 1943 e que envolveu Cassiano Ricardo e Heráclito Sobral Pinto. Apreender a recepção das produções intelectuais possivelmente seja a tarefa mais árdua desse trabalho e talvez o caminho mais tortuoso para um historiador. Trabalhar com essa categoria de análise a partir da literatura produzida por ideólogos de um regime autoritário, escrevendo e publicando em um período em que as informações veiculadas estavam sob controle desse mesmo regime que, por sua vez, era o incentivador e o mecenas desses intelectuais, é uma tarefa mais dura ainda.

Para cumprir tal objetivo, poder-se-ia trabalhar a partir da recepção publicada nos periódicos do próprio regime, tanto no *A Manhã* como no *A Noite*, que exaltava as atuações dos membros da Academia Brasileira de Letras na condução das publicações oficiais. Também seria possível analisarmos as críticas literárias de *Marcha para Oeste*, por exemplo, que não deixou de ser divulgada como um ensaio necessário para a compreensão da realidade brasileira, principalmente no jornal *A Manhã* e nos seus suplementos. Além disso, as próprias edições dos livros publicados possuíam comentários de prestigiados literatos que rasgavam elogios às obras – mas tudo soa profundamente artificial, já que cabia às instituições atreladas ao regime selecionar o que poderia e deveria ser veiculado. Dessa forma, buscar na imprensa periódica os ataques a Getúlio Vargas, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia ou às publicações por eles dirigidas também parece ser procurar uma agulha no palheiro, cujo mapa foi possível acessar a partir de uma correspondência salvaguardada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

Embora não tenha sido a única querela que tenha envolvido Cassiano Ricardo, nem tenha sido o único contradiscurso veiculado em relação ao Estado Novo, creio que, por estar bem documentado e por ter sido pouco explorado pela historiografia, tal conflito seja enriquecedor para a compreensão desses últimos suspiros do regime autoritário, assim como emblemático da complexidade de opiniões que a censura buscou coibir ao longo dos quase oito anos de Estado Novo. Além desse evento que explorarei, poder-se-ia citar outros conflitos que nos remetem a Cassiano Ricardo, como os já analisados atritos que envolveram o autor de *Marcha para Oeste* e Fernando Magalhães, na ABL, por ocasião do concurso de poesia vencido por Cecília Meireles, momento em que os versos de Cassiano Ricardo são satirizados, ridicularizados e ironizados por Magalhães. (BUENO; ERMAKOFF, 2005)

Além desse episódio que envolve o diretor do *A Manhã*, Luiza Franco Moreira identificou a divulgação de um discurso contra-hegemônico nas ilustrações de Lívio Abramo para a grande obra de

Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste*, de 1940. Para a autora, Abramo soube se apropriar das margens de liberdade a ele confiadas para difundir em suas produções gráficas um debate oposto ao propagado por Cassiano Ricardo que defendia, na oportunidade, a existência de uma democracia racial no Brasil (MOREIRA, 2006). Talvez a autora tenha sido influenciada, em um primeiro momento, pela trajetória da família Abramo, ligada ao trotskismo, mas em suas análises essa chave de leitura se sustenta.

Selecionando algumas ilustrações veiculadas em *Marcha para Oeste*, Moreira analisou as ilustrações de Lívio Abramo para compreender a inserção de elementos que contradissem a própria narrativa do autor. Segundo Moreira, Abramo elaborou uma narrativa em que a violência e a coerção constituem os principais elementos do relacionamento entre o bandeirante e seu escravo africano, subvertendo a ilusão de harmonia racial projetada pelo relato de Cassiano Ricardo. Na elaboração desse discurso contra-hegemônico, Lívio Abramo abriria espaço para uma perspectiva socialista no interior de uma concepção massivamente hierárquica do Brasil e inseriria, em outras ilustrações, figuras ausentes na elaboração do ideólogo do Estado Novo, como a mulher africana, por exemplo, desenho que compõe o final do capítulo sobre bandeiras e miscigenação.

Usando as bandeiras como modelo e como alegoria para o Estado Novo, Cassiano Ricardo defendeu enfaticamente a hierarquização social e a necessidade de definição das funções a serem desempenhadas pelos grupos conformes suas competências. Dessa forma, caberia às elites ditar os rumos políticos da nação com o auxílio dos intelectuais, enquanto era função única dos trabalhadores gerar riqueza disciplinadamente. Na marcha das bandeiras, guiadas pelo homem branco, caberia ao indígena e ao negro desempenharem papéis subalternos – aos nativos contribuindo com sua mobilidade e aos escravizados africanos com a força de trabalho braçal. Pode-se dizer que a democracia social e racial de Cassiano Ricardo, cujo poder de decisão se destinava a poucos eleitos pelo destino, é uma distorção do conceito que a entende como um regime de governo em que o poder de tomar as decisões políticas está com os cidadãos.

Na ilustração de Lívio Abramo publicada em *Marcha para Oeste* que deveria representar a organicidade da marcha, onde caberia a cada grupo ocupar determinada função conforme suas psicologias raciais, alguns elementos podem ser problematizados. Primeiramente, Lívio Abramo parece concordar que desempenharam as funções de comando, mobilidade e trabalho os elementos branco, indígena e negro,

respectivamente, apesar de não entender que essas relações ocorressem organicamente, sem que os conflitos imperassem.

Outra ilustração que pode ser lida a partir de uma chave que atribui a Lívio Abramo um papel de resistente ao discurso a ser difundido por Cassiano Ricardo é a que apresenta a coerção a que estavam submetidos os trabalhadores das bandeiras, negros e indígenas que, vestindo apenas uma tanga, eram vigiados de longe e de perto pelos chefes das expedições, cuja função era, além de guiar, coordenar e tutelar os outros membros. Essa leitura se contrapõe a perspectiva do autor da obra que entendia a relação estabelecida entre os líderes e os subalternos a partir da categoria de *disciplina consciente*, onde o comando férreo encontraria aceitação dos outros membros por esses compreenderem a importância das funções que desempenhavam.

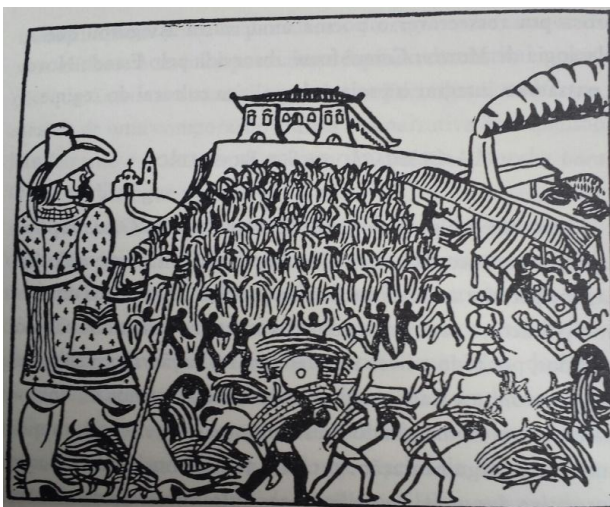


Figura 17 - Ilustração de Lívio Abramo (RICARDO, 1940, p. 388).

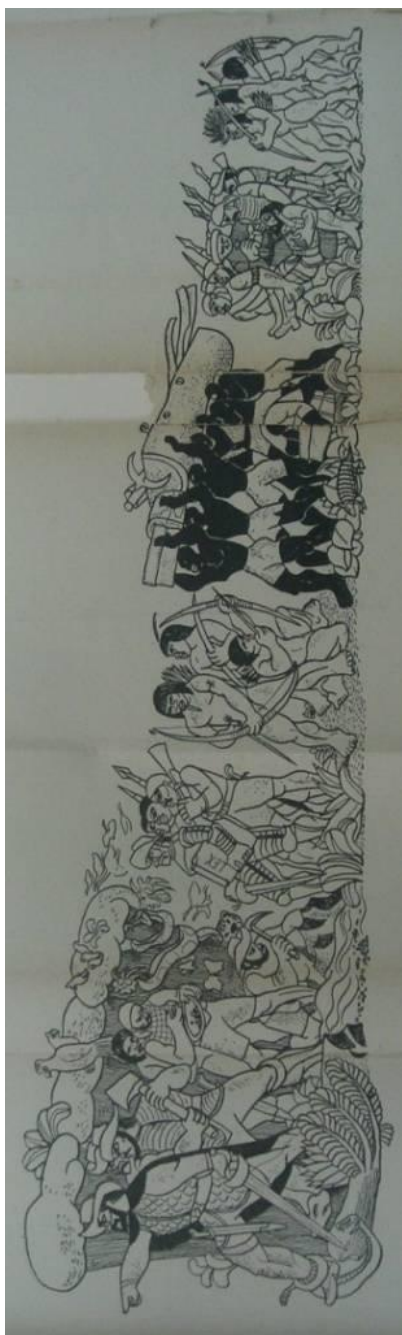


Figura 18 - Ilustração de Lívio Abramo representando a organicidade da marcha, cada grupo ocupando sua função, conforme sua psicologia racial (RICARDO, 1940, p. 344).

A partir dessa leitura mais atenta das imagens produzidas para ilustrar e ornamentar o livro, concluo que Lívio Abramo compreendia que a disciplina era imposta pelos que, nessa conflituosa relação, desempenhavam um papel dominante. Para o ilustrador, a violência era um traço da sociedade brasileira, mas, diferentemente de Cassiano Ricardo, não concordava que essa tradição devesse ser reproduzida e perpetuada socialmente a partir de criação de instituições e regimes que garantisse a manutenção do *status quo*. Para expor suas ideias, o ilustrador se utilizou de um espaço improvável para apresentar sua discordância com a leitura que estava sendo elaborada pelo autor da obra e que no período, ao que parece, passou despercebida. Além disso, cabe ressaltar que as análises dessas ilustrações sob esse ponto de vista são possíveis graças à trajetória de engajamento de Abramo construída após o Estado Novo.

Após discutirmos alguns casos que contestam o pregado por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, principalmente em relação às ideias de que o Estado Novo era unânime como o regime a ser eternizado no Brasil e que não haveria qualquer movimento contestatório, voltemos ao emblemático episódio que envolveu Sobral Pinto e Cassiano Ricardo. Ao divulgar uma ideologia política com o intuito de legitimar o regime – garantindo sua função de propaganda – as publicações em questão, *A Noite* e *A Manhã*, também assumiam sua conotação repressiva ao excluir a veiculação de mensagens que pudessem ferir a imagem do regime. Porém, para além da sua atuação no porta-voz oficial do Estado Novo, entre os meses de setembro e outubro de 1943, Cassiano Ricardo envolveu-se em um episódio que repercutiu entre a intelectualidade ao travar discussões via imprensa com H. Sobral Pinto, debate esse bem documentado e que colabora na elucidação de alguns pontos. Cassiano Ricardo agiu a favor da repressão às ideias discordantes dos preceitos do regime veiculados não apenas no *A Manhã*, mas também em outros órgãos de imprensa, como, nesse caso, no *Jornal do Commercio*. Nesse periódico, Sobral Pinto, advogado de renome da capital federal, possuía uma coluna semanal intitulada *Pelos Domínios do Direito*, cujo principal objetivo era orientar judicialmente os leitores nas mais diversas alçadas.

O episódio em questão emergiu após o encontro que alguns intelectuais mineiros tiveram na casa de Pedro Aleixo, momento em que orquestraram a publicação do *Manifesto dos Mineiros*. A partir dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* e no *A Manhã*, além de missivas encaminhadas ao Ministro Gustavo Capanema, tanto por parte de Cassiano Ricardo, enviada a partir da explicação dada a Afonso

Arinos, como de Sobral Pinto e do livro publicado pelo último para esclarecer alguns pontos, já que a ele foi negado o direito de se defender via imprensa, pode-se discutir a respeito das expectativas do autor de *Marcha para Oeste* no que diz respeito à domesticação da vida intelectual.

Essa desavença passou por um processo de silenciamento no livro de memórias de Cassiano Ricardo, uma vez que Sobral Pinto foi citado apenas a partir de uma troca de correspondências com Monteiro Lobato, em 1948, ao discutirem sobre questões referentes à ABL, momento em que jurista ofereceu a Cassiano seu aperto de mão, o que significou, para o diretor do *A Manhã*, o fim das desinteligências entre ambos (RICARDO, 1970). Essa menção descontextualizada, sem que se expusessem os porquês do conflito, parece ser representativa da já mencionada autoimagem que Cassiano Ricardo quis deixar para posteridade. A respeito do fim desse debate, pelo que parece, foi mediado por Gustavo Capanema – em 27 de março de 1944, em carta encaminhada por Sobral Pinto ao ministro do MES, o advogado reivindicava seu

direito sagrado de resposta, tão brutalmente violado nesta polêmica que vinha mantendo com o Sr. Cassiano Ricardo, diretor de A MANHÃ, jornal editado por uma organização industrial, que é, hoje em dia, administrada por agentes diretamente nomeados pelo Governo Federal. (SOBRAL PINTO, CPDOC/GC c PINTO, H, r. 5, f. 634, p. 1)

Segundo Cassiano Ricardo, em missiva encaminhada ao amigo Afonso Arinos de Melo Franco, signatário do manifesto, a discussão se iniciou após uma má interpretação de H. Sobral Pinto em relação a um texto seu. O artigo em questão foi publicado em 5 de setembro de 1943 e intitulava-se *O saudosismo e o Combate ao fascismo*, onde o autor criticou os liberais por se acharem responsáveis pela queda do fascismo (a demissão de Mussolini em 1943).²⁵⁷ Prosseguindo, Cassiano Ricardo

²⁵⁷ Discutindo acerca da origem do desentendimento, Cassiano busca justificar que: “Dirá ele que [Sobral Pinto] aludi, em ligeira passagem, a ‘liberais que se ofereciam banquetes uns aos outros’ (...) Se ele não é liberal (desde que é católico) nem saudosista (desde que é homem do futuro) não podia julgar-se atingido pela minha crítica feita aos liberais e aos saudosistas. Dado que se sentisse atingido, então teria que considerar o meu artigo não como início da

estabeleceu uma relação entre a velha política liberal brasileira com os estados totalitários europeus, aproximando-os. O artigo, que não cita nomes, refere-se a um banquete realizado na casa de Pedro Aleixo, onde o advogado envolvido na querela se fazia presente, assim como o próprio Afonso Arinos. Furioso, Sobral Pinto, em 18 de setembro, atacou Cassiano por ter se sentido ofendido no artigo publicado no *A Manhã*.

Longe de se esgotar com esse evento, a réplica do diretor do jornal governista, intitulada *Intrepidez & Labrousse*, publicada em um domingo, dia 10 de Outubro de 1943, lançou mão de críticas irônicas e sarcásticas ao ‘destemido’ Sobral Pinto que, segundo ele, se utilizou de Labrousse para sustentar suas críticas de maneira equivocada, a fim de fazer propaganda do seu escritório de advocacia à custa do poeta. De modo geral, a correspondência de Cassiano Ricardo a Afonso Arinos de Melo Franco e, encaminhada ao Ministro Capanema posteriormente, objetivava justificar seus artigos acusatórios ao sr. Sobral Pinto, assim como esclarecer que a acusação que estava sofrendo por parte do último não era verídica. Sobral Pinto, por sua vez, desconfiava ter sido Cassiano Ricardo o responsável por ter encaminhado seu artigo ao DIP, aos cuidados do capitão Amílcar Dutra de Menezes, “afim de chamar a atenção da autoridade para uns trechos que eu havia riscado a lápis,” informação que, segundo a correspondência, “É EDIONDAMENTE FALSA! (*grifos no original*)” (CPDOC/ANC c Ricardo, L. r. 1, f. 471, p 2).

A discussão nutrida entre Sobral Pinto e Cassiano Ricardo nos periódicos entre os meses de setembro e outubro de 1943 era sobre, principalmente, a natureza da Carta Constitucional de 1937 e que, segundo o jurista, não era democrática.²⁵⁸ Baseando-se nas abordagens

discussão senão como resposta ao seu discurso, pronunciado, antes de 5 de setembro, no banquete ao sr. Pedro Aleixo. Mas a verdade é que eu não conhecia o seu discurso, que não foi publicado: e, francamente, não sabia mesmo que o sr. Sobral Pinto tinha sido o intérprete da manifestação feita ao ex-presidente da Câmara de Deputados. (...) Assim sendo, pergunto: a quem cabe o início do ataque e da discussão? A ele, exclusivamente a ele.” (CPDOC/ANC c Ricardo, L. r. 1, f. 471, p. 1)

²⁵⁸ Os nomes dos artigos endereçados a Cassiano Ricardo e publicados na coluna *Pelos domínios do direito*, do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, eram: *A verdadeira ordem jurídica democrática*, de 11 de Setembro de 1943, *O exemplo do jurista como fator de dignificação do direito*, de 5 de outubro de 1943, *A verdade jurídica fator de convivência social*, de 9 de outubro de 1943 e *A reintegração da ordenação jurídica*, de 16 de outubro do mesmo ano.

de Pontes de Miranda, Sobral Pinto citou o trecho do terceiro tomo da obra intitulada *Comentários à Constituições Federal de 10 de Novembro de 1937*, que propunha que: “A Constituição de 1937 não é uma Constituição liberal; menos ainda uma Constituição democrática propriamente dita. É a Carta de uma ditadura, em que os elementos sul-americanos de poder pessoal entra em forte dose.” (SOBRAL PINTO, *JC*, 16.10.43, p. 2)

Dessa forma, girando a discussão em torno do regime autoritário, Sobral Pinto foi proibido pelo DIP de sustentar o debate, o que enfureceu-o.²⁵⁹ Cassiano Ricardo, em correspondência ao superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, assim discorre à respeito de críticas ao jornal:

Uma vez que “A Manhã” se fez o órgão do novo regime, os inimigos deste, não tendo coragem de ataca-lo diretamente, procuram fazer de nosso jornal o alvo de sua antipatia. Acredite o meu prezado amigo que a sabotagem feira a “A Manhã”, nos círculos profissionais e noutros, não passa de mal disfarçada oposição ao proprio Presidente. (RICARDO, *FCCR*, cx. 13, 5.5.42)

²⁵⁹ Segundo as informações que disponho, Sobral Pinto estaria liberado para sustentar o debate desde a partir da condicionante estabelecida pelo diretor do DIP: publicar os seus novos artigos somente após de exame prévio, pela autoridade competente. O autor, conforme consta na missiva, optou não somente por não manter as discussões com Cassiano Ricardo, assim como em não publicar mais no *Jornal do Commercio*, o que enfureceu Cassiano Ricardo por compreender como estratégia do autor para transmitir uma imagem de cerceado pelo Estado. (CPDOC/ANC c Ricardo, L. r. 1, f. 471). Segundo Cassiano Ricardo, ainda na missiva a Afonso Arinos, assume que “depois (e agora esclareço bem este ponto) fui pedir ao diretor do DIP – sem nada saber a respeito de sua carta de 20 de outº. a ele dirigida – QUE ESTENDE-SE A MIM – ISTO A 26 – IDENTICA PROIBIÇÃO. Fiz questão de receber o mesmo tratamento que ele houvesse recebido. E que essa medida foi tomada, não resta dúvida: tanto assim que, JÁ A 27, “A Noite” de S. Paulo, era proibida, pelo DEIP de lá, de reproduzir o meu último artigo. Se houve, aí, desigualdade de condições, foi contra mim. Entre dois contendores, um que defende o regime e outro que o ataca (e ele atacou o regime desde o seu artigo de 18 de setembro) chega a ser desconcertante que o defensor do regime seja tratado da mesma forma que o atacante. (*grifos no original*. CPDOC/ANC c Ricardo, L. r. 1, f. 471, p. 3).

Cassiano Ricardo, além de se isentar pela denúncia ao DIP, assume que “meu interesse, ao contrário, seria o de que o sr. Sobral não fosse advertido e muito menos obstado de me responder quantas vezes o quizesse: a) por entender, como entendo, que o regime deve ser discutido, embora discutir seja uma coisa e atacar seja outra; (CPDOC/ANC c Ricardo, L. r. 1, f. 471, p. 2).” O limite que Cassiano concederia, caso fosse de sua alçada, a Sobral Pinto, seria justamente o da crítica ao regime, impossível, para o poeta, de ser veiculado para os leitores. Dessa maneira, prossegue assumindo que,

Atacar o regime publicamente é um crime previsto por lei; e o diretor do DIP, impedindo o ataque, estaria apenas impedindo o sr. Sobral de cometer um crime, o que lhe seria uma vantagem... O sr. Sobral, porém, não se sujeitou à censura, alegando que precisava de “absoluta liberdade de movimentos”. A autoridade, não podendo dar-lhe essa liberdade absoluta – pois nenhum jornalista dispõe desse privilégio, achou que o mais acertado era, então, encerrar a polêmica. O sr. Sobral, todavia, foi logo às do cabo. Parou de escrever, para dar como disse – que o diretor do DIP o amordaçou a meu pedido. E simplesmente fantástico o sr. Sobral Pinto!” (CPDOC/ANC c Ricardo, L. r. 1, f. 471, p. 2).

A necessidade de canalizar os esforços dos intelectuais em prol da Nação, a favor de uma literatura engajada e de coesão nacional a partir de um discurso orgânico cujos atritos eram silenciados em detrimento a uma suposta harmonia social parece, principalmente a partir da década de 1940, enfraquecidos. Todavia, isso não deve ser interpretado, a meu ver, como um afrouxamento na pretensão de intelectuais como Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, que se portavam como escritores-soldados, em controlar as informações a serem apregoadas, mas sim a partir da impossibilidade do Estado em atuar em diversas frentes em um momento de crescente descrédito com a política estadonovista.

Essa rixa envolvendo Cassiano Ricardo e Sobral Pinto fez com que o último editasse e publicasse duas brochuras, ainda em 1943. Intitulando-as de *O primado do espírito nas polemicas doutrinarias (as iras do sr. Cassiano...)* e um *Recurso ao Exmo. Presidente da*

República, o autor procurou esclarecer seu ponto de vista, uma vez que havia sido proibido de discutir na imprensa periódica e lutava pela sua liberdade de expressar-se livremente, sem que o Estado interviesse.²⁶⁰ Foram publicados 1000 exemplares numerados do dossiê contra Cassiano Ricardo, do qual disponho “este exemplar, de nr. 0522 [que] foi especialmente impresso para o Exmo. Sr. José Joaquim Cardoso de Melo Neto” e foi acessado na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Nessa obra composta por 113 páginas, Sobral Pinto buscou explicar os antecedentes da polêmica e compilou correspondências enviadas e recebidas, envolvendo diversos nomes e instituição, como o Coronel Costa Neto, os Ministros de Estado, o Diretor do DIP, o Presidente da ABI, o Chefe de Polícia, Pedro Aleixo, Centro D. Vital, o *Jornal do Commercio* e claro, Cassiano Ricardo (SOBRAL PINTO, 1943).

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia assumiram publicamente a necessidade de repressão das formulações ideológicas e estabeleceram como limite justamente a crítica ao regime por eles defendidos. Buscar nas miudezas a participação de intelectuais críticos ao regime ou notas dissonantes como fatores de resistência frente à ditadura é válido no que diz respeito à problematização do discurso homogeneizador e de não conflito divulgado pelo próprio Estado Novo, mas em nada minimiza o caráter repressivo, cerceador e violento do regime para com a imprensa e intelectuais que se aventurassem a desafiar os limites impostos.²⁶¹

Tendo isso em vista, parece não ter sido concedida liberdade de crítica para os intelectuais que quisessem publicar nos 2.119 empreendimentos editoriais cadastrados no DIP,²⁶² sendo que esses

²⁶⁰ O jurista católico explica, em conformidade com “as determinações do Santo Padre Pio XII”, que “a opressão que se exerce, neste momento, sobre o meu pensamento, nobre e desinteressado, por ser expressão dos preceitos da Igreja de Jesus-Christo, pode amanhã se exercer, também, com o mesmo arbítrio soberano sobre todo pensamento cultural brasileiro.” (SOBRAL PINTO, 1943, p. 7)

²⁶¹ Além disso, Lourival Fontes, diretor do DIP de 1939 a 1942 foi substituído por militares, primeiramente pelo major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 até julho de 1943, e posteriormente pelo capitão Amílcar Dutra de Menezes, que atuou até a extinção do Departamento, em maio de 1945. Isso também pode nos apontar o objetivo de um pulso mais firme em um período de crescente descrédito do Estado Novo.

²⁶² Segundo o *Anuário de Imprensa Brasileira*, no ano de 1941 circulavam, entre revistas, jornais, boletins, folhetos e almanaques, 2.119 publicações, divididas em 22 estados, com predominância do Rio de Janeiro e São Paulo.

deveriam se adequar as intencionalidades do regime e aceitar os limites impostos ou se inserir, de maneira hábil, dentro de uma aparente aceitação, divulgando discursos desarmônicos. Nesse sentido, em relação à liberdade de expressão e a quem ela se aplicava, parece o Estado ter considerado as formulações ideológicas de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Francisco Campos, autores que defenderam que para a conservação do Estado e da unidade nacional haveria necessidade de controle da opinião pública e, dessa maneira, legitimaram a função do cerceamento da liberdade aos que formulassem discursos contrários aos seus postulados, buscando domesticar a vida intelectual.

O aparato institucional/burocrático do DIP e a Constituição de 1937, que assumia a conotação repressiva do regime, foram criações com objetivos pragmáticos e exerceram suas funções na medida do possível e enquanto as condições externas permitiram. A colaboração de intelectuais não engajados com a ideologia parece ter se inserido no campo de restrições impostas pelo Estado e observados com atenção pelos editores, pelos funcionários do DIP e dos DEIPs e pelos leitores que, como Cassiano Ricardo expôs em seu livro de memória, eram também atuantes nesse sentido.

O autor de *Marcha para Oeste*, embora não estivesse ligado diretamente às instituições de censura após ter deixado a direção do DEIP paulista, buscou influenciar não apenas na publicação a que lhe foi confiada à direção, mas também em outros periódicos nacionais na tentativa de canalizar os esforços intelectuais a favor dos interesses da nação, que seria encarnado, segundo o autor, pelo Estado Novo. Dessa forma, Cassiano Ricardo estabeleceu e militou a favor desse limite para a atuação, definindo-o, na maioria dos casos, a partir da ilegalidade da crítica ao regime que contemplava suas expectativas. Já em relação a Menotti Del Picchia, mesmo que nenhuma fonte acessada me permita aferir sobre a participação dele nesse debate ou em outros dessa magnitude, suas considerações a respeito do papel do intelectual que deveria se portar como um soldado e policiar a inteligência, não permitindo que adentrasse em território nacional modelos políticos inadaptáveis a nossa realidade já nos indicam que sua postura em relação a essas questões seguem na mesma linha do seu companheiro de longa data.

Conclusão

A partir de um projeto que buscava apreender as relações que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia estabeleceram com o Estado Novo, assim como analisar as formulações desses intelectuais sobre a função que caberia às elites letradas no projeto do regime, que incluía, dessa maneira, suas próprias inserções, senti a necessidade de um retorno cronológico anterior à instauração do regime autoritário, uma vez que muitas das suas proposições sobre o Estado Novo estavam sendo discutidas na década de 1920. Dessa forma, se na década de 1920 esses intelectuais se investiam da missão de possibilitar a atualização cultural brasileira em relação à Europa a partir de uma matriz nacionalista, na década de 1930 passam a propor projetos políticos para a nação que longe de se manterem estáveis, foram influenciados pelas circunstâncias sociopolíticas que experimentam, assim como pela posição que ocupam. Todavia, embora haja esse deslocamento – do universo cultural para o político – a sustentação legitimadora para suas proposições permanecem praticamente inalteradas, ou seja, se baseiam na retórica da originalidade brasileira alcançada graças à intervenção do elemento bandeirante na constituição do Brasil.

Como foi de interesse desse trabalho analisar as relações sociais que foram representadas por esses intelectuais através das letras, não se atribuiu, nesse esforço de pesquisa, à linguagem o papel central na discussão e nem a considero como lugar de acontecimento da história. A linguagem foi compreendida como uma forma de apreender e representar a realidade, sendo essa mais ampla e constituída a partir de elementos inapreensíveis e intraduzíveis na sua totalidade por meio das letras ou de qualquer outra ferramenta. Assim, compreende-se que a linguagem influencia as hierarquias sociais e atua, muitas vezes, como expressão dessas e, por fazer parte de um universo mais amplo, no qual ela não se encerra nela mesma, estabelece relações dialéticas na sociedade, intervindo na sua estruturação.

Longe de encarar as produções intelectuais desses poetas como dissociadas ou acima do mundo, busquei demonstrar como elas dialogaram com a realidade social, contextualizando não apenas os cenários políticos com os quais as obras dialogaram, mas também como essas produções eram nutridas por esses interesses e serviram como arsenal legitimador para a manutenção da hegemonia por parte das elites políticas brasileiras. Conclui-se, de tal modo, que a literatura e a realidade social na qual ela se inseria se influenciaram dialeticamente, ou seja, ao mesmo tempo em que a literatura produzida por esses

intelectuais procurou intervir no debate, ela era influenciada por elementos sociais próprios do seu tempo.

Intelectuais que historicamente trabalharam próximos aos círculos de poder, suas discussões acompanharam os embates políticos dos momentos em que suas reflexões foram propostas. Além disso, estas foram adaptadas conforme as necessidades pragmáticas, não apenas durante o Estado Novo, mas também enquanto intelectuais envolvidos com os projetos do PRP, com a Revolução Constitucionalista, servindo ao governador Pedro de Toledo ou ao Grupo Bandeira, momento em que se articularam em função da candidatura de Armando de Salles Oliveira para a presidência, por exemplo. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia foram, inegavelmente, produtos dos seus tempos e estavam inseridos em uma realidade complexa, cujo um dos elementos que a constituía era a atmosfera antiliberal e a decepção, por parte de parcela significativa da intelectualidade brasileira, com os rumos do projeto republicano.

Pode-se dizer, a partir do exposto, que embora Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia tenham participado de um quadro de composição ideológica que subtraía os conflitos inerentes às sociedades humanas e, dessa forma, tenham contribuído com a manutenção das hierarquias sociais e do *status quo*, eles também estavam em contato com uma série de disputas próprias dos seus tempos, inseridas em uma perspectiva de sociedade nacionalista, antiliberal, antidemocrática, intervencionista, corporativista e que deveria ser governado por uma elite capaz de ditar os rumos da nação conforme as necessidades dos brasileiros. Dessa maneira, simultaneamente em que propunham projetos de intervenção social, eram influenciados pela realidade que se atribuíam a função de alterar. O Estado Nacional, para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, era o órgão regulador dos interesses do povo, o elemento central de um projeto de nação a ser comungado por todos os cidadãos e o único capaz de promover a felicidade a todos os brasileiros, sem distinção.

Entre os anos de 1937 e 1945, a ideia de Estado estava intimamente relacionada com o Estado Novo, que não era compreendido por esses poetas como um regime ou governo transitório, mas que iria se perpetuar na direção do Brasil. Dada a sua importância no modelo sociopolítico idealmente construído por tais intelectuais, o Estado também deveria promover a comunicação com seus subordinados e, através dos mediadores intelectualizados, a comunicação de massas foi o caminho proposto por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia para que se estabelecesse uma comunidade espiritual compartilhada por todos os

nacionais. Uma vez que cabia a cada brasileiro, conforme suas qualificações, estar à disposição do Estado para contribuir na construção de uma nação forte e que garantisse aos seus cidadãos as mais positivas realizações, qualquer traço que desviasse do caminho compreendido por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como saudável para o Brasil era legítimo de intervenção por parte da política centralizadora já que era função do Estado promover a harmonia social e neutralizar os conflitos sociais, barrando, dessa forma, os discursos que desviassem do ideal de nação e de organização social defendidos pelo regime e seus ideólogos.²⁶³

No primeiro capítulo, recorri à análise das trajetórias intelectuais Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, literatos que participaram de projetos conjuntamente a partir do início de 1924, momento em que se conheceram. Posteriormente, procurou-se compreender o porquê da eleição dos nomes desses intelectuais para trabalharem a serviço do regime, assim como entender o universo sociocultural em que estavam inseridos de modo a discutir os elementos que caracterizavam seus projetos para a cultura brasileira como conservadores, quando a frente da vertente verde-amarela do modernismo e quais foram os fatores que

²⁶³ O Estado Novo se propôs a neutralizar os conflitos sociais, fossem eles de classe, credo, etnia ou gênero, conciliação esta que estava condicionada a aceitação da situação de subalternidade dos trabalhadores, não-católicos, negros e mulheres, por exemplo. Essas convicções eram expostas e, de certa forma, impostas por homens brancos, católicos e proprietários, pessoas que também defendiam e divulgavam a necessidade da união coletiva de todos os brasileiros. Nota-se, entretanto, que entre os conflitos a serem mediados pelo Estado, foram as lutas de classe que mais mereceram atenção do regime e seus intelectuais. Nas publicações dirigidas por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, é possível, principalmente a partir das colunas *Trabalho e Assistência Social*, do *A Manhã*, *A Noite Sindical*, do *A Noite* e do projeto proposto por Cassiano Ricardo para publicação de mais um suplemento, “este dedicado aos operários com penetração nas classes trabalhadoras e associações de classe.” (RICARDO, cx. 14, s.d.), analisarmos as preocupações em elaborar aos trabalhadores narrativas que os condicionassem a compreender o Estado Novo como o responsável pela concessão dos seus direitos e Vargas como o único político capaz de tutela-los. A modernização conservadora proposta ainda em 1930 garantia direitos sociais aos trabalhadores ao mesmo tempo em que mantinha as hierarquias sociais. Inegavelmente, a ascensão de Vargas ao poder em 1930 representou um marco na condição de trabalho no Brasil, todavia, entendo que essa ampliação dos direitos sociais fez parte de uma estratégia política para angariar simpatizantes do regime, além de possibilitar a manutenção do sistema capitalista em momento de indefinições e incertezas macropolíticas.

influenciaram nesse conservadorismo que não se explicitava apenas no campo artístico e literário, mas também na esfera política e nos modelos propostos de organização social.

Conclui-se também que as redes de sociabilidades políticas e intelectuais constituídas em torno de figuras centrais da organização da Empresa A Noite e de outras personagens importantes para o Estado Novo, assim como a experiência desses intelectuais à frente de periódicos propagandistas de partidos e instituições pesaram a favor da escolha de seus nomes para os cargos de diretores dos órgãos oficiais do regime. Além disso, tais intelectuais assumiram explicitamente a necessidade de organizar e domesticar a vida intelectual brasileira em torno de uma causa nacionalista, discussão essa que nos remete aos postulados do Grupo Bandeira, órgão político e cultural encabeçado por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia e que era responsável pela propaganda política de Armando de Salles Oliveira para as eleições de 1938.

Percebeu-se também como a questão regionalista permeou as obras desses poetas, desde suas primeiras publicações até os seus ensaios políticos e sociológicos, escritos na década de 1930 e início de 1940. Tendo em vista a resistência histórica da população de São Paulo a Getúlio Vargas, político que destituiu a hegemonia política dos paulistas em 1930 e cuja reação de 1932 nos é emblemática do descontentamento das elites locais, incorporar ao projeto do regime dois escritores que possuíam trajetórias políticas e intelectuais atreladas a um projeto de paulistanidade para a nação contribuiria para a aproximação entre o Estado Novo e a população que internamente mais representava uma ameaça à hegemonia conquistada pelo político gaúcho.²⁶⁴ No momento em que as publicações foram lançadas, entre agosto de 1941 e agosto de 1942, o regime varguista demonstrava seu desgaste, principalmente a partir do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, posição que suscitou o debate a respeito da contradição da política interna e externa do Estado Novo e abriu caminho para a manifestação de discursos políticos que destoavam do ideário do regime, iniciando, dessa forma, um conflito ideológico na disputa pela

²⁶⁴ Corroborar com essa assertiva as memórias de Almir de Andrade, diretor da revista *Cultura Política*. Em entrevista concedida em 1981 para Lúcia Lippi Oliveira, Andrade sugere que os intelectuais paulistas “nunca perderam o insucesso da Revolução de 32. De modo que, em geral, o paulista foi sempre um opositor do governo Vargas. No princípio pelo menos.” (ANDRADE, 10.1.81, p. 44)

hegemonia política que os órgãos de cerceamento não foram capazes de silenciar.

Acreditando que iria encontrar a elaboração de uma narrativa propagandística que inserisse São Paulo no centro do debate apenas na sucursal paulista do *A Noite*, causou-me surpresa na análise das publicações, em um primeiro momento, ao localizar no jornal *A Manhã* a relação estabelecida entre tradição paulista e bandeirante com o Estado Novo em tom semelhante ao defendido em *Marcha para Oeste* e em *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*, artigo publicado no primeiro número de *Cultura Política*. Ao que parece, o jornal *A Manhã* buscou criar uma imagem positiva de São Paulo ao Rio de Janeiro e ao resto do Brasil, de modo a quebrar com um imaginário que relacionava São Paulo a um estado separatista, de resistência a Vargas e que lutou contra a nação em 1932, ideia que Menotti Del Picchia sucessivamente buscou contrapor em seus ensaios da primeira metade da década de 1930.

A Noite, por sua vez, buscou abrandar a impressão negativa do regime e de Vargas em São Paulo, ideia essa que na sua elaboração contou com a colaboração do então diretor do jornal, Menotti Del Picchia, que no início da década de 1930 não poupou críticas ao ditador, tanto no *CP* antes do seu fechamento, como nas obras produzidas no calor do movimento constitucionalista de 1932. Essa veiculação de uma imagem positivada de Getúlio Vargas, não mais como o autocrata que depôs Júlio Prestes, o candidato paulista vencedor das eleições de 1930, mas como o sensível político que se adiantaria as reivindicações populares e garantiria a harmonia social, a produção de riquezas, a ordem e os direitos sociais dos trabalhadores, estes compreendidos como concessões do habilidoso chefe do Brasil permearam toda produção intelectual de Del Picchia, assim como do periódico que dirigiu a partir de 1942. Assim, o Estado Novo era um regime de todos brasileiros, inclusive dos paulistas, que também o abraçaram.

O Estado Novo, a partir de um aparato burocrático e de instituições de censura, restringiu a liberdade dos intelectuais e, embora não fosse uma estrutura fechada e impassível de burla, estreitou a margem de autonomia dos que se comprometessem a divulgar suas ideias na imprensa periódica. Em relação aos jornais *A Manhã* e *A Noite*, como qualquer relação conflituosa entre contratante e contratado em empreendimentos periódicos, havia a necessidade dos colaboradores se adequarem a linha editorial definida pelo jornal, que por sua vez, em relação principalmente a esses órgãos oficiosos, deveriam se encaixar no projeto político do regime a partir de suas necessidades pragmáticas sem que isso significasse, todavia, um prejuízo junto aos anunciantes e

assinantes das publicações, importantes no financiamento e no objetivo do jornal – alcançar e tocar o brasileiro através de uma narrativa ufanista, nacionalista e que atribuía o futuro glorioso do Brasil as intervenções profícuas de Vargas.

Limitador do projeto editorial, a relação dos jornais que dirigiam com a política oficial parece não ter sido motivo de lamentações por parte de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, intelectuais que entendiam que todos os brasileiros deveriam abrir mão da liberdade em função das necessidades da nação. Esses periódicos da Empresa A Noite estavam vinculados às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e confiados a intelectuais que comungavam com o projeto autoritário proposto pelo regime varguista, mas que mesmo assim deviam prestar esclarecimentos ao superintendente, o coronel Costa Neto. As publicações buscaram transmitir aos seus leitores a ideia de um país sem conflitos e unidos consensualmente em favor do presidente Vargas, chefe de um regime autóctone e que respeitava a nossa formação sociopolítica bandeirante, se afastando de qualquer modelo político importado. Por encarnar os preceitos do grupo originário é que estava destinado ao Brasil um lugar de destaque no cenário internacional a partir do comando férreo e da ausência de preconceitos, pilares da gênese da nacionalidade.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, por defenderem grupos políticos de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930 se posicionaram em oposição a Vargas, apesar desse, segundo Cassiano Ricardo, ter bebido, em seu projeto da Revolução de 1930, nas fontes do nacionalismo verde-amarelo. A oposição ao político gaúcho por parte desses intelectuais nos remete até o golpe do Estado Novo, momento de articulação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia em nome de Armando de Salles Oliveira. Todavia, pouco mais de um mês após o golpe de 10 de novembro, Cassiano Ricardo, ao assumir sua cadeira na ABL, proferiu um discurso em defesa da instauração do Estado Novo e, pouco tempo depois, no início de 1938, publicações da Capital Federal já elegiam esses dois intelectuais como nomes importantes do regime.

Periodistas experientes e contratados por apresentarem perfis compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, esses intelectuais se apropriaram do espaço a eles confiados e elegeram São Paulo como núcleo irradiador da nacionalidade. Além disso, trabalharam na construção de uma identidade nacional em um momento de conturbação no cenário internacional, defenderam um modelo de Estado corporativista e barraram de suas publicações discursos que destoassem do ideário do regime, que por eles era comungado. Na ausência dos

desnecessários e conflituosos partidos políticos e do poder legislativo, se destinaram a função de interpretar as demandas populares e divulgar os feitos do regime a partir da crença que os intelectuais eram as mentes esclarecidas capazes de fornecer ao executivo, ao descortinarem a verdadeira brasilidade, o material cultural para que as ações fossem tomadas, adiantando-se às demandas populares. Dessa forma, qualquer reivindicação era desnecessária – os intelectuais captavam a inconsciência coletiva e as reivindicações da sociedade, oferecendo ao político habilidoso, Getúlio Vargas, o material necessário para que o Brasil se mantivesse nos trilhos da tradição bandeirante.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia se mantiveram fiéis ao Estado Novo até seu fim e o defenderam das acusações que se explicitaram mesmo quando sua queda era inevitável. Para além das suas produções intelectuais que debateram aspectos da cultura, da política e da sociedade brasileira, tais escritores também gravaram seus nomes na história da literatura e da política brasileira, além de selecionarem e reunirem um grande número de documentos entre fotos, ofícios, recortes de jornais e revistas, correspondências, manuscritos, etc., material que hoje reunidos em instituições que levam seus nomes, Fundação Cultura Cassiano Ricardo, em São José dos Campos e Casa Menotti Del Picchia, em Itapira, ambas no estado de São Paulo. Essas instituições de salvaguarda, mais do que abrigarem os acervos em questão, se configuram como espaço para salvar suas memórias do esquecimento de modo a fabricar imortais e estabelecer uma imagem a ser cultuada a partir de uma chave de leitura preferencial – eram eles intelectuais modernistas preocupados com as letras nacionais.

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia construíram trajetórias estáveis e consistentes na defesa de um projeto conservador e autoritário para o Brasil, embora esse tenha sofrido alterações ao longo do percurso de suas vidas por motivos de ordem subjetiva ou social. Esses projetos idealizados, mesmo que nos soem utópicos, devem ser analisados como frutos dos tempos em que foram propostos e, dessa forma, sujeitos a valores distintos dos comungados por nós. Assim, no projeto de nação proposto por Menotti Del Picchia em 1934, momento em que ele não via problema na implementação de um fascismo à brasileira, cujo papel de liderança caberia a Plínio Salgado, outros valores permeavam aquela sociedade e a faceta do nazifascismo apresentada nos anos de Segunda Guerra Mundial ainda não havia se manifestado. Naquele momento, o nazifascismo representava não mais do que um regime nacionalista, de mobilização de massas e que se transfigurava na figura de um líder. Na década de 1930, tal sistema político encantou civis e militares brasileiros

ao reestruturar a economia alemã após a devastação que o país sofreu na Primeira Guerra Mundial.

Tanto Cassiano Ricardo como Menotti Del Picchia eram influenciados e influenciavam a cultura política autoritária em voga no Brasil. Descrentes que a política liberal pudesse resolver os problemas da humanidade e críticos do sistema político descentralizador da Primeira República brasileira, o qual também participaram da sua legitimação como redatores do *Correio Paulistano*, órgão do PRP, partido hegemônico no período, confiavam que era através da união das forças nacionais, sem que houvesse debates políticos estéreis ou conflitos internos, que era possível solucionar os problemas que assombravam a realidade brasileira. Dessa forma, categorias como fascismo ou totalitarismo não possuíam, pelo menos não durante os anos 1930, a carga pejorativa que atribuíamos a esse ideário atualmente, imagem negativa que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia também colaboraram na construção quando à frente do projeto propagandístico do Estado Novo.

Por fim, tais intelectuais elaboraram projetos políticos e culturais para a nação e atribuíram a si papéis de destaque na condução do projeto nacionalista do Estado Novo ao definirem qual deveria ser a atuação da intelectualidade brasileira. Além disso, assim como outros intelectuais, dirigiram periódicos propagandistas do Estado Novo e definiram a função social da imprensa, entendida como o meio de comunicação entre o chefe e o povo, cabendo aos intelectuais a sua coordenação para que se atingisse uma saudável comunidade espiritual. Dessa forma, se na década de 1920 era função do intelectual descortinar a brasilidade que residia nos sertões a todos brasileiros, nas décadas de 1930 e 1940 cabia ao intelectual, segundo Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, munir os políticos de elementos nacionalistas que colaborassem na criação de instituições condizentes com a nossa realidade. Por serem os únicos capazes de analisar, refletir e compreender a sociedade nacional, eram também os intelectuais os porta-vozes autorizados a falar em nome e para a nação.²⁶⁵

²⁶⁵ É impossível desvincularmos a compreensão a respeito das funções a serem desempenhadas pelos intelectuais da atuação deles enquanto tais, o que certamente influenciou suas formulações. Dessa forma, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, além de se portarem enquanto intelectuais, também formularam e definiram o papel que deveriam exercer, resguardando assim um papel chave para si no projeto nacional.

Para Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, o conhecimento da realidade nacional que possuíam foi conquistado e legitimado pelos estudos culturais, sociológicos e políticos realizados entre as décadas de 1920 e 1940, leituras do passado que estavam em consonância com interesses políticos e econômicos das elites que historicamente serviram. Eram essas elaborações – que passaram por processos de silenciamentos, mistificações, reelaborações e exclusões, nada ingênuos ou imparciais – que os credenciavam para falar em nome de todos os brasileiros e decidir qual era o melhor caminho a ser seguido, uma vez que acreditavam haver um fluxo histórico passível de ser compreendido pelos homens de inteligência. Cabia a eles então, a partir de suas perspectivas, a função de descriptografar a realidade nacional e compreender o caminho que deveria ser seguido, para então servirem os políticos de material intelectual a ser transformados em ações políticas. Dessa forma, qualquer ideia a respeito da nação ou das funções a serem desempenhadas pelos intelectuais que contrariassem as suas assertivas eram sumariamente identificadas como negativas para o bem da nação, dotadas de elementos internacionalistas - liberais, totalitários ou comunistas e, portanto, inconciliável com a tradição brasileira– mesmo que essa fosse autoritária, pouco participativa e violenta.

FONTES:**Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo-SP****Jornal *A Noite*: São Paulo, 1942-1945.**

REDAÇÃO. As trincheiras da inteligência. *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 24.8.42, p. 2, c. 7-8.

REDAÇÃO. Lançamento da edição paulista de A NOITE. *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 24.8.42, p. 4, c. 3-6.

DEL PICCHIA, Menotti. Ao Exército do Brasil!. *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 31.8.42, p. 4, c. 1-4.

COSTA NETTO, Luis Carlos da. Palavras do coronel Costa Neto ao público paulista. *A Noite (Sucursal Paulista)* São Paulo, 22.8.42, p. 1, c. 5-6.

DEL PICCHIA, Menotti. Rumo. *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 22.8.42, p. 1, c. 1.

DEL PICCHIA, Menotti. Por Este Nosso Brasil.... *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 3.9.42, p. 2, c. 7.

REDAÇÃO. O sentido de uma data. *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 22.8.45, p. 1, c. 4.

ANDRADE, Mario. O intelectual e a guerra. *A Noite (Sucursal Paulista)*, São Paulo, 22.8.42, p. 2, c. 1.

Revista *A Cigarra*

DEL PICCHIA, Menotti. A Cigarra Paulista. *A Cigarra*, São Paulo, 4.33, p. 17, c. 1.

HELIOS. No Limiar dos Vinte Annos – 1914 = 1933. *A Cigarra*, São Paulo, 4.33, p. 7, c. 1-2.

Suplemento *A Noitinha*

DEL PICCHIA, Menotti. Programa. *A Noitinha*, São Paulo, 11.1.43, p. 1, c. 1.

DEL PICCHIA, Menotti. 25 de Janeiro de 1554. *A Noitinha*, São Paulo, 25.1.43, p. 1

Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura - CFH/UFSC

Jornal *A Manhã*: Rio de Janeiro, 1941-1945. (material microfilmado da Fundação Biblioteca Nacional). O microfilme pertence ao acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura/CFH - Universidade Federal de Santa Catarina (Será utilizada a versão por mim digitalizada, disponível em acervo pessoal).

A Manhã

CAMPOS, Francisco. Função social da Imprensa. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9.8.41, p. 4, c. 6.

CORRÊA, Nereu. A inteligência no regime atual. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 13.2.1943, p. 4, c. 5-6.

DE LIMA, Jorge. O Bandeirante, o Espanhol e o Boi. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28.8.42, p. 4; 9, c. 5-6; 6.

DEL PICCHIA, Menotti. Euclides da Cunha e a questão social I. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16.9.44, p. 5, c. 1-4.

DEL PICCHIA, Menotti. Euclides da Cunha e a questão social II. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17.9.44, p. 3, c. 1-4.

DEL PICCHIA, Menotti. O Autor de "Leviana". *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1.10.41, p. 4, c. 5.

DEL PICCHIA, Menotti. O Discurso do Presidente. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15.11.41, p. 4, c. 5-6.

DEL PICCHIA, Menotti. O nascimento de S. Paulo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25.1.42, p. 4, c. 6.

DEL PICCHIA, Menotti. Variações sobre um discurso. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 22.10.41, p. 4, c. 2-3.

DEL PICCHIA, Menotti.. São Paulo e a Guerra. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25.9.42, p. 4, c. 5.

DEL PICCHIA, Menotti. O Brasil é assim.... *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10.3.42, p. 4, c. 2-3.

FILHO, Marcondes. A Função Social da Imprensa, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18.10.42, p. 4, p. 4.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Jornais e Idéias. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 22.11.42, p. 4, c. 2-3.

FREYRE, Gilberto. A Propósito de Paulistas. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1.1.44, p. 4, c. 2-3.

REDAÇÃO. "A MANHÃ". *A Manhã*, Rio de Janeiro, 3.7.45, p. 1, c. 1

REDAÇÃO. Biografia de 1941 e 1941. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9.8.42, p. 17, c. 1-2.

REDAÇÃO. Marcha para o Oeste. Civilização Litorânea. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5.5.43, p. 9, c. 1.

REDAÇÃO. O Aniversário d'A MANHÃ. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9.8.45, p. 4, c. 1-2.

REDAÇÃO. O Brasil pode oferecer ao mundo a fórmula suprema da verdadeira democracia. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4.4.43, p. 3; 6; 9, c. 1-3; 6-7; 6.

REDAÇÃO. "A Noite" de São Paulo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 22.8.44, p. 2, c. 6.

REDAÇÃO. "Ninguém melhor do que o presidente Vargas, soube descortinar e interpretar a brasilidade da alma paulista". *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27.1.43, p. 3, c. 4-5.

REDAÇÃO. A cidade de S. Paulo e seu bandeirismo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25.1.42, p. 4, c. 4.

REDAÇÃO. A Hora das Américas. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29.1.42, p. 4, c. 4.

REDAÇÃO. Estado Novo e o pan-americanismo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29.1.42, p. 4, c. 5-6.

REDAÇÃO. Iniciadas as comemorações da fundação de São Paulo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24.1.43, p. 2, c. 1-6.

REDAÇÃO. Marca para Oeste. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10.8.1941, p. 8, c. 1.

REDAÇÃO. Ninguém melhor do que o presidente Vargas, soube descortinar e interpretar a brasilidade da alma paulista. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27.1.1943, p. 3, c. 4-5.

REDAÇÃO. Unidade dos povos do continente. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29.1.42, p. 4, c. 4.

RICARDO, Cassiano. "Torcidas" e Torcedores. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 21.9.1941, p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. A "crueldade" do Bandeirante. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1.11.42, p.4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. A Nova Marcha para o Oeste. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 5.10.41, p. 4, c. 3-4.

RICARDO, Cassiano. O café e a pequena propriedade na Marcha para o Oeste. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16.5.42, p.4; 6, c. 5-6; 5.

RICARDO, Cassiano. O monumento da Marcha para o Oeste. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30.1.42, p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. Regimes & Rótulos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 7.12.41, p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. “A Manhã” e o seu programa. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9.8.41. p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. As novas instituições e a defesa das Américas. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12.9.41. p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. Nem Rui, nem Jéca Tatu. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 23.6.42, p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido americano. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4.9.41, p. 4, c. 2-3.

RICARDO, Cassiano. Vale a pena morrer pela democracia?. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26.8.41, p. 4, c. 2-3.

Arquivo Público do Município de São José dos Campos - Fundação Cassiano Ricardo – São José dos Campos – SP

Acervo pessoal de Cassiano Ricardo

ESTADO DE SÃO PAULO [*Nomeação*], 23.9.31, São Paulo [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 5.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. [*Certificado*], 28.12.37, Rio de Janeiro [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 3.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO [*Resolução*], 13.3.40, São Paulo [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 14.

RICARDO, Cassiano. [*Correspondência*], 5.5.42, Rio de Janeiro [para] NETO, Costa. 7 folhas. FCCR/cx. 13.

SCHMIDT, Afonso [*Correspondência*], 11.6.42, São Paulo [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 2.

RICARDO, Cassiano [*Correspondência*], 25.10.43, Rio de Janeiro [para] NETO, Costa. 2 folhas. FCCR/cx. 14.

RICARDO, Cassiano. [*Correspondência*], 15.4.44, Rio de Janeiro [para] NETO, Costa. 4 folhas. FCCR/cx. 14.

RICARDO, Cassiano [*Correspondência*], 28.4.44, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Andrade. 4 folhas. FCCR/cx. 14.

ESPÍNDOLA, Pletz. [*Ofício – GERÊNCIA N. 213/44*], 3.5.44, Rio de Janeiro [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 14.

LEÃO, Mucio. [*Correspondência*], 17.3.45, Rio de Janeiro [para] RICARDO, Cassiano. 16 folhas. FCCR/cx. 2.

RICARDO, Cassiano [*Correspondência*], 14.5.45, Rio de Janeiro [para] QUEIROZ, Andrade. 1 folha. FCCR/cx. 14.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. [*Diploma*], 24.10.50, São Paulo [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 3.

DEL PICCHIA, Menotti Del Picchia. [*Declaração*], 25.3.55, São Paulo [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 3.

RICARDO, Cassiano [*Relatório*], s.d., Rio de Janeiro. 2 folhas. FCCR/cx. 14.

PRESIDENTE DO ESTADO [*Nomeação*], 11.12.28, São Paulo [para] RICARDO, Cassiano. 1 folha. FCCR/cx. 5.

Jornal Anhangüera

DEL PICCHIA, Menotti. Helios e o Integralismo. *Anhangüera*, São Paulo, 21.7.37, p. 1-2, c. 6; 1.

REDAÇÃO. A Democracia e o seu principal defensor. *Anhangüera*, São Paulo, 26.7.37, p. 1-2, c. 5;1.

REDAÇÃO. Definição de attitude. *Anhangüera*, São Paulo, 26.6.37, p. 2, c. 3-4.

REDAÇÃO. Destruir a democracia é destruir o Brasil e é a hora que nos compelle a zelar por que o Brasil sobreviva. *Anhangüera*, São Paulo, 17.7.37, p. 9, c. 1-4.

REDAÇÃO. Em Santa Catharina as escolas publicas estão sendo utilizadas para a propaganda nazista!. *Anhangüera*, São Paulo, 13.9.37, p. 1, c. 1-6.

REDAÇÃO. Macommunado com o nazismo o integralismo substituiu, no sul, o idioma pátrio pelo alemão!. *Anhangüera*, São Paulo, 24.7.37, p. 1, c. 1-4.

REDAÇÃO. Nós. *Anhangüera*, São Paulo, 26.6.37, p. 1, c. 1-2.

REDAÇÃO. O homem civilizado desconhece a bôa alimentação. *Anhangüera*, Suplemento Yara, São Paulo, 24.7.37, p. 8, c. 2-5.

REDAÇÃO. Onde se esconderam os intellectuaes integralistas, que fogem á discussão das ideias?. *Anhangüera*, São Paulo, 10.9.37, p. 1, c. 1-5.

REDAÇÃO. Para variar o ‘menú’ do nosso marido. *Anhangüera*, Suplemento Yara, São Paulo, *Anhangüera*, 21.8.1937, p. 8, c. 5.

BELMONTE. *Anhangüera*, São Paulo, 9.7.37, p. 1, c. 1-4.

ILUSTRAÇÃO. *Anhangüera*, São Paulo, 30.6.37, p. 7, c. 3-5.

BU – UFSC – Acervo de Obras Raras

Jornal do Commercio

SOBRAL PINTO, Heráclito. A verdade jurídica fator de convivência social, *Jornal do Commercio*, Folhetim Pelos Domínios do Direito, Rio de Janeiro, 9.10.43, p. 2, c. 1-7.

_____. A verdadeira ordem jurídica democrática. *Jornal do Commercio*, Folhetim Pelos Domínios do Direito, Rio de Janeiro, 11.9.43, p. 2, c. 1-7.

_____. O exemplo do jurista como fator da dignificação do direito. *Jornal do Commercio*, Folhetim Pelos Domínios do Direito, Rio de Janeiro, 5.10.43, p. 2, c. 1-7.

_____. Reintegração da ordem jurídica. *Jornal do Commercio*, Folhetim Pelos Domínios do Direito, Rio de Janeiro, 16.10.43, p. 2, c. 1-7.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo

RICARDO, Cassiano. O negro no bandeirismo paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, a. IV, v. XLVII, p. 5-45, maio 1938.

_____. O Brasil no Original. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, a. IV, v. LI, p. 21-44, outubro 1938.

Casa Menotti Del Picchia – Itapira – SP

Acervo pessoal de Menotti Del Picchia

A Noitinha. Suplemento Literário do jornal *A Noite*, São Paulo, 1942-1943.

DEL PICCHIA, Menotti. *A longa viagem*. 3ª etapa. Exemplar datilografado. Itapira: Casa Menotti Del Picchia, 1977.

_____. Recepção de Oliveira Ribeiro Neto na Academia Paulista de Letras. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936.

ILUSTRAÇÃO. Encarte *Hymno Anguanguéra*. G. Ricordi & Cia, de S. Paulo, 1932.

RICARDO, Cassiano. *O que é o Monumento Bandeirante*. Secretaria e Cultura, Esportes e Turismo. S.d.

Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – RJ

ABL. Recepção de Cassiano Ricardo na Academia Brasileira de Letras. Discurso do recipiendário e resposta de Guilherme de Almeida. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1938.

DIP. *Anuário da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro, 1941.

RICARDO, Cassiano. Borrões de Verde e Amarelo. São Paulo: Ed. Novissima/Helios, 1925.

_____. Pequeno ensaio de banderologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

Biblioteca da Faculdade de Direito – USP – São Paulo – SP

SOBRAL PINTO, Heráclito. *O primado do espírito nas polemicas doutrinarias*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

SOBRAL PINTO, Heráclito. *Recurso ao Exmo. Presidente da República*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

REDAÇÃO. *Novissima*, São Paulo, 8/9.25, p. 13-6.

REDAÇÃO. *Novissima*, São Paulo, 8/9.25, p. 27-8.

REDAÇÃO. *Novissima*, São Paulo, 8/9.25, p. 27-8.

REDAÇÃO. *Novissima*, São Paulo, 6/7.24.

CAPA. *Novissima*, São Paulo, 6/7.24.

SILVEIRA, Alarico. O sonho da raça. *Novissima*, São Paulo, 11/12.24, p. 11.

REDAÇÃO. *Novissima*, São Paulo, 12.23, n. 1, p. 1.

CPDOC/FGV – RIO DE JANEIRO - RJ

Entrevistas

ANDRADE, Almir. Almir de Andrade I, 10.1.81, Rio de Janeiro.

Entrevista datilografada disponível na Sala de Consulta do CPDOC.

Entrevista concedida a Lúcia Lippi Oliveira.

Verbetes

MANHÃ, A.

NOITE, A.

Arquivo André Carrazzoni

AnC c Ricardo, L. r. 1, f. 471

Arquivo Luis Vergara

DEL PICCHIA, LV c 1938.11.11

LV pi S. Ass. 1943/1944.00.00

Arquivo Getulio Vargas

GV c 1938.05.18 São Paulo GV. Vol. XXIX/75a.

Arquivo Gustavo Capanema

GC c PINTO, H, r. 5, f. 634, p. 1

Revista *Cultura Política*

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. *Cultura Política*, Rio de Janeiro. Ano I, nº. 1, março de 1941, p. 110-132.

Acervo Digital Brasileira – USP – SÃO PAULO

Revista de Antropofagia

Revista de Antropofagia, São Paulo, 1.5.29, n.7, p. 12, c. 3

Hemeroteca Digital – BN

Correio de São Paulo

REDAÇÃO. A Revista “São Paulo”. *Correio de S.Paulo*, São Paulo, 13.1.36, p. 1, c. 3.

Dom Casmurro

ALVES, Luis de Gonzaga. Precisamos defender o pensamento nacional e auxiliar o escritor brasileiro. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 5.4.41, p. 8, c. 1-7.

VAINER, Nelson. Menotti Del Picchia, o agitador das letras e das idéias. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 25.7.42, p. 1-2, c. 1-7; 1-3.

Jornal A Batalha

DEL PICCHIA, Menotti. Brasil, cuidado!. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 23.1.41, p. 2, c. 2-3.

REDAÇÃO. Escolhido para o Departamento de Imprensa da “Bandeira”. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 31.10.36, p. 2, c. 4.

Jornal Diário Carioca

REDAÇÃO. O sentido unitário do Estado Novo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 3.6.38, p. 2, c. 3-5.

Correio da Manhã

REDAÇÃO. No Palácio do Catete. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3.2.38, p. 2, c. 8.

Jornal do Brasil

REDAÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21.7.23, p. 1, c. 2.

REDAÇÃO. Notas Sociais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.9.27, p.1, c. 3.

Correio Paulistano

A.B.. Bibliographia – Laís, Menotti Del Picchia. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13.5.21, p. 1, c. 5-6.

DEL PICCHIA, Menotti. Arte Nova. *Correio Paulistano*, São Paulo, 22.6.20, p.1, c. 1-2.

_____. Na maré das reformas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24.1.21, p. 1, c. 1-2.

HÉLIOS. Chronica Social – Fixando Rumos. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19.5.29, p. 6, c. 1-2.

_____. Chronica Social – Futurismo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6.12.20, p. 3, c. 3.

_____. Chronica Social. *Correio Paulistano*, São Paulo, 15.1.20, p. 4, c. 2-3.

_____. Epístola a Oswald d`Andrade. *Correio Paulistano*, São Paulo, 23.8.26, p. 6, c. 1.

- JUNIOR, Gomes. Do meu canto. *Correio Paulistano*, São Paulo, CP, 9.6.17, p. 3, c. 4.
- MOTTA, Filho. Brasileiros na America. *Correio Paulistano*, São Paulo, 20.1.27, p. 4, c. 1-2.
- REDAÇÃO. Monumento ao Duque de Caxias. *Correio Paulistano*, São Paulo, 15.4.42, p. 3, c. 6-7.
- REDAÇÃO. “Hora Literária”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19.11.16, p. 3, c. 6.
- REDAÇÃO. “São Paulo”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 1.1.36, p. 5, c. 4.
- REDAÇÃO. A Situação. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24.10.30, p. 1, c. 1
- REDAÇÃO. Através da Semana. *Correio Paulistano*, São Paulo, 16.4.17, p. 3, c. 1-8.
- REDAÇÃO. Livros Novos. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25.8.26, p. 3, c. 6.
- REDAÇÃO. Menotti Del Picchia – o almoço de ontem no Trianon, *Correio Paulistano*, São Paulo, 10.1.21, p. 3, c. 1-5.
- REDAÇÃO. O Candidato Nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, 1.3.30, p. 1, c. 3-6
- REDAÇÃO. Por simples ambição pessoal!. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24.10.30, p. 2, c. 4-5
- REDAÇÃO. Resultados da capital até a’s 24 horas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2.3.30, p. 1, c. 4-5.
- REDAÇÃO. São Paulo e o Sr. Getulio Vargas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 1.7.34, p. 1-2, c. 1-5; 5.

Panoplia

- REDAÇÃO. Colaboradores de Panoplia. *Panoplia*, São Paulo, 8.17, p. 74, c. 2.
- REDAÇÃO. Do Diario Popular. *Panoplia*, São Paulo, 7.17, p. 70, c. 1.
- REDAÇÃO. Novidade literaria. *Panoplia*, São Paulo, 7.17, p. 82, c. 1.
- REDAÇÃO. *Panoplia*, São Paulo, 6.17, p. 6, c. 1.
- REDAÇÃO. Varias. *Panoplia*, São Paulo, 10.17, p. 110, c. 1.

Moscone

- REDAÇÃO. *Moscone*, São Paulo, 4.6.38, p. 2, c. 1.

Moscardo

REDAÇÃO. Ragnognetti: um jornalista de raça. *Moscardo*, São Paulo, 4.12.42, p. 4, c. 1-3

REDAÇÃO. Tacapetadas. *Moscardo*, São Paulo, 4.12.42, p. 4, c. 1-3

Autores e Livros

REDAÇÃO. Quase um programa. *Autores e Livros*, Rio de Janeiro, 10.8.41, p. 1, c. 1-2.

O Momento

REDAÇÃO. “Nossa Revista”. *O Momento*, Caxias do Sul, 1.6.36, p. 1, c. 1.

Hemeroteca Municipal de Santos – Santos – SP

A Tribuna

DEL PICCHIA, Menotti. O homem que via tudo. *A Tribuna*, Santos, 4.5.19, p. 1, c. 6-7.

Corpus literário:

DEL PICCHIA, Menotti. *A crise da democracia*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1931.

_____. *A revolução paulista: através de um testemunho do gabinete do governador*. São Paulo: [s.n.], 1932.

_____. *Ensaio de exposição do pensamento Bandeirante*. São Paulo: Departamento de Publicidade da Bandeira, s.d.

_____. *O despertar de São Paulo* (episódios do séc. XVI e do séc. XX na terra bandeirante). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

_____. *A longa viagem*. 1ª etapa. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.

_____. *A longa viagem*. 2ª etapa. Da revolução modernista a revolução de 1930. São Paulo: Livraria Martins Editora/Conselho Estadual de Cultura, 1972.

_____. *Soluções Nacionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.

_____; SALGADO, Plínio; RICARDO, Cassiano. *O curupira e o carão*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2ª Ed. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira, 1937.

_____. *Marcha para oeste*. A influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1940.

_____. *Viagem no tempo e no espaço (memórias)*. Rio de Janeiro, Livraria Olympio Editora, 1970.

BIBLIOGRAFIA:

ADINOLFI, Goffredo. Antônio Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, Antônio Costa (orgs.), *O Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp 109-138, 2007.

AHMAD, Aijaz. *Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais*: uma entrevista. In: _____. *Linhagens do presente: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 219-247.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: A geração 70 na crise do Brasil-Império*. Tese de Doutorado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2010.

_____. Introdução. In: _____. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2010.

_____. *Idéias para um programa de História intelectual*. Tempo soc., Jun 2007, vol.19, no.1, p.9-17.

AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À margem da História da República*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. t. 1. p. 45- 59.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938. _____. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

ANDERSON, Perry. A rua e o poder: uma entrevista com Perry Anderson. Entrevista concedida a Juliana Sayuri. *Suplemento Aliás, jornal O Estado de S. Paulo*, 3.11.13, São Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-rua-e-o-poder,1092517,0.htm>. Acesso em 02.12.13.

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática. 1989.
- ANDRADE, Carlos. Drummond de. *Passeios na ilha*. Rio de Janeiro: Simões, 1952.
- ANDRADE, Mário. O empalhador de passarinho. 3ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1972.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ARIENTI, Douglas Pavoni. *Domesticação da vida intelectual: os periódicos a serviço do bem da nação (1941 1945)*. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012, Teresina - PI. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012.
- _____; NEVES, Livia Lopes; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *En la margen del canon: los intelectuales del proyecto editorial estadonovista brasileño*. I Congreso Internacional de Historia Intelectual de América Latina, Medellín, 2012.
- _____. *Jornal A Manhã: aspectos e especificidades do porta-voz oficial do Estado Novo (1941-1945)*. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de História. UFSC. 2011.
- ATHAYDE, Tristão [Alceu Amoroso Lima] [1957]. In: BRAYNER, Sônia. *Cassiano Ricardo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BARBERO, Jesús Martin. *Dos meios às mediações - comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. São Paulo: Gráfica da Prefeitura, 1939.
- BERABA, Ana Luiza. *América Aracnídea: Teias Culturais Interamericanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean- Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Estampa: Lisboa, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. S. Paulo: Editora da UNESP. 1997.
- BOMENY, Helena (org). Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: _____. *A Constelação Capanema: intelectuais e políticos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. S. Paulo: Cultrix, 2 ed, 7 reimpressão, 1977.
- BOTELHO, Denilson. *Sobre os meios e modos de fazer jornalismo na Primeira República: Lima Barreto entre a história e a ficção*. Antúteses (Londrina), v. 6, p. 32-52, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia da trocas linguísticas - o que falar quer dizer*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da USP, 2008
- _____. *A economia das trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- _____. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAYNER, Sônia. *Cassiano Ricardo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BUENO, Alexei; ERMAKOFF, Georges. *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2005.
- CABRAL, Otávio; CEOLIN, Adriano. O Ministro da Eleição. *Veja*, São Paulo, p. 48-51, 3.4.13.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- CAMPOS, Maria José. *Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento*. Estudo sobre as trajetórias intelectuais e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945. Doutorado em Antropologia Social - PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. Prefácio. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais e a classe dirigente do Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Controle da Opinião e Os Limites da Liberdade. Imprensa Paulista (1920-1945)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, n.23/24, p. 65-75, 1994.
- _____; WEINSTEIN, Barbara; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo")*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- _____. *O Movimento de 1932. A Causa Paulista*. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1981.

- _____. *Os Arautos do Liberalismo*. Imprensa Paulista. 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade*. Imprensa Paulista (1920-1945). Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 23/24, p. 65-75, 1994.
- _____. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 107-143.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2ª edição, 2009.
- CAPUA, Cláudio De. Plínio Salgado. 5ª ed. São Paulo: Cápuia, 2000.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Irineu Marinho – Imprensa e Cidade. Rio de Janeiro: Globo Livros/Memória Globo, 2012.
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia*. São Paulo: Alameda, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Crítica e Ideologia*. In: _____. Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.
- COSTA, Hélio da; SILVA, Fernando Teixeira da. FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2000.
- CUCCAGNA, Claudio. A visão do ameríndio na obra de Sôusândrade. Tradução de Wilma K. B. de Souza. São Paulo: Hucitec, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2.
- DENIS, Benoit. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Tradução Luiz Dagoberto de Aguirra Roncari. Bauru: Edusc, 2002.
- DONATO, Hernâni. *História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento*. São Paulo: IBRASA, 2002.
- DUARTE, Adriano Luiz. De 'dentro do bosque' a 'Rashomon': história, literatura e cinema. ArtCultura, v. 14, p. 167-187, 2012.
- DULLES, John W. F. *Sobral Pinto, a Consciência Do Brasil: A Cruzada Contra o Regime Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001
- EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

- _____. *Ideologia - Uma introdução*. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. *Teoria da Literatura: uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. *Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo*, 2010. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História Social das Relações Políticas, 2010.
- ELLIS, Myriam. Alfredo Ellis Junior (1896-1974). São Paulo: IGB Editora, 1997.
- FABRIS, Annateresa. O Entreposto Futurista. In: _____. *O futurismo paulista*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1994.
- FARIA, Daniel Barbosa Andrade. *O mito modernista*. 2004. Tese (Doutorado) Departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2004.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. 9a ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1983.
- FERREIRA, Antonio Celso. *Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 - 1940)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.
- FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. *O populismo e sua história*. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Noite”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV; Cpdoc, 2001.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856-1930)*. Tese de Doutorado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. O Colapso do Colapso do Populismo ou a Propósito de uma Herança Maldita. FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2000.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GARCIA, Néelson Jahr. *Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- GOMES, Angela de Castro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas*. In: MARTINHO, F. C. P. (Org.); COSTA PINTO, António (Org.). *O Corporativismo em Português*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- _____. O Redescobrimento do Brasil. In: _____; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. Escrita de si, escrita da história: a título de um prólogo. In: _____ (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.
- _____. *Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v.6., n.11, 1993.
- _____. O trabalhador brasileiro. In: _____; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. _____ *História e historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.
- _____. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2000b.
- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. *1922: A Semana que não terminou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Fátima; SOIHET Rachel. (Org.). *Cultura política: interfaces entre história cultural, história política e ensino de história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRANADOS, Aimer (org.), *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. Cuajimalpa: Juan Pablos Editor/UAM Cuajimalpa, 2012.
- GUELFÍ, Maria Lúcia Fernandes. *Novíssima: Estética e ideologia na década de vinte*. São Paulo: IEB/USP, 1987.

HEGENBERG, Leônidas. *Mais palavras v. 1: Fragmentos de velhas anotações (1945-1948)*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2011

HOBSBAWM, Eric. A invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. A

A produção em massa de tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais*. Tradução Magda Lopes e Revisão da Tradução Caio Rodrigues e Martha Steinberg. São Paulo: Edusp/ Trajetória Cultural, 1990.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo. Ed. Ática, 1996.

KONDER, Leandro. *A Questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república*. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP; Papirus, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 167-182.

LIMA, Henrique Espada . *A micro-história italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

_____. *O pequeno x: da biografia à história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Autêntica, 2011, 231 p.

LOSSO, Tiago Bahia. Estado Novo - Discurso, Instituições e Práticas Administrativas. Tese de Doutorado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, Campinas, 2006.

LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira – 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

- _____. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MAGRI, Mailce. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. *Juntos mais desiguais: um desejo de "nação" paulista não-realizado*, São Carlos, 2011.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. IN: MARTINS, José de Sousa (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890 – 1922). São Paulo: Edusp, 2001.
- MASSAUD, Moises. *História da literatura brasileira: modernismo 1922 - atualidade*. v. III. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MENDES, Ricardo. *A revista S.PAULO: a cidade nas bancas*. IMAGENS, Unicamp: 91-97, dez. 1994.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim – uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e a classe dirigente do Brasil (1920-1945). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Experiência social e imaginário literário nos livros de estréia dos modernistas em São Paulo*. In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Departamento de Sociologia - FFLCH-USP, número especial “Sociologia da Cultura”, p. 167-207, junho, 2004.
- _____. Vanguardias literarias y artísticas en el Brasil y en la Argentina: un ensayo comparativo. In: *ALTAMIRANO, Carlos* (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- _____. *Vanguardas em retrocesso: ensaio de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MOLINA, Matías M. *Campeão da virulência*. Observatório da Imprensa. Imprensa em questão. Ed. 662. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_campeao_da_virulencia. Acesso em 11/08/2013.
- MONTEIRO, Amilton Maciel. *Cassiano: fragmentos para uma biografia*. São José dos. Campos: Univap, 2003.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda – Correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- MORAES, Denis de (Org.). *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOREIRA, Luiza Franco. *O Ritmo de Macumba: Aproximações de Lívio Abramo à Cultura Afro-Brasileira*. Travessias do Pós-Trágico. São Paulo: UNIMARCO, 2006, 173-189.
- _____. *Meninos, Poetas e Heróis - Aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo*. São Paulo, Edusp, 2001.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. *Quadros em movimento: O uso das fontes iconográficas no filme Os Bandeirantes (1940), de Humberto Mauro*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 35, 1998 .
- _____. *Um apóstolo do modernismo na Exposição Internacional do Centenário: Armando Pamplona e a Independência Film*. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, v. 39, p. 75-92, 2012.
- MOTTA FILHO, Candido. *Contagem regressiva - Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O conceito de cultura política*. In: X Encontro Regional da ANPUH/MG, 1996, Mariana. LPH: Revista de História. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996. v. 6. p. 83-91.
- _____. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: _____. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos* (org). Belo Horizonte: Argumentum, 2009
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MURICY, Andrade. *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, v. 1, 1987.
- NEVES, Livia Lopes. *Pensamento da America e o Panamericanismo à brasileira*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da UFSC, 2010.
- _____. *Pensamento da America: intelectualidade e Estado Novo em um projeto comungado*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2013.
- OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS. Vera (orgs.). *O moderno em revistas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Introdução. In: GOMES, Angela Maria de Castro; _____. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. O pensamento de Almir de Andrade. In: GOMES, Angela Maria de Castro; _____. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- _____. Vargas e os intelectuais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. s.d. (mimeo)
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937). Tese de Doutorado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 2009.
- ORTIZ, Renato José P. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. 5a ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira*, Comunicação n. 7 – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ, 1983.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Atica, 1990.
- _____. Réflexion sur les relations entre la politique et les intellectuels au Brésil. In: Granjon, M. C. et al (dir.). *Histoire Comparée des Intellectuels*, Paris: CNRS/ IHTP, 1997.
- PEDROSA, Mario. Despedida de Lívio Abramo. In: _____. Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III. Organização Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: Edusp, 1998. p. 225-226
- PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *Os dilemas do Pensamento da America*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010.
- _____. *Tal Brasil, Qual América: A América Brasileira e a cultura ibero-americana*. Dialogos Latinoamericanos, v. 12, p. 42-67, 2007
- PICOLI, Fabíola. Terra Roxa e outras terras: Modernismo e Paulistanidade, Ano de Obtenção. Dissertação de Mestrado em Teoria e História Literária. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. 1997.
- PRADO, Antônio Arnoni. 1922 – *Itinerário de uma falsa vanguarda. Os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRATT, Nicola. *Bringing politics back in: examining the link between globalization and democratization*. Review of International Political Economy, Londres, 11:2, maio, 2004.
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX; SIRINELLI. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis.(org.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Rumo ao Oeste: Conferência Realizada Pelo General Rondon no D.I.P. em 3-IX-40 e discursos do Dr. Ivan Lins e do General Rondon, pronunciados na Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 1940, pp. 21-22.

- ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Sales; PRADO Decio de Almeida; ROSENFELD, Anatol, *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALGADO, Plínio. *Carta Verdamarella*. DEL PICCHIA, Menotti; _____; RICARDO, Cassiano. *O curupira e o carão*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- SARTRE, Jean Paul. *O Que é Literatura*. 3 ed. Trad. de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática. 2004.
- SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor. *Carta aos Brasileiros: Armando Sales de Oliveira e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº12, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- _____. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.
- SOBRAL PINTO, Heraclito. *Primado do espirito nas polemicas doutrinarias*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1943.
- _____. *Recurso a exmo sr presidente da republica*; interpelação ao sr. Cassiano Ricardo. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*: José Olympio de a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp; Com-arte, 2010.
- SOUZA, José Inácio Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: annablume/FAPESP, 2003.
- TAKAMI, Marina. *Imagem na 'Marcha' pela propaganda*: Revista S.Paulo. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de

História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006..

THOMPSON, E. P. (Edward Palmer). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; JUNIOR, Carlos Martins. *A Marcha para Oeste de Cassiano Ricardo: Um itinerário para a Nação*. In: XI Encontro Regional de História/ ANPUH-PR, 2008, Jacarezinho. Caderno de Resumos e Programação: XI Encontro Regional de História, 2008.

VARELA, Mirta. *Intelectuales y medios de comunicación*. In: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2010.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol.V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

_____. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Americ. Edit., 1944.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Historicos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p. 89-112, 1993.

_____. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e modernismo*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

_____. *A Literatura como Espelho da Nação*. In: *Estudos Históricos*, vol.1, n.2. RJ: CPDOC, 1988.

_____. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Uma configuração do campo intelectual. In: GOMES, Angela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; _____. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *O mito da originalidade brasileira - A trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da PUCRJ, 1983.

_____. *A Literatura como Espelho da Nação*. In: *Estudos Históricos*, vol.1, n.2. RJ: CPDOC, 1988.

_____. *A brasilidade verde-amarela; nacionalismo e regionalismo paulista*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, Cpdoc/ FGV, v.6, n.II, 1993.

_____. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. *Racializando as diferenças regionais*: São Paulo X Brasil, 1932. In: Revista Esboços, Vol. 13. No. 16. Florianópolis: UFSC, 2006.

VIEIRA, C. E. . *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, p. 63-85, 2008.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed. 1980.

WILIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*: 1750-1950. Trad. Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. *Cultura*: 1921-1988. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *Política do modernismo*: contra os novos conformistas. São. Paulo. Ed. Unesp, 2011.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZANOTTO, Gizele. *História dos Intelectuais e História Intelectual*: Contribuições da Historiografia Francesa. Biblos (Rio Grande), v. 22 (1), p. 31-45, 2008.

LEGISLAÇÃO

Brasil. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 11/08/2013.

Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em 11/08/2013.

Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/08/2008.

Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/08/2008.

Decreto-Lei Nº 2.073, de 8 de Março de 1940. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=41183>. Acesso em 11/08/2013.

Decreto-Lei nº 4.791, de 5 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=3577>. Acesso em 10/08/2013.

Decreto-Lei Nº 8.313, de 7 de Dezembro de 1945. In: As Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e sua Legislação. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

Decreto-Lei Nº 9.610, de 19 de Agosto de 1946. Disponível em <http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/21469/decreto-lei-n-9.610-de-19-de-agosto-de-1946>. Acesso em 11/08/2013.